

SAMUEL BARROS DE MEDEIROS ALBUQUERQUE



**ENTRE CARTAS E MEMÓRIAS:
PRECEPTORAS EUROPEIAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal
da Bahia como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor
em História.

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras
Orientadora

Salvador, 2013

SAMUEL BARROS DE MEDEIROS ALBUQUERQUE

**ENTRE CARTAS E MEMÓRIAS:
PRECEPTORAS EUROPEIAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador, 2013

SAMUEL BARROS DE MEDEIROS ALBUQUERQUE

ENTRE CARTAS E MEMÓRIAS:

PRECEPTORAS EUROPEIAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras.

Exemplar apresentado à Comissão Julgadora para defesa da tese em 13/09/2013.

BANCA

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras (orientadora) – UFBA _____

Profa. Dra. Iole Macedo Vanin – UFBA _____

Profa. Dra. Lígia Bellini – UFBA _____

Profa. Dra. Sharyse Piroupo do Amaral – UEFS _____

Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva – UFS _____

Imagem da capa: Senhora Santana, mãe e preceptora da Virgem Maria
(fotografia do acervo do IPHAN/SE, década de 1940,
referente aos bens da Paróquia N. S. da Vitória, em São
Cristóvão/SE).

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A345e Albuquerque, Samuel Barros de Medeiros
Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século
XIX/Samuel Barros de Medeiros Albuquerque; orientadora Lina Maria
Brandão de Aras. – Salvador, 2013.
193 f. : il.

Tese (doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2013.

1. Brasil – História – Século XIX. 2. Educação – Brasil – História. 3.
Preceptores. 4. Mulheres – História. I. Aras, Lina Maria Brandão de,
orient. II. Título.

CDU 94(81).06:37.091.31-055.2

RESUMO

No Brasil do século XIX, a prática da preceptoría se tornou comum entre as famílias abastadas, sobretudo durante o Segundo Império. Este estudo trata da presença de preceptoras europeias entre as famílias brasileiras de fins da década de 1870, investigando indícios perscrutados, sobretudo, em escritos íntimos, como cartas, textos de memórias e autobiografias. Para sua realização, tomamos como norte os procedimentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e, ao longo de cinco capítulos, investigamos o universo dessas preceptoras, enveredando pelo cotidiano de famílias da nossa antiga elite política e econômica.

ABSTRACT

In the nineteenth century, the practice of preceptorship in Brazil became common among affluent families, especially during the Second Empire. This study deals with the presence of European preceptors among Brazilian families during the late 1870's, investigating scrutinized evidence, especially inside intimate writings, such as letters, memoirs and autobiographies. In order to do so, we adopted the New Cultural History as theoretical-methodological basis and, over five chapters, we investigated the universe of these preceptors, going through the daily lives of our former political and economic elite.

A Lina Maria Brandão de Aras (minha querida orientadora) e Luiz Fernando Ribeiro Soutelo (meu principal interlocutor ao longo da escrita desta tese).

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – A Condessa de Barral em princípios da década de 1880.....	20
Imagem 2 – O senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello em princípios da década de 1880.....	44
Imagem 3 – Família imperial do Brasil em meados da década de 1860.....	101
Imagem 4 – Família imperial do Brasil e família Barral, no Château de Barral, em Voyron/França, 1890.....	104
Imagem 5 – Vista do Largo do Paço, Rio de Janeiro, [entre 1816 e 1831].....	110
Imagem 6 – Vista do bairro e da enseada de Botafogo, Rio de Janeiro, 1865.....	127
Imagem 7 – Largo do Paço e Rua Primeiro de Março, em fins do século XIX.....	149
Imagem 8 – Sala do Senado, no Museu Imperial, em Petrópolis.....	158
Imagem 9 – Rua da Misericórdia em princípios da década de 1890.....	160

SUMÁRIO

Introdução	9
1. A carta da condessa	18
2. Barral e as preceptoras europeias	57
3. A aia das princesas	87
4. Nas memórias de Aurélia	106
5. No Reino encantado de Pedro II	141
Finalizando	171
Apêndice A	175
Apêndice B	177
Fontes e bibliografia	179

Introdução

Correio da Tarde, edição de 3 de maio de 1859. Um discreto informe, ao final da quinta coluna da terceira página, registrava o desembarque, ocorrido no dia anterior, da prussiana M^{me} M. R. Lassius, única mulher entre os passageiros do galeão francês Carioca, que havia deixado o porto de Havre, na Alta Normandia, e alcançado o porto do Rio de Janeiro, após uma longa viagem de 44 dias.¹

Significado algum teria para nós o registro daquele diário caso, em princípios da década de 1950, a viúva do senador Gonçalo de Faro Rollemberg (1860-1927), conhecida em Sergipe, simplesmente, como Dona Sinhá, não tivesse dedicado um lugar especial em seu texto de memórias à Marie Lassius, preceptora germânica que a educou e viveu com sua família até 1879.²

A memorialista Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952) nasceu no Engenho Escurial, termo da cidade de São Cristóvão na margem esquerda do rio Vaza-Barris e próximo à sobranceira vila de Itaporanga d'Ajuda. Ela era filha de Lourença de Almeida Dias Mello (1848-1890) e do comendador Antonio Dias Coelho e Mello (1822-1904), vice-presidente da província de Sergipe e líder do Partido Liberal que ficaria conhecido como o Barão da Estância.³

Em 16 de junho de 1863, quando a sinhá-dona do Escurial, com apenas 15 anos, deu à luz a Aurélia, auxiliando a parteira e segurando firme a mão esquerda da jovem patroa estava a intrépida prussiana, que contava pouco mais de trinta anos e era responsável pela educação da sinhazinha Amélia Dias Dantas e Mello (1849-1888), filha primogênita do

¹ MOVIMENTO do porto. *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, terça-feira, 3 maio 1859. p. 3.

² Sobre o escrito autobiográfico de Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá), consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. O manuscrito original está hoje sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. Acervo do IHGSE).

³ Sobre os pais de Aurélia Dias Rollemberg, consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005 (todo o livro e, principalmente, as notas 2 e 5 nas páginas 136 e 137). Entre as grandes sínteses da Historiografia Sergipana, a obra que melhor aborda a figura do Barão da Estância é: DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. Consultar também: ALBUQUERQUE, Samuel. Ibarê Dantas e a História da Província de Sergipe. **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 42, p. 209-217, 2012.

comendador e sua primeira consorte, Lourença Dantas e Mello (1834-1861), falecida há pouco mais de dois anos.⁴

Marie Lassius havia chegado à Província de Sergipe em princípios de 1863, contratada, como vimos, por uma família da elite açucareira do vale do Vaza-Barris, encabeçada por um político ascensionista de pouco mais de quarenta anos e por uma jovem senhora que acabara de debutar. Fruto do primeiro casamento do comendador havia, além de Amélia, o pequeno Pedro Dias Dantas e Mello (185?-?), órfão ao qual a boa madrastra se apegara como se filho dela fosse e que, vez por outra, desfrutava das lições da preceptora alemã.

Do ventre daquela família provinciana, Lassius instruiu e assistiu aos casamentos da pupila Amélia⁵ e do rapazote Pedro⁶, viu nascer e educou as jovens Aurélia e Anna de Almeida Dias Mello (1869-192?)⁷, que, não sem sentido, chamavam-na de “vovó alemã”. Somente em 1879, como veremos, a preceptora apartou-se da família com a qual conviveu por longos e inesquecíveis anos, entre a doce Província de Sergipe e a capital do Império do Brasil.

Assim como Marie Lassius, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, educadoras estrangeiras cultivaram a “fina-flor” da juventude brasileira. Eram preceptoras alemãs, francesas, inglesas e suíças que cruzavam o Atlântico, seduzidas por boas propostas de emprego.

⁴ Consultamos os registros epigráficos da lápide sepulcral de Lourença Dantas e Mello, na Capela Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Caieira, localizada na margem direita da velha estrada que liga as sedes dos municípios de Santo Amaro das Brotas e Maruim. A transcrição de tais registros é a seguinte: “Jaz aqui sepultada D. Lourença Dantas e Mello[,] mulher do commendador Antonio Dias Coelho e Mello[,] falecida no dia 1º de Abril de 1861 com 27 annos de idade”. Também consultamos o inventário *post-mortem* da mesma Lourença, no acervo do Arquivo Geral do Judiciário, em Aracaju (Inventário *post-mortem* de Lourença Dantas e Mello. São Cristóvão, 1861. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 2º Ofício, caixa 22, número geral 180).

⁵ REGISTRO do casamento de José de Faro Rolemberg com Dona Amelia Dias Dantas e Mello. Itaporanga d’Ajuda, 1869. In: **Livro de registro de casamentos – 1845/1877**, casamento número 1258, folha 130 (reverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, Itaporanga/SE.

⁶ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952] (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 49-123. Além de: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. De passagem pelo Camaçari. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 16 mar. 2013. Caderno B, p. 6.

⁷ NOTA de batismo de Anna. Engenho Escurial, Freguesia de Nossa Senhora d’Ajuda, 1869. In: **Livro de Batizados 1** [sic.] – **1864/1878**, batismo número 2046, folha 106 (reverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d’Ajuda, Itaporanga/SE.

Na Europa, o ofício de preceptora começou a ser delineado na segunda metade do século XVIII, consolidando-se em princípios do século seguinte⁸. Distantes dos modelos tradicionais de escola, muitos jovens eram instruídos em seus próprios lares, onde passavam a conviver com essas educadoras. No Brasil, a referida prática tornou-se comum entre as famílias abastadas do século XIX, sobretudo durante o Segundo Império.⁹

Entre os grandes intérpretes da nossa cultura, o primeiro a refletir sobre a prática da preceptoria no Brasil oitocentista foi Gilberto Freyre, em *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, obra de princípios da década de 1920, vertida para o português por Waldemar Valente e publicada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, somente, em meados da década de 1960¹⁰. Segundo Freyre:

[...] as preceptoras que os senhores de engenho mais ortodoxamente patriarcais da época – os que, não enviando as filhas para internatos das cidades, desejavam instruí-las em casa – anunciavam, nos jornais, precisarem para encarregar-se de tal ensino, eram senhoras que soubessem iniciar as meninas no conhecimento da gramática português, da geografia, da música, do piano; e que, também, as instruisse no conhecimento da língua francesa: não só no traduzir como no falar dessa língua.¹¹

Da mesma forma que percebeu a prática educativa cultivada pelas famílias “mais ortodoxamente patriarcais” do Brasil oitocentista, Freyre também refletiu sobre o tipo feminino que aquela modalidade da educação doméstica forjava. Segundo o autor:

⁸ A difusão da preceptoria, dentro e fora da Europa, podia ser percebida pelo crescente número de escolas dedicadas à formação de preceptoras. Mesmo antes da unificação alemã, o Reino da Prússia já tinha escolas preparatórias que recebiam as moças que, posteriormente, seguiriam em jornada pedagógica pelo mundo [RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 269-290 (Coleção Historial, 6)].

⁹ No campo educacional brasileiro, as preceptoras começam a perder terreno na primeira metade do século XX, quando se proliferaram os colégios fundados por congregações religiosas e que passaram a receber os jovens de famílias afortunadas. Além disso, ao longo do século XX, o mercado europeu ampliou as possibilidades de trabalho para mulheres, apresentando alternativas ao magistério. Sobre a história da preceptoria no Brasil, consultar: RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 269-290 (Coleção Historial, 6); VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

¹⁰ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. Essa obra é desdobramento da tese pré-doutoral *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, defendida por Gilberto Freyre em 1922, na Faculdade de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Trata-se da matriz dos clássicos *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*.

¹¹ Ibid., p. 117.

[Em casa, a menina] aprendia a delicada arte de ser mulher. Música, dança, bordado, orações, francês e às vezes inglês, leve lastro de literatura, eram os elementos da educação de uma menina [...]. Muito romântica, algumas vezes criaturinha encantadora, lendo Sue, Dumas e George Sand, além de saborear folhetins, por vezes melífluos, quase sempre delicadamente eróticos, publicados então pelos principais jornais do Império para o seu público feminino. Sabia rezar. Sabia dançar. As danças da época eram a quadrilha, os lanceiros e a polca. Dançá-los bem, ser leve como uma pluma e tênue como uma fita de seda, era o máximo ideal de uma moça – contou-me ilustre senhora, crescida no meado do século XIX; e que tomou aulas de dança com o mesmo professor da Princesa Isabel.¹²

Pioneirismos à parte, o que podemos observar é que a historiografia educacional brasileira privilegiou o estudo das instituições formais de educação. Lacunares no que diz respeito ao tema, os manuais de História da Educação, atestam o desinteresse dos estudiosos pela educação doméstica¹³. Em parte, essas lacunas podem remeter a outra questão: apesar da constatação e reconhecimento como prática instituída, a educação realizada na esfera privada foi alijada dos registros oficiais, deixando poucos vestígios em arquivos públicos.

Nosso interesse pelo universo da preceptoria não é recente. Ele foi despertado nos idos 2003, ainda na graduação em História, quando estudávamos o já mencionado texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá)¹⁴. O resultado dessa primeira empreitada

¹²Ibid., p. 116. Como veremos adiante, Freyre voltou ao tema da preceptoria em outros trabalhos seus, notadamente na introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1951 [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil II). 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951 (Coleção Documentos Brasileiros, 66)].

¹³Entre os estudos que tratam da historiografia educacional brasileira, consultamos: WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia Brasileira. **Em Aberto**, Brasília, ano 3, n. 23, set./out. 1984, p. 1-6; BARREIRA, Luiz Carlos. **História e Historiografia**: as escritas recentes da História da Educação Brasileira (1971-1988). Campinas, 1995. 258 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/UNICAMP.

¹⁴Entre março de 2003 e junho de 2004, no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS, produzimos a monografia intitulada *As memórias de Dona Sinhá*, sob a orientação da Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva. O trabalho consistiu na análise e na edição paleográfica do texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg, um documento produzido em princípios da década de 1950 e que registra experiências vividas por sua autora na segunda metade do século XIX [ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **As memórias de Dona Sinhá**. São Cristóvão, 2004. 135 p. TCC (Licenciatura em História) – DHI/UFS].

foi a publicação do livro *Memórias de Dona Sinhá*, em princípios de 2005¹⁵. Desde então, já havíamos atentado para a necessidade de dedicar maior atenção ao tema da preceptoria, que havia sido superficialmente abordado no apêndice *Educando as filhas do Barão*, do livro mencionado.¹⁶

O ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, em março de 2005, representou uma oportunidade para aprofundarmos os nossos estudos sobre a preceptoria. Ao final do curso, defendemos a dissertação *A preceptora: representações em “Amar, verbo intransitivo”, de Mário de Andrade*, na qual estudamos as representações da figura histórico-literária da preceptora alemã no mencionado romance modernista.¹⁷

Em dezembro de 2007, tivemos o projeto de pesquisa *Preceptoras alemãs na Bahia e em Sergipe* aprovado na seleção para o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA¹⁸. Daí por diante e visando a produção desta tese, deixamos as preceptoras da ficção e passamos à preceptoras que viveram no Brasil do século XIX, estudando suas experiências e contribuições ao campo cultural. Nesse sentido, este trabalho estuda a presença de preceptoras europeias no Império do Brasil, investigando indícios perscrutados, sobretudo, em escritos íntimos, como cartas, textos de memórias, autobiografias, dentre outros documentos.

Os procedimentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural constituem o norte do nosso trabalho¹⁹ e, por isso mesmo, entre os conceitos utilizados, destacam-se:

¹⁵Desdobramento do trabalho de conclusão de curso mencionado na nota anterior, o livro foi publicado com o patrocínio de descendentes de Aurélia Dias Rollemberg e com o apoio da UFS (ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005).

¹⁶ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Educando as filhas do Barão. In: _____. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 147-159. É preciso assinalar que, até então, o fenômeno da preceptoria não havia sido estudado em Sergipe. Sobre os estudos de História da Educação no referido estado, consultar: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Educação é História, 1).

¹⁷ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **A preceptora: representações em Amar, verbo intransitivo** de Mário de Andrade. São Cristóvão/SE, 2007, 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação), NPGED/UFS. Inicialmente, buscamos reconstituir aspectos ligados à produção e à circulação da obra estudada. Em seguida, enveredamos pelas representações construídas por Mário de Andrade acerca da preceptora europeia, materializada na figura literária de Fräulein Elza. Finalmente, voltamos à fusão literária entre os papéis de educadora e prostituta (“professora de amor”).

¹⁸ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Preceptoras alemãs na Bahia e em Sergipe (1860-1920)**. Salvador, 2007, 20 p. Projeto de Pesquisa (Doutorado em História), PPGH/UFBA.

¹⁹Em acordo com a definição de Roger Chartier, entendemos que a Nova História Cultural “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é

saber indiciário e circularidade cultural, a partir dos estudos do historiador italiano Carlo Ginzburg; e *representação*, a partir dos estudos do historiador francês de Roger Chartier.

O *saber indiciário* é, para Ginzburg, desdobramento de um paradigma que “emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas” a partir da década de 1870, apontando para a importância do *indício* enquanto detalhe revelador de uma dada experiência humana e buscando “reconduzir ao conhecimento histórico não mais fenômenos aparentemente atemporais, mas fenômenos aparentemente negligenciáveis”²⁰. Inspirados por essa ideia, buscamos apreender o que está além da “superfície aveludada do texto”, atentos ao emaranhado dos fios que formam a malha textual das cartas, memórias, autobiografias e outros documentos inquiridos neste estudo, cientes de que “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”.²¹

A leitura que Ginzburg faz do conceito de *circularidade entre as culturas* nos servirá de lente para interpretar o papel das preceptoras europeias na formação cultural das elites

construída, pensada, dada a ler”. Nesse sentido, “[...] pode-se pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” [CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade). p. 16-17 e 19]. Foi, sobretudo, a partir da década de 1990 que, guiados pela Nova História Cultural, os estudos de História da Educação no Brasil ampliaram o conceito de fonte histórica, os objetos de estudos e os recortes temporais. A influência da Nova História Cultural sobre os historiadores da educação fez com que o interesse se deslocasse da investigação das normas para o estudo das práticas escolares. Sobre estas questões, consultar: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Historiografia da Educação e fontes”. **Cadernos da ANPEd**, Porto Alegre, n. 5, set., p. 7-64, 2000; e VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

²⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 10. Entre os textos que compõem o livro referenciado, atenção especial pode ser dada ao ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (p. 143-179), no qual Ginzburg busca reconstituir a trajetória do paradigma indiciário. Trata-se, como o próprio autor confessa no prefácio da obra, de “uma tentativa de justificar em termos históricos e gerais um modo de fazer pesquisas” (p. 7). Leia-se, o seu modo de fazer pesquisa, notável desde a publicação de *Os andarilhos do bem* (1966). Segundo Ginzburg, “de uma reflexão sobre a análise de perto, de tipo microscópico, nasceu ‘Sinais’”. De início, eu me propusera a justificar indiretamente meu modo de trabalho, construindo uma genealogia intelectual privada, que antes de mais nada contivesse um pequeno número de livros que julgava terem me marcado de modo particularmente profundo [...]. Depois, o projeto eclodiu em outras direções. Mais uma vez caí na tentação de analisar o objeto da pesquisa (um objeto que às vezes parecia-me inapreensível, pois em contínua expansão) num âmbito temporal longo, ou melhor, longuíssimo, mas concentrando-me numa série de pormenores investigados de perto” (p. 10).

²¹ *Ibid.*, p. 157.

brasileiras no século XIX²². Estudaremos, assim, “o relacionamento circular feito de influências recíprocas”²³ e travado nos lares das famílias que contratavam essas educadoras. Sobretudo nos dois últimos capítulos desta tese, iremos nos apropriar do conceito de *circularidade*, à medida que investigamos as experiências de uma preceptora alemã no seio de uma típica família da nossa antiga aristocracia.

Dos conceitos difundidos por Chartier, utilizaremos, sobretudo, o de *representação*²⁴, segundo o qual, ao criarem *representações do mundo social*, seus artífices “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”²⁵, deixando entrever interesses pessoais e de grupo²⁶. A análise das fontes e dos discursos de/sobre preceptoras europeias tomará esse conceito como lente, percebendo ser fundamental no ofício do historiador a identificação do “modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.²⁷

Para compreendermos o modelo de cultura no qual as elites brasileiras que aderiam à prática da preceptoria se espelhavam, recorreremos ao conceito de *civilização* difundido pelo sociólogo alemão Norbert Elias. Para ele, pensar a civilização é pensar um processo que teve início no Ocidente do século XII, caracterizando-se pelo refinamento dos costumes. Essa modificação dos padrões de sensibilidade e comportamento é atribuída à monopolização da violência pelo Estado e à extensão das redes de interdependência social. O modelo civilizacional dos europeus era, segundo o autor, aspirado por outras nações ocidentais²⁸. Dessa forma, a contratação de preceptoras pode ser interpretada como um dos

²²No Brasil, um marco nos debates sobre a circularidade entre as culturas foi a publicação, em fins da década de 1980, da obra *O queijo e os vermes* (GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

²³GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13.

²⁴Esse conceito foi (re)elaborado em diversas obras do historiador Roger Chartier, entre as quais: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade); CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998; CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998; CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

²⁵CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade). p. 19.

²⁶Segundo Chartier, as representações do mundo social, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade). p. 17.

²⁷Ibid., p. 16.

²⁸ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

instrumentos legitimadores do processo de expansão da Europa para além de seus limites físicos.

Em se tratando de interlocutores, não são muitas as nossas opções, mesmo considerando os estudos surgidos nos últimos anos sobre a história da preceptoría no Brasil. Em 2000, a professora Marly Bicalho Ritzkat publicou o texto que, efetivamente, inaugurou o tema no âmbito acadêmico. A grande vitrine para o artigo *Preceptoras alemãs no Brasil* foi a obra *500 anos de educação Brasil*, que reúne textos de destacados pesquisadores da nossa historiografia educacional²⁹. Em 2004, veio a público a obra da professora Maria Celi Chaves Vasconcelos, tese desenvolvida na Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio³⁰. Trata-se do mais amplo e importante trabalho sobre a educação doméstica no Brasil do século XIX, publicado em 2005 pela editora Gryphus sob o título *A casa e os seus mestres*.³¹

Ritzkat e Vasconcelos, baseadas nas cartas da preceptora alemã Ina von Binzer³² e em anúncios de jornais paulistas e cariocas (dentre outras fontes), estudaram a preceptoría no sudeste do país, levando-nos a supor que a referida prática educativa era um distintivo das elites da Corte e da florescente São Paulo, regiões enriquecidas com a agroindústria cafeeira. Assim, no “Brasil antigo”, nas províncias do Norte do Império, as preceptoras não teriam encontrado terreno fértil e mesmo “as meninas bem nascidas” viviam reclusas e imersas em um anacrônico universo patriarcal.

Ao longo de cinco capítulos, pretendemos investigar o universo de preceptoras europeias que viveram em grandes centros ou na periferia do Império do Brasil e, para

²⁹ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 269-290 (Coleção Historial, 6).

³⁰ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio.

³¹ _____. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005. Entre os desdobramentos do livro de 2005 estão: _____. Vozes femininas do oitocentos: o papel das preceptoras nas casas brasileiras. In: LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (organizadoras). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008. p. 19-45; _____. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (organizadores). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história educação**. Vitória-ES: EDUFES, 2011 (Coleção Horizontes da pesquisa em História da Educação no Brasil, 9). p. 1-25.

³² Ina von Binzer veio para o Brasil em 1881, contratada para educar os filhos de uma rica família do interior do Rio de Janeiro. Sua aventura educacional durou até 1883, após passar por um colégio de moças, por uma tradicional família paulistana e, finalmente, por uma fazenda do interior de São Paulo. Dessa jornada, Ina, usando o pseudônimo de Ulla von Eck, legou-nos 40 cartas, onde narra com minúcia as *alegrias e tristezas* de sua missão pedagógica.

tanto, enveredar pelo cotidiano de famílias da nossa antiga elite política e econômica. Nos dois primeiros capítulos, estudaremos uma carta de fins da década de 1870, documento repleto de *indícios* reveladores da prática da preceptoria entre os nossos antepassados. No terceiro capítulo, lançaremos um olhar mais detido sobre as experiências da autora da carta, que atuou como preceptora da família imperial brasileira nas décadas de 50 e 60 do século XIX. No quarto e quinto capítulos, perscrutaremos a *representação* construída por uma memorialista acerca de sua preceptora alemã, investigando as experiências partilhadas pela educadora junto a uma típica família da elite política brasileira do século XIX.

1 A carta da condessa

Paris, 15 de abril de 1879. É um fim de tarde de primavera e o sol ainda ilumina o charmoso Parque Monceau, no noroeste da cidade, lado direito do Sena. Nos arredores do parque, uma ilustre moradora, debruçada sobre sua escrivaninha, olha a colorida paisagem pela janela e, novamente inspirada, apanha a caneta-tinteiro e segue na escrita de uma carta.

Estamos diante do número 84 do Bulevar Malesherbes, no *Quartier de l'Europe*, 8º *arrondissement* de Paris, uma zona habitada por famílias afortunadas e muitos estrangeiros. O imóvel em estilo eclético é uma típica *maison* parisiense da segunda metade do século XIX e possui cinco pisos. Sua portada monumental, em arco pleno, enquadra-se nos dois primeiros pavimentos. No andar térreo, voltadas para o bulevar, existem três janelas retangulares do lado esquerdo e duas do lado direito. Nos demais andares existem, em cada um, seis janelas-portas, encimadas por frontões triangulares ou arqueados e dotadas de guarda-corpos de ferro. A casa possui um porão e sua cobertura é coroada por água-furtada, provavelmente em ardósia.³³

A mulher que avistamos escrevendo diante de uma das janelas do segundo andar é Luísa, viúva de um nobre francês que, já sexagenária, vive ali com o seu filho Horace-Dominique, um jovem de 25 anos que acabara de ingressar na carreira diplomática³⁴. A carta é destinada a um amigo da Província de Sergipe, no norte do Brasil, e trata do jovem “V. Galvão”, que, sob os cuidados da escrevente, estuda em um internato francês.³⁵

Do outro lado do Atlântico, no Império do Brasil, Luísa é conhecida tão somente como Condessa de Barral, nome que é sinônimo de poder em uma terra governada por D. Pedro II, seu amante há mais de duas décadas.³⁶

³³ Maiores detalhes sobre o endereço da Condessa Barral na capital francesa constam em: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Nas trilhas da Condessa. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 1º e 2 maio 2011. Caderno A, p. 7.

³⁴ Os dados sobre a Condessa de Barral foram extraídos da sua mais recente e completa biografia, escrita pela historiadora Mary Del Priore (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008).

³⁵ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. 2 f. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

³⁶ Sobre a longa relação entre a Condessa de Barral e o imperador D. Pedro II, consultar: DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Também relacionamos, ao final deste trabalho, outras referências (documentais e bibliográficas) sobre o tema.

Luísa Margarida Portugal e Barros nasceu a 13 de abril de 1816, na cidade de São Salvador, Capitania da Bahia de Todos os Santos. Legítima representante da açucarocracia baiana do Recôncavo, filha de Maria do Carmo Portugal e Barros (c. 1795-1831) e de Domingos Borges de Barros (1779-1855)³⁷, ela foi educada na França e lá se casou, em 1837, com o visconde Eugénie de Barral, pai do seu único filho, Horace-Dominique, nascido em 1854.³⁸

As estreitas relações de Luísa com a realeza brasileira tiveram origem na atuação do seu pai como diplomata a serviço do Brasil na França, entre 1824 e 1831³⁹. Decorre disso o fato de, em 1843, ela ter sido escolhida para dama de honra da Princesa de Joinville⁴⁰ e, entre 1856 e 1864, ter servido como preceptora às princesas Isabel e Leopoldina, filhas de D. Pedro II e D. Teresa Cristina⁴¹. Fruto dessa última experiência,

Luísa ganhou visibilidade e, vez por outra, interferia por um familiar ou amigos, atendendo a pedidos. Era invejada e considerada poderosa. Cartas lhe chegavam da Bahia em busca de favores e proteção. Os contatos que tinha na França faziam com que fosse procurada por todos que se atreviam a cruzar o Atlântico em busca de oportunidades.⁴²

Entre os seus contemporâneos, a Condessa de Barral era reconhecida como uma “alta personalidade política”⁴³. Agia nos bastidores, fazendo valer o ditado: “Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei”. Para ela, “ser amiga não era só ter sentimentos sutis por alguém.

³⁷ Os pais de Luísa eram proprietários dos engenhos São Pedro e São João, na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, comarca de Santo Amaro da Purificação.

³⁸ Esse breve perfil biográfico da Condessa de Barral é uma síntese da biografia escrita pela historiadora Mary Del Priore (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008).

³⁹ Domingos Borges de Barros era formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, escritor e poeta. Ganhou notoriedade na política e na diplomacia e esteve diretamente envolvido nas negociações para o reconhecimento da emancipação política do Brasil pela França, no reinado de Carlos X. Também participou das negociações para o segundo casamento de D. Pedro I, em 1829, com a Princesa de Leuchtenberg, Amélie de Beauharnais (1812-1876), uma nobre alemã, neta do rei da Baviera e enteada-neta de Napoleão Bonaparte.

⁴⁰ Francisca era irmã de D. Pedro II e casou-se, em 1843, com o Príncipe de Joinville, o vice-almirante François d'Orléans (1818-1900), filho de Louis Philippe I, rei dos franceses (1830-1848), e Marie Amélie de Bourbon.

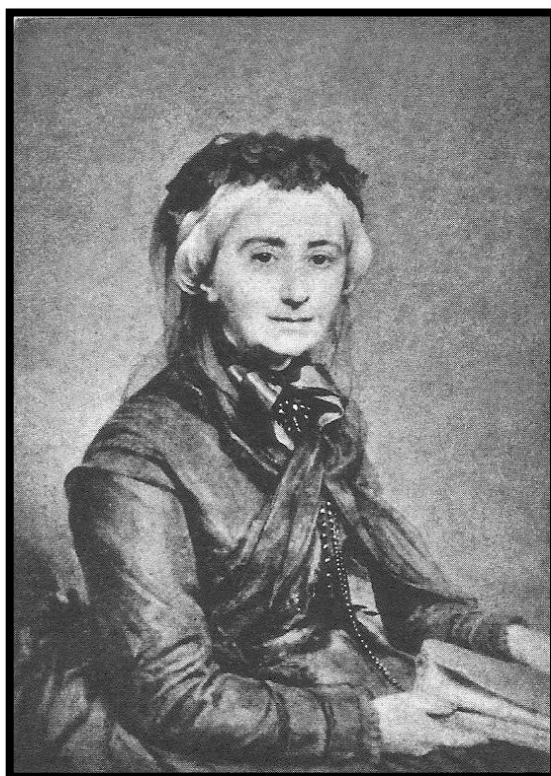
⁴¹ A Condessa de Barral e a Princesa de Joinville nutriram uma duradoura relação de amizade e cumplicidade. Em 1856, quando estava vivendo em Claremont (Inglaterra), a princesa escreveu ao irmão D. Pedro II, dizendo: “Estou encantada sabendo que a Barral aceitou o lugar de aia. Não podias ter acertado melhor [...]. Eu escrevo como me pediste a todos do paço para recomendar-lhes a Barral como sendo uma pessoa muito minha amiga, é brasileira, e merece toda a confiança que lhe debes dar para que ela possa empreender o seu lugar [...]”. Estava, assim, documentado o vínculo entre Barral e Joinville (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 133).

⁴² DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 157.

⁴³ Artur de Azevedo, em texto de 1891, publicado no *Correio do Povo* e transcrito em: DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 02.

Significava partilhar lugares de ajuda mútua e solidariedade”⁴⁴. Del Priore a descreve como uma mulher que, “dona de personalidade forte, culta, poliglota e elegante, não deixava escolhas: era amada ou detestada”.⁴⁵

Imagem 1 – A Condessa de Barral em princípios da década de 1880⁴⁶



Vencidos alguns anos desde a escrita da carta de 15 de abril de 1879, a Condessa de Barral pousou para o concorrido estúdio Ferrier & Lacadre de Paris. Na emblemática fotografia de 1882, a dama de olhar profundo e discretíssimo sorriso foi retratada como uma viúva elegante e letrada. À francesa, vestia luxo e luto. Interrompida em sua leitura, usava o polegar direito para marcar o livro. Era, sem dúvida, a autoimagem que a nossa missivista gostaria de legar ao futuro.

⁴⁴ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 234.

⁴⁵ Ibid., p. 16.

⁴⁶ FERRIER & LECADRE. **[Condessa de Barral]**. Paris, 1882. 1 fotografia, p&b. Acervo do IHGB. In: DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 177.

Quanto ao seu correspondente (cujo nome não foi devidamente registrado na carta), julgamos, inicialmente, tratar-se de um Fonseca Galvão, família sergipana que ganhou notoriedade no Império através de homens como Rufino Enéas Gustavo Galvão (1831-1909), o Visconde de Maracaju; Antonio Enéas Gustavo Galvão (1832-1895), o Barão do Rio Apa; e Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão (1837-1916), irmãos que se destacaram no campo político-militar e na magistratura.⁴⁷

Não era estranho pensar que a Condessa de Barral cultivasse amizades na Província de Sergipe. Seu raio de influência era amplo e nutrido por laços familiares e afetivos. Como dama de honra da Princesa de Joinville, entre 1843 e 1848, Barral “circulava entre diplomatas, políticos, militares, professores e amigos dos príncipes [franceses]”⁴⁸. No mesmo período, em seu concorrido salão na Rua d’Anjou, recebia:

[...] brasileiros, franceses, ingleses, italianos. Era comum os convidados ficarem para jantar e, depois, para jogar partidas de dominó ou de cartas [...]. Não raro, Chopin sentava-se ao piano ou Lablache cantava algum trecho inédito da ópera de Rossini que ia ser levada no teatro dos Italianos. Sobre a mesa, papel e tinta, e os irmãos Franz e Herman Winterhalter desenhavam retratos dos presentes [...].⁴⁹

Entre os brasileiros que frequentavam o salão d’Anjou, encontramos referência ao militar Paulo Barbosa da Silva (1774-1868), mordomo da Casa Imperial do Brasil que, em nome de D. Pedro II, convidaria a Condessa de Barral para o cargo de preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, em 1855⁵⁰. Contudo, no que diz respeito as suas vinculações com Sergipe, o mais provável é que ela tivesse estreitado laços com os Fonseca Galvão durante ou após o período em que esteve vivendo no Rio de Janeiro, usufruindo do prestígio de ser preceptora das princesas e “amiga íntima” do imperador.

Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju, contava 47 anos e era um militar de renome, sobretudo por ter liderado o grupo de engenheiros que atuou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e, depois, por ter chefiado as comissões que delimitaram as fronteiras

⁴⁷ Chegamos a essa hipótese a partir de um indício que, como veremos adiante, ajudará a revelar a identidade do destinatário da carta. A Condessa de Barral faz referência ao jovem “V. Galvão”, neto do seu interlocutor e que, sob os seus cuidados, estudava na França [BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2, anverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144)].

⁴⁸ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 115.

⁴⁹ Ibid., p. 119.

⁵⁰ Ibid., p. 131.

do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, na década de 1870. Compondo o seletor grupo dos presidentes indicados pelo imperador, ele governava a Província do Amazonas desde 7 de março de 1878.⁵¹

O irmão Antonio Enéas Gustavo Galvão contava 46 anos, também era militar e participou ativamente da Guerra do Paraguai⁵². Seu nome, contudo, ficaria ligado a um triste episódio da história do Rio de Janeiro, a Revolta do Vintém. Ele comandou as tropas que, violentamente, reprimiram as manifestações populares ocorridas entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880 e que gritavam contra a implantação da taxa de 20 réis (um vintém) sobre o transporte público urbano (os bondes).⁵³

Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, o mais jovem entre os três irmãos, contava 41 anos e havia trocado a magistratura pela política. Nesse sentido, em 28 de dezembro de 1872 foi nomeado presidente da Província de Sergipe, cargo que ocupou entre 8 de março e 11 de novembro de 1873. Mas, ao que tudo indica, Manuel demorou-se em sua província natal até 1887, quando regressou à magistratura, tornando-se juiz de paz em São Fidelis e Itaguaí, na Província do Rio de Janeiro.⁵⁴

⁵¹ O Barão e, depois, Visconde de Maracaju governou a Província do Amazonas até 26 de agosto de 1879. Depois disso, governou as províncias do Mato Grosso (1879-1881) e do Pará (1882-1884) e foi conselheiro e ministro da Guerra em 1889, nos momentos finais do Império. Sob a República e já tenente-general reformado, tornou-se membro do Supremo Tribunal Militar, em 2 de julho de 1903. A participação desse sergipano na história político-militar do Brasil precisa ser estudada com mais atenção. Os documentos (alguns autobiográficos) citados no dicionário de Armindo Guaraná são excelentes pistas para os pesquisadores (RUFINO Enéas Gustavo Galvão, Visconde de Maracajú. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 249-251).

⁵² Assim como o irmão Rufino, Antonio também ostentou um título nobiliárquico, o de Barão do Rio Apa, concedido pelo imperador em 1889. O advento da República retirou-o, apenas temporariamente, da cena político-militar, pois, em 1891, foi promovido à patente de general e, em 1893, à de marechal do Exército, tendo ocupado o cargo de ministro da Guerra, entre 13 de abril de 1893 e 31 de janeiro de 1894, e ministro do Supremo Tribunal Militar, até a sua morte, em 1895 [ANTONIO Enéas Gustavo Galvão, Barão do Rio Apa (Marechal). In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 20-21].

⁵³ Em 2007, o historiador José Murilo de Carvalho lançou um novo olhar sobre a referida revolta, destacando a desastrosa atuação do militar sergipano (CARVALHO, José Murilo de. A guerra do vintém. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, ago. 2007).

⁵⁴ Segundo Epifânio Dória foi desastrosa administração de Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão frente à Província de Sergipe, consequência da forte oposição promovida por líderes do Partido Conservador e, também, dos desdobramentos da epidemia de varíola que se alastrou pela província. Antes disso, Manuel foi promotor público em Laguna, na Província de Santa Catarina, entre 1859 e 1860, e juiz municipal em Jacaré, na Província de São Paulo, entre 1860 e 1869. De volta à Província de Santa Catarina, foi juiz de Direito em Lages, entre 1869 e 1871, e em Laguna, entre 1871 e 1872. Envolveu-se no campo político e foi eleito deputado provincial e, depois, deputado geral, entre 1869 e 1872. Além disso, enquanto vice-presidente, assumiu o governo da Província de Santa Catarina em três ocasiões: entre 22 de novembro de 1869 e 3 de janeiro de 1870; entre 10 e 11 de abril de 1871; e entre 13 de novembro de 1872 e 27 de janeiro de 1873. Em 1887, já não estava mais na Província de Sergipe, constando ter voltado à magistratura, tornando-se juiz de

Contudo, nossa hipótese sobre a identidade do destinatário da carta não apontava para nenhum dos três irmãos e sim para o patriarca da família, o militar pernambucano José Antonio da Fonseca Galvão, que se estabeleceu e ampliou sua família em Sergipe na década de 1830.

Entre os muitos netos de José Antonio, encontramos referência a Victor da Fonseca Galvão, filho de Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão e de Maria Carolina Rombo Galvão, nascido em princípios da década de 1870⁵⁵. Ele poderia ser o “V. Galvão” mencionado na carta que a Condessa de Barral.⁵⁶

De toda sorte, quase nada sabíamos sobre o provável interlocutor da condessa. Armindo Guaraná, ao tratar dos dados biobibliográficos de Rufino Enéas Gustavo Galvão (Visconde de Maracaju), de Antonio Enéas Gustavo Galvão (Barão do Rio Apa) e de Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, registrou que esses eram filhos do “brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão e [de] D. Marianna Clementina de Vasconcellos Galvão”⁵⁷. Luiz Antônio Barreto, por sua vez, registrou que o referido patriarca era general de brigada e teria nascido em Igarassu, na Província de Pernambuco, em 1802. Informou, ainda, que “o militar, que assentou praça em 1817, chegou em Sergipe, como avulso, por volta de 1830 [...], ocupando-se da lavoura, sem perder, contudo, as Comissões para qualificar os oficiais idôneos para o quadro do Exército”.⁵⁸

paz em São Fidelis e Itaguaí, na Província do Rio de Janeiro. Em junho de 1890, foi elevado a desembargador do Tribunal da Relação do Mato Grosso e, no mesmo ano, transferido para o Tribunal da Relação de Pernambuco. Foi presidente do Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco entre 1897 e 1902, quando se aposentou. Viveu em Recife até a sua morte, em 1916, aos 78 anos (MANUEL do Nascimento da Fonseca Galvão, Desembargador. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 215-216; DÓRIA, Epifânio. **Efemérides sergipanas**. Aracaju: J. Andrade, 2009. vol. I, p. 239-241 e 294-295).

⁵⁵ Epifânio Dória registrou que Manuel e Maria Carolina constituíram uma família numerosa (DÓRIA, Epifânio. **Efemérides sergipanas**. Aracaju: J. Andrade, 2009. vol. I, p. 240). Além disso, localizamos outros registros da descendência de José Antonio da Fonseca Galvão e de sua esposa Marianna Clementina de Vasconcellos Galvão. Os descendentes do filho Rufino (Visconde de Maracaju) estariam, sobretudo, no Rio de Janeiro, os do filho Antonio (Barão do Rio Apa), no Paraná, e os do filho Manuel, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Sobre esses últimos, consultamos: ROMBO, Giorgio. A família Rombo pelo mundo. **João do Rio** – Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, n. 21, out./nov. 2006. Disponível em: <<http://www.joaodorio.com/Arquivo/2006/10,11/genealogia.htm>> Acesso em: 09 jun. 2011.

⁵⁶ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2, anverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

⁵⁷ GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 20, 215 e 249.

⁵⁸ Sem citar a fonte consultada, Barreto registrou que José Antônio teria falecido em 1866, em Santa Catarina, dado que, como veremos adiante, é inconsistente (BARRETO, Luiz Antônio. O Visconde de Maracaju e seus irmãos sergipanos. In: _____. **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007. p. 305).

Presumimos que, quando a carta da condessa foi escrita, o brigadeiro José Antonio contava cerca 70 anos e, possivelmente, era viúvo⁵⁹ e morava em uma cidade, vila ou engenho da Cotinguiba, zona de economia pujante, graças à produção e comercialização de açúcar.⁶⁰

Como já havíamos registrado, Manuel, o filho caçula de José Antonio, era casado com Maria Carolina Rombo Galvão, que, por sua vez, descendia de uma próspera família italiana que se estabeleceu no Rio de Janeiro em meados da década de 1820. Nesse sentido, atraía-nos a possibilidade de que, em fins da década de 1870, o referido casal vivia em Sergipe, tinha cerca de oito filhos e um deles, o mais velho entre os homens, estudava em Paris.⁶¹

Uma resposta conclusiva para a identificação do destinatário da carta poderia ser dada se localizássemos a carta-resposta à Condessa de Barral. É bem provável que ela tenha existido ou ainda exista, pois, na margem superior do reverso da segunda página do

⁵⁹ As datas de nascimento dos filhos Rufino, Antonio e Manuel indiciam a idade aproximada do patriarca, que deve ter nascido na primeira década do século XIX. Além disso, a autora da carta despede-se, dizendo: “Adeos Ex^{mo}. Senhor reparta [com] sua / Filha meus cumprimentos e os [co]mprimmentos / de meu Filho”. Em se tratando de uma mulher afeita às regras da “boa sociedade”, a Condessa de Barral não deixaria de estender seus cumprimentos à esposa de seu interlocutor, caso ela ainda fosse viva [BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2 reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144)].

⁶⁰ A referência à Cotinguiba leva em conta o fato do filho Rufino ter nascido em Laranjeiras e do filho Antonio ter nascido em Nossa Senhora do Socorro. A histórica Cotinguiba, principal zona produtora de açúcar da Província de Sergipe, corresponde à intersecção entre as atuais microrregiões de Aracaju, do Baixo Cotinguiba, do Cotinguiba e de Japaratuba com as bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Japaratuba. Assim, dela faziam parte os territórios dos atuais municípios de: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Carmópolis, Divina Pastora, Siriri, Capela, Pirambu e Japaratuba. No período estudado, esses espaços já eram populosos e densamente povoados, contando com importantes cidades (Aracaju, Maruim e Laranjeiras), vilas (Capela, Japaratuba, Siriri, Rosário do Catete, Divina Pastora, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e Nossa Senhora do Socorro) e povoações, além de muitos engenhos de açúcar. Dessa forma, a Cotinguiba era o epicentro da vida econômica, política e sociocultural sergipana [FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coordenadoras). **Atlas Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2007. pp. 37-45, 84-87].

⁶¹ Giorgio Rombo, citado em nota anterior, relacionou a vasta prole de Manuel e Maria Carolina. Eram seus filhos: Maria Carolina da Fonseca Galvão, que teria falecido solteira; Elisa da Fonseca Galvão, que teria casado com Joaquim Rafael Cavalcanti de Albuquerque; Victor da Fonseca Galvão, que teria falecido solteiro; Mariana da Fonseca Galvão, que teria falecido solteira; Felismina da Fonseca Galvão, que teria casado e deixado descendência com Alfredo Diamantino Torres Bandeira; Mercedes da Fonseca Galvão, que teria falecido solteira; João da Fonseca Galvão, que teria falecido solteiro; e Manuel Victor da Fonseca Galvão, que teria casado e deixado descendência com a prima Maria Amélia Rombo. Após 1879, teriam nascido: Luiza da Glória da Fonseca Galvão, que teria falecido solteira; José da Fonseca Galvão, que teria casado com Inês Telles Ferreira; Maria Madalena da Fonseca Galvão, que teria casado com o primo Francisco José Jayme Galvão; Marieta da Fonseca Galvão, que teria casado e deixado descendência com Paulo Guedes Pereira; Mariana da Fonseca Galvão, que teria falecido solteira; e Olinda de Araújo da Fonseca Galvão.

documento, há uma “nota de mão alheia” que informa: “Condessa de Barral/15 de Abril de 1879/Recebida. 10 de Maio/Respondida 12 Dº –”.⁶²

O Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis, poderia ser o guardião dessa carta-resposta, pois, em 1948, o Marquês de Barral e Montferrat doou a correspondência passiva de sua avó àquela instituição, originando a chamada Coleção Barral Montferrat. Na década seguinte, tal *corpus* documental foi editado em obras de autores como Raimundo Magalhães Júnior e Alcindo Sodré⁶³. Mas o paradeiro da missiva continuou sendo uma incógnita para nós, mesmo após consultar as obras de Magalhães Júnior e Sodré e o inventário da Coleção Barral Montferrat.⁶⁴

Ainda assim, indícios apontavam para o brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão enquanto o interlocutor da Condessa de Barral. Seria ele o avô empenhado em garantir a boa educação dos seus netos⁶⁵. Agarrados a essa ideia, seguimos estudando a missiva oitocentista até esbarrarmos em documentos que reorientaram o nosso percurso.

As *Memórias* do Visconde de Taunay (1843-1899), escritas na década de 1890 e publicadas, somente, na década de 1940, colocaram por terra aquela hipótese ao legar um importante testemunho sobre Guerra do Paraguai⁶⁶. O célebre escritor, que fora segundo-tenente de artilharia na Comissão de Engenheiros da Expedição do Mato Grosso, esteve

⁶² BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2 reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

⁶³ MAGALHÃES JÚNIOR, R. **D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada**. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956; SODRÉ, Alcindo. **Abrindo um cofre**. Cartas de dom Pedro II à condessa de Barral. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956; MONTEIRO, Mozart. **A vida amorosa de D. Pedro II**. [Rio de Janeiro]: O Cruzeiro [1962] (Brasília, 5).

⁶⁴ Consultamos o inventário da Coleção Barral Montferrat, no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em outubro de 2011.

⁶⁵ Sobre o método indiciário, consultar: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 143-179.

⁶⁶ As *Memórias* representam o canto do cisne do Visconde de Taunay, engenheiro militar, político e literato imortalizado, sobretudo, pela obra *Innocência*, publicada em 1872 (DINART, Sylvio. **Innocência**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872). Suas reminiscências sobre a Guerra do Paraguai fazem parte da longa e reveladora narrativa autobiográfica, cujas experiências descritas remetem ao período compreendido entre princípios da década de 1840 e fins da década de 1880. Além disso, segundo o próprio memorialista, o tema da Guerra do Paraguai havia sido abordado em outros trabalhos de seus, como: TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **A retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874; _____. Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a Província de Matto Grosso. 1865-1866. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethografico do Brasil**, tomo XXXVII, parte segunda, p. 79-177 e 209-339, 1874; DINARTE, Sylvio. **Historias Brasileiras**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874; _____. **Narrativas Militares: scenas e typos**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.

subordinado e tomou parte nas “aventuras dramáticas e até trágicas” do brigadeiro José Antonio da Fonseca Galvão.⁶⁷

O objetivo da expedição era “marchar [...] para Miranda, ocupar todo o distrito, desalojar o inimigo dos pontos que por ventura ainda ocupassem e ir ter à fronteira do Apa, fazendo a bandeira nacional flutuar de novo na extrema divisa do Império!”.⁶⁸

À frente da coluna expedicionária esteve o brigadeiro José Antônio, homem de ação, descrito por Taunay como sendo:

Todo miúdo na figura, com os olhos pequeninos, mas vivíssimos, ativo e desconfiado, trajava sempre com muita limpeza, gostando de estar a cavalo o dia inteiro.

Claudicava no português [...], o que para nós constituía gravíssimo ponto de acusação e escurecia as qualidades que o bom velho poderia ter e com efeito tinha. Era soldado na extensão da palavra, muito amigo dos comandados e muito mais dos soldados, do que dos oficiais, o que não significava pouco.

Não tinha, aliás, pretensão alguma em saber mais do que aprendera na prática dos batalhões, e ufanava-se de ser simplesmente *tarimbeiro* e cumpridor exato dos deveres de oficial de fileira. Disto tive imediata prova.⁶⁹

Tinha a suprema ambição de chegar ao generalato e com efeito ficou em extremo ufano com a graduação de brigadeiro.

– “Sou *general* de verdade, exclamava todo cheio de si, e não de brincadeira e por favor!”.⁷⁰

Todavia, a campanha encontrou seus descaminhos e, conforme o testemunho de Taunay, “o velho Fonseca Galvão, justiça lhe seja feita, curtia, como zeloso chefe que era, sinceras aflições vendo a tropa do seu comando coberta de verdadeiros farrapos e pèssimamente municada de bôca”⁷¹. A situação piorou em maio de 1866, quando chuvas torrenciais, “cada vez mais terríveis e desesperadoras”, ilharam os expedicionários nas proximidades do Rio Negro.

⁶⁷ TAUNAY, Visconde. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948 (Coleção Espelhos, 1) [Terceira parte (1865-1869), a partir do capítulo XV].

⁶⁸ Ibid., p. 199.

⁶⁹ Ibid., p. 190.

⁷⁰ Ibid., p. 239.

⁷¹ Ibid., p. 198.

Não tardou muito, e charcos imensos cercavam o terreno firme em que acampavam as desgraçadas fôrças, transformando-se em medonhos pauis, de léguas e léguas de extensão, que não só cobriam os caminhos mas se elevavam até à altura de elevadas árvores e impediam a passagem, quer para norte, quer para baixo.

Acresça-se a isto a falta de gado. A situação tomou visos de irremediável catástrofe.⁷²

Tornando ainda mais desesperadora a situação, um surto da doença que, posteriormente, ficaria conhecida como beribéri se espalhou, provocando significativas baixas nas tropas e deixando “o pobre velho general Fonseca Galvão” desgostoso e inquieto, “sem enxergar diante de si nenhum caminho aberto”.⁷³

Em 9 de junho de 1866 o brigadeiro José Antônio da Fonseca Galvão adoeceu e definhou rapidamente. A despedida do chefe foi atentamente registrada por Taunay, que, ao que tudo indica, sentiu-a com pesar.

Após algumas alternativas, para melhor ou pior, [Fonseca Galvão] veio a falecer a 13 [de junho], deixando entre os soldados e oficiais grata lembrança, pois, apesar de defeitos, oriundos, muito, da deficiente educação literária e científica, tinha qualidades militares e de barato dava a comodidade e o gozo próprios para bem dos comandados.

Já bastante idoso, debilitado pelo mau passadio, comum a todos, desde meses e meses, acabrunhado ao pêso da responsabilidade que o esmagava, testemunha do sofrimento e da miséria da soldadesca, a que não podia dar remédio, não dispunha mais de fôrças para resistir à invasão do mal que o prostrou, com facilidade, no leito de morte.

A divisão expedicionária fêz as honras, que pôde, ao chefe que a guiara desde o Rio dos Bois, até àquele desastrado ponto, dando as salvas do estilo o parque de artilharia [...]

Por alguns anos tosca e elevada cruz, com breve inscrição, protegeu à margem esquerda do Rio Negro os restos do brigadeiro graduado José Antonio da Fonseca Galvão.

Depois a mão piedosa do filho, Enéas, que para isto fêz viagem proposital, dalí os tirou.

Para os que assistiram ao enterramento do malaventurado velho, a cerimônia foi de funda e inesquecível melancolia em tarde carregada, ao som da artilharia, músicas fúnebres e descargas, toldado o céu brumoso por pesadas nuvens prenhes de eletricidade e água, naquela desolada e mortífera paragem.⁷⁴

⁷² Ibid., p. 289.

⁷³ Ibid., p. 294.

⁷⁴ Ibid., p. 295 e 296.

Trocando em miúdos, em 15 de abril de 1879, quando a Condessa de Barral escreveu a carta por nós estudada, contavam-se quase 14 anos desde o passamento do patriarca dos Fonseca Galvão. Diante dessa desconcertante constatação, vencer-se-iam alguns meses até que fôssemos socorridos por José Sebrão de Carvalho, historiador *outsider* conhecido como Sebrão Sobrinho, um dos grandes estudiosos dos bastidores da história de Sergipe.⁷⁵

Em suas *Laudas da História do Aracaju*, Sebrão registrou dados de valor conclusivo à nossa questão, notadamente ao justificar o fato de João Gomes de Mello (1809-1900), o Barão de Maruim, ter sido preterido ao Senado do Império em 1859⁷⁶. O autor explica que, para a lista tríplice submetida ao imperador, foram eleitos pela Província de Sergipe: o Barão de Maruim, com 275 votos; o comandante superior Antonio Diniz de Siqueira e Mello, com 253 votos; e o Barão da Cotinguiba, com 227 votos⁷⁷. Segundo ele, o candidato mais votado “a nenhum de seus dois concorrentes, aliás escolhidos a dedo por êle, receiava”, pois eram “dois nomes de valor na Província, apagados na Côrte, ambos residentes na Cotinguiba: o Barão, no engenho San-Bento, na Cotinguiba de Cima, o comandante superior, no Engenho Aruary, na Cotinguiba de Baixo”.⁷⁸

Entregando em nossas mãos o fio de Ariadne, Sebrão registrou que o segundo candidato mais votado “[...] era um lavrador rico também, porém provinciano, embora com filhos educados na Europa, em Paris, e uma das filhas casada com um médico ilustre, bem relacionado na Côrte: o dr. Valois Galvão, que era amigo da Condessa de Barral, pessoa da Casa de D. Pedro II....”⁷⁹

Finalmente deixávamos o labirinto para trás, certos de que o destinatário da missiva da Condessa de Barral era o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello (1812-1884), senhor do Engenho Aruary, em Santo Amaro das Brotas, e comandante superior da Guarda Nacional em Sergipe.

⁷⁵ Apropriando-nos de um conceito difundido por Norbert Elias e John L. Scotson e aplicando-o ao estudo da História da Historiografia, classificamos como *outsiders* os historiadores que, pouco afeitos aos rigores teórico-metodológicos do campo, não são reconhecidos como pares pelos historiadores estabelecidos e vinculados a instituições que legitimam sua produção. Grosso modo, as relações entre esses dois grupos são tensas. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁷⁶ SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955. p. 483-490.

⁷⁷ Ibid., p. 484.

⁷⁸ Ibid., p. 485.

⁷⁹ Ibid., p. 486.

O parlamentar teve como genro o prestigiado médico Raymundo de Valois Galvão (1819-1876), maranhense de “boa cepa” e amigo da influente condessa, que, por sua vez, deve ter se esforçado para que o D. Pedro II escolhesse o nome de sua predileção na lista tríplice da qual saiu o primeiro senador sergipano do Império.⁸⁰

Obviamente, os netos do senador Diniz, filhos do genro médico, ostentavam o sobrenome Valois Galvão e, logo, algum deles poderia ser apelidado, simplesmente, de V. Galvão, como registrou Barral na carta de 1879.

Renovado nosso fôlego, partimos em busca de outros dados sobre o interlocutor da condessa. Inicialmente, consultamos as principais sínteses sobre a história da Província de Sergipe, relendo páginas escritas por autores como Felisbello Freire, Maria Thetis Nunes e Ibarê Dantas, entre 1891 e 2009⁸¹. Desse primeiro esforço, concluímos que, entre os mais renomados historiadores sergipanos, o que melhor atentou para a figura do senador Diniz foi Ibarê Dantas, ao biografar Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), sobrinho do senador e político destacado entre a segunda metade do século XIX e princípios do século XX.⁸²

Diniz era filho dos finados Leandro Ribeiro de Siqueira e Mello e Maria Tereza de Jesus e Mello, antigos senhores do Engenho Itaperoá, em São Cristóvão, que provinham “de duas das mais destacadas famílias do século XVIII em Sergipe Del Rey”⁸³. Entre os irmãos de Diniz estava Rosa Benta de Siqueira Maciel (1807-1888), viúva do coronel Antônio Luiz de Araújo Maciel (179-/1850) e mãe do político Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, senhor do

⁸⁰ Ibarê Dantas, dialogando com estudos do padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, foi bastante pragmático ao analisar o processo que levou Diniz ao Senado do Império. Segundo o historiador, “como foi uma votação controvertida, marcada por fortes debates e acusações de irregularidades, envolvendo a pressão de influentes políticos nacionais, o Imperador terminou optando pelo moderado Antônio Diniz de Siqueira e Melo, que ocupou o cargo por 25 anos, de 1859 a 1884, quando faleceu” [DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 35, 94 e 95]. A interpretação de Dantas, diga-se, não se contrapõe a de Sebrão Sobrinho e dá uma visão mais geral dos fatos, sem se ater aos pormenores aos quais Sebrão se arvorou para justificar a primeira grande derrota política do seu venerado Barão de Maruim.

⁸¹ Considero como principais as seguintes sínteses sobre a história da Província de Sergipe: FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891 (Livro III, capítulos I a V); NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe, a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006; DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

⁸² DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009 (referências dispersas no capítulo 2 e entre os capítulos 6 e 11, além dos anexos).

⁸³ Ibid., p. 26.

engenho Entre Rios, em Japaratuba⁸⁴. Aliás, entre os oito “irmãos inteiros” e os três “meios-irmãos” de Diniz é provável alguns estivessem vivos e mantivessem contato estreito com o mano em 1879.⁸⁵

Por via materna, Diniz era parente dos Dias Coelho e Mello, rica e poderosa família, cujo membro de maior destaque na segunda metade do século XIX era o Barão da Estância (1822-1904), senhor do Engenho Escurial, em São Cristóvão, líder do Partido Liberal em Sergipe e deputado à Assembleia Geral.⁸⁶

Considerado um “político moderado”, Diniz era um dos pilares do Partido Conservador em Sergipe, agremiação constituída por facções que gravitavam em torno das figuras do Barão de Maruim, de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (sobrinho de Diniz) e do

⁸⁴ Também era filho de Rosa Benta e, portanto, sobrinho do senador Diniz o malfeitor Braz Diniz de Siqueira Maciel, célebre pelo “rpto da Jureminha”. Esse rumoroso episódio da história de Sergipe remete ao ano de 1864, quando Braz Maciel capitaneou o sequestro à jovem Joanna Ladislau de Faro Jurema (a Jureminha). Ela era filha de Maria da Glória de Faro Jurema e enteada de Felipe de Faro Motta, além de única herdeira de um vultoso patrimônio, que incluía os engenhos Massapê e Tanque de Moura (em Laranjeiras) e o Jurema (em Rosário do Catete). Repellido em suas intenções, Braz decidiu raptar a bela e aquinhoadada moça, tencionando desposa-la à revelia de seus pais. Após uma “dramática aventura por banhados, brejos e pastos de engenhos, dormindo ao ar livre, em palhoças improvisadas durante 21 dias” (Lima, 1960, p. 4), os contravetores foram presos e processados e a Jureminha devolvida aos seus. Os nomes do senador Diniz e do doutor Valois Galvão não foram poupados ao escândalo. A imprensa, conforme notou o historiador Ibarê Dantas, chegou a acusá-los de acobertar os raptos em seus engenhos – o Caieira e o Aruary, em Santo Amaro das Brotas. Fato é que o “rpto da Jureminha” carece de um estudo aprofundado, que recupere documentos oficiais relativos ao processo e coteje os registros legados por autores como Philadelpho Jonathas de Oliveira, Zózimo Lima, Emmanuel Franco, Antonio José da Silva Travassos e Ibarê Dantas (seguindo a cronologia de publicação e não produção de seus trabalhos). Os estudos de Emmanuel Franco, pelo registro da tradição oral e pela beleza do texto; e de Ibarê Dantas, pelo cotejo das versões anteriores e pela pesquisa em jornais como o *Correio Sergipense* e o *Jornal do Commercio*, destacam-se [OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. *Rapto de D. Joanna Ladislau de Faro Jurema - 1864. Registo de fatos históricos de Laranjeiras*. Aracaju: Casa Avila, 1942. p. 140-142; LIMA, Zózimo. *O rapto da Jureminha. Revista da Associação Sergipana de Imprensa*, Aracaju, n. 3, p. 3, 4 e 36, 1960; FRANCO, Emmanuel. *Jureminha. Revista da Academia Sergipana de Letras*, Aracaju, n. 28, p. 191-208, 1981; TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe...* Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004. p. 111-112; DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. p. 105-125 (capítulo 7)].

⁸⁵ Baseado no inventário *post-mortem* do pai e no testamento da mãe de Diniz, o historiador Ibarê Dantas relacionou os irmãos do senador. Mais velhos que ele eram as irmãs Maria Diniz do Amor Divino, Rosa Benta Espírito Santo, Ana Joaquina de Siqueira e Mello, Antônia de Jesus e Maria e os irmãos Francisco de Siqueira e Mello e José Ribeiro de Siqueira e Mello, nascidos entre 1806 e 1811. Depois dele, apareceram Joaquina Perpétua de Siqueira e Mello e Leandro Ribeiro de Siqueira e Mello, nos anos de 1814 e 1815, respectivamente. Além disso, fruto do segundo casamento de sua mãe, com o coronel Antônio Manoel de Souza Bastos, teve mais dois meios-irmãos: José Severiano e Maria São José. Em 1879, ao menos os irmãos Francisco e José Ribeiro já haviam falecido [DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. p. 32-35].

⁸⁶ O finado Barão de Itaporanga, coronel Domingos Dias Coelho e Mello (1782-1874) era pai do Barão da Estância e tio do senador Diniz [DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. p. 26 e 27].

médico Fiel José de Carvalho e Oliveira⁸⁷. No mais, Diniz era umbilicalmente vinculado ao município de Santo Amaro das Brotas, onde figurava enquanto rico proprietário rural e influente político, tendo sido vereador e presidente da Câmara daquela vila. O lugar de destaque que ocupava na Guarda Nacional estendia, contudo, sua influência ao município vizinho, sendo ele coronel e comandante superior dos batalhões de Laranjeiras e Santo Amaro.⁸⁸

O “moderado” senador era bastante respeitado em sua província, onde mantinha relações amistosas com correligionários e adversários políticos. Prova disso é a estreita amizade com o já mencionado Barão da Estância, seu primo e líder dos liberais em Sergipe. As reminiscências de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952), filha daquele chefe liberal, registram que o parente conservador desfrutava da intimidade de sua família e influía, inclusive, na escolha dos rapazes dignos de cortejar as “cobiçadas” sinhazinhas do Escurial.⁸⁹

Contudo, quando os seus interesses estavam em jogo, Diniz não titubeava e mostrava-se desassombrado. Assim o foi em 1869, quando, para defender os interesses políticos-familiares, confrontou-se com o Barão de Maruim, que pretendia excluir das eleições à Assembleia Geral Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, o já mencionado sobrinho e grande aliado político de Diniz.

A pretensão do Barão [de Maruim] de impor o nome de seus sobrinhos e deixar Leandro Maciel de fora da chapa não se consumou, pois o senhor do Serra Negra tinha um parente no Senado, Antonio Diniz de Siqueira e Melo, que se deslocou para a sua terra e passou a lutar pela postulação do seu sobrinho. Criado o impasse, o caso foi parar na mesa do presidente da Província, Evaristo Ferreira da Veiga (27.11.1868 a 18.06.1869), que intermediou a questão e garantiu a inscrição de Leandro Maciel.⁹⁰

⁸⁷ Em 28 de fevereiro de 1876, o Barão de Cotegipe escreveu ao amigo João Ferreira de Araújo Pinho, presidente recém-empossado da Província de Sergipe, e registrou: “Creio que o partido conservador acha-se aí em grande maioria; mas dividido em grupos que mal se sujeitam à conciliação que o governo deseja e promove. [...] Esses grupos – Maciel, Maroim, e Fiel – olham-se com desconfiança, e cada qual pretende a primazia.” (PINHO, Wanderley de. Presidente da Província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 21, p. 33, 1955).

⁸⁸ **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 5 maio 1860, p. 1; **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 11 jan. 1866, p. 3..

⁸⁹ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 81.

⁹⁰ DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 132.

Conservadores e rivais, Diniz e Maruim conviviam na Corte, mas tinham como prepostos na Província de Sergipe os seus sobrinhos, os bacharéis Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e Manoel José de Menezes Prado (1844-1897). Na mencionada eleição de 1869, por exemplo, os dois pupilos foram eleitos, cada um com 235 votos, dividindo os eleitores do 1º distrito de Sergipe.⁹¹

Para além da bibliografia historiográfica, referências ao senador Diniz são facilmente localizadas em dois testemunhos bastante conhecidos pelos estudiosos do passado sergipano: a narrativa encomendada ao médico e jornalista baiano Luiz Álvares dos Santos, cobrindo a passagem do imperador D. Pedro II e da imperatriz dona Teresa Cristina pela Província de Sergipe, em janeiro de 1860; e o conjunto de anotações feitas pelo próprio imperador D. Pedro II, durante sua permanência em terras “sergipenses”⁹². Esses documentos atestam o prestígio político do senador Diniz.

Entre os dias 11 e 21 de janeiro de 1860, período de permanência do augusto casal na Província de Sergipe, Diniz tomou parte e ocupou lugar de destaque nos festejos e recepções aos monarcas. Assim o foi, por exemplo, na noite do dia 11, sobre a qual Luiz Álvares fez o seguinte registro:

As 7 e meia horas da noite começou o Te-Deum, ficando a Igreja [de São Salvador, no Aracaju,] cheia pelo numeroso concurso do povo.

A’ esta cerimonia concorrerão todas as autoridades civis, ecclesiasticas e militares, bem como o Senador da Provincia e os Deputados geraes, que se achavão na Capital.

[...] Finda a cerimonia religiosa, o que teve logar as 9 e meia horas da noite [...] todas as Senhoras acompanharão SS. MM. entrando no Paço, o que fizerão tambem alguns cavalleiros, que ficarão então dentro do Paço para o beijamão [...]. Algum tempo depois SS. MM. derão beijamão, a que concorrerão todos os Cidadãos, tendo começado a cerimonia pela Commissão dos festejos na Capital [...]. Seguirão os Deputados Geraes, Senadores, os Consules, e depois todos indistinctamente.⁹³

⁹¹ Ibid., p. 134.

⁹² SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe, ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiverão logar por ocasião da visita que fizerão á mesma provincia Suas Magestades Imperiaes em janeiro de 1860**. Bahia: Typographia do Diario, 1860; DIÁRIO do imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 26, p. 64-78, [1965].

⁹³ SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe...** Bahia: Typographia do Diario, 1860. p. 10-12.

O jornalista, ao mencionar “o senador da província”, estava se referindo, evidentemente, a Antonio Diniz de Siqueira e Mello, único sergipano no Senado do Império até 1861.⁹⁴

Diniz e o médico Raymundo Valois Galvão, seu genro, compuseram a comissão que apresentou as congratulações da Câmara Municipal da vila de Santo Amaro aos imperadores D. Pedro II e dona Teresa Cristina, na noite do dia 12⁹⁵. Contudo, foi no baile oferecido ao casal na noite de 13 de janeiro, em Aracaju, que o prestígio do senador se fez mais visível. Ele foi o terceiro, entre quatro escolhidos, a dançar uma quadrilha com a imperatriz Teresa Cristina, sendo antecedido pelo conselheiro João de Almeida Pereira, ministro e secretário de estado dos Negócios do Império, e pelo presidente da Província de Sergipe, Manuel da Cunha Galvão. Uma de suas filhas, provavelmente dona Emeliana Diniz Dantas Galvão, esposa do médico Raymundo Valois Galvão, teve a honra de dançar a segunda quadrilha com o imperador, logo depois da esposa do presidente da província, dona Clemência da Cunha Galvão.⁹⁶

Na passagem do imperador pela antiga capital da província, São Cristóvão, e pelo Engenho Escurial, também naquele município, lá estava o senador Diniz, fosse orquestrando a parada da Guarda Nacional ou tomando parte em lautos banquetes⁹⁷, fato que não deve ser tomado como surpresa pois, conforme assinalou Taunay, “naquele tempo, quem dizia

⁹⁴ Em 1861 o Barão de Maruim tomou assento naquela câmara [DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 476].

⁹⁵ SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe...** Bahia: Typographia do Diario, 1860. p. 50.

⁹⁶ Ibid., p. 73 e 74.

⁹⁷ Por volta das oito horas do dia 17, o imperador encontrou, nas ruas de São Cristóvão, “A divisão da Guarda Nacional commandada pelo Sr. Senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello. [Ela] formava alas desde a entrada da Cidade até o Paço”. Na manhã seguinte, no Engenho Escurial, foi a vez de Diniz sentar à mesa com o imperador e outras autoridades, quase todas vinculadas ao Partido Liberal, adversários políticos com os quais o senador matinha boas relações, a exemplo do seu primo, o anfitrião Antonio Dias Coelho e Mello. Aliás, seus tios e primos da família Coelho e Mello se destacaram entre os súditos que receberam o monarca na vetusta São Cristóvão, tendo seus nomes registrados na narrativa de Luiz Álvares dos Santos e nas anotações do imperador D. Pedro II. Não por acaso, meses depois da “viagem imperial”, o coronel Domingos Dias Coelho e Mello foi laureado com o título de Barão de Itaporanga e, sete anos depois, seu filho Antonio recebeu o título de Barão da Estância, uma referência direta à propriedade rural que tão bem recepcionou o governante em 1860 (SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe...** Bahia: Typographia do Diario, 1860. p. 101 e 114; DIÁRIO do imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 26, p. 69-71 e 74-75, [1965]).

senador do Império era o mesmo que falar de *lord* na Inglaterra, espécie de ente excepcional, credor de tôdas as honras e todos os respeitos”.⁹⁸

Foi na condição de senador que Diniz se aproximou da família imperial brasileira e seus agregados. Desde sua chegada ao Senado, em 1859, até as vésperas de sua morte, em 1884, os jornais cortesãos registraram sua assídua frequência ao Paço Imperial em São Cristóvão, nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro registro que localizamos remete à recepção ocorrida em junho de 1859, quando o imperador D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina ainda desfrutavam da companhia das princesas imperiais Isabel e Leopoldina, meninas-moças cultivadas por uma nobre aia, a Condessa de Barral.⁹⁹

Vez por outra, em suas idas e vindas ao paço, Diniz desfrutava da companhia de parentes e políticos de Sergipe, como o primo e líder liberal Antonio Dias Coelho e Mello (1822-1904)¹⁰⁰, o filho Antonio Diniz Dantas e Mello (1845-1897)¹⁰¹, o sobrinho e deputado geral Leandro Bezerra Monteiro (1826-1911)¹⁰² e o meio-irmão e genro, o engenheiro Sílvio Anacleto de Souza Bastos.¹⁰³

Em 1879, quando a Condessa de Barral vivia em Paris e para ele escrevera, o senador Diniz beijou a mão do augusto casal no Paço de São Cristóvão em princípios de dezembro, pouco antes, certamente, de embarcar para Sergipe¹⁰⁴. O último registro da presença de Diniz do Paço Imperial do qual temos notícia remete a recepção ocorrida em princípios de maio de 1883. Pouco tempo depois os seus problemas de saúde se agravaram, levando-o, inclusive, a se ausentar das atividades do Senado.¹⁰⁵

Documentos cartorários, como os inventários *post-mortem* do médico Raymundo de Valois Galvão¹⁰⁶, falecido em 1876, e do próprio Antonio Diniz de Siqueira e Mello¹⁰⁷, falecido em 1884, apresentam-nos a família do senador e nos ajudam a compreender os

⁹⁸ TAUNAY, Visconde. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. (Coleção Espelhos, 1), p. 129.

⁹⁹ **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 6 jun. 1859, p. 1.

¹⁰⁰ **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1859, p. 1.

¹⁰¹ **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1860, p. 1.

¹⁰² **A NAÇÃO**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1872, p. 2.

¹⁰³ **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 27 jul. 1875, p. 2.

¹⁰⁴ **GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 dez. 1879, p. 1.

¹⁰⁵ **GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 maio 1883, p. 1; **A FOLHA Nova**, Rio de Janeiro, 11 jul. 1883, p. 1.

¹⁰⁶ INVENTÁRIO *post-mortem* de Raimundo de Valois Galvão. Santo Amaro das Brotas, 1876. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 1º Ofício, caixa 12, número geral 818.

¹⁰⁷ INVENTÁRIO *post-mortem* de Antonio Diniz de Siqueira e Mello. Santo Amato das Brotas, 1884. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 2º Ofício, caixa 13, número geral 819.

motivos pelos quais ele se aproximou da Condessa de Barral. Nesse sentido, em fins de década de 1870, a família que descendia do senador Diniz vivia entre duas importantes zonas produtoras de açúcar na Província de Sergipe, a chamada Cotinguiba de Baixo e o vale do Vaza-Barris, estabelecida, principalmente, nos termos das vilas de Santo Amaro das Brotas e Rosário do Catete e das cidades de Maruim, Laranjeiras e São Cristóvão.

Casado em segundas núpcias com a senhora Anna Joaquina de São José Dantas e Mello¹⁰⁸, o senador Diniz era pai de três distintas senhoras e de um próspero senhor de engenho. Referimo-nos a Leonísia Diniz Dantas Sobral¹⁰⁹; Emeliana Diniz Dantas Galvão, viúva do médico Raymundo de Valois Galvão e senhora do Engenho Caieira (Santo Amaro das Brotas), onde cuidava nos negócios da família e da educação da filha Cesaltina Diniz Dantas Galvão, moça casadoira que acabara de debutar¹¹⁰; Rosa Diniz Dantas Bastos, esposa

¹⁰⁸ A viúva “Anna Joaquina de S. José Dantas e Mello” foi inventariante dos bens do senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello, falecido em 4 de julho de 1884, no Rio de Janeiro. Acreditamos que Ana Joaquina fosse prima de seu esposo, sendo ela filha do coronel José Rodrigues Dantas e Mello (1790-1852), que era tio de Diniz por via materna. Da mesma forma, acreditamos que a primeira consorte de Diniz tenha sido a senhora Rosa Benta Dantas e Mello (1815-1840), também filha de José Rodrigues. Ainda hoje, na igreja matriz de Santo Amaro das Brotas, encontramos a lápide sepulcral com o seguinte registro epigráfico: “Jazem aqui sepultados os restos mortaes do coronel Jose Rodrigues Dantas e Mello[,] falecido no dia 1 de agosto de 1852[,] com idade de 62 annos[,] e sua adorada filha[,] a Ex.^{ma} Snr. D. Rosa Benta Dantas e Mello[,] fellecida no dia 8 de maio de 1840[,] na idade de 25 annos”.

¹⁰⁹ Lápides sepulcrais da Capela Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Caieira, localizada na margem direita da velha estrada que liga as sedes dos municípios de Santo Amaro das Brotas e Maruim, registram dados que nos levam a acreditar que Leonísia era casada com um primo, o tenente-coronel José Francisco de Siqueira Sobral (1833-1906), e mãe de Delfino e Ernesto Sobral. O marido seria filho de uma irmã do senador Diniz, dona Anna Joaquina de São José Sobral (1808-1893), com major Manuel Delfino Menezes Sobral, senhor do Engenho Patí, termo da vila de Itaporanga d’Ajuda. Autores como Armindo Guaraná, Sebrão Sobrinho e Ibarê Dantas fazem breves menções ao casal do Patí, notadamente ao tratar do bacharel Leandro Ribeiro de Siqueira Sobral (1829-1870), um romântico e desequilibrado poeta, egresso da Academia Jurídica de Olinda. Esse filho de Anna Joaquina e Manuel Delfino chegou a ser eleito à Assembleia Provincial de Sergipe em princípios da década de 1850, mas viveu seus últimos dias em um manicômio fluminense, a Casa de Saúde Doutor Eiras [GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 196-197; SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955. p. 59-61; DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 63 e 71]. Anna Joaquina de São José Sobral, irmã de Diniz e provável sogra de Leonísia, bem como José Francisco de Siqueira Sobral, sobrinho de Diniz e provável marido de Leonísia, foram sepultados na mencionada capela votiva à Imaculada Conceição. Dos registros epigráficos de suas lápides fizemos as seguintes transcrições: “Aqui jazem os restos mortaes de D. Anna Joaquina de São José Sobral[,] nascida em 21 de maio de 1808 e falecida a 4 de dezembro de 1893[,] Pungentes saudade de seus filhos, genros e netos”; “Aqui jazem os restos mortes do Tenente Coronel José Francisco de Siqueira Sobral[,] Nasceu a 23 de Junho de 1833 e falleceu a 21 de Fevereiro de 1906 – Saudades de sua esposa e filhos Delfino e Ernesto Sobral”.

¹¹⁰ O médico Raymundo de Valois Galvão faleceu em 29 de janeiro de 1876, no seu Engenho Caieira, propriedade que lhe deve ter chegado às mãos como dote de casamento, considerando que em 1860 ela foi registrada como pertencente ao senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello [DANTAS, Orlando Vieira Dantas. **Vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 47), p. 132]. Além da viúva, o médico deixou três filhos menores, o primogênito com 15 anos incompletos, a menina-moça com

do engenheiro Sílvio Anacleto de Souza Bastos, meio-irmão de Diniz e proprietário do Engenho Itaperoá, em São Cristóvão¹¹¹; e o major Antonio Diniz Dantas e Mello (1845-1897), casado com Anna de Faro Dantas e Mello e senhor do Engenho Retiro, em Laranjeiras¹¹². Apenas Antonio era fruto do segundo consórcio de Diniz.

Como já mencionamos, Diniz e Anna Joaquina viviam no Engenho Aruary, termo da vila Santo Amaro das Brotas. Essa propriedade, em 1884, foi avaliada em 29:233\$250 (vinte

12 anos e o caçula com apenas 3 anos de idade. O pranteado marido e pai foi sepultado, também, na capela do seu engenho, templo setecentista consagrado a Nossa Senhora da Conceição. Dos registros epigráficos de sua lápide fizemos a seguinte transcrição: “Aqui jazem os restos mortaes do D.^r Raymundo de Valois Galvão[.] Nasceu a 20 de Novembro de 1819[.] Falleceu a 29 de Janeiro de 1876 – Saudades de sua espoza”.

¹¹¹ Rosa foi a primeira consorte do seu tio Sílvio Anacleto de Souza Bastos e, ao que tudo indica, não deixou descendência. Com uma sobrinha-neta de Rosa, chamada Rita Zenóbia Galvão Leal (neta de Emeliana Diniz Dantas Galvão e Raymundo de Valois Galvão e filha de Cesaltina Diniz Galvão Leal e Francisco Joaquim de Carvalho Leal), o viúvo Sílvio Anacleto contraiu novas núpcias e teve pelo menos um filho: Pedro Leal Bastos (1902-1975), conhecido como Pedrito Bastos. Detalhes sobre a descendência de Rita Zenóbia e Sílvio Anacleto podem ser consultados na genealogia do padre Agnaldo Galvão Leal (1903-1993), irmão de Rita Zenóbia. No mais, é válido mencionar que, em princípios da década de 1860, a figura de Sílvio Anacleto chamou a atenção de imperador D. Pedro II, que, passando pelo vale do Vaza-Barris, surpreendeu-se ao encontrar um engenheiro diplomado pela École Centrale de Paris entre os senhores de engenho da região, registrando o fato em sua caderneta. A presença de Sílvio Anacleto da vida sancristovense foi registrada em dois outros importantes testemunhos oitocentistas: a narrativa de Luiz Álvares dos Santos sobre a visita dos imperadores D. Pedro II e dona Teresa Cristina à Província de Sergipe, em 1860; e o livro de memórias de Serafim Santiago, o *Annuario Christovense*. Na historiografia sergipana voltada para o século XIX, a figura de Sílvio Anacleto foi observada com maior atenção por Sharyse Piroupo do Amaral, em sua tese/livro *Um pé calçado, outro no chão*. Baseada em relatórios de presidentes de província, a autora destacou a presença do senhor do Itaperoá em um seletíssimo grupo de empreendedores que, em princípios da década de 1860, introduziu (tardiamente, diga-se) a moenda a vapor nos engenhos sergipanos. Além disso, baseada em matérias veiculadas em jornais abolicionistas, como *O Descrido*, Amaral atentou para o esforço de Sílvio Anacleto em substituir a mão de obra servil pela livre em seu engenho. Indicamos a leitura de(o): **Relatório de Genealogia para Pe. Agnaldo Galvão Leal**. My Heritage, 2012 (Arquivo do IHGSE); DIÁRIO do imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26b, p. 64-78, [1965]; SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe...** Bahia: Typographia do Diario, 1860. p. 99-109; SANTIAGO, Serafim. **Annuario Christovense ou Cidade de São Christovão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 182, 274 e 275; AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. p. 56-57, 277-279.

¹¹² Segundo dados que nos foram fornecidos pelo linhagista Ricardo Teles de Araújo, em 1879 a vasta prole do major Antonio Diniz e dona Ana de Faro Dantas era assim composta: Leandro Diniz de Faro Dantas, nascido em 1868; Antonio Diniz de Faro Dantas, nascido em 1870; Ana Diniz de Faro Dantas (Ana Diniz de Faro Sobral, após o casamento com o primo Delfino Sobral), nascida em 1871; Maria Diniz de Faro Dantas (Maria Diniz de Faro Sobral, após o casamento com o viúvo da irmã Ana), nascida em 1872; José Diniz de Faro Dantas, nascido em 1873; Gonçalo Diniz de Faro Dantas, nascido em 1874; e Francisca Diniz de Faro Dantas, nascida após 1874. Na Capela Santo Antonio, no antigo Engenho Retiro (propriedade da Votorantim Cimentos no município de em Laranjeiras, em Sergipe), encontramos a lápide sepulcral com o seguinte registro epigráfico: “Major Antonio Diniz Dantas e Mello[,] nascido a 18 de Fevereiro de 1845[,] fallecido a 1º de Maio de , de; 1897[.] Lembrança de seu filho Gonçalo Diniz”. Já na Capela Nossa Senhora da Conceição do antigo engenho Caieira, no município de Santo Amaro das Brotas, encontramos a lápide sepulcral de Ana Diniz de Faro Sobral, com o seguinte registro epigráfico: “Aqui e o repouso eterno de D. Anna Diniz de Faro Sobral[.] Nasceu a 12 de Dezembro de 1865[.] Casou-se a 14 de Fevereiro de 1888[.] Falleceu a 18 de Junho de 1891. Tributo conjugal de Delfino Sobral”. Assim a data de nascimento da referida Ana registrada na lápide diverge daquela fornecida pelo linhagista.

e nove contos, duzentos e trinta e três mil e duzentos e cinquenta réis), o que a coloca como um engenho de açúcar de médio porte, considerando que, no mesmo período, os maiores e mais produtivos engenhos do vale do Vaza-Barris e da Cotinguiba eram avaliados em aproximadamente 60:000\$000 (sessenta contos de réis)¹¹³.

No mesmo período, o conjunto dos bens do casal, que contava com o mencionado engenho e outros bens de raiz (sítios e fazendas), além de muitos escravos, ouro, prata, móveis, semoventes (rebanhos) e ações, foi avaliado em 82:226\$000 (oitenta e dois contos, duzentos e vinte e seis mil réis), uma fortuna robusta no contexto provincial, porém modesta no contexto de sua aquinhoad parentela.¹¹⁴

Sharyse Piroupo Amaral estudou os níveis de riqueza da região da Cotinguiba, tomando como base os inventários das comarcas de Aracaju, Laranjeiras e Maruim, produzidos entre princípios da década de 1860 e o ano de 1888. A autora vislumbrou oito faixas de fortuna: “as duas primeiras relativas à população pobre; da terceira a quinta faixa, às camadas médias; e as três últimas faixas às camadas mais ricas”¹¹⁵. Nesse sentido, em meados da década de 1880, a fortuna do casal Antonio Diniz e Anna Joaquina se encaixava na segunda faixa mais elevada de fortunas da Cotinguiba, que abarcava conjuntos de bens avaliados entre 50 e 100 contos de réis.¹¹⁶

¹¹³ Esse era o caso, por exemplo, do Engenho Escurial, em São Cristóvão, e do Engenho Retiro, em Laranjeiras. INVENTÁRIO Amigável da Baronesa da Estância. São Cristóvão, 1891. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 16, número geral 29; INVENTÁRIO Amigável de José Rodrigues Coelho e Mello. Aracaju, 1871. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Aracaju/Cartório do 2º Ofício, caixa 19, número geral 2326.

¹¹⁴ O conjunto dos bens do casal que tinha por cabeça o Barão da Estância, primo do senador Diniz que residia no Engenho Escurial (São Cristóvão), foi avaliado em 218:450\$000 (duzentos e dezoito contos, quatrocentos e cinquenta mil réis), no ano de 1891. Outro parente do senador, o major José Rodrigues Coelho e Mello, que era proprietário do Engenho Retiro (Laranjeiras) e faleceu em 1871, teve o conjunto dos seus bens avaliados em 228:172\$350 (duzentos e vinte e oito contos, cento e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta réis). Consultar: INVENTÁRIO Amigável da Baronesa da Estância. São Cristóvão, 1891. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 16, número geral 29; INVENTÁRIO Amigável de José Rodrigues Coelho e Mello. Aracaju, 1871. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Aracaju/Cartório do 2º Ofício, caixa 19, número geral 2326.

¹¹⁵ AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012. p. 66-73.

¹¹⁶ Conclui-se que, em se tratando de riqueza, o senador Diniz não ocupava a esfera mais elevada da sociedade sergipana oitocentista. Ainda assim, é preciso considerar que “apenas 13 inventários de uma amostra de 664 possuíam fortunas acima de 100 contos de réis”. A autora também faz menção ao descompasso entre os níveis de fortunas na Bahia e em Sergipe, assinalando que: “Em estudo sobre as fortunas em Salvador, Kátia Matoso propôs oito faixas de classificação, porém com valores muito mais altos. A classe mais abastada de Sergipe, com fortuna acima de 100 contos de réis, corresponde em Matoso à sexta-faixa (de 50 a 200 contos de réis).” Ibid., p. 69.

E por falar em fortunas e bens de famílias da açucarocracia sergipana do século XIX, vale o registro de uma memória que acabou por distinguir o senador Diniz entre os senhores de engenho de sua província natal. Segundo discursos veiculados pela imprensa abolicionista em princípios da década de 1880, o “esclarecido” senador era simpático à emancipação e dispensava tratamento diferenciado aos seus cativos, notadamente aos de mais avantajada idade. O engajado abolicionista Francisco José Alves, editor de *O Descrido* e *O Libertador*, era enfático ao afirmar que:

Se ao menos todos os escravocatas d’este paiz procedessem como o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello n’esta provincia, suavizando a condição do infeliz escravo, a abolição poder-se-hia fazer com lentidão e sem perturbação da ordem social, infelizmente porem n’esta provincia é elle o unico que tendo um crescido numero de escravos velhos em sua fazenda, os tracta com mais zelo do q’ trata aquelles que lhe estão prestando serviços, a todos dizendo que aquelles pretos velhos são seus conselheiros de estado, que se acham aposentados por elle.

Ainda é elle o unico, n’esta provincia, que tem um professor pago à sua custa para ensinar a ler aos ingenuos filhos de suas escravas, levando o seu zelo ao ponto de mandar o mesmo professor leccionar á noite os escravos adultos.¹¹⁷

Antes de encerrarmos a discussão sobre o interlocutor sergipano da Condessa de Barral, façamos um registro. O médico Raymundo de Valois Galvão (1819-1876), cuja memória reforçava o elo entre o seu sogro da influente condessa, era originário da Província do Maranhão e descendia de uma sobranceira família do algodoeiro município de Codó, no leste maranhense.¹¹⁸

Côncio de si, Valois Galvão se apresentava como “Doutor em Medicina pela Faculdade de Pariz, Cavalleiro das Ordens da Roza e de Christo...”¹¹⁹. De fato, mesmo considerando sua tímida incursão pelo campo político, foi enquanto médico que ele se

¹¹⁷ **O DESCRIDO**, Aracaju, 28 abr. 1882, p. 1. Consultar também: **O LIBERTADOR**, Aracaju, 30 mar. 1883, p. 4. Sobre o abolicionista Francisco José Alves indicamos a leitura de duas obras: SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**. Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997; AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)**. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

¹¹⁸ Raymundo legou aos seus descendentes, além dos bens inventariados na Província de Sergipe em 1876, terras e imóveis na Província do Maranhão, distribuídos entre a capital São Luiz e os termos da vila de Codó, no leste maranhense. Fontes consultadas: **INVENTÁRIO post-mortem** de Raimundo de Valois Galvão. Santo Amaro das Brotas, 1876. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 1º Ofício, caixa 12, número geral 818; **PUBLICADOR Maranhense**, São Luiz, 27 jan. 1865, p. 3; **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1876, p. 1; **PACOTILHA**, Maranhão, 17 ago. 1903, p. 2; **PACOTILHA**, Maranhão, 18 ago. 1903, p. 2.

¹¹⁹ **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 5 abr. 1860, p. 4; **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1860, p. 1.

notabilizou e ganhou respeito em todo o Sergipe¹²⁰. Em meados da década de 1850, por exemplo, o maranhense atuou com vigor no combate à epidemia de *cholera morbus*, principalmente nos municípios de Santo Amaro das Brotas e Maruim, onde “prestou relevantes serviços e adquiriu grande glória, como inteligente e pratico medico”.¹²¹

Amâncio Cardoso, estudioso da epidemia de cólera em Sergipe, explica que o morbo aportou no Brasil em maio de 1855, espalhando-se por terras sergipanas entre setembro daquele ano e fevereiro do ano seguinte. Ao reconstituir a “geografia da peste” na pequena província, o historiador assinalou que:

Um dos municípios que recebiam os emigrantes [coléricos] era Santo Amaro das Brotas, localizado na região entre os vales dos rios Sergipe e Cotinguiba. Na vila de Santo Amaro, o empresário Antônio Travassos (1804-1872), improvisou um hospital, onde não só foram tratados seus moradores, como os de Laranjeiras, Maruim e Rosário, que para ali se debandavam “vexados pela mortandade que se dava naqueles lugares”. Travassos organizou cordões sanitários e filantrópicos uma vez que os cofres e quadros do governo não permitiam o combate efetivo à peste colérica.¹²²

Ao que tudo indica, as iniciativas de Travassos acabaram ofuscando as lentas ações do governo provincial em Santo Amaro das Brotas e, dessa forma, o médico comissionado Raymundo de Valois Galvão desempenhou papel coadjuvante no município onde residia. Na vizinha Maruim, contudo, suas ações ganharam mais visibilidade.

¹²⁰ Os jornais, principalmente os sergipanos, informam que Raymundo de Valois Galvão, sob a proteção do sogro senador, engrossou as fileiras do Partido Conservador, chegando à Câmara da Vila de Santo Amaro das Brotas e à Assembleia Provincial de Sergipe. **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 1 abr. 1862; **JORNAL do Aracaju**, Aracaju, 14 set. 1872, p. 2; **JORNAL do Aracaju**, Aracaju, 3 mar. 1874, p. 2; **JORNAL do Aracaju**, Aracaju, 6 mar. 1875, p. 2; **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1875, p.2.

¹²¹ **O CORREIO Sergipense**, São Cristóvão, 21 set. 1850, p. 1; **DIARIO do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1851, p. 1; **CORREIO Sergipense**, São Cristóvão, 26 abr. 1851, p. 3; **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 1º dez. 1855, p. 2; **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1855, p. 1; **CORREIO Sergipense**, Aracaju, 5 jan. 1856, p. 4; **CORREIO Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 dez. 1858, p. 4.

¹²² CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da peste: epidemia de cólera em Sergipe, 1855-1856. **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão, n. 6, p. 96, 2004. O referido trabalho é desdobramento do seguinte: SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP. Também consultamos: CARDOSO, Amâncio. As filhas da peste: fome, morte e orfandade – Sergipe, 1855-1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 38, p. 25-48, 2009; CARDOSO, Amâncio. Barão de Maruim, o administrador do cólera (I). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 23 maio 2000, Caderno B, p. 6; CARDOSO, Amâncio. Barão de Maruim, o administrador do cólera (II). **Jornal da Cidade**, Aracaju, 24 maio 2000, Caderno B, p. 6.

Maruim foi devassada com vigor pela peste, apesar de não constar na lista oficial de mortalidade das cidades acometidas no relatório presidencial. Como ilustração de sua tragédia, tomemos o testemunho do médico comissionado para tratar dos coléricos do lugar. Ele informa ao presidente da província: “... agora que são sete horas do dia já vimos nove cadáveres em uma só rua, além de muitos doentes gravíssimos”. Era pungente a situação dos maruinenses.¹²³

O médico que legou o testemunho perscrutado por Cardoso é o próprio Raymundo de Valois Galvão, que escrevia ao presidente João Gomes de Mello (1809-1890), o Barão de Maruim, inteirando-o dos últimos fatos.¹²⁴

O *Boletim do expediente* do presidente Joaquim Jacintho de Mendonça, que governou Sergipe entre 1861 e 1863, dá conta do saliente papel do médico Raymundo de Valois Galvão durante a segunda epidemia de *cholera morbus*, em princípios da década de 1860.¹²⁵

Em 9 de setembro de 1862, Raymundo foi designado pela presidência para o distrito médico do município de Santo Amaro das Brotas, “devendo o mesmo doutor passar a faser parte da commissão do mencionado districto medico”¹²⁶. No mesmo dia, o presidente da província escreveu ao comissionado, registrando que a sua nomeação refletia ações preventivas do poder público no combate à epidemia e rogando ao médico que não declinasse da incumbência. A carência de médicos na província fica evidenciada no discurso do político, bem como a elevadíssima demanda por esses profissionais em tempos de peste.

Tendo por acto desta data, nomeado a v. m. para se encarregar do tratamento das pessoas desvalidas do districto medico da villa de Santo Amaro, se infelizmente o *cholera-morbus*, que acha-se graçando na villa de Propriá, tambem se manifestar nesse termo, arbitrando-lhe por semelhante trabalho a diaria de quinze mil reis a contar do dia em que essa manifestação se verificar, eu rogo a v. m., que por amor a humanidade, e favor a mim, se sirva de acceitar tão importante e trabalhosa commissão,

¹²³ CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da peste: epidemia de cólera em Sergipe, 1855-1856. **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão, n. 6, p. 97, 2004.

¹²⁴ Na nota 83 do trabalho mencionado a seguir, Amâncio Cardoso referencia “Ofício do Dr. Raimundo Valois Galvão ao Barão de Maroim”, datado de 14 de novembro de 1855 e preservado no Arquivo Público Estadual de Sergipe (Fundo Governo – G¹, v. 1886). CARDOSO, Amâncio. Uma geografia da peste: epidemia de cólera em Sergipe, 1855-1856. **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão, n. 6, p. 109, 2004.

¹²⁵ MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. **Boletim do expediente do presidente da Provincia de Sergipe doutor Joaquim Jacintho de Mendonça, contendo medidas e providencias em soccorro da população da mesma provincia affectada do cholera morbus desde 1862 até 1863**. Sergipe: Typ. Provincial, 1863. p. 10, 48, 63, 66, 69, 70 e 77.

¹²⁶ Ibid., p. 48.

attendendo que os embaraços com que já luto pelo minguado numero de medicos de que posso dispor, se tornarão maiores e mais afflictivos, se da parte de v. m. partir uma recusa em vez da acceitação que instantemente lhe peço.

Espero outrosim de v. m., de seo civismo, e animo caridoso que, se por parte das commissões de qualquer dos districtos medicos visinhos que se achão sem facultativo por não ter esta Presidencia um só disponível para designar, seos serviços forem reclamados, não se negará v. m. de prestalos, sem prejuizo dos doentes de seo districto, certo de que por esse accrescimo de trabalho, e durante o mesmo, sua diaria será igualada à dos facultativos commissionados em municipio estranho.¹²⁷

Escrevendo ao presidente da comissão do distrito médico de Maruim em 18 de março de 1863, o presidente da província registrou sua satisfação com a notícia de que o comissionado de Santo Amaro das Brotas se apresentou espontaneamente naquela cidade vizinha “para prestar os socorros medicos aos seos irmãos disvalidos”¹²⁸. Tal fato estimulou o governante a remeter, em 21 de março de 1863, correspondência oficial ao doutor Raymundo, na qual assinalava:

Constando-me que v. m., movido pelos nobres e apreciaveis sentimentos da mais pura e verdadeira caridade christan, apresentara-se expontaneamente na cidade de Maroim, onde o *cholera morbus* tem ostentado o seo malefico reinado, com o louvavel e philanthropico fim de soccorrer a população disvalida da mesma cidade, entregue aos horrores de tão cruel inimigo, é-me sobremaneira grato, obedecendo a voz do dever e da gratidão, tributar-lhe o mais pronunciado louvor, o mais sincero agradecimento, por tão generoso e humanitário procedimento, que sem duvida alguma fará seo nome cada vez mais distincto e recommdavel [sic].¹²⁹

Um pedido de socorro partido do palácio provincial chegou ao “doutor do Caieira” em 25 de março de 1863, dando conta da estado lastimável no qual se encontrava a vila de Rosário do Catete, nos arrabaldes do seu distrito médico.

Achando-se a villa do Rozario, onde o *cholera-morbus* ostenta actualmente o seo malefico imperio, sem um facultativo que acuda de prompto aos miseraveis enfermos, pois q’ o dr. Antunes, a quem determinei q’ seguisse immediatamente para alli, pretextando cancela, e um leve incommodo, deixou de seguir, e até agora não sei se o Dr. Antonio Joaquim de Souza

¹²⁷ Ibid., Ibid.

¹²⁸ Ibid., p. 63.

¹²⁹ Ibid., p. 66.

Britto que mandei retirar da Capella e passar-se para a dita villa, acceitara a transferencia, accedendo ao meu convite; em tão apertadas e criticas circumstancias, eu recorro á philanthropia e animo eminentemente caridoso de v. s. para que, no caso de que o incommodo do dr. Antunes realmente lhe não permitta transporta-se ao Rosario, em cumprimento da segunda ordem que agora lhe dirijo, haja de apparecer entre aquelle povo fulminado e em abandono, fazendo-o sentir os beneficos effeitos de seus cuidados medicos e extrema caridade.

Assim espero que o fará, attrahindo sobre si as benções da humanidade afflicta, e o meo mais cordial e sincero agradecimento.¹³⁰

O experiente médico parecia incansável e não ignorava os pedidos que lhe chegavam. Escrevendo ao presidente da comissão do distrito médico de Rosário do Catete em 27 de março de 1863, o presidente da província informou ter conhecimento de que Valois Galvão ali havia se apresentado, “promettendo prestar por tres dias os soccorros de sua arte”.¹³¹

Em 13 de abril de 1863, o médico continuava de prontidão em seu distrito de origem, conforme correspondência enviada pela presidência da província ao subdelegado de Santo Amaro das Brotas. O documento informa que a epidemia de cólera estava controlada naquela vila, mas que, ainda assim: “o Dr. Raymundo de Valois Galvão, que sendo nomeado para essa villa nenhuma recusa tem até hoje apresentado, prestante e caridoso como tem se mostrado, não deixará de acudir aos reclamos da classe desvalida do municipio de sua jurisdição, sempre que for procurado”.¹³²

Após anos de dedicação à medicina, à família e aos negócios do açúcar, Raymundo faleceu em 29 de janeiro de 1876, em seu Engenho Caieira, termo de Santo Amaro das Brotas, deixando a viúva e três órfãos menores. Dona Emeliana não voltou a casar-se, ao menos até 1884, e, contando com o auxílio e proteção do pai, dedicava-se ao lar e aos filhos.

Órfãos de pai, mas sob os olhares vigilantes da mãe e dos avós, foram crescendo os três jovens Valois Galvão. Quando do passamento do médico, o filho mais velho, Antonio Diniz Dantas Valois, contava 15 anos incompletos e era interno no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro; a filha Cesaltina Diniz Dantas Galvão era uma moçoila de 12 anos e o caçula Raimundo Diniz Dantas Galvão contava apenas três anos de idade. Sem dúvida, era ao pequeno Raimundo que a Condessa de Barral se referia, simplesmente, como “V. Galvão”.

¹³⁰ Ibid., p. 69.

¹³¹ Ibid., p. 70.

¹³² Ibid., p. 77.

Dele localizamos, na igreja matriz de Santo Amaro das Brotas, o registro de batismo, documento que, abaixo, segue transcrito:

Aos doze dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e setenta e tres nas casas de residencia do Dr. Raimundo de Valois Galvão no Engenho – Caieira – desta Freguezia, baptizou solemnemente o Reverendissimo Vigario Arcipreste, Jozé Joaquim de Vasconcellos a Raimundo, branco com idade de dez mezes e um dia, filho legitimo do dito doutor Galvão, e de Dona Emiliana Diniz Dantas Galvão. Forão padrinhos o Excellentissimo Senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello, e Dona Lourença Virginia Galvão Guimarães, por sua procuradora Dona Anna Joaquina de San Jozé Dantas. E para constar faço este assento. O Vigr^o. Jozé Joaquim de Campos.¹³³

A lembrança do amigo ausente contribuiu, sem dúvida, para que a condessa se aproximasse da viúva e do avô devotado, auxiliando-os no que podia, para assegurar a boa educação dos órfãos e herdeiros do médico que tantas vidas salvou e tantas amizades cultivou.

No mais, existiriam outros motivos para que a poderosa condessa se correspondesse com o senador, mesmos sendo ele representante de uma miúda província do Norte do Império. Norbert Elias, em seu estudo sobre a sociedade de corte no *Ancien Régime* europeu, orienta-nos nessa compreensão.

Privar da amizade da Condessa de Barral significava estar relacionado a uma das figuras mais influentes da corte de D. Pedro II, podendo gozar do *status* e dos benefícios que esse vínculo traria. Da mesma forma, o prestígio da antiga aia das princesas se legitimava, também, por suas longevas e estreitas relações com a nobreza da corte e das províncias. Essas relações de interdependência se assemelhavam àquelas que caracterizam a sociedade de corte na França de Luís XIV (1643-1715), descritas com rigor por Elias.¹³⁴

¹³³ NOTA de batismo de Raimundo, branco. Santo Amaro das Brotas, 1873. Arquivo da igreja matriz da Paróquia Santo Amaro. Livro de Batizados 3 – 1872/1880, folha 23 (reverso).

¹³⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Também não podemos perder de vista as transformações que, na segunda metade do século XIX, já se observavam na sociedade brasileira. Segundo a historiadora norte-americana June Hahner, estudiosa das mulheres e famílias do Brasil oitocentista, “[...] as mulheres da elite adquiriram então papéis relevantes na manutenção de redes sociais e das alianças estabelecidas entre as famílias. De maneira eficiente, passaram a manipular apadrinhamentos e a trocar favores, pequenos e grandes, que garantiam em termos vantajosos a vigência das relações de parentesco. Uma cestinha de doces ou uma cartinha atenciosa mandada para a ‘pessoa certa’ podia ajudar a levar a cabo a nomeação de um filho, um parente ou um protegido para um cargo político, por exemplo” [HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 56]”.

Aliás, foi aderindo ao modo de vida cortesão que o senador Diniz se preocupou em legar à posteridade uma autoimagem representativa do lugar social que ocupava. Em maio de 1880, no concorrido estúdio de Insley Pacheco, número 104 da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, ele pousou em grande estilo, ostentando suas comendas e repousando a mão esquerda sobre um livro. No requisitado acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe essa foi a imagem que vingou do senador do Império e senhor do Aruary.

Imagem 2 – O senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello em princípios da década de 1880¹³⁵



Em termos de classificação documental, a carta estudada pode ser inserida no que Orest Ranum denominou de “lugares do íntimo” (cartas, diários, memórias, autobiografias...) ¹³⁶. Esse tipo de testemunho tem, cada vez mais, chamado a atenção de historiadores e servido de base para muitos estudos. Na França, desde a década de 1990,

¹³⁵ INSLEY PACHECO. [Senador Diniz]. Rio de Janeiro, 1880. 1 fotografia, p&b. Acervo do IHGSE, I-031.

¹³⁶ RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3: da Renascença ao Século das Luzes.

obras organizadas por Roger Chartier se tornaram referência sobre o tema¹³⁷. No Brasil, temos acompanhado a publicação de obras como *Escrita de si, escrita da história*, organizada por Ângela de Castro Gomes¹³⁸, e *Prezado senhor, prezada senhora*, organizado por Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib¹³⁹, que ampliam nossa compreensão sobre a escrita auto-referenciada.

De acordo com Philippe Lejeune, os escritos íntimos são representações mais aproximadas da realidade e registram aspectos da vida pública e, sobretudo, privada com uma liberdade maior que aquela observada em textos que nascem para o conhecimento público¹⁴⁰. A carta da Condessa de Barral é um desses escritos, desprovida da intencionalidade de produzir e fazer circular uma memória oficial sobre determinados indivíduos ou grupos.

Também devemos atentar para o fato de que o suporte material interfere diretamente na leitura e na apropriação de um texto. Segundo Chartier, “o historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos”¹⁴¹. Contudo, a baixa frequência de estudos sobre a fabricação, a venda e os usos do papel destinado à escrita manuscrita dificulta o aprofundamento de análises sobre os suportes materiais da “escrita de si”.¹⁴²

Ainda assim, sabemos que a especificidade dos escritos íntimos, primando pela continuidade textual, afastava *a priori* o uso de folhas separadas¹⁴³. Nesse sentido, a carta estudada tem como suporte duas folhas similares de papel pautado no anverso e no reverso, ambas com 21 centímetros de comprimento por 13 centímetros de largura. Originalmente

¹³⁷ CHARTIER, Roger (Organização). **La correspondance**: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991.

¹³⁸ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Na segunda parte da obra, o texto de Marieta de Moraes evidencia o valor documental das cartas familiares.

¹³⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴⁰ LEJEUNE, Philippe. **Le Moi des Demoiselles**. Paris: Du Seuil, 1993; _____. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9. p. 99-114, 1997.

¹⁴¹ CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999. p. 18 (Prismas).

¹⁴² Sabemos, entretanto, que tais suportes se tornaram objetos banais da vida cotidiana a partir do século XIX. Isso foi possível graças à diminuição do preço da matéria-prima, em consequência da produção mecânica do papel.

¹⁴³ HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Organização). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

avulsas, as folhas foram unidas através de um processo artesanal de colagem, antes ou logo após a produção do texto.¹⁴⁴

Seu estado de conservação não é dos melhores. As duas folhas, que têm, no mínimo, 132 anos cada, apresentam algumas fissuras e corrosões, comprometendo a leitura do manuscrito. As fissuras resultam de dobras feitas nas folhas e a corrosão foi provocada pela tinta, fazendo com que o papel ceda na base da escrita¹⁴⁵. Em termos gerais, o documento carece de cuidados técnicos específicos (higienização, restauração, acondicionamento e manuseio adequados etc) que garantam sua preservação.¹⁴⁶

O texto foi registrado no anverso e no reverso das duas folhas de papel, seguindo uma sequência lógica de paginação¹⁴⁷. O módulo das letras não foge ao padrão da época, apresentando uma letra cursiva itálica e a angularidade da escrita do tipo tombada para a direita. Apresenta-se uma boa distribuição das palavras na frase e satisfatório desmembramento de palavras em sílabas.

O número de linhas escritas por página é regular. Houve uma surpreendente preocupação da autora em distribuir o texto em 16 linhas por página. Tal regularidade só foi alterada no anverso da primeira folha, onde registrou o pronome de tratamento “Ex^{mo}. Senhor” na parte superior-esquerda; e no reverso da última folha, onde, após o autógrafo, ela registrou seu endereço residencial, na parte inferior-esquerda. Os sinais de pontuação usados foram: ponto continuativo, ponto parágrafo e vírgula.

¹⁴⁴ As extremidades esquerdas do anverso das folhas foram coladas, artesanalmente, uma à outra. Apesar da ausência do envelope no qual a carta foi depositada e protegida, a análise do documento deixa claro que sua integridade foi preservada. Não há nenhum indício de folhas ou anexos extraviados.

¹⁴⁵ O instrumento utilizado para escrever foi uma caneta-tinteiro e a substância foi tinta preta, obtida, quase sempre, a partir da mistura de fumo, gordura e vinagre. A caneta-tinteiro, inventada pelos ingleses e aperfeiçoada pelos norte-americanos, revolucionou a cultura manuscrita no século XIX. Apenas em meados do século XX, essas tradicionais canetas foram desbancadas pela esferográfica, produzidas nos EUA pela Gillete. Num interessante artigo, Luiz Antonio Barreto observou a difusão desses apetrechos da cultura escrita na sociedade sergipana do século XIX e XX. Segundo o autor, “Aracaju acompanhou a evolução das penas, das canetas, das lapiseiras e esferográficas, registrando casas comerciais que vendiam as principais marcas” (BARRETO, Luiz Antonio. **O médico das canetas**. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/colunistas.htm>>. Acesso em: 18 maio 2004).

¹⁴⁶ Para Chartier, a indestrutibilidade de documentos escritos deve ser acompanhada da preservação “dos suportes particulares, historicamente sucessivos, através dos quais os textos chegaram até nós, porque [...] a relação da leitura com o texto depende, é claro, do texto lido, mas depende também do leitor, de suas competências e práticas, e da forma na qual ele encontra o texto lido ou ouvido.” [CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999. p. 152 (Prismas)].

¹⁴⁷ Primeira página no anverso da primeira folha, segunda página no reverso da primeira folha, terceira página no anverso da segunda folha e quarta e última página no reverso da segunda folha.

Outra marca do texto são as abreviaturas, entre elas: siglas, onde a palavra é representada pela letra inicial; suspensão ou apócope, onde é cortado o final da palavra; contração ou síncope, onde a abreviatura é composta de elementos do início e do fim da palavra; e letras sobrescritas¹⁴⁸. Quanto à presença de números no texto, notamos a opção pelos algarismos arábicos que são usados para numerar (endereço residencial), datar (momento da escrita da carta) e quantificar (despesas com a contratação de serviços).

Na grafia, notamos algumas características comuns aos textos oitocentistas, como é o caso de palavras com letras dobradas, por exemplo: “falla”, “attencioso”, “fallemos”, “appelar”, “afflija”, “elle”, “relacionnar”, “acolhido”, “cavallos” e “attrahe”. Também observamos a presença do “c” e do “h” em palavras cuja grafia já se transformou (“strictamente”, “practico”, “acolhido”, e “attrahe”). Existem palavras sem acentuação (“trez”, “francez”, “genio”, “elegancia”, “necessario”, “portuguez”, “rasoaves”, “nao”, “proprias”) e muitas vezes a letra “z” e a “s” são trocadas e, em outros casos, a letra “s” substitui a “ç” (“trez”, “francez”, “economisado”, “portuguez”, “rasoaves”, “mez”, “dansar”) e a letra “i” substitui o “e” (“desinvolvendo”, “disconto”). Quanto ao vocabulário, destacam-se alguns francesismos comuns à época, como “maman” (mamãe) e “gouvernante” (governanta, preceptora, aia).

Algumas características das gráficas mencionadas foram observadas por outros estudiosos dos manuscritos legados pela Condessa de Barral. Del Priore, analisando um diário escrito em fins da década de 1830, quando o casal Barral passou uma longa temporada na Bahia, notou que “no diário, com letra deitada, sem pontuação, por vezes, usando palavras grudadas às outras, [Luísa] registrava ao fim do dia suas atividades”¹⁴⁹. Também notou, dessa vez na correspondência trocada entre a Condessa de Barral e o imperador D. Pedro II, que suas cartas muitas vezes eram escritas misturando o português e o francês.¹⁵⁰

¹⁴⁸ As siglas que aparecem no escrito são: “q”, abreviando “que”; e “V”, abreviando, provavelmente, “Victor”. As suspensões ou apócope mais frequentes são: “porq”, abreviando “porque”; e “fr”, abreviando “francos” (moeda). A contração ou síncope é “le-o”, abreviando “levei-o”; as letras sobrescritas mais frequentes são: “p^a”, abreviando “para”; “m^{to}”, abreviando “muito”; “Ex^{mo}”, abreviando “Excelentíssimo”; “VEx^{cia}”, abreviando “Vossa Excelência”. Entre essas, aparecem, ainda: “Sen^r”, abreviando “Senhor”; “q^{to}”, abreviando “quanto”; “enq^{to}”, abreviando “enquanto”; “strictam^e”, abreviando “strictamente”; “q^{do}”, abreviando “quando”; “V^{de}”, abreviando “Visconde”; “C^{de}”, abreviando “Conde”; “Ven^{ora}”, abreviando “Veneradora”; “obrig^a”, abreviando “obrigada”; C^{dessa}, abreviando “Condessa”; “B^d”, abreviando “Boulevard”.

¹⁴⁹ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 86-87.

¹⁵⁰ Ibid., p. 151.

Não há dúvida quanto à datação, autenticidade e autoria da carta¹⁵¹. Preservada no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o manuscrito da Condessa de Barral foi cotejado com outros documentos de sua autoria (cartas, diários, cadernos etc.) que sobrevivem em acervos fluminenses – Arquivo Histórico do Museu Imperial, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Biblioteca Nacional.¹⁵²

É provável que, desde princípios da década de 1870, a Condessa de Barral estivesse estabelecida no número 84 do Bulevar Malesherbes. Sua biógrafa traduziu e transcreveu a nota de um jornal parisiense que, insinuando o romance da condessa com o Imperador do Brasil, indica para o mesmo endereço no qual a carta foi escrita. Vejamos: “Falou-se estes dias de um incêndio que destruiu o mobiliário de uma dama, moradora dos arredores do Arco do Triunfo. Ora, o que se disse é que este incêndio queimou parte da barba – uma bela barba – de um príncipe estrangeiro”¹⁵³. Dessa forma, o endereço registrado na carta de 15 de abril 1879 já era, há algum tempo, o endereço da Condessa de Barral em Paris.¹⁵⁴

Na década de 1870, a escrevente tinha uma vida financeira tranquila. Sobre o cotidiano da Condessa de Barral nesse período, Del Priore destacou:

Os anos que passou cuidando de negócios, escrevendo cartas para os engenhos no Brasil ou para os banqueiros ingleses, tinham resultado numa situação financeira confortável. Sua renda sustentava seu cotidiano e lazer. Ela morava num endereço prestigioso [...] e possuía recursos para cruzar o canal da Mancha ou percorrer a Itália sempre que ansiasse por cenários diferentes. Viajava com o filho como prêmio por boas notas no Liceu. Por ser uma viúva rica, o que inspirava respeito numa sociedade que tinha preconceitos contra mulheres solitárias e sem dinheiro, usaria vestidos

¹⁵¹ Além do registro feito pela própria autora, informando que a carta foi produzida em 15 de abril de 1879, há, na margem superior do reverso da segunda folha, uma “nota de mão alheia” que informa: “Condessa de Barral/15 de Abril de 1879/Recebida. 10 de Maio/Respondida 12 Dº –”. É bem provável que o registro tenha sido feito pelo destinatário da carta, logo após tê-la recebido [BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2 reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144)].

¹⁵² Cartas e cadernos no Arquivo Grão Pará, parte constitutiva do acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis; cartas e diários, ainda não indexados, no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e cartas na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Também pode ser feita a análise comparativa com manuscritos da condessa que foram reproduzidos em obras de edição de fontes e em outros estudos, entre eles: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 57A (Publicações Históricas, 1ª Série, 83). BESOUCHET, Lídia. **Exílio e morte do Imperador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 288B/19 (Grandes Vidas); DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 93.

¹⁵³ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 182.

¹⁵⁴ Como informamos em nota anterior, detalhes sobre o endereço da Condessa Barral na capital francesa constam em: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Nas trilhas da Condessa. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 1º e 2 maio 2011. Caderno A, p. 7.

escuros e papel tarjado de preto até o fim dos dias. Mas nem por isso estava isolada do mundo. Os contatos com os príncipes de Joinville lhe asseguravam uma agenda cheia. Seus méritos de fascinante contadora de histórias também garantiam-lhe lugar à mesa do príncipe de Aumale, no seu magnífico castelo de Chantilly. A vida teatral, as *soirées*, os chás, as atividades de benemerência misturavam-se aos cuidados com o filho que tomava lugar cada vez mais espaçoso em sua vida.¹⁵⁵

Contudo, na segunda metade daquela década, uma nova fase da vida da condessa se instaurou. “O filho crescido atendia, mais e mais, aos compromissos sociais exigidos pela carreira [diplomática]. Luísa ficava só. Os anos também passavam para os amigos. Saía-se menos. Luísa anotava as impressões de solidão em seu diário”¹⁵⁶. Nesse novo contexto, ela tinha tempo de sobra para se corresponder com os amigos do Brasil e, ainda, acompanhar e dar apoio ao jovem sergipano que, estudando em um internato francês, estava se adaptando a um universo que lhe era tão estranho. “Sua devoção aos amigos, centenas deles presentes em sua correspondência e diários, revela que mais do que um sentimento, a amizade era uma prática social, alimentada por cartas, convites, salões e favores”, destacou Del Priore.¹⁵⁷

No ano em que a carta foi escrita, a Condessa de Barral contava 63 anos e sua amizade com o imperador D. Pedro II, quase dez anos mais moço que ela, havia ganhado novos contornos. Segundo Del Priore, o plano da condessa “consistia em substituir a amante pela amiga (...). Afinal, Luísa sentia que a diferença de idade começava a pesar [...] [e propunha] um amor baseado em idéias ou nas afinidades do espírito”¹⁵⁸. Nesse novo contexto, Barral se compadecia e se aproximava cada vez mais da imperatriz Teresa Cristina.

Em 1876, por exemplo, enquanto o D. Pedro II excursionava pela Europa, Barral acompanhou o tratamento médico de Teresa Cristina na Bélgica e viajou com ela para a Áustria, onde foi sepultada a princesa Leopoldina, falecida em 1871.

D. Pedro II, Luísa e D. Teresa Cristina, tinham se reunido em Constantinopla, atual Istambul: ele vindo de Odessa, e elas, de Caldas de Gastëin, na Áustria [...]. Com ela, aliás, [Luísa] foi antes para Coburgo, visitar o túmulo da pupila morta, a princesa Leopoldina, e a caminho do sul ouviram juntas música de Strauss no palácio de Schoenbrunn, em Viena.¹⁵⁹

¹⁵⁵ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 201.

¹⁵⁶ Ibid., p. 208.

¹⁵⁷ Ibid., p. 234.

¹⁵⁸ Ibid., p. 209.

¹⁵⁹ Ibid., p. 210.

Dessa forma, percebemos que a relação da Condessa de Barral com o casal imperante do Brasil se transformou ao longo do tempo¹⁶⁰. Assim, não é de se estranhar que, em 1879, a sua correspondência denuncie que o D. Pedro II “parecia totalmente dominado pelas saudades de Luísa”¹⁶¹, dizendo, em uma das muitas cartas: “Você nunca me quis, nem quer, nem quererá como eu a você”.¹⁶²

[Entretanto] Luísa continuava açodada pelo fantasma do dever e decidida a levar adiante a resolução de se tornar somente a melhor amiga de D. Pedro. A sensação de culpa a mantinha longe dele. Moral, honra, virtude reprimiam os “baixos instintos”, como era chamado o desejo físico, então.¹⁶³

Enquanto a França da Condessa de Barral respirava os ares da Terceira República e era governada por Jules Grévy (1879-1889), no Brasil de D. Pedro II e do senador Diniz,

O partido liberal ia abrindo frentes. São Paulo, agora rasgada por ferrovias, florescia. A lavoura de café dava lucros e, na bacia de Campos, inauguravam-se modernas usinas de açúcar, em lugar das antiquadas moendas de cana [...]. A inquietação se espraiava como uma mancha de óleo na água [...]. Republicanismo e radicalismo avançavam.¹⁶⁴

Na pequena de Província de Sergipe, importantes mudanças se processavam desde meados da década de 1850, quando a capital foi transferida da vetusta São Cristóvão para a florescente Aracaju¹⁶⁵. As lideranças dos partidos Liberal e Conservador, senhores de engenho em sua maioria, olhavam com desconfiança e algum incômodo para os jovens divulgadores do abolicionismo e o do republicanismo. A economia experimentava o doce

¹⁶⁰ Quando do exílio da família imperial na Europa, após o 15 de novembro 1889, Barral enviou o seu filho a Lisboa, “encarregado de dizer à imperatriz que sua dama de honra, mais do que nunca obediente e fiel, aguardava as suas ordens e perguntava onde e quando poderia retomar seus serviços. Teresa Cristina respondeu-lhe que em Cannes, no sul da França, para onde seguiam”. Contudo, a imperatriz exilada morreu em dezembro de 1889, antes do reencontro com sua antiga rival (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 226).

¹⁶¹ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 212.

¹⁶² Ibid., loc. cit.

¹⁶³ Ibid., p. 213.

¹⁶⁴ Ibid., loc. cit.

¹⁶⁵ De Felisbello Freire à Ibarê Dantas, a mudança da capital é representada como um divisor de águas no processo histórico sergipano, determinando importantes transformações no campo político, econômico e social [FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **Historia de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1891; DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009].

sabor do açúcar, produzido nos engenhos das planícies e tabuleiros litorâneos e exportado, sobretudo para Europa e EUA. A sociedade, ainda predominante rural e católica, começava a ganhar novos contornos. As elites brancas, encasteladas nas casas-grandes dos engenhos ou nos imponentes sobrados das vilas e cidades, davam as cartas e, mesmo com os primeiros ecos de contestação, conduziam os rumos da província. A população de escravos e libertos, desde fins do século XVIII, não parava de crescer, ajudando a forjar uma sociedade predominantemente mestiça. Os profissionais liberais – médicos, engenheiros e bacharéis, provenientes em grande medida da açucarocracia – eram os receptores e difusores das transformações que começavam a ganhar corpo e que eclodiriam na década seguinte. A vida cultural também ganhava novos contornos, a imprensa se consolidava, gabinetes de leitura e bibliotecas surgiam, o ensino secundário já contava com o Atheneu Sergipense e com a Escola Normal.¹⁶⁶

Reconstituir a trajetória da carta da condessa, desfalcados do envelope no qual foram fixados selos e carimbos postais, não é uma tarefa fácil, levando-nos a seguir por trilhas nebulosas. Decerto, ela foi escrita em 15 de abril de 1879, na casa da Condessa de Barral, em Paris. Após um longo percurso, que durou aproximadamente 25 dias¹⁶⁷, trasladou o Atlântico e chegou às mãos do senador Diniz.

Muito provavelmente, a carta foi recebida durante a estada daquele parlamentar no Rio de Janeiro, em 1879. Grosso modo, deputados gerais e senadores passavam à corte entre meados de março e princípios de abril, cerca de um mês antes da abertura do ano legislativo.

¹⁶⁶ Considero como principais as seguintes sínteses sobre a história da Província de Sergipe: FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891 (Livro III, capítulos I a V); NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe, a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: 1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006; DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

¹⁶⁷ A suposta duração do percurso toma como referências o registro feito pela própria autora, informando que a carta foi produzida em 15 de abril de 1879, e a “nota de mão alheia”, constante na margem superior do reverso da segunda folha. O segundo registro, feito provavelmente pelo destinatário da carta, informa: “Condessa de Barral/15 de Abril de 1879/Recebida. 10 de Maio/Respondida 12 Dº –” [BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 2 reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144)].

Não localizamos, no Arquivo Público Estadual de Sergipe, os registros de saída de passageiros no porto de Aracaju relativos ao ano de 1879¹⁶⁸. Contudo, no registro de “Sahida [do] Dia 2 de Abril de 1880”¹⁶⁹, lá está o nome do senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello, que, acompanhado de um criado e dois netos, tomou o vapor nacional Príncipe do Grão Pará, seguindo para a Bahia¹⁷⁰. Cinco dias depois, conforme noticiou um jornal carioca, o mesmo grupo embarcou no vapor nacional Senegal rumo a capital do Império.¹⁷¹

Se considerarmos que Diniz, anualmente, seguia para a corte em princípios de abril, presumiremos que foi lá que, em 10 de maio de 1879, ele recebeu a carta escrita pela Condessa de Barral 25 dias antes¹⁷². Desde então, o documento deve ter sido alvo de cuidados por parte do destinatário e de seus descendentes. De fato, não temos ideia dos

¹⁶⁸ Nos registros de saída de embarcações do porto de Aracaju, relativos aos meses de março e abril de 1879, não constam relações de passageiros. Consta, todavia, que: em 10 de março de 1879 saíram para os portos do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente, a barca portuguesa Luiza e o vapor nacional Marques de Caxias; em 15 e 17 de março saíram para o porto da Bahia os vapores nacionais Dantas e Gonçalves Martins, respectivamente; em 24 de março saiu o patacho nacional São Benedito e, dois dias depois, a escuna nacional Moribeca e o patacho nacional Novo Momento, todos com destino ao porto do Rio de Janeiro; em 3 e 7 de abril saíram para o porto da Bahia os vapores nacionais Gonçalves Martins e Bragança, respectivamente [Arquivo Público Estadual de Sergipe, Fundo SP⁸ - Inspetoria da Polícia (Marítima e Aérea), volume 21, p. 197 (reverso), 198 (anverso e reverso) e 199 (anverso)].

¹⁶⁹ SAHIDA [de embarcações no] dia 2 de Abril. Aracaju, 1880. Arquivo Público Estadual de Sergipe, Fundo SP⁸ - Inspetoria da Polícia (Marítima e Aérea), volume 25, p. 10.

¹⁷⁰ No mesmo vapor, seguiram dois dos quatro deputados gerais que representavam Sergipe na Câmara: o Barão da Estância (1822-1904), que, como já assinalamos, era primo e amigo de Diniz; e Sancho Barros Pimentel (1849-1924); ambos vinculados ao Partido Liberal [DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009. p. 472-473]. Quanto aos netos que acompanhavam o senador, certamente estavam indo para o internato.

¹⁷¹ **GAZETA de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 abr. 1880, p. 1.

¹⁷² Grosso modo, deputados gerais e senadores originários das províncias do Império não possuíam residência fixa na Corte e viviam em casas alugadas, por preços nada módicos, em bairros aristocráticos e afastados do caótico centro da cidade, como era o caso de Botafogo, Flamengo e Catete. O senador Diniz, conforme atesta seu inventário *post-mortem*, não possuía bens de raiz fora dos limites da Província de Sergipe. Contudo, parece que a vitaliciedade da função de senador o levou a manter por muitos anos uma casa no Catete. O texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952) sugere essa possibilidade, que é bastante reforçada pela notícia-convite para o sepultamento de Diniz, veiculado da edição de 4 de julho de 1884 de um jornal carioca, informando que “D. Anna Joaquina de S. José Dantas e Mello, Antonio Diniz Dantas e Mello (auzente), D. Emiliana Diniz Dantas Galvão, D. Lionizia Diniz Dantas Sobral (auzente), D. Rosa Diniz Dantas Bastos (auzente), D. Anna de Faro Dantas (auzente), Antonio Diniz de Valois Galvão, Leandro Diniz de Faro Dantas, mulher, filhas, genro, nora, e nettos do senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello, convidam á seus parentes e pessoas de sua amizade, para acompanharem seus restos mortaes, amanhã, ás 10 horas, na rua de S. Salvador n. 25, (Catete) ao cemiterio de S. João Baptista. Não ha convites por carta.”. É plausível a ideia de que a carta da Condessa de Barral tenha, cinco anos antes, chegado ao mesmo endereço do qual saiu o cortejo fúnebre que conduziu o cadáver do senador Diniz ao cemitério de Botafogo. Fontes mencionadas: INVENTÁRIO *post-mortem* de Antonio Diniz de Siqueira e Mello. Santo Amato das Brotas, 1884. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 2º Ofício, caixa 13, número geral 819; ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 81; **GAZETA da Tarde**, Rio de Janeiro, 4 jul. 1884, p. 3.

caminhos e descaminhos percorridos pela carta entre o seu aparecimento e o seu registro no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, em fins da década de 1980.¹⁷³

No Instituto, não há registros oficiais sobre a incorporação da carta da Condessa de Barral ao seu acervo. O fundo arquivístico no qual está localizada preserva variados tipos de documentos (manuscritos, impressos, fotografias etc.) que foram sendo incorporados desde a criação do IHGSE, em 1912. A constituição do referido acervo é resultado, sobretudo, de doações feitas por familiares de intelectuais que compuseram o quadro social da “Casa de Sergipe”, como é conhecido o Instituto.¹⁷⁴

O pesquisador Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, antigo secretário-geral da instituição, informou-nos que não faz ideia de como a carta chegou ao IHGSE. “Eu a descobri, entre 1988 e 1991, quando comecei a dar ordem aos pacotes com documentos que encontrei no arquivo, sem qualquer sistematização”¹⁷⁵, diz Soutelo.

Para garantir a “indestrutibilidade do texto”, como sugere Chartier, seguiremos com a transcrição e a edição da carta. Para tanto, adotamos as *Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos*, estabelecidas em 1993 pelo Comitê de Paleografia e Diplomática¹⁷⁶. Com tal aparato, forneceremos material tanto para os estudos históricos, quanto para os estudos linguísticos, mantendo determinados fatos ortográficos ou gramaticais já em desuso. Produziremos o que Emanuel Araújo chama de uma edição diplomática, onde se reproduz a transcrição paleográfica do documento original.¹⁷⁷

¹⁷³ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. 2 f. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

¹⁷⁴ O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, criado em 6 de agosto de 1912, é uma das principais instituições culturais sergipanas e, há mais de um século, vem constituindo um rico e variado acervo, distribuído em suas unidades básicas: biblioteca, arquivo, hemeroteca, pinacoteca e museu. O Instituto está localizado à Rua Itabaianinha, número 41, no Centro de Aracaju/SE e é uma entidade civil sem fins lucrativos, comprometida com a preservação e a divulgação da memória histórica brasileira e sergipana. As fontes do seu acervo têm lastreado centenas de estudos (artigos, monografia, dissertações, teses, livros etc.) sobre a história e a cultura sergipanas. Sobre o IHGSE, consultar, dentre outros trabalhos: FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002 (Coleção Nordestina); DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE, 1912-2012**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

¹⁷⁵ SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Entrevista concedida ao autor**. Aracaju, 15 jun. 2011.

¹⁷⁶ O comitê integra a Associação dos Arquivistas Brasileiros e as normas foram divulgadas a partir de algumas publicações, como: BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 1995. p. 67-70.

¹⁷⁷ Araújo discute, dentre outras coisas, as formas de publicação de documentos históricos através dos vários tipos de edição [ARAÚJO, Emanuel. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1985 (Publicações Técnicas, 43)].

A CARTA¹⁷⁸

[f. 1 - anverso]

[E]x^{mo}. Senhor

Seu Neto acaba de passar os trez dias de ferias de Pascoa na minha companhia e folgo de poder dizer [lh]e que sua saúde é m^{to} boa e q ele pareceu ir se desinvolvendo um pouco. Já falla menos mal o Francez, mas queixa se sempre do Sen^r Roosmalen e até um certo ponto nem eu o tenho sempre achado attencioso mas dou o disconto porq sei q^{to} deve agastar qualqu[er] genio ter que lidar com tantos rapazes mais ou menos insubordinados.

Hoje fui comprar roupa p^a seu neto e vou leva-la em conta ao Roosmalen que tem verba p^a isso [e] q a tem economisado demais – Verdade

[f. 1 - reverso]

é que o nosso rapaz não precisa de elegancia enq^{to} estudante mas não houve [se]não strictam^e o necessario e não é justo que saia dos dinheirinhos [que] a Maman lhe mandou p^a Suas [re]galias.

Agora fallemos na Gouvernante. Todas querem, e todas desistem. Dirigi-[me] ao Schramm e esse me deu o conselho de appellar p^a uma Senhora Schröder que está na Bahia à testa de um Instituto de educação p^a Meninas e que é m^{to} habilitada a fornecer a VEx^{cia} uma governante que já saiba um poco o Portuguez, que já tenha pago o tributo ao clima, e que

¹⁷⁸ BARRAL, Condessa de. [Carta manuscrita a pessoa não identificada]. Paris, 15 abr. 1879. 2 f. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

[f. 2 - anverso]

aceite condições mais rasoaves
como por exemplo 200 fr por
mez em vez de 350 – .

Em resumo meu Ex^{mo}. Senhor
Siga esse conselho por que é
o único practico e o mais
acertado. Eu por ora não sei
o de[sti]no que darão a meu filho
q^{do}. partir de Pariz heide [sic] ver se
encontro algum amigo que se queira
encarregar do V. Galvão, e em ultimo
caso o [corroído] Consul será o incumbido
Mas não se afflija porq eu pensarei
no caso e o rapaz não ficará desamparado.

Elle está escrevendo a VEx^{cia}.
Tenho tratado sempr[e] de o relacionnar

[f. 2 - reverso]

com nossos Patrícios e o V^{de}. de
Mirai o tem accolhido com bondade.
Lei-o à casa da Irmã do nosso
C^{de}. d' Eu a uma festa Polaca
no Domingo de Pascoa mas elle
ainda é m^{to} acanhado e p^a a idade
não gosta de dansar nem dos folguedos
proprios de sua idade. Most[ra]
gosto p^a. a historia natural e já o
mandei à exposição dos Cavallos que
attrahe todos os curiosos.

Adeos Ex^{mo}. Senhor reparta [com] sua Filha
meus cumprimentos e os [co]mprimentos de meu
Filho.

Sua Ven^{ora}. e obrig^a
C^{dessa}. [de] Barral

15 de Abril 79
84 B^d Malesherbes
Pariz

A leitura da carta revela sua riqueza enquanto testemunho de época. Além de tratar da educação escolar e do cotidiano do jovem “V. Galvão”, o manuscrito apresenta dados sobre: as experiências das elites brasileiras que residiam na capital francesa em fins da década de 1870; a educação das mulheres entre as elites brasileiras na segunda metade do século XIX; a presença alemã no campo econômico e no campo educacional nas províncias da Bahia e de Sergipe; e as relações entre as “nobrezas” brasileira e europeia.

Chartier nos ensina que a leitura é sempre uma apropriação, invenção, produção de significados. Assim sendo, não tencionamos esgotar as possibilidades de usos do documento em foco. De acordo com os nossos interesses, deter-nos-emos na análise de alguns dados específicos da carta, notadamente aqueles que tratam do universo educacional feminino, enfatizando a preceptoria – prática educativa que, originada na Europa, difundiu-se entre as elites do Brasil Império.¹⁷⁹

Assim como Ginzburg, partiremos de “dados aparentemente negligenciáveis”, para “remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente”. Afinal, como bem assinalou o mestre italiano, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Além de considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais um texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, Chartier esclarece o peso das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada leitor. Mesmo que fossem suplantados os limites impostos à leitura pelo suporte material do escrito, sabemos que “o leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual nela depositado está ligado a este objeto e a esta circunstância” (CHARTIER, 1999, p. 70-71). Assim, toda história da leitura supõe, em seu princípio, a liberdade do leitor em deslocar e subverter aquilo que o texto lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura [CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999. p. 77 (Prismas)].

¹⁸⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 152 e 177.

2 Barral e as preceptoras europeias

A Condessa de Barral, além de acompanhar de perto a adaptação e o desempenho escolar de Raimundo Galvão, estava empenhada em selecionar e encaminhar ao senador Diniz uma “gouvernante” para educar suas netas.

Inicialmente, é preciso assinalar que coexistiram diferentes denominações para a figura histórica da preceptora — aia, governanta, tutora, são exemplos. Alguns estrangeirismos, como “gouvernante”, “mademoiselle” e “fräulein”, eram usuais para identificar essas educadoras estrangeiras no Brasil¹⁸¹. Mas são as funções desempenhadas que definem o ofício de preceptora. A obra *500 anos de educação no Brasil* apresenta uma definição bastante objetiva, afirmando que “a preceptora é [...] uma mulher que ensina em domicílio ou uma mulher que habita com uma família para fazer companhia e dar aulas às crianças”.¹⁸²

Na carta, o primeiro dado importante sobre o universo da preceptoraria está relacionado à clássica lei da oferta e da demanda, representada, nesse caso, pelo interesse das preceptoras europeias em prestar serviços às famílias brasileiras. Ao tratar da contratação da “gouvernante”, a Condessa de Barral afirmou, sem muitas delongas, que “todas querem”.¹⁸³

Destacamos, nas páginas introdutórias, que o qual o ofício de preceptora se legitimou e ganhou fôlego na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. Contudo, o dado registrado na carta aponta para o interesse das preceptoras em deixar seu país de origem e exercer seu ofício, inclusive, em outro continente. O que explica esse interesse? A resposta é simples. A oferta de preceptoras, ao menos na Europa Ocidental, estava superando a demanda pelos seus serviços, resultando na redução de salários e no desemprego. Dessa forma, era preciso buscar mercados mais promissores.

¹⁸¹ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres**: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

¹⁸² RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 271 (Historial, 6).

¹⁸³ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 1 - reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

Na Inglaterra da década de 1830, a oferta de preceptoras já superava a demanda interna, levando essas educadoras a vislumbrarem outros mercados, sobretudo os das colônias inglesas, como a Austrália, a Índia e a África do Sul¹⁸⁴. Sobre essa questão, Maria da Conceição Monteiro registrou:

A deplorável situação da preceptora piorou consideravelmente na década de [18]30. Com a falência de bancos e a conseqüente crise econômica, a mulher burguesa viu-se forçada a buscar trabalho. Com isso, aumentou o número de preceptoras, gerando competições e achatamento de salários, que já era baixo (entre 30 e 40 libras por ano). Com o enorme número de mulheres buscando trabalho, o patrão podia barganhar o salário. Mesmo quando conseguia remuneração melhor, estava sempre fora da esfera dos confortos da classe média.¹⁸⁵

[De] 1880 em diante, qualquer preceptora que quisesse arranjar emprego em família teria que fornecer certificados do Queen's College, aprovações em exames no Junior e Senior Local University ou até mesmo diploma universitário. Caso contrário, teria que mostrar um nível de instrução comparável ao das professoras especializadas.¹⁸⁶

Segundo Irene Hardach-Pinke, na Alemanha do século XIX,

Muitas famílias das camadas médias não podiam se permitir alimentar mais uma pessoa que não contribuísse para a renda da casa. Filhas e viúvas de pastores, funcionários públicos e eruditos se sentiam cada vez mais cobradas em conseguir um trabalho fora de casa.¹⁸⁷

Entre as preceptoras alemãs, que desde o século XVIII atuavam em vários países da Europa, as trilhas percorridas se multiplicaram no século XIX, levando-as aos quatro cantos do mundo, inclusive ao Brasil. Nesse sentido, Marly Gonçalves Bicalho Ritzkat conclui que, “na segunda metade do século XIX, as preceptoras já faziam parte da realidade das elites

¹⁸⁴ Segundo Tânia Quintaneiro, em 1851 a Inglaterra contava com 21.000 mulheres atuando no campo educacional (QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 156).

¹⁸⁵ MONTEIRO, Maria Conceição. **Sombra errante**: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX. Niterói/RJ: EdUFF, 2000. p. 27 (Ensaio; 17).

¹⁸⁶ Ibid., p. 42.

¹⁸⁷ HARDDACH-PINKE, Irene. **Die Gouvernante**: Geschichte eines Frauenberufs. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1993. p. 71, tradução nossa.

brasileiras”, entre as quais “as ofertas de emprego eram muito mais atrativas que na própria Alemanha, e os salários muitas vezes mais altos”.¹⁸⁸

Na Província de Sergipe, atestando a oferta e, também, a demanda por esses serviços, algumas famílias conviveram com mais de uma preceptora. Pela casa-grande do Engenho Escurial, no município de São Cristóvão, passaram, por exemplo, duas preceptoras europeias, uma alemã e uma francesa, que, entre 1861 e 1882, educaram as filhas de Antonio Dias Coelho e Mello (1822-1904), o Barão da Estância.¹⁸⁹

Entretanto, documentos que oficializassem a contratação de preceptoras parecem ter sido peças raras. Localizamos breves e pouco elucidativos registros em “livros de assentos” preservados por famílias da antiga zona açucareira sergipana. Neles, os senhores de engenho registravam, dentre outras coisas, as despesas com educação dos filhos.¹⁹⁰

Ina von Binzer, em carta escrita na década de 1880, reforça a hipótese da ausência (ou quase ausência) de contratos que regulassem a prestação de serviços das preceptoras no Brasil oitocentista¹⁹¹. “É uma verdadeira sorte não se firmarem contratos aqui, nem multarem as rescisões. Mesmo constantemente ameaçadas de ser dispensadas mais dia menos dia, podemos pelo menos fazer a nossa trouxa quando julgamos que é demais”¹⁹², afirmou.

Para além do interesse das preceptoras europeias pelo Brasil, a Condessa de Barral notou e anotou outro dado importante. Segundo ela, “todas querem e todas desistem”¹⁹³. Dessa forma, percebemos que, apesar do interesse das preceptoras, existiam questões que

¹⁸⁸ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 275 e 274.

¹⁸⁹ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 47-123.

¹⁹⁰ Os livros de assentos são documentos que remetem, sobretudo, à sociedade escravocrata brasileira, constituindo-se em cadernos ou cadernetas nos quais os patriarcas anotavam os principais acontecimentos da história familiar (nascimentos, batizados, casamentos e falecimentos), bem como notificavam as operações financeiras e comerciais (compra e venda, ganhos e prejuízos, sociedades comerciais e empréstimos). Sobre o tema, consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Lembranças: o livro de assentos de José Antonio de Mello Cabral (1851-1928). **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão/SE, n. 5, p. 125-145, 2004.

¹⁹¹ A alemã Ina von Binzer legou-nos quarenta cartas que narram suas experiências enquanto preceptora de famílias fluminenses e paulistas. Esses documentos, publicados no Brasil em meados da década de 1950, serão explorados ao longo deste e dos próximos capítulos desta tese (BINZER, Ina von. **Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Anhembi, 1956).

¹⁹² BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 67.

¹⁹³ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 1 - reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

dificultavam ou impossibilitavam as contratações ou, ainda, que podiam levar à quebra de contratos. Quais seriam essas questões? A própria carta nos dá respostas: as negociações salariais e as dificuldades de adaptação, por parte das educadoras, ao clima dos trópicos e a cultura brasileira. Assim, a escrevente estava empenhada em encontrar uma preceptora que aceitasse um salário modesto, “como, por exemplo, 200 francos por mez, em vez de 350 – ”¹⁹⁴, que, demonstrando alguma intimidade com a cultura brasileira, falasse “um poco o Portuguez”¹⁹⁵ e que, habituada aos trópicos, já tivesse “pago o tributo ao clima”.¹⁹⁶

A decisão de exercer o ofício de preceptora no exterior era motivada, dentre outros fatores, pelas expectativas salariais. Obras da ficção inglesa do século XIX indiciam tais expectativas no imaginário das preceptoras europeias que partiam em “jornada pedagógica” pelo mundo. Anne Brontë, em narrativa de inspiração autobiográfica intitulada *Agnes Grey*¹⁹⁷, empresta suas experiências à heroína do romance e afirma: “Como seria delicioso ser preceptora! Correr mundo, começar vida nova [...]; ganhar o meu sustento e mais alguma coisa para ajudar meu pai, minha mãe e minha irmã”.¹⁹⁸

A ficção brasileira também registrou a intenção das preceptoras europeias em “fazer América”. Em 1927, Mário de Andrade apresentou aos seus leitores a sedutora fräulein Elza, preceptora alemã do romance *Amar, verbo intransitivo*¹⁹⁹. Ao longo da narrativa, o modernista enfatizou as expectativas financeiras da “professora de amor”²⁰⁰. No desfecho

¹⁹⁴ Ibid., f. 2 - anverso.

¹⁹⁵ Ibid., f. 1 - reverso.

¹⁹⁶ Ibid., f. 1 - reverso.

¹⁹⁷ O romance *Agnes Grey*, de Anne Brontë (1820-1849), foi publicado na Inglaterra em 1847. A edição brasileira da obra, publicada tardiamente em 1977, teve o título vertido para *A preceptora*. Segundo estudiosos do legado literário das irmãs Brontë, trata-se de um romance de inspiração autobiográfica. Assim como Charlotte e Emily, Anne Brontë foi preceptora na Inglaterra, entre as décadas de 1830 e 1840 [MONTEIRO, Maria Conceição. **Sombra errante**: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX. Niterói/RJ: EdUFF, 2000 (Ensaio; 17); CAVENDISH, Márcia. Anne Brontë: a voz esquecida da Literatura Inglesa. Niterói, **Revista Gênero**, v. 6, n. 1, p. 173-199, 2 sem. 2005].

¹⁹⁸ BRONTË, Anne. **A preceptora**. São Paulo: Clube do Livro, 1977.

¹⁹⁹ Estudamos o referido documento, considerando aspectos ligados ao processo de produção e circulação de *representações* sobre a figura histórico-literária da preceptora alemã, na dissertação de mestrado intitulada *A preceptora: representações em Amar, verbo intransitivo, de Mário de Andrade (1927)* [ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **A preceptora**: representações em *Amar, verbo intransitivo*, de Mário de Andrade (1927). São Cristóvão, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe].

²⁰⁰ No estudo citado na nota anterior, questionamo-nos sobre o caráter estritamente ficcional da obra de Mário de Andrade, atentando para a amizade do autor com uma jovem preceptora alemã que viveu em São Paulo na década de 1920. Dessa forma, “Frl. Käthe Blosen” pode ter sido a matriz inspiradora para a criação de Fräulein Elza de *Amar, verbo intransitivo*. Além disso, o próprio Mário afirma que sua obra teria base factual, dizendo: “Que mentira, meu Deus! dizerem Fräulein, personagem inventado por mim e por mim construído! não construí coisa nenhuma [...]. / Um dia, era uma quarta-feira, Fräulein apareceu diante de mim e se

do idílio, por exemplo, escreveu: “Pensando no dinheiro. Assegurou-se de que a maleta estava ali, estava. Oito contos. Mais dois ou três serviços e descansava”.²⁰¹

Quase regra entre as preceptoras que se aventuraram fora dos seus países, a ideia era “poder economizar um bom dinheiro que lhes assegurasse uma velhice tranquila”²⁰². Sabemos que, na Alemanha, os salários variavam entre 300 e 1.500 marcos²⁰³, o que fazia do Brasil um país bem mais convidativo. Os documentos que nos foram legados por Ina von Binzer registram indícios de que os salários pagos pelas famílias brasileiras às preceptoras giravam em torno de 3.000 marcos anuais.²⁰⁴

Marly Ritzkat, que também atentou para os dados registrados nas cartas de Ina von Binzer, tratou de fazer a conversão de valores, tomando como referência o câmbio de 2 de janeiro de 1882, mesmo período em que a preceptora informou o valor do seu salário. Assim, em princípios de 1882, 3.000 marcos correspondia a 1:656\$000 (um conto, seiscentos e cinquenta e seis mil réis).²⁰⁵

Ritzkat fez, ainda, comparativos entre a média dos salários pagos no Brasil com a média dos salários pagos à preceptoras alemãs em outros países. Na Hungria, recebiam entre 800 e 1.000 marcos; na Espanha, entre 1.200 e 1.600 marcos; no Uruguai, 1.500 marcos; na Austrália o salário poderia chegar a 2.400 marcos²⁰⁶. Dessa forma, em termos salariais, o Brasil era um destino atraente para as educadoras germânicas.

contou. O que disse aqui está com poucas vírgulas, vernaculização acomodatória e ortografia. Os personagens, é possível que uma disposição particular e momentânea do meu espírito tenha aceitado as somas por eles apresentadas, essa toda a minha falta. Porém asseguro serem criaturas já feitas e que se moveram sem mim. São os personagens que escolhem os seus autores e não estes que constroem as suas heroínas. Virgulam-nas apenas, pra que os homens possam ter delas conhecimento suficiente” [ANDRADE, Mário de. **Amar, verbo intransitivo**: Idílio. 16ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, s/d. p. 79 (Biblioteca de Literatura Brasileira, 2)].

²⁰¹ ANDRADE, Mário de. **Amar, verbo intransitivo**: Idílio. 16ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, s/d. p. 139-140 (Biblioteca de Literatura Brasileira, 2).

²⁰² RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 274 (Historial, 6).

²⁰³ _____. **A vida privada no Segundo Império**: pelas cartas de Ina von Binzer (1881-1883). São Paulo: Atual, 1999. p. 25 (O olhar estrangeiro).

²⁰⁴ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 72.

²⁰⁵ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 289 (Historial, 6).

²⁰⁶ Ibid., p. 278.

De norte a sul do Império do Brasil, as famílias interessadas em contratar uma preceptora estrangeira desembolsavam pequenas fortunas. Em Sergipe, o “modesto” salário mensal de 200 francos, proposto pelo senador Diniz, correspondia a aproximadamente 1:324\$800 (um conto, trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos réis) por ano.²⁰⁷

A análise comparada dos registros legados pela Condessa de Barral e por Ina von Binzer nos levam a concluir que, entre fins da década de 1870 e princípios da década de 1880, o salário anual de uma preceptora europeia contratada por uma família brasileira girava em torno de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Em uma sociedade agroexportadora e escravocrata, o referido investimento poderia ser revertido na aquisição de dois escravos jovens e saudáveis²⁰⁸ ou, considerando a peculiaridade da economia sergipana, em 10,8 toneladas de açúcar²⁰⁹. Tais números comprovam o lugar de destaque ocupado pelas preceptoras no universo educacional das elites brasileiras do século XIX.

²⁰⁷ Segundo José Calasans, em fins da década de 1868 o ordenado de um professor do ensino secundário público na Província de Sergipe girava em torno de 800\$000 (oitocentos mil réis). “Tito Augusto [Souto de Andrade, professor em Aracaju,] regia a cadeira de Francês com o ordenado de 800\$000, percebendo uma gratificação de 200\$000 pela de Geometria”. Trata-se de um salário bastante inferior ao das preceptoras. Além disso, as educadoras europeias não tinham despesas com moradia e alimentação [CALASANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 20, p. 118, 1949/1951].

²⁰⁸ O Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe preserva uma farta documentação sobre compra e venda de escravos em diversas comarcas da Província de Sergipe, a exemplo de livros de escritura de compra e venda de escravos e livros de notas que apresentam as citadas escrituras. A referida documentação foi devidamente analisada em estudos realizados pelo economista e historiador Josué Modesto dos Passos Subrinho. A partir deles, concluímos que, no ano em que a carta da Condessa de Barral foi escrita, a mão-de-obra escrava era predominante na agroindústria açucareira da Província de Sergipe. Segundo os dados estatísticos organizados por Passos Subrinho, considerando o comércio de escravos em importantes regiões econômicas da província (Cotinguiaba, Mata Sul e Agreste), em 1879 o preço médio de um cativo saudável e na faixa etária mais produtiva (21 a 39 anos) era 691\$000 (seiscentos e noventa e um mil réis). Tratava-se de uma “mercadoria” bastante valorizada, pois, ao contrário do que ocorreu em muitas províncias do norte do Império, em Sergipe não foi significativa a substituição do trabalho escravo pelo livre ao longo do processo abolicionista (Lei Euzébio de Queiroz, em 1850; Lei do Ventre Livre, em 1871; Lei dos Sexagenários, em 1885; e Lei Áurea, em 1888). Além disso, a pressão das províncias do sul, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, para viabilizar o comércio interprovincial de escravos, encarecia ainda mais os preços (PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Comércio de escravos na província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 39, p. 39-61, 2009). Vale ressaltar que os engenhos da Província de Sergipe eram modestos, se comparados aos grandes engenhos baianos e pernambucanos, e os seus plantéis contavam com, aproximadamente, 22 escravos por unidade. “O relatório Pimenta Bueno, de 1881, leva-nos à seguinte conclusão: cada engenho sergipano empregava, em média, aproximadamente 29 pessoas, sendo 7 livres e 22 escravas”, ressaltou Passos Subrinho [PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 34]. Consultar também: MARCÍLIO, Maria Luiza. et ali. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registros de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). **Anais de História**, Assis/SP, n. 5, p. 179-194, 1973.

²⁰⁹ No período estudado, a economia da Província de Sergipe era movimentada, principalmente, pela produção e comercialização do açúcar. Josué Modesto dos Passos Subrinho, em sua *História econômica de Sergipe*, apresenta a quantidade e o preço médio, por toneladas, do açúcar exportado da província para o exterior e

É fato que muitos contratantes se empenhavam em não assumir ônus elevados. Da mesma forma, as preceptoras participavam ativamente (e atentamente) das negociações salariais. A Condessa de Barral, por exemplo, demonstrou muita habilidade ao tratar da sua contratação como preceptora das princesas brasileiras. Ao final das negociações, chegou-se a um preço: “12 contos de réis, mais carruagem e residência [própria, considerando que não era solteira]”²¹⁰. Consideremos, sobre esse fato, que a educadora contratada era uma mulher de posses e que a família contratante não era uma família comum, mas aquela que imperava no Brasil. Daí tantos privilégios e um salário tão robusto.

É bem verdade que, para muitas das preceptoras europeias que passaram pelo Brasil, o sonho de “fazer América” terminou com um amargo sabor da frustração. Sobre essa questão, destacou Ritzkat:

[...] a realidade era marcada por frustrações e sofrimentos: várias educadoras alemãs queixavam-se de terem sido tratadas por seus patrões como simples criadas, outras foram ingenuamente enganadas com promessas de trabalho e fortunas fáceis e se viram diante de sérias dificuldades financeiras em um país estranho, com muitas dívidas e nenhum apoio.²¹¹

Mesmo com um salário superior àqueles que eram pagos na Europa e em outras partes do mundo, Ina von Binzer demonstrou sua insatisfação ao escrever à amiga Grete.

Rio, 2 de março de 1882

Algumas linhas apressadas, minha Grete querida!

Estou contratada para S. Paulo e imagine a minha sorte, para a própria cidade de S. Paulo, numa boa família [...].

[...] conto-lhe isso como um “exemplum tragicum”, para uso de todos os que se deixam seduzir com ofertas de 4 a 5.000 marcos de ordenado.

para outras províncias. Quando a carta da Condessa de Barral foi escrita, Sergipe exportava mais de 26 mil toneladas de açúcar, cada uma custando, em média, 138\$854 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro réis) [PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 105].

²¹⁰ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 131-133.

²¹¹ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 274 (Historial, 6).

Aliás receberei agora apenas 3.000. Mas coragem não me falta, Grete! Nós não nos deixamos derrotar. “Il faut fatiguer l’infortune” como dizia esse francês espirituoso. Sua invencível Ulla.²¹²

Mesmo não tendo despesas com moradia e alimentação, as preceptoras contratadas pelas famílias brasileiras, preocupadas em fazer suas economias e voltar ao seu país de origem, viam-se às voltas com outras despesas, notadamente ligadas ao vestuário. Na mesma carta, Binzer registrou:

Imagine, se isso lhe é possível, que outro dia, fui obrigada a pagar à vista 78 marcos de feitiço por um vestidinho de algodão de que precisava e que mandara fazer por uma costureira francesa, uma certa aristocrática “Madame Victorine”.

Fiquei estarrecida e nunca mais procurei nenhuma Mme. Victorine; se não me bastarem as roupas que trouxe, vou imitar o que na certa têm feito inúmeras vezes minhas colegas aqui: pegar eu mesma na tesoura e na agulha!

O primeiro triunfo dêste vestido de algodão, foi o de me obrigar a pedir dinheiro emprestado a Mr. Carson, para poder alcançar o meu novo destino [...].²¹³

Em carta de 29 de maio de 1882, quando passara a viver com uma família paulistana, Binzer registrou:

Não há bons sapateiros, mas somente lojas de calçados prontos, em sua maioria importados da França; assim, para os estrangeiros é muito difícil mandar consertar qualquer coisa, a não ser que se confie o serviço aos remendões ambulantes italianos que consertam sapatos diante das portas, como fazem na nossa terra os funileiros com as panelas. [...]

Esta falha encarece demais a vida, pois só se podem adquirir coisas já feitas, sem se contar com a possibilidade de conservá-las à custa de ocasionais consertos e reformas.²¹⁴

As queixas da preceptora não são meras manifestações de avareza. O Brasil importava, a preços elevados, a maior parte dos tecidos que abasteciam as lojas, os ateliers de modistas ou os simples empórios das vilas e cidades. Em Sergipe, esses produtos eram distribuídos com valores ainda mais elevados, pois, na maioria das vezes, chegavam primeiro

²¹² BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 72.

²¹³ Ibid., loc. cit.

²¹⁴ Ibid., p. 88.

às praças de Salvador e do Rio de Janeiro, de onde eram reexportados a preços nada módicos²¹⁵. Essas questões não escaparam ao olhar atento e a pena ágil de Binzer, que, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, registrou:

O que se compra é quase sem exceção mercadoria européia; fora disso, ou das matérias-primas do país, não há nas lojas objetos que já não tenham atravessado o Oceano Atlântico: tecidos, sapatos, roupas brancas, artigos de lã, móveis, aparelhos de iluminação, baterias de cozinha, livros, tudo, até papel e alfinêtes, vêm da Europa. Mesmo os tecidos de algodão, chegam à terra do algodão, enviados pela Alemanha e França, para onde é remetida a matéria-prima, porque nas raras e deficientes fábricas daqui, não existe pessoal habilitado.²¹⁶

Tratemos agora de outra questão posta pela Condessa de Barral, um elemento que poderia influir nas negociações para a contratação de preceptoras europeias: a familiaridade com a língua portuguesa.

Considerando o fato de Portugal ser um importador e não um exportador de preceptoras²¹⁷, eram raros os casos nos quais essas educadoras europeias dominavam a língua pátria das famílias brasileiras, fato que representava uma barreira cultural a ser transposta. Documentos do século XIX e a literatura brasileira do século XX registraram essa questão. A preceptora Ina von Binzer, na primeira missiva destinada à amiga Grete, escreveu:

Fazenda S. Francisco, [Província do Rio de Janeiro,] 27 de maio de 1881.

Minha querida Margarida. “Fazenda” significa plantação. Sinto muito não escrever “hacienda”, pois vocês provavelmente ainda estão convencidas de que assim é que se diz e terei de decepcioná-las desde as primeiras linhas de minha carta. Consolem-se comigo: aconteceu-me o

²¹⁵ Sobre as importações de mercadorias na Província de Sergipe, consultar: ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro**. Desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993; DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coordenação). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

²¹⁶ BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 60.

²¹⁷ Sobre esse fato, consultar: SCHNURBEIN, Christiane. **As fräuleins esquecidas: preceptoras alemãs nos Açores**. Zusmarshausen: SKG Verlag, 2003.

mesmo mas continuo achando adorável termos confundido inocentemente espanhol com português.²¹⁸

Na mesma carta, referindo-se a uma escrava doméstica chamada Olímpia, afirmou:

Confidencialmente lhe digo, minha cara, que ela é a criatura preta e beijuda mais horrenda que jamais usou êsse nome majestoso; o seu “sim senhora” é muito comum aqui, como por exemplo em Berlim “gnädige Frau”. Mas êsse constante “sim senhora” acaba por deixar a gente meio embrutecida, pois usa dessa expressão a todo o instante e principalmente quando não entende o meu português o que acontece várias vezes ao dia. Mas não conte isso aos outros, está ouvindo?²¹⁹

Referindo-se a “Madame Rameiro”, sua patroa na Fazenda São Francisco, registrou:

[...] ouço-a da sala de aulas (o que não se escuta de lá!) incitando as pretas com palavras estranhamente parecidas com as nossas expressões injuriosas.

Amanhã vou procurar no dicionário a significação exata de “diabolo” (sic) e canalha para justificar aos meus próprios olhos a boa senhora, o que representará um brilhante sucesso para o dicionário.²²⁰

Aurélia Dias Rollemberg, mulher da elite açucareira sergipana que, entre 1873 e 1879, foi educada por uma alemã, registrou em suas memórias as dificuldades da preceptora Marie Lassius com a língua materna de suas pupilas²²¹. Diante do problema, o Barão da Estância, pai da memorialista, viu-se obrigado a, paralelamente, contratar os serviços de uma professora nativa para instruir suas filhas na gramática portuguesa. Sobre a professora de português, Eponina Motta, e a preceptora alemã, Aurélia registrou: “Uma lencionava [sic] portuguez a outra francez e piano [...]”.²²²

²¹⁸ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 17.

²¹⁹ Ibid., p. 18.

²²⁰ Ibid., loc. cit.

²²¹ Sobre Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952), consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.

²²² ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. p. 7. ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 52.

Como, então, as preceptoras europeias se comunicavam com as famílias brasileiras, diante da barreira linguística? Na maioria das vezes, comunicavam-se em francês, idioma muitíssimo cultivado no seio das elites brasileiras até fins da segunda década do século XX²²³. Em algumas de suas cartas, Ina von Binzer registrou o recurso à língua francesa, facilitando a prática da preceptoria. Vejamos:

[...] Parece que não existem quase brasileiros que não falem francês, embora alguns dêles possuam apenas uma vaga noção sobre o país a que essa língua pertence, ignorando mesmo que existem mais algumas cidadezinhas além de Paris. Na cabeça da preta que me serve – a minha negra – Paris corresponde a todo lugar fora do Brasil.²²⁴

Nas aulas, como na mesa, só se fala francês e com os pretos, português...²²⁵

Enquanto junto ao piano desafinado eu resignadamente contava o meu un, deux, trois – e Leonila, perseverante, cometia os mesmos erros, sob a ruidosa direção de D. Alfonsina erigia-se, à volta de nós, uma barricada de caixões, barris, sacos, etc.²²⁶

Todavia, parece-nos que as famílias da aristocracia sergipana não possuíam o mesmo grau de intimidade com a língua francesa observado entre as elites de outras províncias mais cosmopolitas. Como vimos, o fato de Ina von Binzer possuir pouca ou quase nenhuma intimidade com a língua portuguesa não a impediu de ser contratada por famílias abastadas das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, já que adultos e crianças comunicavam-se com a educadora em francês.

²²³ Sabemos da forte influência da cultura francesa sobre as elites brasileiras do século XIX e princípios do século XX. O ensino da língua francesa foi, oficialmente, instituído no Brasil em princípios do século XIX, passando, desde então, por várias reformas curriculares. Interessante observar que, a partir de meados da década de 1850, a língua francesa passou a compor o seleto grupo de línguas estrangeiras exigidas para admissão nos cursos de Medicina e Direito do Império do Brasil. Sobre a difusão na língua francesa no Brasil, consultar: LEFFA, Vilson. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. *Revista Contexturas*, São Paulo, n. 4, p. 13-24, 1999; OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses. *A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²²⁴ BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 18.

²²⁵ Ibid., p. 28.

²²⁶ Ibid., p. 47.

Os critérios de seleção de uma “gouvernante” para a família do senador Diniz, manifestados no escrito da Condessa de Barral, reforçam nossa hipótese. A missivista declarou que estava empenhada em encontrar uma educadora que já falasse “um pouco o Portuguez”²²⁷. Antes disso, registrou os progressos na adaptação do jovem “V. Galvão” ao cotidiano parisiense, atribuindo-os ao fato do rapaz já falar “menos mal o francez”²²⁸. Mas é preciso ressaltar que a história do ensino da língua francesa em Sergipe se constitui em um terreno ainda por desbravar, sobretudo no que diz respeito ao ensino privado dessa língua neolatina²²⁹. As poucas menções encontradas estão em textos de Maria Thetis Nunes e José Calasans Brandão da Silva, que, entretanto, lançam luzes sobre as transformações ocorridas no ensino público de línguas estrangeiras.²³⁰

Mas a convivência das preceptoras com as famílias brasileiras acabavam por romper as barreiras linguísticas. As cartas de Ina von Binzer e, também, as memórias de Aurélia Dias Rollemberg registram o empenho das educadoras estrangeiras em dominar os “falaremos nativos”. Urgia a necessidade de estreitar o diálogo e compreender melhor o universo cultural dos seus alunos e alunas, além de facilitar o convívio dentro da morada alheia. Nesse sentido, pouco tempo depois de chegar ao Brasil, Binzer registrou:

²²⁷ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 1 - reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

²²⁸ Ibid., f. 1 - anverso.

²²⁹ A ausência de estudos sobre a história do ensino de língua francesa em Sergipe é indicada nos levantamentos e análises desenvolvidas por autores como Jorge Carvalho do Nascimento e Fábio Alves dos Santos [NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2003 (Educação é História, 1); SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional: um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS, 1996-2002**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2003 (Educação é História, 2); NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel (Organização). **A pesquisa educacional e as questões da Educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010].

²³⁰ Calasans e Nunes estudaram importantes aspectos da história da educação em Aracaju e em Sergipe. Tomando-os como referências, podemos presumir pouco sobre os usos domésticos da língua francesa entre os membros das elites sergipanas. Todavia, Calasans, ao tratar das “Cadeiras de Francês e Geometria” do ensino secundário público em Aracaju, surgidas em 1868, constatou a baixa demanda pelas aulas públicas regidas por Tito Augusto Souto de Andrade, atribuindo o fato ao sucesso das aulas particulares de francês ministradas pelo professor Geminiano Paes de Azevedo [CALASANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 20, p. 96-120, 1949/1951; NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe/UFS, 1984. (Educação e Comunicação, 13)].

Assim ao menos fui capaz de terminar ontem minha refeição de forma bem brasileira e como já podia denominar todos os pratos em português (grande coisa, se aparecem os mesmos à mesa, duas vezes por semana!) dizendo nessa língua algumas frases defeituosas e por isso mesmo bastante exageradas, os novos conhecidos acharam-me muito simpática, honrando-me logo depois do almoço com um convite para tocar e cantar.²³¹

A terceira questão posta pela Condessa de Barral diz respeito às possíveis dificuldades de uma preceptora europeia em se adaptar ao clima dos trópicos – o “tributo ao clima”, como ela registrou. Novamente, as cartas de Ina von Binzer nos ajudam a compreender essa questão. Surpresa com as variações de temperatura no Vale do Paraíba fluminense, o que lhe causava intensa nevralgia, ela registra:

[...] Tratando-se de frescura, faço-lhes concorrência, pois declaro solenemente que há dias passados tirei muitas vezes de frio e estou escrevendo ainda com os dedos enregelados. E tenho sério motivo para isso, visto que ontem foi o dia de temperatura mais baixa de todo o ano, dia de S. João Batista. Senti um frio bárbaro, para o gáudio da família que nega êsse direito a uma álgida alemã.

[...] Quem poderia prever que aqui no Brasil viria a sentir o maior frio de minha vida?²³²

Binzer também registrou sua experiência com o verão de 1881/1882, na cidade do Rio de Janeiro:

Noite de Natal, com 25º (graus Celssius) à sombra!²³³

Agora boa noite, minha Grete; faz um calor tão horrível que a luz à minha frente está ondulante. Se consigo suportá-lo é porque a grande umidade atmosférica age como atenuante.²³⁴

Contrariando seus projetos de contenção de gastos, Binzer constava prejuízos decorrentes da ação do clima tropical:

²³¹ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 25.

²³² Ibid., p. 29, 34.

²³³ Ibid., p. 53.

²³⁴ Ibid., p. 71.

Êsse é o estado do meu guarda-roupas, pois tenho-o arejado de três em três dias, desde que descobri que agindo por outra forma neste país tão fértil, até os sapatos e os vestidos se cobrem de uma luxuriante vegetação! Essa proliferação espontânea das plantas seria de resto apreciável se não acarretasse tantos prejuízos!

Neste particular, o destino persegue meus sapatos, luvas e sêdas; tôdas as lindas luvas de pelica compradas em Antuérpia estão manchadas.²³⁵

Na Cotinguiba de Baixo, à margem esquerda do Ganhamoroba, onde ficava o Engenho Caieira e vivia a família do finado Raymundo de Valois Galvão, predominava o clima quente e úmido. A temperatura média era bastante elevada, aproximadamente 24,5 C°, com pequena variação anual. A umidade era maior na estação chuvosa, entre os meses de março e julho, e menor na estação seca, entre os meses de agosto e fevereiro²³⁶. Em suma, um clima que poderia aturdir uma mulher habituada às zonas temperadas.

Adolphine Schramm, alemã que, entre 1858 e 1863, viveu na cidade de Maruim, onde o seu esposo Ernst Schramm era sócio de uma importante casa comercial e bancária, registrou sua completa inadaptação ao clima que predominava da zona açucareira da Província de Sergipe, a atribuir sua decadência física aos rigores do clima ao qual estava exposta.²³⁷

[...] Fora Ernst, todos os outros [estrangeiros] se tornaram apáticos, o que, infelizmente, sob a influência deste sol, é bem fácil acontecer. É como se cada um só vivesse o momento e tivesse afastado todos os interesses anteriores. Contudo, está presente em cada coração o desejo de retornar um dia.²³⁸

Sobre minhas propostas de fazer leituras de cenas, apresentar pequenas peças ou representar uma comédia – em português ou alemão – não consigo conquistar ninguém. O calor traz uma terrível apatia e monotonia.²³⁹

²³⁵ Ibid., p. 55.

²³⁶ FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coordenação). **Atlas Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2007, p. 48-54.

²³⁷ Adolphine Schramm manteve intensa correspondência com parentes e amigos que ficaram na Alemanha. Suas cartas, documentos que registram importantes dados sobre a sociedade sergipana da segunda metade do século XIX, foram vertidas para o português e publicadas pelo Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe, em 1991 (SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Trad. José Edgar da Mota Freitas. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991). Originalmente, as cartas foram publicadas na obra: **Neum Generatione**, 1648-1948. Götinge: Ruprecht, 1964.

²³⁸ SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Trad. José Edgar da Mota Freitas. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991. p. 18 (carta 11, 4 mar. 1859).

²³⁹ Ibid., p. 35 (carta 31, 15 dez. 1862).

Já planejei como quero dividir o trabalho de nossos quatro empregados. Levei em conta que as duas empregadas (alemãs) só podem trabalhar duro pela manhã e que deve ser dado um tempo até se acostumarem mais ou menos com este clima. O calor nesta época é insuportável, mesmo para aqueles que já estão habituados há muitos anos.²⁴⁰

[...] Passear neste país no inverno é impossível e, no verão, não há nenhum atrativo por causa do calor, da poeira e dos caminhos ruins. Saio, mesmo assim, diariamente, a fim de não engordar e porque Ernst acha saudável. Não sinto, entretanto, nenhum prazer.²⁴¹

Faz três meses que estou no Brasil. Os insetos me incomodam ainda da mesma maneira, especialmente na lua nova ou cheia quando há maré grande. Conheci aqui, há poucas semanas atrás, novo sofrimento: os bichos de porco que se encravam sob as unhas dos dedos dos pés e ali põem seus ovos e logo depois de uma ora, através de uma terrível coceira, anunciam sua presença.²⁴²

Nos últimos tempos, sofremos horivelmente com os insetos. Primeiro, as pulgas, depois, os piolhos e percevejos. Agora, essas três pragas foram mais ou menos controladas, mas tenho mais feridas do que dez guerreiros de Solferino.²⁴³

[...] A pele do rosto ressenete-se a poeira terrível e a grande quantidade de suor que sai dos poros; pode-se, então, compreender por que, principalmente as loiras, com sua cor delicada, envelhecem rapidamente por aqui.²⁴⁴

Certamente não me reconheceria se me encontrasse por acaso, tão forte e amarela me tornei. Monstruosa, digo-lhe eu! Recentemente foi estranho quando Ernst mostrou meu retrato a um italiano, o senhor Agrenta, e este, num momento de sinceridade espontânea, disse: “Não se pode nunca pensar que Dona Adolphine tivesse sido tão bonita! Tem muito tempo que a foto foi tirada?”. Quatro anos foi a resposta e sua surpresa não teve limites.²⁴⁵

Nos registros legados por Ina von Binzer e Adolphine Schramm, o desprezo divide lugar com o deslumbre pelo clima e pela natureza dos trópicos. Observemos o que escreveu Adolphine em suas cartas:

²⁴⁰ Ibid., p. 12 (carta 6, 27 jan. 1859).

²⁴¹ Ibid., p. 22 (carta 15, 31 mar. 1859).

²⁴² Ibid., p. 18 (carta 11, 4 mar. 1859).

²⁴³ Ibid., p. 25 (carta 17, 28 out. 1859).

²⁴⁴ Ibid., p. 20 (carta 13, 21 mar. 1859).

²⁴⁵ Ibid., p. 34 (carta 29, 25 jul. 1862).

Domingo tive a oportunidade de ver uma chuva tropical. Devo confessar que, tratando-se de chuva, o que ocorre em Hamburgo é um fracasso. Por outro lado, quarenta e cinco minutos depois, era como se não tivesse caído nenhuma gota de chuva. O sol lançava seus raios de um céu sem nuvens, novas plantas floresceram e as folhas murchas foram varridas pela água. Sentia-se um aroma agradável por toda parte, e mesmo o solo de argila não apresentava nenhum indício de umidade.²⁴⁶

[...] A época das chuvas deve embelezar novamente a natureza: aparecem, então, as flores, as frutas, os pássaros e as borboletas; infelizmente, surgem também as cobras, os lagartos e os escorpiões.²⁴⁷

As noites de lua nos trópicos são fascinantes. O céu cheio de estrelas, parece mais brilhante, embora sinta falta das poucas constelações que conhecia.²⁴⁸

Assim como outras imigrantes europeias que viveram no Brasil do século XIX, Adolphine teve um triste fim. O desfecho do seu exílio na Cotinguiba foi selado pela má sorte. Ela faleceu no início da estação chuvosa de 1863, depois de ter contraído *cholera morbus*, epidemia que voltou a grassar na província e em outras paragens do Império tropical. Em telegrama despachado de Lisboa, na tarde de 17 de abril de 1863, seu esposo comunicava aos parentes em Hamburgo: “Adolphine morreu de cólera 11 abril. Prepare sua mãe para esse golpe terrível. Ernst”.²⁴⁹

Para além das questões ligadas ao clima dos trópicos, há outro dado na carta que é digno de atenção. A Condessa de Barral informou ao senador Diniz: “Dirigi-[me] ao Schramm e esse me deu o conselho de apelar p^a uma Senhora Schröder que está na Bahia à testa de um Instituto de educação p^a Meninas e que é m^{to} habilitada a fornecer a VEx^{cia} uma governante”²⁵⁰. Dessa forma, o documento indicia a presença de intermediários nos processos de contratação de preceptoras europeias pelas famílias brasileiras.

Os principais estudos sobre a preceptoria no Brasil enfatizam duas ações alternativas que viabilizavam a contratação das educadoras: os anúncios de oferta de serviços veiculados em periódicos estrangeiros e nacionais e as solicitações junto aos tradicionais centros

²⁴⁶ Ibid., p. 7 (carta 1, 9 dez. 1858).

²⁴⁷ Ibid., p. 11 (carta 5, 26 jan. 1859).

²⁴⁸ Ibid., p. 10 (carta 3, 25 dez. 1858).

²⁴⁹ Ibid., p. 36.

²⁵⁰ BARRAL, Condessa de. [Carta manuscrita a pessoa não identificada]. Paris, 15 abr. 1879. f. 1 - reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

europeus de formação de professoras²⁵¹. De fato, esses recursos foram muito usuais. Deparamo-nos com dezenas de anúncios de preceptoras, tanto no jornal alemão *Kölnische Zeitung* quando no carioca *Jornal do Commercio*²⁵². Além disso, segundo as fontes analisadas por Irene Hardach-Pinke, “apenas Karl Bormann, diretor do Real Instituto de Formação de Professoras e Educadoras, mediu, entre 1845 e 1850, anualmente, 50 até 60 educadoras nas famílias, e mais tarde 100 até 125”²⁵³. Entretanto, outras formas de mediação parecem ter existido. Veremos que a presença de comerciantes e diplomatas estrangeiros (alemães, no caso de Sergipe) podia viabilizar a contratação dessas educadoras pelas elites, driblando a interferência direta das instituições formadoras.²⁵⁴

O Schramm ao qual a carta se refere é Adolph, Otto ou Ernst Schramm, irmãos provenientes de Hamburgo que se estabeleceram na Província de Sergipe em meados da década de 1830, dedicando-se aos “negócios do açúcar”.

Os estudos de História Econômica em Sergipe estão repletos de referências aos Schramm²⁵⁵. Segundo autores como Maria da Glória Santana de Almeida e Josué Modesto dos Passos Subrinho, o desenvolvimento da cultura açucareira levou ao estabelecimento de importantes casas comerciais na província, destacadamente em Maruim, um dos principais

²⁵¹ RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 267-290 (Historial, 6); VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

²⁵² No *Kölnische Zeitung*, inventariamos anúncios de preceptoras alemãs que manifestavam interesse em prestar seus serviços fora da Alemanha. No *Jornal do Commercio*, inventariamos anúncios de preceptoras estrangeiras que, estando no Rio de Janeiro, manifestavam interesse de prestar seus serviços em outras províncias do Império. Nos dois casos, analisamos números que circularam no primeiro semestre de 1879, abrangendo, assim, o momento no qual a Condessa de Barral e José Antonio da Fonseca Galvão se corresponderam.

²⁵³ HARDDACH-PINKE, Irene. **Die Gouvernante: Geschichte eines Frauenberufs**. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1993. p. 170, tradução nossa.

²⁵⁴ Segundo Ritzkat, a difusão da preceptoria foi acompanhada pelo crescimento do número de escolas dedicadas à formação de professoras na Europa. Mesmo antes da unificação alemã, ocorrida na década de 1870, o Reino da Prússia já possuía escolas preparatórias para as moças que, posteriormente, seguiriam em jornada pedagógica pelo mundo. Essas escolas eram as principais intermediadoras nos processos de contratação das preceptoras [RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 269-290 (Historial, 6)].

²⁵⁵ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro**. Desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993; DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coordenação). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

centros de comercialização do açúcar produzido na zona da Cotinguiba e que, por isso mesmo, atraiu estrangeiros.

No período estudado, a principal casa comercial estabelecida na Província de Sergipe era a alemã Schramm & Co. ou Schramm Stade & Co., que, sediada em Maruim desde 1836, possuía filiais em Salvador e Hamburgo. Passos Subrinho esclareceu como a Schramm & Co. vinculava os mercados europeu, baiano e sergipano:

Esta foi a principal casa exportadora de açúcar da província, durante o século XIX, porém sua presença não alterou o esquema de predomínio de Salvador, como praça intermediária das importações e exportações da região. Em primeiro lugar, porque a casa possuía filial em Salvador e, em segundo, porque Salvador continuou sendo o primeiro destino de boa parte do açúcar sergipano, de onde foi posteriormente reexportado.²⁵⁶

Irmãos e sócios, os Schramm mantiveram estreitas relações (sobretudo comerciais) com as elites das províncias da Bahia e de Sergipe. Adolph, entretanto, foi o primeiro a regressar à Europa, passando a capitanear os negócios da filial da Schramm & Co. em Hamburgo, em fins da década de 1840. Ernst deteve-se em Maruim até meados da década de 1860. Como já registramos, ele foi casado com Adolphine Schramm, que faleceu em 1863, vítima da epidemia de cólera²⁵⁷. Otto, por sua vez, permaneceu representando sua família em Maruim até fins da década de 1890, quando a dinâmica da economia sergipana ganhou novos contornos, provocando “o declínio e posterior desaparecimento da casa Schramm em Sergipe”.²⁵⁸

Dados preservados na memória maruinense nos levam a supor que o irmão Otto seria o Schramm mencionado pela Condessa de Barral. Somadas às suas atribuições na Schramm & Co., Otto foi cônsul alemão em Maruim e era tido como um benfeitor no campo

²⁵⁶ Contudo, entre as décadas de 1870 e 1880 “houve um declínio de Salvador, enquanto ponto de destino intermediário das exportações sergipanas, ao lado da crescente participação do Rio de Janeiro como mercado consumidor dos produtos sergipanos. Assim também, as exportações diretas para o exterior, sem que, no entanto, o predomínio comercial e financeiro da Bahia fosse suprimido” [PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 47 e 49].

²⁵⁷ FREITAS, José Edgard da Mota. Introdução. In: SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1991. p. 5-6.

²⁵⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Posfácio. In: SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1991. p. 38.

cultural²⁵⁹. Para o memorialista Joel Aguiar, “o cônsul Otto Schramm foi um símbolo de rara cultura e um edificante exemplo de que o trabalho tudo vence”²⁶⁰.

As *representações* de homem culto e cosmopolita aproximam Otto Schramm do perfil das pessoas com as quais a Condessa de Barral mantinha relações estreitas. Essa possível amizade pode, inclusive, estar relacionada ao fato de, em 1860, quando a escrevente exercia as funções de preceptora das princesas imperiais do Brasil, Otto ter sido um dos mais entusiasmados anfitriões de D. Pedro II, durante sua passagem pela cidade de Maruim.²⁶¹

Em 1991, no posfácio da obra *Cartas de Maruim*, Josué Modesto dos Passos Subrinho retomou a tese de que a casa Schramm & Co. teria ocupado um lugar de destaque na economia sergipana da segunda metade do século XIX e lançou uma pertinente provocação aos pesquisadores. Vejamos:

Sendo o açúcar, em meados do século XIX, o principal produto de exportação da Província, responsável por mais de 80% do valor total, e Maruim a principal praça de comercialização da produção da região da Cotinguiba, onde reinou por vários anos a casa A. Schramm & Co., o desvendamento das relações dessa casa comercial com os senhores de engenho e outros lavradores da Província, bem como comerciantes e banqueiros de Salvador, Hamburgo e Inglaterra nos forneceria um esboço do relacionamento dos principais agentes econômicos da Província e suas relações com capitais metropolitanos e nacionais. Infelizmente, praticamente tudo falta a ser feito nesse sentido. Da identificação de fontes em arquivos nacionais e estrangeiros à sua catalogação e análise. É de se imaginar que exista um volume grande de documentos envolvendo Schramm & Co., lavradores, comerciantes e banqueiros sergipanos, brasileiros e estrangeiros. As diversas atividades econômicas em que estiveram envolvidos, o grande período de atuação destes na Província e suas relações com os ramos da firma localizados em Salvador e Hamburgo nos fazem crer nisso.²⁶²

²⁵⁹ Otto Schramm importou da Europa o relógio e o órgão de tubos que ainda sobrevivem na monumental igreja matriz e foi um dos fundadores/patrocinadores do Gabinete de Leitura de Maruim, na década de 1870.

²⁶⁰ AGUIAR, Joel. **Traços da história de Maroim**. 2 ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe. 2004. p. 84.

²⁶¹ Sobre Otto e a família Schramm, consultar: AGUIAR, Joel. **Traços da história de Maroim**. 2 ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe, 2004; RODDEWIG, Wolfgang. **Alemães em Sergipe**. No prelo; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário cultural de Maruim**. Aracaju: Secretaria Especial de Cultura, 1994.

²⁶² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Posfácio. In: SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1991. p. 37.

O documento explorado neste capítulo confirma as suspeitas de Passos Subrinho e indicam que o raio de ação dos Schramm na sociedade sergipana ultrapassava limites estritamente comerciais e financeiros. Estabelecida em Maruim e em contato direto com as elites locais, a família alemã atuou também na vida cultural da Província de Sergipe. Além de exportar açúcar, algodão e outros produtos sergipanos, os Schramm podem ter abastecido as casas-grandes dos engenhos e os sobrados das vilas e cidades com preceptoras contratadas a peso de ouro (ou de toneladas de açúcar) para instruir as sinhazinhas da Cotinguiba.

É preciso assinalar que, durante e após a presença da família Schramm na Província de Sergipe, outros possíveis intermediários se fixaram na Cotinguiba. Os estudos de Wolfgang Roddewig e Jorge Carvalho do Nascimento registram a presença de comerciantes e profissionais liberais estrangeiros, sobretudo alemães, estabelecidos em Maruim, Laranjeiras e Aracaju.²⁶³

O Livro de Registros de Estrangeiros de Maruim dá conta do registro, em 1840, de Peter Heinrich Holtermann, um comerciante solteiro, com 51 anos de idade, nascido em Hamburgo. Um ano depois, em 1841, chegou Johann Heinrich Winter, outro comerciante solteiro, com 27 anos de idade, nascido em Hannover. O comerciante Gustav Wiesdesmann chegou a Maruim aos 34 anos de idade, solteiro, em 1847. No final da década de 40, em 1849, chegou Henrismann Kotsch, com 30 anos de idade, nascido em Hannover.²⁶⁴

Atestando parte dos dados apresentados acima, as cartas de Adolphine Schramm mencionam as famílias alemãs que faziam parte de “colônia” em Maruim, na década de 1860 – os Winters e os Wylies. Os estudos de Roddewig e Nascimento, contudo, relacionam outras famílias que se estabeleceram na Cotinguiba nos séculos XIX e XX. Muitas delas, inclusive, perpetuaram-se em Sergipe através dos seus descendentes – os Löeser, em Maruim e, depois, em Aracaju; os Jungklausen, os Munck e os Hagenbeck, em Laranjeiras e, depois, em Aracaju.

²⁶³ RODDEWIG, Wolfgang. **Alemães em Sergipe**. Salvador. No prelo; _____. **Os Munck**. No prelo; _____. **Os Hagenbeck**. No prelo; _____. **Os Löeser**. No prelo; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, p. 151-177, 2006.

²⁶⁴ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, p. 159, 2006.

E a senhora Schröder, diretora de um colégio para meninas na Bahia? Quem seria essa pessoa tão “habilitada a fornecer uma governante”, segundo as indicações do Schramm à Condessa de Barral?²⁶⁵. A imprensa soteropolitana nos dá uma resposta plausível.

Na edição de 10 de janeiro de 1878, o jornal *O Monitor* anunciava que: “M^{lle} Schroder directora do collegio allemão ‘Coração de Maria’, faz publico que dará começo aos trabalhos do mesmo collegio no dia 4 de fevereiro próximo”²⁶⁶. Tratava-se, sem dúvida, de Mathilde Elizabeth Schröder, diretora citada pelo presidente da província da Bahia, o comendador Antonio Candido da Cruz Machado, em sua fala de abertura do ano legislativo de 1874, quando destacou o Coração de Maria entre os estabelecimentos de ensino “para meninas”.²⁶⁷

Ao que tudo indica a senhora Schröder era uma educadora bastante respeitada da “boa sociedade” baiana, notadamente entre as mulheres de elite que promoviam atividades beneficentes em Salvador, como atesta a matéria veiculada na edição de 24 de novembro de 1876 de *O Monitor*. Vejamos:

As commissões de senhoras que promovem a festa em beneficio do Asylo de Mendicidade, que teve logar no Passeio Publico no dia 19 do corrente, em extremo reconhecidas, agradecem ás directoras e alumnas dos collegios desta capital, e especialmente ás senhoras Schroder, D. Anna Joaquina Bonnatti, D. Christina B. Motta, D. Maria da Gloria P. de Carvalho, D. Josephina A. Tosta, D. Maria Augusta Azambuja, D. Rufina de Jesus Vianna, M.^{mes} Messeder e Jefferrson, D. Maria Branção, cujo poderoso auxilio muito contribuiu pára o bom resultado da funcção [...].²⁶⁸

Se em 1874 o colégio dirigido por Schröder foi o primeiro relacionado pelo presidente Cruz Machado em sua fala solene, em 1876 ela foi a primeira diretora lembrada nos agradecimentos das damas que organizaram a festa em benefício de “pobre asilados”. Esses são indícios claros do prestígio que aquela educadora alemã havia adquirido em terras baianas. Tudo isso nos leva a estranhar o fato de, apenas três anos depois, ela está de malas

²⁶⁵ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. f. 1 - reverso (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

²⁶⁶ Collegio alemão “Coração de Maria”. *O Monitor*, Salvador, 10 jan. 1878, p. 2.

²⁶⁷ MACHADO, Antonio Candido da Cruz. **Falla com que o Exm. Sr. Commendador Antonio Candido da Cruz Machado abriu a 1ª sessão da vigesima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de Março de 1874**. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1874. p. 71.

²⁶⁸ ATENÇÃO. *O Monitor*, Salvador, 24 nov. 1876, p. 2.

feitas, pronta para regressar à Europa. Nas edições de 11 e 12 de janeiro de 1879, *O Monitor* veiculou um seguinte anúncio:

RODRIGO GESTEIRA venderá em leilão na quarta feira 15 de janeiro, ás 10 horas, no Collegio Allemão, ao Areial de Cima, por conta e ordem da directora do mesmo collegio D. Mathilde Elizabeth Schroder que se retira para a Europa, todos os moveis e mais objectos existentes no dito collegio, contando de boa mobilia de jacarandá e consolos de pedra, cadeiras de balanço e de recreio, 6 pianos, sendo 2 de Pleyel e 4 allemães, um harmonium, espelhos, quadros a oleo e gravuras finas, sterioscopios com vistas, lustres e arandellas para gaz, um altar e nicho, porção de camas de ferro, guarda vestidos e guarda roupas, toilet e lavatórios, cabides, commodas, meios sofás, marquezas, uma bonita mesa com estante, cadeiras para viagem, mesas grandes e pequenas, guarda louças, quartinheiro, aparadores, guarda comidas, aparelhos de porcellana para jantar e para almoço, copos, calices, garrafas, compoteiras, fructeiras, porta-licores, porta-vinhos, relógios, livros e diversos objectos para estudos, espheras, mapas etc., panos para meza, lã para bordar, 36 venesianas, grades, um importante trem de cosinha, um fogão economico, etc., etc., sendo tudo vendido a dinheiro sem reserva de preços.²⁶⁹

Como o referido leilão e a própria senhora Schröder não mais voltaram a frequentar as páginas de *O monitor*, é presumível que naquele mesmo ano ela tenha embarcado para Europa. Da mesma forma, é provável que, acatando a sugestão da Condessa de Barral, o senador Diniz não tenha encontrado sequer o espectro da senhora Schröder, para auxiliá-lo na contratação de uma preceptora europeia.

Talvez exista uma explicação obvia para o regresso da prussiana. Como já havíamos mencionado, muitas educadoras estrangeiras passaram ao Brasil com o claro objetivo de “fazer América” e regressar aos seus países de origem. Esse pode ter sido o caso de Mathilde Elizabeth Schröder, que, após ganhar prestígio e riqueza dirigindo o Colégio Coração de Maria em Salvador, leiloou parte dos seus bens e regressou ao Velho Mundo, onde viveria uma aposentadoria tranquila e, de quebra, poderia continuar “exportando” outras jovens educadoras que estivessem dispostas a trilhar os caminhos e descaminhos por ela experimentados nos trópicos.²⁷⁰

²⁶⁹ LEILÕES. *O Monitor*, Salvador, 11 e 12 jan. 1879, p. 2.

²⁷⁰ Alguns fatos da história alemã e brasileira podem estar relacionados à passagem de Mathilde Elizabeth Schröder pela Bahia. A imigração alemã do Brasil teve início em 1818, com a fundação da Colônia Leopoldina no município de Mucuri, sul da Bahia. Em 1822, foram fundadas mais duas colônias alemãs, a Frankental, no Vale do Peruíbe, próximo à Colônia Leopoldina, e outra na margem esquerda do rio Cachoeira, próximo ao atual município de Ilhéus. “Naquela região do Estado da Bahia são comuns sobrenomes como Lorenz,

A leitura atenta da carta da Condessa de Barral nos leva a outro questionamento: como eram acordadas as despesas com o traslado das preceptoras? Sabemos que os custos de viagens eram altos. Segundo os registros da preceptora Ina von Binzer, em 1882 a viagem de navio da Europa para o Brasil custava 30 libras esterlinas, valor que equivaleria a, aproximadamente, 2:700\$000 (dois contos e setecentos mil réis)²⁷¹. Na maioria das vezes, os contratantes custeavam as despesas com a viagem e, posteriormente, os valores eram parcelados e abatidos nos salários das educadoras. Quando essas estrangeiras já residiam no Brasil, tudo se tornava mais fácil e menos dispendioso para as partes envolvidas.

É bem verdade que a carta da Condessa de Barral não fornece maiores dados sobre negociações de despesas de viagens. Contudo, ela sugere os caminhos percorridos pelas preceptoras até chegarem a Sergipe, indicando a cidade de Salvador como importante ponto de conexão nos trajetos.

Ofuscado pela importância comercial do porto de Salvador, durante a segunda metade do século XIX o porto de Aracaju esteve fora das rotas das principais empresas estrangeiras de navegação a vapor²⁷². Dessa forma, em fins da década de 1870, após mais de vinte dias de viagem, as preceptoras desembarcavam do porto de Salvador, onde eram aguardadas por algum intermediário a serviço dos contratantes (parentes ou amigos residentes na Bahia). A estadia na cidade geralmente era breve, tempo suficiente para embarcar no primeiro vapor da Companhia Bahiana de Navegação que se destinasse ao porto de Aracaju.

Aurélia Dias Rollemberg, em várias páginas de seu texto de memórias, registrou o lugar de destaque ocupado pelo porto de Salvador no transporte marítimo de passageiros que chegavam ou deixavam a Província de Sergipe, entre as décadas de 1870 e 1890. Dessa forma, a memorialista antecipou uma questão que seria estudada em profundidade pelos

Achaun, Berbert, Holenwerger e Weyll" (NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, p. 153, 2006).

²⁷¹ Em carta destinada à amiga Grete, escrita no Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1882, a preceptora informou que "a passagem de navio até Hamburgo custa[va] 30 Lbs". Deduzimos que o valor da passagem de ida e o valor da passagem de volta, saindo do porto de Hamburgo para o porto do Rio de Janeiro ou saindo do porto do Rio de Janeiro para o porto de Hamburgo, fosse o mesmo (BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 67).

²⁷² O porto de Aracaju ou da Cotinguiba era, de longe, o mais importante porto da Província de Sergipe. Além dele, no sentido sul-norte, existiam: o do Rio Real (Estância), no litoral sul; o do Vasa-Barris (São Cristóvão), no litoral centro-sul; e o do São Francisco (Vila Nova), no norte [PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 42].

historiadores, notadamente Maria da Glória Santana de Almeida e Josué Modesto dos Passos Subrinho.²⁷³

Em princípios de 1879, mesmo período no qual a carta da Condessa de Barral foi escrita, a família do Barão da Estância, pai de Aurélia, transferiu-se para o Rio de Janeiro. A memorialista descreveu com detalhes a experiência, desde os preparativos para a viagem até o retorno da família à Província de Sergipe, em fins no mesmo ano. O grupo partiu de Aracaju em um dos vapores da Companhia Bahiana de Navegação e desembarcou no porto de Salvador, detendo-se na cidade por dois dias, até tomarem um novo vapor e partirem rumo a capital do Império. No retorno, em setembro de 1879, o trajeto foi o inverso. Vejamos:

A final chegou o dia do embarque [...]. O vapor jogou mto e todos enjoamos mto; só saímos do camarote no Porto da Bahia. Saltamos e fômos para a casa Dr. Cincinato <Pinto> amigo íntimo de meu pai [...]. 2 dias depois fômos para o vapor [...].²⁷⁴

Chegou o dia da volta, tivemos embarque concorrido [...]. Fômos de novo para a casa do Dr Cincinato e depois tomamos vapor para Sergipe.²⁷⁵

O médico alemão Robert Avé-Lallemant, que visitou a Província de Sergipe em 1859, descreveu um dos vapores que costumavam passar pelo porto de Aracaju:

O vapor “Valéria de Sinimbú”, assim chamado em homenagem à distinta espôsa alemã do Senador, surpreendeu-me pela sua elegância. O bonito e bem proporcionado barco podia transportar 86 passageiros de primeira classe; além disso, o camarote das senhoras comportava ainda 7 passageiras. Tudo fôra arranjado com gôsto e conforto no navio construído

²⁷³ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro**. Desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

²⁷⁴ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. p. 29-30 ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 63.

²⁷⁵ Ibid., p. 54 ou Ibid., p. 73. Aurélia narra outra interessante experiência de viagem, transcorrida no segundo semestre de 1886. Grávida de três meses e acompanhada do esposo, o médico e deputado provincial Gonçalves de Faro Rollemberg, e dos filhos pequenos – José, de um ano e meio, e Lourença, de menos de seis meses –, ela visitou os pais, a irmã e o cunhado no Rio de Janeiro. No retorno à Província de Sergipe, detiveram-se durante três dias em Salvador, hospedados em casas de amigos da família, aguardando um vapor que os conduzisse até Aracaju (Ibid., p. 122-127 ou Ibid., 109-112).

na Inglaterra, oferecendo ainda a vantagem do largo panorama, descortinado do último convés.²⁷⁶

Ao que tudo indica, o modelo do Valéria Sinimbú não era seguido à risca por todos os vapores que transportavam os passageiros que deixavam ou chegavam aos portos sergipanos. Em carta de 23 de dezembro de 1858, Adolphine Schramm registrou: “A viagem de cinco dias da Bahia para Aracaju foi desagradabilíssima. Faltaram todas as comodidades, até camas. A sujeira era de arrepiar, e o calor, durante as paradas nos rios, quase insuportável. Fiquei enjoada várias vezes”.²⁷⁷

Sergipe também era ligado ao porto de Recife, através da Companhia Pernambucana de Navegação, outra rota possível para a entrada das preceptoras. Além disso, o desembarque, em uma escala muito menor, poderia ser feito diretamente no porto de Aracaju, pois na década de 1850 foi criada a “Associação Sergipense”, uma “companhia de reboque a vapor, que viabilizou a praticagem e o reboque de veleiros europeus nos portos sergipanos”.²⁷⁸

Avé-Lallemant, ao registrar suas primeiras impressões sobre a cidade de Aracaju, menciona a presença de veleiros europeus e rebocadores a vapor no porto:

[Aracaju] tem aspecto sumamente agradável. Tudo é bonito e novo na margem, embora muito provisório. A residência do Presidente, a Câmara Provincial dos Deputados, um quartel, uma igreja e até uma loja maçônica – tudo ostenta na sua pequenez e exiguidade de espaço primorosa e bonita aparência. Por tôda parte se trabalha, por tôda parte se constrói, se cria. No largo rio, sôbre o qual se edifica uma nova alfândega, ancoravam cêrca de 20 navios de vela, e entre êles muitas bandeiras européias, e até mesmo um rebocador, um poderoso auxiliar para transpor a perigosa barra.²⁷⁹

²⁷⁶ EXCURSÃO à província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26, p. 92, 1961 [extrato de: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 3. p. 333-340 (Obras Raras, VII)].

²⁷⁷ SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991. p. 8.

²⁷⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 43-47.

²⁷⁹ EXCURSÃO à província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26, p. 93-94, 1961 [extrato de: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 3. p. 333-340 (Obras Raras, VII)].

O perspicaz alemão também registrou dados relativos a um tema fartamente analisada pela historiografia sergipana: as dificuldades de acesso ao porto de Aracaju no século XIX.

Na manhã seguinte muito cedo, achávamo-nos diante da barra do Rio Cotinguiba e bordejamos pelo menos duas horas, antes que a atalaia branca, a torre de observação, nos desse e sinal de que a maré estava bastante alta para permitir nossa entrada.²⁸⁰

O nosso “Cotinguiba” rumou lentamente à barra, que, não obstante a arrebentação e a ventania, passamos muito bem. Posso compreender perfeitamente que um vapor com calado de 4 a 5 pés possa entrar e sair pela barra do Cotinguiba. Como, porém, alguns navios de vela, mormente carregados, sobretudo na saída, conseguem fazê-lo tão bem, é para mim um enigma. [...] O rebocador é por isso grande benefício e grande melhoramento para a navegação do Cotinguiba, e a barra vai perdendo pouco a pouco o nome mal-afamado.²⁸¹

Em 11 de janeiro de 1860, alguns anos depois da visita de Avé-Lallemant, um cortejado visitante também observou as dificuldades para transpor a Barra da Cotinguiba, que dava acesso ao porto de Aracaju. O imperador D. Pedro II, em seu caderno de anotações, registrou: “Avista-se a enseada de Aracaju. 11 menos 20 minutos. O vapor de reboque saiu fora e falamos com o capitão do pôrto, de vapor a vapor às 2 menos 20, atravessamos e o Apa rolou até ter água para entrar às 4 horas menos 20”.²⁸²

Vencidas as dificuldades de acesso, no porto de Aracaju as preceptoras eram aguardadas, geralmente, pelos próprios contratantes. Caso o destino não fosse a capital da província, seguiam viagem, quase sempre no mesmo dia, até um dos engenhos, vilas ou cidades espalhadas pelas zonas nas quais a cultura do açúcar predominava. Esta última etapa do percurso podia ser feita por via fluvial e/ou terrestre.

Passos Subrinho explica que, em fins da década de 1850, “dentro das tentativas de organizar o transporte no interior da Província, foi criada um empresa de navegação fluvial a vapor, ligando Aracaju às cidades de Laranjeiras, Maroim e o Trapiche das Pedras (Rio

²⁸⁰ Ibid., p. 93.

²⁸¹ Ibid., p. 99.

²⁸² DIÁRIO do imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26b, p. 64, 1961-1965.

Sergipe)”²⁸³. As educadoras partiam, então, em embarcações a vapor ou a vela (canoas, lanchas, jangadas etc.) por alguma das vias fluviais que formam a Bacia do Rio Sergipe até alcançarem o trapiche mais próximo à casa onde passariam a viver.

Avé-Lallemant também registrou dados sobre o trânsito de pessoas e mercadorias entre Aracaju e o interior da província, por vias fluviais:

[...] fretei logo um dos barcos vindos da praia para o vapor e segui com o Sr. Carvalho pelo largo rio acima, no que o vento e a maré enchente nos auxiliaram.

Depois dalgumas léguas de viagem, o rio dividiu-se; um braço ao sul em direção a Laranjeiras; um, no meio, vem da paróquia de S. Ana; outro, ao norte, leva, através de mangues e pântanos, a Maruim. O rio mesmo é navegável até muito em cima. Algumas milhas mais a montante, havia outrora até uma alfândega para facilitar o comércio de açúcar; agora, porém, mudou-se para Aracaju. Numa pequena localidade, Pôrto das Pedras, instalaram um entreposto de açúcar, para onde são remetidas do interior do rio, em pequenas embarcações, as caixas do produto bruto, para daí seguirem em navios maiores para Aracaju, porquanto o largo Cotinguiba muitas vêzes se agita, e as pequenas canoas carregadas não podem enfrentar as grandes ondas.²⁸⁴

Adolphine Schramm também registrou suas impressões sobre uma viagem pelos “caminhos das águas” na Província de Sergipe:

A viagem não deixou de ser interessante para mim, pois, dessa maneira, após navegar por duas a três horas subindo os rios, pude ter uma visão bem clara do interior do Brasil. Infelizmente, a natureza da Província de Sergipe é tão pobre que, quando se conhece a margem íngreme e plana de um rio, conhece-se a todos os rios. O mesmo vale para o Cotinguiba e seu pequeno afluente o Cagnamasopra [sic], em cujas margens situa-se Maruim.²⁸⁵

Quando se fazia necessário, o último trecho da viagem era feito num carro ou carroça de tração animal, seguindo pelas rústicas estradas que ligavam os trapiches aos engenhos,

²⁸³ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987. p. 45.

²⁸⁴ EXCURSÃO à província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26, p. 94, 1961 [extrato de: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 3. p. 333-340 (Obras Raras, VII)].

²⁸⁵ SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991. p. 8. O afluente ao qual ela se refere é o Rio Ganhamoroba, curso que integra a Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe.

vilas e cidades²⁸⁶. Passos Subrinho tratou das dificuldades no transporte por vias terrestres.

Segundo ele:

As 'estradas', se é que assim poderiam ser chamadas, ligavam a Aracaju, apenas as principais cidades. No relatório do Presidente da Província, em 1874, descreveu-se o contrato de construção da estrada de São Cristóvão à Capital, consistindo o trabalho em roçar toda a estrada no seu comprimento, na largura de 30 palmos, arrancar os tocos e construir uma pequena ponte de madeira. Com trabalhos semelhantes se executa a estrada que liga a capital a Laranjeiras.²⁸⁷

Para além do desconforto, percorrer as estropiadas estradas da província podia gerar o interesse das “professoras ambulantes” pela paisagem da zona açucareira. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o alemão Avé-Lallemant em fins de década de 1850, levando-o a fazer o seguinte registro:

A região por trás de Maruim é bonita e simples. Colinas ridentes, cobertas dum verde fresco, matas sem grandes árvores, pastagens e canaviais formam a paisagem. Em dois passeios matinais, encontrei viçosas bignônias, trepadeiras floridas, lantanas e solâneas, uma cana com bonitas flores amarelas, muitas sensitivas, etc., por tôda parte. Acrescentem-se a isso cobras, lagartixas, gafanhotos, aranhas, caranguejeiras e besouros de tôda espécie (...).²⁸⁸

²⁸⁶ Aurélia Dias Rollemberg, em seu texto de memórias, registrou experiências de viagens que se desdobraram entre as décadas de 1860 e princípios da década de 1890, no interior da Província de Sergipe. Os registros remetem, sobretudo, a deslocamentos por vias fluviais e/ou terrestres entre engenhos/usinas, vilas e cidades das mais importantes zonas açucareiras: as bacias dos rios Vaza-Barris e Sergipe (Cotinguiba). Ao tratar da sua infância, entre as décadas de 1860 e 1870, ela descreve, por exemplo, as costumeiras viagens à Fazenda Colégio (Itaporanga d'Ajuda), propriedade de sua família paterna, localizada na bacia do Vaza-Barris. “No dia 1º Anno Bom, íamos na canôa para a Fazenda Colégio até o Porto, depois subíamos a pé ou em carroça”, diz ela. Aurélia também descreveu uma viagem do engenho Topo, no vale do Rio Japarutuba, até Aracaju, ocorrida em março de 1884, quando já era casada com o então deputado provincial e médico Gonçalo de Faro Rollemberg: “Fômos todos a cavallo para Maruim e lá tomamos a lanchinha a vapor; no caminho me senti mto encomodada e nos demoramos um pouco n’um engenho de um amigo de Gonçalinho. A tardinha chegamos Aracaju” (ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. p. 13-14, 103 ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 55, 100).

²⁸⁷ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. In: SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991. p. 8.

²⁸⁸ EXCURSÃO à província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26, p. 96, 1961 [extrato de: AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 3. p. 333-340 (Obras Raras, VII)].

Na introdução deste trabalho, analisamos a difusão da preceptoria entre as elites brasileiras da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Assim, pudemos relacionar dois fenômenos: o ingresso da mulher europeia no magistério e a educação doméstica das mulheres brasileiras. A carta da Condessa de Barral corrobora a ideia de que os atores envolvidos na prática da preceptoria eram, predominantemente, mulheres (educadoras e educandas). Enquanto o pequeno Raimundo Diniz Dantas Galvão, de apenas seis anos, estudava em um internato francês, seu avô, o senador Diniz, estava empenhado em contratar uma preceptora para educar a neta Cesaltina Diniz Dantas Galvão, que já contava 12 anos.

Em capítulos subsequentes deste trabalho, trataremos das experiências de Marie Lassius, preceptora alemã que, no mesmo ano de 1879, prestava serviços a uma família sergipana, os Mello do Engenho Escurial, no vale do Vaza-Barris, em São Cristóvão. Veremos que suas práticas pedagógicas estiveram direcionadas às meninas da referida família. Os meninos da elite açucareira sergipana eram encaminhados, grosso modo, para internatos, quase sempre localizados na Bahia, no Rio de Janeiro e até na Europa, onde os destinos mais comuns eram a França e a Alemanha.²⁸⁹

Práticas educativas para formar meninos e meninas eram distintas na sociedade brasileira e sergipana de antanho. As preceptoras educavam mulheres que ocupariam espaços sociais definidos pelo sexo oposto, “fabricando” damas que fariam “bons casamentos”, ordenariam a vida doméstica da família e brilhariam nos salões. As rédeas da sociedade cabiam aos homens das elites dirigentes, orgulhosos em ter sob sua tutela esposas e filhas instruídas e elegantes, que falavam francês, tocavam piano, valsavam, dominavam as regras de etiqueta e não questionavam a ordem social vigente. Em grande medida, essas relações se transformaram ao longo da história brasileira, mas os testemunhos sobre elas, felizmente, sobreviveram. Um deles é a missiva estudada ao longo desse capítulo.

²⁸⁹ É preciso mapear as trajetórias escolares dos filhos das elites sergipanas do século XIX educados em internatos. As pesquisas de Joaquim Tavares da Conceição tem contribuído bastante nesse sentido. Ele é autor de: *CONCEIÇÃO*, Joaquim Tavares da Conceição. História dos internatos: caminho para uma “zona silenciosa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 40, p. 209-234, 2010; *CONCEIÇÃO*, Joaquim Tavares da Conceição. *Internar para educar: Colégios-Internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador, 2012. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFBA.

Desafiando o espaço, a carta da Condessa de Barral chegou ao Brasil em 10 de maio de 1879. Desafiando o tempo, ela está preservada no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Desafiando a ignorância, ela nos ajuda a compreender os meios a partir dos quais a presença de preceptoras estrangeiras se tornou um fenômeno histórico-educacional no Brasil do século XIX e primeiras décadas do século XX.

3 A aia das princesas

Para além da carta estudada nos capítulos anteriores, a biografia da Condessa de Barral ilumina a nossa compreensão sobre a história da preceptoria no Brasil, considerando sua experiência enquanto aia das princesas Isabel e Leopoldina, entre 1856 e 1864.

Assim como as preceptoras europeias, Barral teve uma boa formação escolar no Velho Mundo, além de ser uma mulher ajustada socialmente, inteligente e refinada. Sobre a educação da jovem Luísa, Del Priore destaca:

Ela recebeu uma educação esmerada. Falava fluentemente várias línguas, escrevia cartas com desenvoltura, gozava de uma naturalidade e finura que marcavam o estilo da época. Sua formação incluía ainda aulas de equitação e de natação, curso para os nobres desde antes da Revolução Francesa.²⁹⁰

Seus estudos foram iniciados no Convento das Damas da Anunciação, em Boulogne-sur-mer, na Côte d'Opale, norte da França, cerca de 250 quilômetros de Paris. Segundo Del Priore, “O convento das Damas da Anunciação conjugava um belíssimo cenário medieval com uma educação de primeira ordem. Frequentado por meninas francesas e inglesas que cruzavam a Mancha para ganhar um polimento suplementar”²⁹¹. Tratava-se de um semi-internato, dirigido com rigor por religiosas que difundiam “um saber sólido, aproximando-se de um colégio de meninos”²⁹². E continua:

A idéia era a de que a ignorância trazia vícios e a preocupação era oferecer “excelente educação às jovens senhoritas de primeira qualidade”. O esforço era substituir a educação mundana e frívola [...] por alguma coisa mais consistente. Mas se o leque de conhecimentos se ampliava, o de liberdades pessoais se estreitava. No fundo, o que se valorizava era a vida doméstica e a maternidade.²⁹³

A Condessa de Barral teve, portanto, a formação adequada para lançá-la no universo da preceptoria, fosse diretamente, como preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, entre 1856 e 1864, fosse indiretamente, como intermediária na contratação de preceptoras

²⁹⁰ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 67.

²⁹¹ Ibid., p. 63.

²⁹² Ibid., p. 69.

²⁹³ Ibid., p. 69-70.

européias que atuavam no Brasil, como atesta a carta de 1879. Ela também possuía algo que muito interessava às famílias contratantes: intimidade com o *modus vivendi* aristocrático. Como dama de honra da Princesa de Joinville, viveu no seio de uma das mais requintadas cortes europeias (a francesa) e esteve ligada diretamente a Casa Real dos Orléans. Sobre essa experiência, destaca Del Priore:

Na França, uma monarquia liberal com laivos de republicanismo ainda regia à velha etiqueta. As pessoas que cercavam a família real obedeciam, o tempo todo, a princípios rígidos na forma de falar e de se comportar. Eram nobres de sangue que se orgulhavam de ter algo mais na sua educação do que o comum dos mortais. Eles adotavam comportamentos diferentes tanto no que se referia aos modos de educação quanto às suas atividades e distrações. Pertenciam à vida elegante que se desenvolveu entre o Império de Napoleão e a Restauração dos Orléans.²⁹⁴

E arremata, dizendo:

Nada lhe escapava e ela conseguia conversar sobre filosofia, ciência ou artes. Sua forma de falar conjugava as boas maneiras com o código de perfeição estética, ou seja, usava a entonação, a pausa e a pergunta, modulando a voz. Ela encantava a quem sentasse a seu lado em inglês ou francês. Nos grandes jantares à mesa real ficava rodeada dos melhores convidados, quando não pelos próprios príncipes.²⁹⁵

Além disso, a Condessa de Barral dominava outra prática bastante valorizada entre as famílias brasileiras. Ela era uma exímia dançarina. Segundo Del Priore, como dama de honra da Princesa de Joinville, Barral “ia aos bailes da Corte onde dançava e conversava com outros homens, ‘cedia’ contradanças e procurava parceiros para dançar com sua princesa [...]”. E continua: “Dançava polca e valsa e chegava à casa exausta”.²⁹⁶

Baseada em manuscritos da imperatriz Teresa Cristina, preservados no acervo do Museu Imperial, em Petrópolis, Lygia Fernandes da Cunha informa que a Condessa de Barral chegou ao Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1856. Contudo, antes de iniciar suas atividades junto à família imperial, teve permissão e financiamento para “ir à Europa, de onde volta

²⁹⁴ Ibid., p. 112.

²⁹⁵ Ibid., p. 118.

²⁹⁶ Ibid., p. 120-121.

carregada de livros e onde entra em contato com casas de modas para encomendas de roupas”²⁹⁷. Registra, ainda:

Tinham Isabel e Leopoldina dez e nove anos, respectivamente, quando a 9 de novembro iniciam sua educação. Durante os dez anos que se seguem, acompanha-lhes os passos, ensina-lhes boas maneiras, línguas estrangeiras (inglês e francês secundada por Mlle Victorina Templier). É sempre ela quem determina o que vestirão, a quem visitarão e qual o comportamento e atitudes a tomar nas diversas circunstâncias.²⁹⁸

A Condessa de Barral contribuiu para que suas pupilas mergulhassem no universo da moda francesa, pois a etiqueta deveria estar vinculada ao portar-se e vestir-se de forma adequada. E sobre essas facetas do universo feminino a preceptora tinha pleno domínio²⁹⁹. Em carta destinada à imperatriz Teresa Cristina, tratando da festa realizada em 15 de outubro de 1859, Barral registrou que as princesas “trajavam uns bonitos vestidos cor de rosa e branco, mandados da França”.³⁰⁰

À época da contratação da Condessa de Barral como preceptora das princesas, o imperador D. Pedro II, a próprio punho, escreveu a minuta intitulada *Atribuições da Aia*. Preservado no Arquivo Grão Pará, um dos mais importantes fundos do Arquivo Histórico do Museu Imperial, o manuscrito original foi editado por Lourenço Luís Lacombe, chefe da Divisão de Documentação Histórica do museu em 1946³⁰¹. Como veremos, trata-se de um documento importante para a compreensão da preceptoria. A aia deveria seguir as determinações detalhadas no documento e, através delas, orientar suas ações pedagógicas.

²⁹⁷ CUNHA, Lygia da F. Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 304 (jul./set. 1974), p. 219-220, 1975.

²⁹⁸ Ibid., p. 220. Na verdade, a Condessa de Barral desempenhou as funções de preceptora das princesas imperiais do Brasil por oito anos, entre fins de 1856 e fins de 1864.

²⁹⁹ Segundo Del Priore, durante o tempo em que a Barral serviu à corte francesa: “[...] não houve uma semana em que o diário não registrasse visitas a peruqueiros e costureiros famosos. Por vezes, Luísa ia até mesmo à alfândega onde se vendiam os melhores tecidos importados. Veludos, rendas, tafetás da Itália, crepes ou um *manchon* de pele para aquecer as mãos eram despesas correntes, anotadas às pressas no diário [...]” (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 120).

³⁰⁰ BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 28 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³⁰¹ LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 250-257, 1946.

D. Pedro II revela-se um pai atento à educação das filhas, ciente da necessidade de formar mulheres que poderiam sucedê-lo no trono. Confiante nas competências da preceptora, concedeu-lhe plenos poderes sobre a educação das princesas Isabel e Leopoldina:

Só ella poderá intervir directa, ou indirectamente na educação de minhas filhas, lembrando-me a mim, e á Imperatriz, tudo o que puder facilitar o preenchimento d'este dever do seu cargo, e a nossa direção superior exercer-se-a quando as circunstancias o consentirem, por intermedio d'ella, para que não fique prejudicada a força moral de sua autoridade. Inspeccionará o ensino dos differentes mestres, e fará a mim só as reflexões que lhe parecerem acertadas, quando o caso permittir demora, assim como proporá tudo o que fôr a bem da instrucção de minhas filhas, mesmo relativamente ao que se acha disposto n'este regulamento. Quanto á educação só direi que o character de qualquer das princezas deve ser formado tal qual convem a Senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional d'um Imperio como o do Brazil.³⁰²

O Arquivo Grão Pará também preserva cartas enviadas pela Condessa de Barral ao imperador e a imperatriz, entre 1859 e 1862. Tais cartas remetem a períodos nos quais as princesas Isabel e Leopoldina estiveram, literalmente, sob o governo da preceptora, consequência das longas viagens de D. Pedro II e Dona Teresa Cristina pelas províncias do Império.³⁰³

Grosso modo, essas cartas tratam da saúde, do cotidiano e, como não poderia deixar de ser, da educação das princesas. Escritas nos paços de São Cristóvão e de Petrópolis, destinavam-se, sobretudo, à imperatriz Teresa Cristina, que prontamente as respondia, mantendo intensa correspondência com a preceptora.

[...] 19 de outubro – Quis Vossa Majestade me dar um grande alegrão, e preencheu seu fim perfeitamente, escrevendo-me a cartinha que depois de lida levei à boca e ao coração. Mil e mil graças Minha Senhora, é um tesouro que depois de morta passará ao meu filho.³⁰⁴

³⁰² LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 250, 1946.

³⁰³ Consultando os manuscritos originais em outubro de 2011, atestamos o rigoroso trabalho de edição desses documentos na obra *Cartas as Suas Majestades*, publicada em 1977, pelo Arquivo Nacional [BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83)].

³⁰⁴ Segunda carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, em outubro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 29 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

Beijo a mão de Vossa Majestade pela nova graça que se dignou de fazer-me escrevendo-me no dia 28 do p.p. mês. Essa boa cartinha que tanto gosto me veio trazer chegou-me às mãos no dia 4 deste mês, e já hoje Suas Altezas tiveram outras novas pelo vapor Inglês.³⁰⁵

Das 19 cartas analisadas, 17 destinaram-se à imperatriz Teresa Cristina e duas ao casal imperial. Contudo, os documentos indicam que, paralelamente, a Condessa de Barral se correspondia com o imperador D. Pedro II. Por exemplo, na segunda carta destinada à imperatriz, escrita em outubro de 1859, a Barral registrou: “Vossa Majestade lerá a carta que eu escrevi a Sua Majestade o Imperador e ficará assim bem ao fato da saúde de Suas Augustas Filhas”.³⁰⁶

Todavia, não temos notícia do paradeiro das cartas enviadas pelos pais das pupilas à preceptora durante esse período. Inicialmente, julgamos que as encontraríamos na já citada Coleção Barral Montferrat. A constituição desse fundo arquivístico remete ao ano de 1948, quando o Marquês de Barral e Montferrat doou a correspondência passiva de sua avó ao Museu Imperial. Não localizamos, contudo, correspondências da imperatriz Teresa Cristina e a primeira carta assinada pelo imperador D. Pedro II é datada de 1865.

Nas cartas, a preceptora registrou os estímulos gerados do reconhecimento de sua competência pedagógica pelos contratantes. Escrevendo à imperatriz, frisou:

[...] Sempre estou ouvindo as últimas palavras de Sua Majestade o Imperador, deixaram-me tão profunda e grata impressão que aumentariam se possível fosse, minha dedicação às Princesas. Fiquem Vossas Majestades certas que farei tudo quanto depender de mim para bem preencher minha alta Missão.³⁰⁷

Certamente, os elogios do imperador não eram fruto, somente, da simpatia que passou a nutrir pela educadora. As cartas da Condessa de Barral constroem uma “representação de si” que enfatiza a seriedade e a competência com a qual conduzia os

³⁰⁵ Terceira carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 31 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³⁰⁶ BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 28 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³⁰⁷ Primeira carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 27 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

programas de estudo. “A viagem para Petrópolis está marcada para o dia 4 de Dezembro por ser um Domingo e assim não se perder um dia de estudo”, registra em uma das cartas³⁰⁸. Sobre Isidoro Bevilacqua, professor de música das princesas, foi impiedosa ao registrar: “O Bevilacqua não tem sido exato, e são lentos os progressos sobre o piano, os outros mestres têm cumprido suas obrigações”³⁰⁹. Dessa forma, a educadora demonstrava sua atenção às determinações estabelecidas pelo monarca, que entre as *Obrigações da Aia*, registrou:

Deverá acompanhar, quando lhe fôr possível, as minhas filhas desde as 9 horas da manhã até 8 da noite com a exceção adiante permitida, inspeccionando os mestres; guiando-as no preparo das lições, lendo com ellas, e aproveitando até o tempo de descanso e de recreio para augmentar-lhes a instrucção. A lingua franceza, e depois a ingleza, deve ser empregada útilmente nas explicações, conversa e em qualquer outra ocasião. Não receberá visitas durante as horas do exercicio efetivo do seu cargo.³¹⁰

Tais obrigações faziam com que a educadora se dedicasse quase que integralmente às princesas. Reforçando essa ideia, outros trechos da minuta de D. Pedro II detalham as tarefas diárias que a aia deveria executar:

Levantar ás 7 no inverno e 6 no verão. Até ás 7 1/2, hora da missa, vestir, resar, e, no verão, enquanto não vão para a missa, ler cathecismo, ou algum livro pio 8 almoço; meio dia recordação do preparo das lições, leituras instrutivas com a Aia, e lições; descanso de meia hora conversando com a Aia, e continuação das lições até 2 horas; jantar; descanso como ao meio dia até 3 1/2; até 5 1/2, nos mezes de Dezembro, Janeiro, e Fevereiro, 5, nos de Março, Abril, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, e 4 1/2 nos de Maio, Junho e Julho, preparo das lições; passeio d’uma hora descanso de meia hora; até as 8 preparo das lições, e leituras instructivas, ou conversa com a Aia, conforme chegar o tempo; ceia, e ás 9 1/2 devem estar deitadas. Nos domingos, e dias santos de guarda, desde as 9 até a hora da missa, que ouvimos juntos, cathecismo e leituras pias, e depois do descanso que se segue ao passeio, o qual poderá começar mais cedo, comtanto que o sol não esteja ainda ardente, ou saião de carro devendo também então ir a Aia em sua companhia, recordação do preparo das lições, e leituras instructivas

³⁰⁸ Quinta Carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 34 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³⁰⁹ Quinta Carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 34 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³¹⁰ LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 251, 1946.

ou conversa com a Aia, conforme chegar o tempo. Desde ½ hora depois do jantar até o passeio brincarão e a Aia poderá não estar presente. Os de festa nacional serão empregados da mesma maneira, á excepção das leituras pias substituídas pelas outras.

As leituras instructivas devem ter relação com as materias ensinadas, sendo ora em portuguez, ora em qualquer das outras linguas.³¹¹

Além de ministrar aulas de Francês, Etiqueta e, eventualmente, Inglês, a preceptora das princesas desempenhava funções de coordenadora pedagógica, supervisionando e avaliando as práticas educativas dos renomados professores que serviam à Casa Imperial do Brasil. Encontramos referências aos seguintes professores: o maestro italiano Isidoro Bevilacqua, professor de Música (piano)³¹²; o padre Marc Neville, jovem e conceituado professor de Inglês³¹³; o senador Cândido Batista de Oliveira, professor de Matemática³¹⁴; o médico Francisco de Paula Cândido, professor de Física; o médico e afamado botânico Francisco Freire Alemão e Cisneiro, professor de Botânica³¹⁵; o senador Cândido José de Araújo Viana (Visconde e, depois, Marquês de Sapucaí), professor de Português e Literatura portuguesa, dividia com o imperador, ainda, as aulas de Latim.

Nas *Atribuições da Aia*, D. Pedro II assinalou uma peculiaridade que deveria orientar a educação das princesas: “A instrucção não deve differir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo; mas de modo que não soffra a primeira. Convirá conformar se quando fôr de proveito, aos regulamentos da instrucção publica primaria e secundaria”.³¹⁶

Além das aulas de línguas (Latim, Francês, Inglês, Alemão e Português), Música (piano), História (de Portugal, da França e da Inglaterra), Geografia, Desenho, Matemática, Física, Química e Botânica, os documentos tratam de outra disciplina, comum na formação

³¹¹ Ibid., p. 251-252.

³¹² Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2030/casa-bevilacqua-em-sao-paulo-tem-160-anos-de-existencia>> Acesso em: 24 jul. 2011.

³¹³ Décima Carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 18 de dezembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 42 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³¹⁴ Sétima carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, em 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 37 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83). Consultar também: PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

³¹⁵ MORAIS, Rita de Cássia de Jesus. **Nos verdes campos da ciência: a trajetória do médico e botânico brasileiro Francisco Freire-Allemão (1797-1874)**. Rio de Janeiro, 2005, 109 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ.

³¹⁶ LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 250, 1946.

dos nobres na Europa, mas pouco frequente entre as elites brasileiras: a equitação. Nesse sentido, uma das cartas da Condessa de Barral registra: “[...] a equitação está interrompida por moléstia dos cavalos que ambos tiveram *Le croupe* e estão de sedenhos abertos etc. etc.”.³¹⁷

O já mencionado apego das elites brasileiras do século XIX pela língua francesa pode ser observado nas missivas em que a Condessa de Barral trata do cotidiano no Paço de São Cristóvão. Descreve, por exemplo, a desenvoltura das suas pupilas nas recepções aos diplomatas estrangeiros: “Resolveram-se a perguntar em Francês ao Barbolani se tinha boas novas de Nápoles, ao Sonleithner pela filhinha, e ao Tomar pela Condessa”.³¹⁸

Posteriormente, outras disciplinas foram incorporadas. Em anotações referentes ao ano de 1863, vertidas do italiano por Lygia Cunha, a imperatriz Teresa Cristina anotou sobre o cotidiano educacional das filhas:

1863 – hoje veio o senador Carlos Carneiro de Campos para dar lições de Economia Política às minhas filhas (5 de março); hoje começaram as aulas de italiano com De Simoni; fizeram os exames de química, assistidos pelo visconde de Capucaí, Cândido de Oliveira, Rocha Freire e Santa Maria (22 de dezembro).³¹⁹

Os maus hábitos e a indisciplina das pupilas, notadamente da princesa Leopoldina, preocupavam a aia, levando-a a recorrer ao auxílio da imperatriz Teresa Cristina.

Rogo a Vossa Majestade de instar com Sua Alteza a Princesa D. Leopoldina para que se corrija do mau hábito que tem de estender seu lábio inferior, de coçar a cabeça e o nariz, e de vesgar os olhos quando escreve. Diga-lhe que espera achá-la sem esses cacoetes na Sua volta, para ver se Ela atende às minhas constantes advertências.³²⁰

³¹⁷ Décima carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 18 de dezembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 42 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³¹⁸ Segunda Carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, em outubro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 29 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³¹⁹ CUNHA, Lygia da F. Fernandes da. Imperatriz D. Tereza Cristina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 304 (jul./set. 1974), p. 220, 1975.

³²⁰ Quarta carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 33 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

Eu não queria hoje escrever a Vossa Majestade porque não desejava causar-lhe o desprazer de Lhe dizer que não estou contente do comportamento de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Leopoldina, mas por outro lado julgo do meu dever prevenir Vossa Majestade do que se passa e devo dizer que Ela tem tratado mal a todos, principalmente à pobre Mlle. Templier que sem o mais leve motivo incorreu a sua aversão como Ela diz.³²¹

Os castigos destinados ao controle da indisciplina estavam previstos nas *Atribuições da Aia*. Segundo D. Pedro II:

[Barral] Poderá impor castigos, e quando fôrem leves sem meu conhecimento prévio devendo minhas filhas não saber (?) que o tenho, quando isto não for conveniente, sendo o maior d’elles a reclusão em um dos quartos dos respectivos aposentos, assim como representar-nos mesmo perante nossas filhas, sobre a justiça da concessão de algum premio.³²²

Quando as estratégias para conter a indisciplina surtiam efeito positivo, a preceptora registrava sua satisfação. Referindo-se à princesa Leopoldina, informava: “Não temos tido grandes tempestades de gênio, apenas alguns aguaceiros que passam, coitada, sem rancor”³²³. Em outra carta, registrou: “Elas têm estudado regularmente, e não temos tido zangas, nem grandes raivas”.³²⁴

Mas os problemas enfrentados por uma preceptora, mesmo sendo a aia da Casa Imperial do Brasil, não estavam circunscritos aos espaços nos quais as aulas ocorriam. Com sensibilidade, a Condessa de Barral registrou um fato que encontra paralelos na documentação levantada sobre o cotidiano das preceptoras alemãs em Sergipe: as querelas que opunham as educadoras europeias (ou educadas na Europa, como é o caso de Barral) aos demais empregados da casa. Queixando-se à imperatriz Teresa Cristina, escreveu em 15 de dezembro de 1859:

³²¹ Décima terceira carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 7 de janeiro de 1860. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 49 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³²² LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 250-251, 1946.

³²³ Quarta carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 33 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³²⁴ Quinta carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita no Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 34 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

Essas Senhoras são tão esquisitas, que às vezes tomam em grosso coisas que nem me passariam pelo sentido ser agravos, e me fazem viver num constante estado de perplexidade. Onde não há confiança e boa fé não há tranquilidade de espírito nem de alma!...³²⁵

Dessa forma, as damas de honra e açaфatas pareciam relutar em reconhecer a autoridade da aia, contrariando as determinações do imperador que, anos antes, minutou:

A Condessa de Barral e M^{elle} Templier, sob a direção da primeira são encarregadas da educação de minhas filhas; mas escuso lembrar quanto todas as pessoas, que cercam minhas filhas, sobretudo as pessoas de seu imediato serviço podem e devem concorrer pas (sic) acordo com as duas senhoras, que propriamente se achão incumbidas d'essa missão.³²⁶

No geral, a aia das princesas brasileiras parecia muito satisfeita com os resultados obtidos no processo educativo por ela capitaneado. Muitas das cartas registram suas impressões, que, quase sempre, ganham tons de autoelogio. Tratando da visita do arquiduque Ferdinando Maximiliano de Habsburgo-Lorena, irmão do Imperador da Áustria-Hungria e primo de D. Pedro II, registrou:

Suas Altezas contarão a Vossa Majestade, a visita do Sr. Arquiduque Ferdinando Maximiliano, mas é natural que não digam quanto Elas se portaram bem. Eu não esperava nem tanta boa graça, nem tanto desembaraço sem demasiada familiaridade, em suma fiquei muito contente, e todos encantados com nossas Princesas.³²⁷

Receberam o Príncipe de vestidinhos de cassa cor de rosa que rivalizava com as faces d'Elas em frescura. Jantaram de branco – e no outro dia vestiram-se de cor de rosa e branco decotadas sem nenhum enfeite de ouro. – Tocaram piano valsaram com o príncipe, e uma com a outra [...].³²⁸

³²⁵ Nona carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 15 de dezembro de 1859. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 40 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³²⁶ LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 253-254, 1946.

³²⁷ Décima sexta carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 1º de fevereiro de 1860. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 53 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

³²⁸ Décima sexta carta da Condessa de Barral à imperatriz Teresa Cristina, escrita em Petrópolis, em 1º de fevereiro de 1860. In: BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. p. 55 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

A orientação religiosa das preceptoras, aparentemente, não era uma preocupação entre as famílias católicas brasileiras. A formação religiosa das moças não ficava a cargo das educadoras estrangeiras, mas da própria família, sobretudo das mães. Entretanto, quando a preceptora comungava da mesma religião dos contratantes, as possibilidades de boa convivência no ambiente doméstico poderiam se ampliar.

A Condessa de Barral era católica praticante ou, como conclui Del Priore, era “calculadamente virtuosa”³²⁹. A biógrafa informa que, “na sege, entre a Cidade Nova e os conventos da Lapa e da Ajuda, Luísa sabatinava as pequenas sobre os Evangelhos”³³⁰. E continua:

[...] Luísa ajudava a princesa Isabel a escolher as imagens religiosas, produzidas em escala industrial na França, que a menina colecionava. No mês de Maria, iam todas ajudar a enfeitar o altar na catedral de Petrópolis. Visitas a orfanatos, ao Instituto Imperial de Meninos Cegos ou ao Colégio das Irmãs de Caridade, onde assistiam às cerimônias religiosas, faziam parte da agenda semanal.³³¹

Determinados traços da personalidade da Barral, entretanto, eram reprovados pelos olhares atentos da “boa sociedade” cortesã. Ela era “senhora do seu destino” e prova disso foi a decisão de, contrariando a vontade do pai, rejeitar o rico e poderoso político Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865), o Marquês de Abrantes, a quem estava prometida desde os 12 anos.³³²

Luísa escolheu como noivo e casou, em 1837, com o então visconde Eugénie de Barral (c. 1810-1868), um legítimo representante da decadente nobreza do interior da França³³³. Esse era um exemplo de emancipação feminina que não poderia ser seguido por suas pupilas. Mas, aparentemente, não era do interesse da condessa legar às alunas o seu

³²⁹ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 144.

³³⁰ Ibid., p. 147.

³³¹ Ibid., p. 153.

³³² Quase vinte anos mais velho que a noiva, o Marquês de Abrantes era um rico senhor de engenhos do Recôncavo Baiano, formado em Direito em Coimbra e político de grande destaque no Império do Brasil, tendo ocupado, em diversas ocasiões, o Ministério da Fazenda e o Ministério de Estrangeiros (DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 68-69). Não deve ter sido confortável para Luísa ou para o Abrantes a convivência nos bastidores da Corte do Rio de Janeiro, entre 1856 e 1864, quando ela era preceptora das princesas e ele conselheiro de Estado e, depois, ministro.

³³³ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 68-69, 72-80.

caráter transgressor. As princesas, “ajustadas socialmente”, foram formadas por uma mulher madura e consciente dos interesses que envolviam um casamento real.

Inquietando, sobretudo, a imperatriz Teresa Cristina, existia outro bom motivo para preocupações. Mesmo não sendo uma “jovem em botão”, a Condessa de Barral era “uma mulher de certa idade”, termo utilizado para designar senhoras entre 35 e 40 anos, experientes nas práticas amorosas³³⁴. Além disso, segundo Del Priore ela possuía “um não sei quê”, ou seja, a capacidade de despertar emoção no espírito do seu interlocutor. Era uma mulher dotada de graça, gesto fino e espírito vivo³³⁵. Assim, a tranquilidade doméstica poderia ser rompida com a presença da educadora que ocupasse um lugar de destaque no cotidiano da augusta família.

Teresa Cristina agora via as filhas se afastarem. Ambas as princesas estavam fascinadas pela condessa. A aia fora um Pigmalião para ambas: ensinara-as a se vestir e se portar, preparava-as para a vida, para a família e para o assunto proibido, e mais apaixonante, então: os homens. E não lhe passava despercebido o encanto do seu “querido Pedro” por aquela mulher. Tereza Cristina se sentia ameaçada pela inteligência, o brilho e a graça de Luísa. Ameaçada pela capacidade que a rival tinha de dar jeito em tudo, conhecer todas as pessoas, saber das notícias das Cortes européias importantes [...].³³⁶

Compensando esses “problemas”, a Condessa de Barral possuía o *status* de uma dama casada e, por isso, detinha “a liberdade que o matrimônio oferecia às mulheres”³³⁷. Em se tratando do universo da preceptoria, essa liberdade estava relacionada ao fato da aia prestar seus serviços sem ser confundida com uma “mulher de vida fácil”, sendo respeitada como educadora, esposa e mãe de família. Fundia, dessa forma, duas tendências de comportamento e de ambas soube se apropriar do que “lhe interessava para encantar, ter poder e, como gostava de dizer, ‘dar cambalhotas pelo mundo’”.³³⁸

A trajetória da Condessa de Barral também nos leva a presumir que o impacto cultural experimentado pelas preceptoras europeias era menor entre aquelas que viviam na capital do Império, um ambiente mais cosmopolita e que respirava estrangeirismos. Del

³³⁴ Ibid., p. 148.

³³⁵ Ibid., p. 141.

³³⁶ Ibid., p. 170.

³³⁷ Ibid., p. 80.

³³⁸ Ibid., p. 81.

Priore descreve o cotidiano de uma preceptora que, educada na Europa, passou a servir à Casa Imperial do Brasil.

Iluminada a gás, a rua do Ouvidor testemunhava a multiplicação das lojas chiques: luvas no Wallerstein, perfumes no Desmarais e roupas na Notre-Dame de Paris [...]. A galeria Geolas, que ia da rua do Ouvidor à rua dos Ourives, arremedo das “passagens”, ou galerias cobertas da capital francesa. Pela praia de Botafogo ou no adro da Igreja da Glória era possível flunar nos finais de tarde e o Jockey Club anunciava as primeiras corridas em raia de areia. As Epsom, na Inglaterra, afinal, não eram muito diversas das do Prado Fluminense, murmuravam os otimistas. Chegou o “sport”, disputavam-se “regatas”, instalou-se o “chic” entre os “janotas”.³³⁹

O fenômeno da escravidão, que despertava reações diversas entre as preceptoras europeias que viviam no Brasil, não passou despercebido pela Condessa de Barral, que, antes mesmo de assumir suas funções de preceptora junto à realeza, era declaradamente abolicionista. Nesse sentido, Del Priore destaca:

Sua luta pelo fim da escravidão, herdada de D. Domingos, se consolidou na participação que teve em “sociedades para a emancipação” dos cativos, organizadas por abolicionistas. Ela as freqüentou ao voltar para o casamento de Dominique e, nessa mesma época [1882], libertou os últimos e poucos escravos que ainda tinha nos engenhos.³⁴⁰

Contudo, como já afirmamos, Barral era monarquista. Ela, assim como uma significativa parcela da população francesa e brasileira, “jamais abandonou ‘seus príncipes e princesas’, restos de uma época em declínio, cuja decadência ela se negava a reconhecer”.³⁴¹

Alguns aspectos da biografia da Condessa de Barral são reveladores das mudanças nas relações entre os sexos que se processavam, mesmo que lentamente, no século XIX. Além de subverter a tradição no que diz respeito aos “negócios do casamento”, além do pragmatismo demonstrado nas negociações de sua contratação como preceptora, além de ter se tornado uma figura política importante, ela passou a interferir diretamente nos destinos da família de D. Pedro II.

³³⁹ Ibid., p. 142-143.

³⁴⁰ Ibid., p. 233.

³⁴¹ Ibid., p. 233.

Barral participou, sutilmente, das negociações para os casamentos das princesas Isabel e Leopoldina, pois “ambas a adoravam, confidenciando-lhe seus segredos”³⁴² e, além disso, “a insistente correspondência de D. Pedro [com outras casas reais], apoiada nos conhecimentos de Luísa, surtiu efeito”³⁴³. Nesse sentido, Del Priore assinala que “Luísa, de fato, tinha poder absoluto sobre as princesas e, em especial, Isabel [...]. Logo que chegaram os noivos, o Conde D’Eu e o duque de Saxe da Europa, a imperatriz se colocou a favor do duque de Saxe para Isabel. Mas venceu o Orléans de Luísa”³⁴⁴. Habilmente, a preceptora contribuiu para que as casas reais do Brasil e da França (os Bragança e os Orléans) estreitassem ainda mais seus laços. Assim, o Conde D’Eu³⁴⁵, e o seu primo-irmão, o duque da Saxe³⁴⁶, desposaram, respectivamente, as princesas Isabel e Leopoldina, em 1864.³⁴⁷

³⁴² Ibid., p. 160.

³⁴³ Ibid., p. 162.

³⁴⁴ Ibid., p. 171.

³⁴⁵ Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston d’Orléans (1842-1922), o Conde D’Eu, era filho do Duque de Nemours e neto do falecido Luís Filipe, rei dos franceses. Cresceu no exílio na Inglaterra, após a Revolução de 1848 que destronou seu pai, e tinha 22 anos na época do casamento. Fez o “*high school* em Edimburgo, Escócia, e o aprendizado militar no Exército espanhol” [DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 162].

³⁴⁶ Louis August Marie Eudes de Saxe-Cobourg-Gota e Orléans (1845-1907) tinha 19 anos e era filho de Marie Clementine de Orléans com o Duque de Saxe, e neto do falecido Luís Filipe, rei dos franceses [DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 162].

³⁴⁷ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 160-162.

Imagem 3 – Família imperial do Brasil em meados da década de 1860³⁴⁸



Em pé, da esquerda para a direita: a princesa Isabel, o Conde D'Eu, a princesa Leopoldina e o Duque de Saxe. Sentados: o imperador D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina

O poder que a Condessa de Barral exercia sobre a família imperial brasileira é um fato incomum. Em 1875, por exemplo, quando o seu filho Horace-Dominique havia ingressado no corpo diplomático francês e servia no Brasil, a condessa se estabeleceu no Chalé Miranda, em Petrópolis, e passou a dar as cartas na família de D. Pedro II. “Nos meses seguintes, Luísa se dividiu entre os membros da família real. Ela jantava com a princesa [Isabel] todas as noites, brigava com D. Pedro por este não reagir aos ataques dos políticos, defendia a pobre Teresa Cristina”.³⁴⁹

³⁴⁸ PACHECO. [Família Imperial do Brasil]. [186-]. 1 fotografia, p&b, 20,6 X 12,42 centímetros (Coleção de Fotografias do Museu Imperial, Petrópolis/RJ). Disponível em: **FAMÍLIA imperial**: álbum de retratos. Rio de Janeiro: Sociedade Amigos do Museu Imperial, c. 2002. 1 CD-ROM.

³⁴⁹ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 204.

Uma das mais evidentes e polêmicas demonstrações da influência exercida pela Condessa de Barral junto à família imperial ocorreu em 1882, quando do casamento de Horace-Dominique de Barral com Maria Francisca de Paranaguá, filha do Visconde de Paranaguá. Segundo Del Priore, a cerimônia, realizada na capela do palácio da princesa Isabel, em Petrópolis, foi descrita em detalhes pela imprensa.³⁵⁰

[O casamento foi] rezado pelo arcebispo da Bahia, primaz do Império; [contou com] a atuação dos padrinhos, princesa Isabel e conde D'Eu; [teve] brindes e festa; a partida de D. Pedro sob palmas e o hino nacional. Havia membros de ambas as casas do parlamento, oficiais de mar e terra, altos funcionários, magistrados, pessoas notáveis no comércio, artes e letras.³⁵¹

Os desafetos da Condessa de Barral agiam nos bastidores e na imprensa ela foi representada “como uma terrível manipuladora. Ela era citada nominalmente como um poder acima dos partidos, do governo e do próprio imperador. Sua vontade era lei”.³⁵²

Polêmicas à parte, o casamento da(s) pupila(s) representava um rito de passagem que determinava o fim do “contrato” entre as preceptoras e as famílias que as contratavam. Assim o foi com a Condessa de Barral que, após instruir e ajudar a casar as princesas Isabel e Leopoldina, partiu de volta à França com a sua família, em 1865.

Depois do casamento de “suas princesas” [...], Luísa não tinha mais o que fazer no Brasil. Com a missão cumprida, fez as malas para Paris. Com a mesma dignidade com que se apresentou na Corte, ela encerrou os trabalhos. Eugênio ajudou a embalar a mudança. Apresentaram-se as despedidas oficiais. O casal de Barral tomou chá com os imperantes, Dominique despediu-se das moças e de D. Pedro II e, no dia 25 de março de 1865, embarcaram no vapor *Navarre*.³⁵³

É justo assinalar que, mesmo afastada das funções de preceptora a partir de 1865, a Condessa de Barral não deu por concluída suas tarefas no campo educacional. Era o momento de se dedicar inteiramente à educação do filho Horace-Dominique, que ficou

³⁵⁰ Era inaceitável, para parte da opinião pública, que a realeza prestigiasse e desse tons principescos ao casamento do filho da preceptora, honras que não foram dadas aos “amigos da nação”.

³⁵¹ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 222-224.

³⁵² Ibid., p. 224.

³⁵³ Ibid., p. 171.

órfão de pai em 1868. Segundo Del Priore, Barral passou a se dedicar à educação do filho de “maneira quase obsessiva”.³⁵⁴

Atravessava as tardes a tomar-lhe as lições. O menino tinha pouca saúde [...]. Ainda assim era arrastado por ela para as aulas de esgrima, química e piano, fazia traduções de grego e passava horas estudando as invasões normandas. Ele ainda frequentava o catecismo.³⁵⁵

O olhar preceptor da condessa não poupava o filho. Em princípios da década de 1880, quando viviam em Roma, onde Dominique era encarregado dos negócios da Embaixada da França, a mãe sempre insistia em conversas sobre um assunto importante: o casamento. “Além disto, preocupava-se com sua paixão pelas corridas de cavalo e certas ausências abruptas. Seus atrasos e falta de disciplina a deixavam louca”.³⁵⁶

Segundo sua biógrafa, a Condessa de Barral teve uma vida tranquila antes de desaparecer em 1891. Vivia com sua família e recebia amigos em suas propriedades no interior da França – o Château de Barral, em Voyron, e a casa em La Grande-Garenne.³⁵⁷

Irrigada por este afeto sem idade [com o imperador D. Pedro II] e pela vida familiar que escolheu, Luísa enchia os dias, as semanas, as estações [...]. A mesa estava sempre posta para convidados e a estação de caça atraía amigos de Paris. O pároco da aldeia era comensal costumeiro e os Joinville estavam sempre por perto. Com Chiquinha [a nora], animava as atividades filantrópicas da localidade de Neuville-sur-Barangeon onde se situava a propriedade da Grande Garenne. Não perdia missas ou novenas e os netinhos – Jean Dominique e Maria Margarida – já lhe corriam por entre as pernas.³⁵⁸

Contudo, o processo que levou à queda da monarquia no Brasil e os seus desdobramentos abalaram diretamente a vida da Condessa de Barral, que, apesar de notória abolicionista, era monarquista convicta e reagiu muito negativamente ao tratamento dado à

³⁵⁴ Ibid., p. 176.

³⁵⁵ Ibid., p. 176.

³⁵⁶ Ibid., p. 214.

³⁵⁷ O Château Barral, em Voyron, no Departamento Isère, está localizado a aproximadamente 600 km a sudeste de Paris. Mas a família Barral também possuía residência em La Grande Garenne, região concorrida nas temporadas de caça e localizada nas proximidades da pequena Neuville-sur-Barangeon, no departamento de Cher, distrito de Vierzon, região central da França, cerca de 210 quilômetros ao sul de Paris. Segundo Mary Del Priore, “O castelo de Voyron era uma magnífica propriedade que lhe coube no inventário do marido e a casa de Grande Garenne, sua paixão”. In: DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 224.

³⁵⁸ Ibid., p. 225-226.

família imperial pelos republicanos³⁵⁹. “Para mim não há mais pátria, perdi-lhe todo o amor que lhe tinha e cubro-me de vergonha quando me falam do Brasil”³⁶⁰, escreveu ela.

Dona Teresa Cristina faleceu em Portugal, no primeiro ano do exílio. D. Pedro II definhava, doente e empobrecido. “Teve início a melancólica peregrinação de D. Pedro por estações balneárias e casas de amigos”³⁶¹, inclusive a casa da Condessa de Barral, que recebeu, entre julho e agosto de 1890, toda a família imperial no Château de Barral, em Voyron. “Houve recepções, piqueniques e passeios, como eles gostavam. À noite, música no piano. Os dois [D. Pedro II e a Condessa de Barral] passavam horas conversando ou lendo, lado a lado, à frente da lareira”.³⁶²

Imagem 4 – Família imperial do Brasil e família Barral, no Château de Barral, em Voyron/França, 1890³⁶³



³⁵⁹ Ibid., p. 229.

³⁶⁰ Ibid., p. 226.

³⁶¹ Ibid., loc. cit.

³⁶² Ibid., p. 227.

³⁶³ [FAMÍLIA imperial do Brasil e família Barral]. 1890. 1 fotografia, p&b. Reprodução de 14,5 X 11 centímetros, seguida do informe: “Reunião da família imperial e da família Barral em Voiron, em 1890 – após o desaparecimento da imperatriz. Embora tendo 74 anos de idade, a Condessa de Barral, em sinal de respeito à etiqueta, está de pé, de chapéu, por trás da princesa Isabel. No mesmo plano estão Dominique de Barral, sua esposa (née Maria Francisca de Paranaguá) e o Conde d’Eu, o mais alto de todos”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. **D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada**. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956. p. 424^a.

Um registro daquele que seria o último encontro entre a condessa de Barral e os Orleans de Bragança foi feito nos jardins do Château de Barral. Na memorável fotografia, divulgada por Magalhães Júnior em meados do século XX, mesmo com o desaparecimento da imperatriz Teresa Cristina, Barral matem respeitosa distância de imperador deposto, preferindo velar sua antiga pupila, a princesa Isabel.

Em janeiro de 1891, quando os Barral já estavam reunidos em La Grande-Garenne, a antiga preceptora foi vencida por uma pneumonia. Meses depois (dezembro de 1891), em Paris, D. Pedro II teve o mesmo destino.³⁶⁴

³⁶⁴ DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 229 e 234. Segundo Lídia Besouchet, a Condessa de Barral faleceu na casa que construía, com a ajuda financeira de D. Pedro II, nos terrenos da Ville de Saint-Solange, propriedade dos Montsaulin, primos do Conde de Barral. A vila fica na região de La Grande Garrene (Cher), nos arredores de Neuvy-sur-Barangeon. O ofício fúnebre foi feito em capela de Neuvy-sur-Barangeon, mas seus restos foram inumados no mausoléu da família Barral no cemitério de Voyron (BESOUCHET, Lídia. **Exílio e morte do Imperador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975).

4 Nas memórias de Aurélia

Império do Brasil, 1879. Corria o mês de março e a família do Barão da Estância ainda se adaptava ao Rio de Janeiro. Havia deixado para trás a casa-grande do Engenho Escurial, em São Cristóvão (Sergipe), e se estabelecido em um casarão à Rua da Passagem, em Botafogo. O patriarca sergipano seguia sua rotina política, cumprindo o mandato de deputado geral. Entretanto, naquele ano, decidiu que “os seus” deveriam acompanhá-lo.

Antonio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância, era casado em segundas núpcias com Lourença de Almeida Dias Mello e pai das jovens Aurélia e Anna, que contavam 15 e 11 anos, respectivamente³⁶⁵. Mas a sua “comitiva” era composta, também, por agregados e escravos domésticos: os jovens Antonio e Eponina Motta, afilhados do barão; a preceptora Marie Lassius; e os escravos Senhorinha, Domingas e Joaquim.

Entre os membros daquela “grande família”, uma sagaz observadora guardou na memória e, anos depois, registrou em uma caderneta as suas experiências na cidade do Rio de Janeiro. Referimo-nos à jovem Aurélia de Almeida Dias, que mais tarde, depois do casamento com o médico e político Gonçalo de Faro Rollemberg, ficaria conhecida como Aurélia Dias Rollemberg ou, simplesmente, Dona Sinhá.³⁶⁶

Na companhia do pai, da mãe, da irmã caçula e, sobretudo, da preceptora alemã, Aurélia experimentou, com o deslumbre, a curiosidade e o estranhamento de uma menina de província, o universo cultural da Corte. Seu texto de memórias, escrito entre 1927 e 1952, foi editado em 2005, na obra *Memórias de Dona Sinhá*, e o original incorporado ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, através de doação feita pelos herdeiros do médico Lauro de Britto Porto (1911-2011).³⁶⁷

³⁶⁵ Em Sergipe, ficaram as famílias de Amélia Dias Rollemberg e Pedro Dantas de Mello, filhos do primeiro casamento do barão. Amélia era casada com o político José de Faro Rollemberg, filho de Gonçalo de Faro Rollemberg (Barão de Japarutuba) e de Bernadina Prado Rollemberg. Pedro era casado com a prima Anna Luiza Botto Dias, filha do comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto e de Anna Dias de Mello Botto. Fruto desses dois casamentos, a descendência do Barão da Estância havia se ampliado bastante. Seus netos se multiplicavam no engenho São Joaquim, propriedade dos Faro Rollemberg em Divina Pastora, e no engenho Camaçari, propriedade que o barão legara ao filho Pedro em Itaporanga d’Ajuda.

³⁶⁶ Sobre a família do Barão da Estância, Aurélia Dias Rollemberg e o documento por ela legado, consultar: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.

³⁶⁷ Nesse sentido, o documento em questão pode ser consultado em sua versão impressa (ROLLEMBERG, Aurélia Dias. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 47-123) ou manuscrita (ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. Acervo do IHGSE).

Conduzidos pelas memórias de Aurélia, interpretando-as à luz de outros documentos e dialogando com a bibliografia adequada, é possível compreender as experiências vividas pelas mulheres “governadas” pelo Barão da Estância, inclusive as “aventuras e desventuras” da preceptora Marie Lassius, no Rio oitocentista.³⁶⁸

Certamente, antes de se deslumbrarem com a paisagem da Baía de Guanabara e desembarcarem na cidade, elas sofreram os efeitos da longa e cansativa viagem marítima, uma experiência comum às sergipanas que transitavam entre a província e a capital do Império.

No Porto do Aracaju, tomavam um vapor da Companhia Bahiana de Navegação com destino a Salvador. Lá chegando, buscavam acolhida em casa de parente ou amigo próximo e detinham-se por alguns dias, até embarcarem no primeiro vapor com o destino desejado³⁶⁹. Sem contar com a escala na cidade de Estância e o período de permanência na Bahia, a viagem marítima entre Aracaju e o Rio de Janeiro poderia durar até três dias, o que certamente representava um calvário para senhoras e senhoritas que, na maior parte do tempo, permaneciam enclausuradas em seus camarotes.³⁷⁰

O desembarque do grupo, ao que tudo indica, foi tranquilo. A agitação da zona portuária do Rio de Janeiro não era novidade para o político sergipano, que, assim como outros deputados gerais e senadores, fez do trajeto entre a província natal e a capital do

³⁶⁸ Com esse objetivo, chegamos ao Rio de Janeiro em 14 de março de 2012. No roteiro da viagem, além de bibliotecas e arquivos, os lugares que deram o tom da “geografia sentimental” presente no texto de memórias de Aurélia.

³⁶⁹ Não localizamos, no Arquivo Público Estadual de Sergipe, os registros de saída de passageiros no porto de Aracaju relativos ao ano de 1879. Contudo, nos registros de saída de embarcações daquele ano, consta que, em 10 de março, saiu para o porto da Bahia o vapor nacional Marques de Caxias [Arquivo Público Estadual de Sergipe, Fundo SP⁸ - Inspetoria da Polícia (Marítima e Aérea), volume 21, p. 197 (reverso)]. Certamente, foi nesse vapor que seguiu o Barão da Estância e seus acompanhantes. No mesmo dia devem ter aportado em Estância, no litoral sul de Sergipe, onde o vapor fazia escala e, no dia seguinte, desembarcado no porto da Bahia. Conforme registro da filha Aurélia, o grupo se hospedou nos Barris, bairro nobre na região central de Salvador, na casa do médico, escritor e político Cincinato Pinto da Silva (1835-1912), amigo do Barão da Estância que havia presidido a Província de Sergipe entre meados de 1864 e fins de 1865 [ROLLEMBERG, Aurélia Dias. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 16]. Lá permaneceram, provavelmente, até 14 de março, quando embarcaram no vapor alemão Valparaíso, que rumou para a Corte no dia seguinte. A edição de 16 de março do jornal baiano *O Monitor* veiculou o seguinte registro: “[Ontem], no vapor allemão *Valparaíso* foram para Santos pelo Rio de Janeiro os seguintes [passageiros]: Manuel de M. e Souza sua senhora, 1 criada e 2 crianças, Barão da Estancia sua senhora, 2 filhas e 4 criados, Antonio da M[otta] Ribeiro e 4 criados, Chr. Retberg, Eleodoro J. de Campos, Dr. Pedro J. Pereira” [NOTÍCIAS diversas. **O Monitor**, Bahia, 16 mar. 1879, p. 1].

³⁷⁰ Atualmente, o deslocamento entre o Aeroporto Santa Maria, em Aracaju, e o Aeroporto Santos Dumont, no Rio, dura, em média, duas horas e trinta minutos. Em fins da década de 1870, contudo, a realidade no trânsito de pessoas entre as províncias do Império era, como vimos, bem diferente.

Império um “caminho de roça”. Habilmente, ele reuniu sua “comitiva”, acomodou-a em seges que eram alugadas a “preços módicos” naquelas redondezas e rumou ao hotel.³⁷¹

Diferente da Província de Sergipe e da tímida Aracaju, o Rio de Janeiro era uma cidade cosmopolita. Lilian Schwarcz concluiu que os visitantes desacostumados ficavam aturridos ao ver gente de tantas origens, múltiplas cores e costumes variados. Segundo a antropóloga, nas ruas circulavam tipos estranhos, como “pedintes de irmandades, escravos desempenhando todo tipo de função, senhores com suas senhoras portando guarda-chuvas para lhes livrar do sol, comerciantes apressados, guardas a manter a segurança e viajantes curiosos”. Às diferentes línguas, sotaques e fisionomias, somava-se “o badalar incessante dos sinos das igrejas e mosteiros, ou o frequente estampido dos foguetes”, elementos capazes de “levar o recém-chegado ao desespero”.³⁷²

Aos olhos e ouvidos do Barão da Estância e da preceptora Marie Lassius, o cotidiano do Rio era algo familiar. A cidade era um destino frequente entre as elites políticas provinciais e, além disso, em fins da década de 1860 o barão havia exercido o seu primeiro mandato de deputado geral. A preceptora Marie Lassius, por sua vez, conhecia “a colorida e

³⁷¹ É muito provável que o desembarque da família do Barão da Estância tenha ocorrido no Cais Pharoux, localizado nas imediações do Paço Imperial. Há poucas referências a esse cais na bibliografia acadêmica. Entretanto, localizamos dados significativos na obra *O porto e a cidade*, organizada por Cláudio Figueiredo, Núbia Melhem Santos e Maria Izabel Ribeiro Lenzi [FIGUEIREDO, Cláudio; SANTOS, Núbia Melhem; e LENZI, Maria Izabel Ribeiro (Organizadores). **O porto e a cidade**: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005]. Entusiasmados com a leitura, saímos em busca do que restou do Cais Pharoux na tarde de 16 de março de 2012, uma sexta-feira chuvosa e abafada. Por volta das 15 horas, chegamos à Praça 15 de Novembro. Lá, detivemo-nos por algum tempo no antigo Paço Imperial, que, em princípios de 1879, era a sede oficial do governo. Defronte ao Paço, está a Praça Mercado Municipal, conhecida como Estação das Barcas, por abrigar o terminal marítimo Barcas S/A, que viabiliza o trânsito entre o Rio de Janeiro e Niterói, Paquetá, Charitas e Ribeira (Ilha do Governador). O Cais Pharoux existiu entre o limite sudeste da Praça Mercado Municipal e toda a faixa litorânea da Praça General Âncora, espaços públicos separados, digase, por uma via cuja denominação é uma homenagem ao memorável cais. Deparamo-nos com uma praça em reforma (um amplo projeto de reurbanização) e cuja paisagem é marcada pela presença do Restaurante Albamar, instalado em um torreão de ferro que remete à memória do antigo Mercado Municipal, demolido na década de 1930. Da General Âncora avistamos a Baía de Guanabara, a Ponte Presidente Costa e Silva (Rio/Niterói), o castelo neogótico da Ilha Fiscal, além da cabeceira da pista do Aeroporto Santos Dumont. É, sem dúvida, uma vista que impressiona. No mais, o comércio ambulante nas redondezas, o forte cheiro de pipoca doce e o intenso movimento de pedestres, indo e deixando o Porto das Barcas, faz-nos recordar das gravuras de Debret que retratam o cotidiano daquela localidade em princípios do século XIX. Ali, com uma boa dose de imaginação, passado e presente podem se encontrar e, por pouco, não esbarramos com negras robustas e os seus concorridos tabuleiros de doces e quitutes, balaies de frutas ou panelaços de angu.

³⁷² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenação). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 220 e 221 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

ruidosa cidade tropical” desde princípios de 1859, quando chegou da Europa e, como já havíamos mencionado, desembarcou na Corte.³⁷³

Em missiva datada de 8 de fevereiro de 1882, a também preceptora alemã Ina von Binzer registrou suas impressões sobre o Rio de Janeiro. Ao olhar da estrangeira, tudo parecia surpreendente a magnífico.

[...] é preciso confessar que êste Rio é fantásticamente lindo e maravilhoso, visto da baía, como o vi na minha chegada e novamente agora [...]. Como num conto de fadas, êle surge aos nossos humildes olhos alemães do norte; a cidade apresenta-se em “terrasses” nas montanhas da costa brasileira, dentro da suntuosa enseada, formada por um mar de luz resplandecente, apenas interrompido, ou melhor, ainda ampliado pela variedade das palmeiras esbeltas e das bananeiras de fôlhas largas e espalhadas por tôda parte. Nenhuma das nossas monótonas paredes vermelhas, nem com caiação cinza uniforme; tudo branco ou colorido, inundado pela luz vibrante do Brasil.³⁷⁴

A impactante paisagem pode, sem dúvida, ter causado efeito similar na compatriota Marie Lassius, em 1859 e, novamente, em 1879. Quanto aos demais membros do grupo, é provável que, assim como ocorreu com a jovem Aurélia, tenham se deslumbrado com o que viram. Além da beleza natural da baía, depararam-se com as monumentais construções do entorno da Praça D. Pedro II³⁷⁵: o Paço Imperial; o antigo Convento do Carmo; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que acumulava as funções de capela imperial e catedral; a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo; o Arco do Telles; o Chafariz no mestre Valentim; entre outras.³⁷⁶

³⁷³ A caracterização “colorida e ruidosa cidade tropical” é da lavra da missivista e preceptora alemã Ina von Binzer, que viveu no Rio de Janeiro em 1882 [BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 59 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1882).

³⁷⁴ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 59 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1882).

³⁷⁵ Atual Praça 15 de Novembro.

³⁷⁶ Essa harmônica paisagem do centro do Rio, em grande parte preservada, acabou sendo desfigurada pela presença de obras como o prédio da Faculdade Cândido Mendes, aos fundos do antigo Convento do Carmo; e a Avenida Perimetral, conhecida como Elevado da Perimetral, uma das mais importantes vias de trânsito da cidade.

Imagem 5 – Vista do Largo do Paço, Rio de Janeiro, [entre 1816 e 1831]³⁷⁷



Da esquerda para a direita: o Paço Real/Imperial; o antigo Convento do Carmo; a Igreja de Nossa Senhora Carmo (Capela Real/Imperial e Catedral); a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo; o Arco do Telles; e, em primeiro plano, o antigo porto e o Chafariz no mestre Valentim

Aurélia não registrou o nome do estabelecimento onde sua família esteve hospedada em março de 1879. Entretanto, estudos recentes atestam que, na segunda metade do século XIX, o Rio não contava, propriamente, com uma rede hoteleira³⁷⁸. Existiam alguns hotéis renomados, como o Hotel dos Estrangeiros, no Flamengo, e muitos estabelecimentos desprezíveis espalhados pela região portuária e pelo centro da cidade. Em obra de 1877, o inglês William Hadfield escreveu: “Existem muitos hotéis espalhados pela cidade, alguns mais ou menos pretensiosos, mas nenhum apresenta grau de conforto tão essencial para uma cidade como o Rio de Janeiro”.³⁷⁹

Antes de se estabelecerem em Botafogo, uma das localidades mais aristocráticas do Rio oitocentista, Aurélia, seus familiares e agregados passaram uma curtíssima temporada nos arredores do Jardim Botânico. A memorialista descreveu a chácara da qual não guardava boas recordações. Era uma propriedade de difícil acesso, em um terreno bastante acidentado. A casa era térrea, pequena e desconfortável, “[...] de um lado curria um riacho

³⁷⁷ FRÈRES, Thierry. **Vue de la Place du Palais, à Rio de Janeiro**. Paris, 1839. 1 litografia, color., 20,5 cm x 37,4 cm. In: DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil [...]**. Tomo III. Paris: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura 1. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326378/icon326378_138.jpg>. Acesso em: 19 set. 2012.

³⁷⁸ Sobre a história da hotelaria na cidade do Rio de Janeiro, consultamos: BELCHIOR, Elysio de Oliveira; e POYARES, Ramon. **Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1987.

³⁷⁹ HADFIELD, William. **Brazil and the River Plate, 1870-1876**. Londres: Edward Stanford, 1877. p. 67, tradução nossa.

bonito e triste, do outro lado na frente uma grande mangueira com uma mesa em redor do tronco, umas cadeiras de madeira [...]”.³⁸⁰

A percepção de Aurélia certamente convergia com a dos demais membros de sua família, que, antes de findar o mês de março, já havia mudado para Botafogo. “No fim do mez meu pai arranhou uma casa na Rua da Passagem, perto da Praia [de] Botafogo, defronte da Rua General Polidório, uma casa mto bôa, jardim grande”, ela registrou em seu texto de memórias.³⁸¹

Autores como Gilberto Freyre e Alberto da Costa e Silva estudaram os tipos de moradia das elites brasileiras do século XIX. No Rio de Janeiro, por exemplo, com a expansão da cidade por novos bairros, ganhou prestígio um tipo de casa nobre, descrita em detalhes por Silva.

[...] a residência, em geral assobradada, em centro de terreno, com jardim a confundir-se com o quintal. Muitas, no início, eram de estrangeiros – de britânicos, de franceses, de alemães –, mas se foram tornando o tipo de morada de prestígio para a nobreza e a gente abastada. Nesses casarões, como de resto nos sobrados senhoriais que, apesar de colados uns aos outros, possuíam quintal, não era incomum que se procurasse reproduzir as comodidades rurais: plantavam-se horta e pomar, mantinha-se um galinheiro e, até mesmo, num espaço murado no fim do terreno, uma vaca para dar leite e, dela apartado por uma cerca, seu bezerro.³⁸²

Alugada a casa, era necessário mobiliá-la e sorti-la de tudo. Segundo Silva, no Brasil oitocentista o “recheio” das residências de famílias abastadas foi incrementado, pois “[...] ganhou móveis franceses e ingleses, guarda-roupas, cômodas, armários, aparadores, cortinas, tapetes, grandes espelhos, relógio de pé e piano”. Além disso, os “[...] sobrados mais ricos, que já eram mobiliados com as peças, quase sempre de jacarandá maciço, características do Brasil do século XVIII, trocaram de decoração para acompanhar a

³⁸⁰ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 32 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 64.

³⁸¹ Ibid., p. 35 ou Ibid., p. 66.

³⁸² SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 49 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

moda”³⁸³. O afrancesamento do mobiliário dos sobrados foi também percebido por Gilberto Freyre em emblemático texto da década de 1930, segundo o qual:

Vieram mestres franceses para as cidades do Imperio, trabalhar, com as suas mãos brancas, o jacarandá e as outras madeiras nobres e boas da terra, até então só trabalhadas pelas mãos grandonas dos pretos, às vezes pelas mãos de moça de mulatos effeminados. As velhas cadeiras portuguesas, pesadonas e largas, foram desaparecendo das salas de visitas, com outras velharias do tempo dos Affonsinhos; foram desaparecendo dos santuarios as imagens feitas pelos santeiros de agua doce; e apparecendo os sofás á Luís XV, as poltronas graciosas e finas, os armarios de carvalho de Hamburgo, os espelhos de sala de Nuremberg, as imagens francesas e italianas (...). Moveis importados da Europa. Moveis fabricados, não mais nos engenhos, nem nas casas particulares, mas em officinas e segundo estylos franceses e ingleses, por artifices e operarios brancos e louros.³⁸⁴

Os indícios observados no texto de memórias de Aurélia levam-nos a concluir que a casa do Barão da Estância em Botafogo era uma dessas típicas residências aristocráticas. No mais, o cotidiano daquela família foi descrito com minúcia pela autora, que, apesar do entusiasmo com a nova experiência, sentia e reclamava a falta do Escurial e dos familiares que haviam permanecido em Sergipe.

Uma das primeiras ações dos pais de Aurélia foi reordenar as funções dos espaços da casa. No andar térreo, a sala de visitas deu espaço aos aposentos da preceptora Marie Lassius e da afilhada Eponina Motta³⁸⁵. No andar superior, além da nova sala de visitas, dois quartos: um maior, ocupado pelo barão e sua esposa; e um menor, ocupado pelas irmãs Aurélia e Anna.

O texto de memórias não traz nenhum registro ou indícios sobre os espaços da casa nos quais se instalaram os escravos domésticos e, temporariamente, Antonio Motta.

³⁸³ Ibid., p. 52. Segundo Gilberto Freyre, os móveis de jacarandá, seguidos pelos de vinhático, conduru e pau-santo, concediam nobreza aos sobrados patriarcais. Estabeleceu-se uma espécie de hierarquia das madeiras, pois “só madeiras nobres deviam ser empregadas na construção de casas nobres [e] só de madeiras nobres deviam ser feitos os móveis das mesmas casas”. Quando não eram fabricados no Brasil, seguindo modelos europeus, esses móveis eram feitos na Europa, com madeira brasileira: “Jacarandá cortado, polido, lustrado na Europa ou por europeu ou com lustre francês mas jacarandá do Brasil, com o qual não se podia comparar mogno ou carvalho algum da Europa” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 341 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

³⁸⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 299 (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª – Brasileira, volume 64).

³⁸⁵ A referida adaptação também atendia a um desejo (ou necessidade) da preceptora, que, já não sendo uma jovem *fräulein*, pretendia evitar ao máximo os degraus da íngreme escada.

Presumimos, contudo, que os cuidados do casal para com a honra das filhas tenham conduzido o afilhado varão a algum cômodo no andar térreo. Da mesma forma, a proximidade da copa e da cozinha deve ter orientado o estabelecimento dos escravos, também, no andar térreo. Assim, enquanto a “família de fato” se acomodou no andar superior, os agregados, empregados e escravos ficaram no andar inferior, deixando refletir, claramente, a hierarquia e os valores daquele grupo.³⁸⁶

A rigidez dessa presumida hierarquia, contudo, não parece ter sido extremada e as reminiscências de Aurélia nos fazem lembrar que “na casa ‘grande’ ou de sobrado as polaridades irreconciliáveis do sistema se materializa[va]m” e eram “igualmente amaciadas, conciliadas e mediatizadas”.³⁸⁷

Sobre o núcleo do andar térreo, algumas considerações. Os irmãos Eponina e Antonio Motta, não se deteriam muito no Rio. A viagem foi uma espécie de presente do barão aos queridos afilhados. Eponina, que dava aulas de Português às filhas do padrinho, era noiva e estava de casamento marcado com Daniel Campos, estudante de Medicina que logo se destacaria na política sergipana, ocupando cargos importantes, sendo eleito deputado estadual por várias legislaturas e governando interinamente Sergipe, entre meados de 1898 e princípios de 1899.³⁸⁸

A preceptora ocupava, na casa e na família, o lugar destinado ao que Maria da Conceição Monteiro chamaria de uma “sombra errante”. Desajustadas socialmente, essas mulheres negociavam sua força de trabalho e nublavam o ideal feminino em vigor, distanciando-se dos papéis de esposa e mãe. Vivendo dentro de uma casa alheia, as

³⁸⁶ Mesmo considerando a excelência de Botafogo enquanto bairro residencial do Rio oitocentista, a inadequação da casa alugada às demandas da família do Barão da Estância nos faz lembrar conclusões freyrianas acerca da casa brasileira de meados do século XIX. Em obra que serviu de matriz aos clássicos *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*, Gilberto Freyre concluiu que: “A planta da antiga casa brasileira de cidade – do sobrado patriarcal – era, em vários casos, a mais inadequada aos seus fins – a convivência patriarcal – que se pode imaginar. Em verdade, nesse particular, alguns sobrados do meado do século XIX chegavam a ser obras primas de estupidez arquitetônica”. In: FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 110 [desdobramento da tese pré-doutoral *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, defendida por Gilberto Freyre em 1922, na Faculdade de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos].

³⁸⁷ DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada: apresentação para *Sobrados e mucambos*. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 18 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2).

³⁸⁸ Sobre Daniel Campos, consultar: GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C, 1925. p. 59.

preceptoras ocupavam um lugar indefinido, nem eram meras empregadas (ou escravas) e nem eram membros da família.³⁸⁹

Como havíamos registrado, os escravos domésticos que acompanharam a família do Barão da Estância eram três: Senhorinha, especializada na função de cozinheira; Domingas, que desempenhava as funções de copeira e arrumadeira; e Joaquim, uma espécie de “faz tudo” e o mais habilitado para as compras que abasteciam a despensa da casa.

Tratando da complexidade da população negra do Brasil oitocentista, Silva assinalou que:

Era entre os crioulos que se recrutavam, sempre que possível, os escravos domésticos, enquanto os africanos tendiam a ser endereçados às plantações, onde grande parte do trabalho, pesado e rotineiro, e da madrugada ao pôr do sol, era executado por grupos sob uma disciplina dura, quando não feroz.³⁹⁰

O autor destaca, ainda, que escravos domésticos de famílias abastadas, quase sempre, gozavam de alguns privilégios, como boa alimentação, bom vestuário, boas acomodações, definição de tarefas e tempo reservado ao ócio³⁹¹. Nesse sentido, a narrativa de Aurélia, enquanto testemunho de época, corrobora a tese de Silva.

Aurélia descreve um ambiente doméstico harmônico. A autora não notou, ou preferiu não anotar, conflitos nas relações entre os sexos ou entre senhores, agregados, empregados e escravos. Segundo sua narrativa, entre os meses de abril e setembro de 1879, uma rotina quase sempre tranquila se estabeleceu no casarão de Botafogo.³⁹²

³⁸⁹ MONTEIRO, Maria Conceição. **Sombra errante**: a preceptora na narrativa inglesa do século XIX. Niterói: EdUFF, 2000 (Ensaio, 17).

³⁹⁰ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 59 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

³⁹¹ Ibid., loc. cit.

³⁹² Diríamos, hoje, tratar-se de uma típica casa gilbertiana (ao modo da representação construída pelo autor de *Sobrados e mucambos*), locais onde, como bem sintetizou Roberto DaMatta, existia “um convívio necessário de extremos sociais, colocando lado-a-lado toda a sorte de diferenças e antagonismos”. Essas casas “também engendravam (a despeito de si mesmas e de sua consciência hierárquica e de posição), espaços intermediários, marginais – mulatos – e ambíguos. Varandas, alpendres, cozinhas, quintais, terreiros. Zonas sombreadas pela casa-grande (e pelo sobrado), mas que serviam como expressões de interdependências e de complementaridades que o sistema negava formalmente”. Em suma, na dinâmica dessas casas, “havia toda uma cadeia de ‘pessoas’, ‘gentes’ e espaços intermediários que criava não só uma vasta dramaturgia de situações paradoxais, mas sobretudo um sistema muito mais marcado pela interdependência do que pela rígida separação” [DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada: apresentação para *Sobrados e mucambos*. In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 18 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

O Barão da Estância contava 56 anos e foi descrito como um pai presente e amoroso, perfil que se assemelha ao dos chefes de família que Gilberto Freyre descreveu como típicos do “patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos” do século XIX³⁹³. Sua atividade política não se restringia às sessões da Câmara dos Deputados e invadia, inclusive, o ambiente doméstico, onde lia os principais jornais que circulavam na Corte, correspondia-se com familiares e correligionários que permaneciam em Sergipe, recebia visitas de políticos, parentes e amigos e, ainda, acompanhava o desempenho das filhas nas aulas de piano e francês.

Dona Lourença, por sua vez, tinha pouco mais de trinta anos e, segundo a filha Aurélia, era “muito moça e bonita”. Cotidianamente, supervisionava o trabalho da escravaria e se empenhava em atender as demandas do esposo e das filhas. Tímida e cheia de pudores, ela teve dificuldades em estreitar laços com outras senhoras “bem-postas” da Corte. Segundo Silva, no Brasil do século XIX, “a maioria das [mulheres] que sobreviviam a sucessivas gravidezes chegava aos 30 anos envelhecida por uma gordura balofa, consequência de uma vida longe do sol e quase sem atividades físicas, pois lhe poupavam do menor esforço os braços e as pernas das escravas”³⁹⁴. Mas esse não era o caso de Lourença, que, nos seus bordejos pelo Rio, era tida por irmã mais velha de suas filhas. No mais, a *representação* dela construída e legada aproxima-a do modelo que Gilberto Freyre difundiu acerca das mulheres de elite do Brasil oitocentista, segundo o qual “a sinhá-dona do sobrado, tanto quanto a da casa-grande de engenho ou de fazenda, também superintendia o preparo das refeições, o fabrico de doces em conserva e em calda, o cozimento de bolos, a assistência aos doentes”.³⁹⁵

³⁹³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 27 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

³⁹⁴ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 62-63 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

³⁹⁵ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 101. Voltando ao tema das mulheres de elite em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre nos ajuda a ler a mãe de Aurélia. Recém-chegada de uma pequena província no Norte, Lourença era o que Freyre classificaria como uma “dona de casa ortodoxamente patriarcal” adaptando-se a uma realidade na qual o referido modelo era vencido “por um tipo de mulher menos servil e mais mundano”. As cortesãs viviam “acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romance; olhando a rua da janela ou da varanda; levando duas horas no toucador ‘a preparar a charola da cabeça’ [...]”. No cotidiano dessas mulheres: “Muito menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessorário. Menos conversa com as mucamas. Menos história da carochinha contada pela negra velha. E mais romance. O médico de família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais que a igreja. O próprio ‘baile mascarado’ atraindo senhoras do sobrado”. O avesso dessas “senhoras afrancesas” (tidas como pecadoras terríveis por alguns religiosos) seria a “boa mãe de família [que] não devia preocupar-se senão com a

As jovens Aurélia e Anna, que contavam 15 e 11 anos quando da chegada ao Rio, viviam a rotina de “meninas bem-nascidas” do Império. Com um cronograma cumprido à risca, tinham aulas diárias com a preceptora alemã, que se dedicava, sobretudo, ao ensino de música (piano) e língua estrangeira (francês)³⁹⁶. Entretanto, não há indícios que revelem excessos nas práticas pedagógicas capitaneadas por Marie Lassius e supervisionadas pelo Barão da Estância. A pupila mais velha não registrou queixas dessa natureza em seu texto de memórias, o que indica que a rotina pedagógica experimentada por Lassius poderia ser diversa da que levou a preceptora Ina von Binzer aos seguintes desabafos:

Aqui, as aulas são de 7 às 10; depois vem o almoço quente, pelo qual Madame Rameiro nos faz esperar inutilmente até às 10 ½, de maneira que não posso mais sair, porque logo após o último bocado, tenho de voltar às aulas. Prosseguimos até uma hora, quando temos trinta minutos para o lanche; à 1 ½ começam as aulas de piano que vão até às 5, quando servem o jantar. Pergunto-lhe eu [amiga Grete]: quando poderei passear antes das seis? Veja se consegue descobrir outra hora melhor.

administração de sua casa, levantando-se cedo a fim de dar andamento aos serviços, ver se partir a lenha, se fazer o fago na cozinha, se matar a galinha mais gorda para a canja; a fim de dar ordem ao jantar, que era às quatro horas, e dirigir as costuras das mucamas e molecas, que também remendavam, cerziam, remontavam, alinhavam a roupas da casa, fabricavam sabão, vela, vinho, licor, doce, geleia”. Tudo fiscalizado pela iaia branca, “que às vezes não tirava o chicote da mão”. Freyre elegeu dona Manuela de Castro, esposa do Barão de Goiana, como “o tipo mais comum de mulher brasileira [de elite] durante o Império”. Essa representante a açucarocracia pernambucana era, segundo o autor: “Muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas, os moleques, os santos de seu oratório; conservando um apego doentio à casa e à família; desinteressando-se dos negócios e dos amigos políticos do marido, mesmo quando convidada a participar de suas conversas” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 226 e 229 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)]. Lourença estava na intersecção entre os dois modelos descritos por Freyre, era a sinhá-dona do engenho Escurial experimentando o cotidiano de uma dama da corte.

³⁹⁶ As aulas de piano foram reforçadas com a contratação de uma jovem professora particular (francesa e diplomada) que, através da preceptora, aproximou-se da família. Sobre o fascínio das elites brasileiras do século XIX pelo piano, Gilberto Freyre, perscrutando um testemunho de A. J. de Melo Moraes publicado em princípios da década de 1870, escreveu: “[...] quem passasse pelas ruas do Rio de Janeiro já ouvia, em vez de violão ou harpa, muito piano, tocado pelas moças nas salas de visitas para o gozo único, exclusivo, dos brancos das casas-grandes; e em vez de modinhas, canções italianas e francesas”. Em outro momento do texto, o autor explica como a reeuropeização provocou deslocamentos na cultura musical brasileira: “o violão [foi] vencido de tal modo pelo piano inglês de cauda que se tornou vergonha sua presença em casa de gente que se considerasse ilustre pela raça e nobre pela classe. Também o violão tornou-se símbolo de inferioridade social e de cultura, arrastando na sua degradação a modinha. Violão e modinha desceram das mãos, das bocas e das salas dos brancos, dos nobres, dos ricos para se refugiarem nas palhoças dos negros e dos pardos, e nas mãos de capadócios, dos cafajestes, dos capoeiras, ao lado das rudes vasilhas de barro, das redes de fio de algodão, dos santos de cajá, das rendas e dos bicos da terra, das panelas de cozinhar caruru, das garapas de maracujá com cachaça com que a plebe se alegrava nos dias de festa” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 151 e 519 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

Êles querem engolir cultura à colheradas e nunca têm uma tarde livre, um dia desocupado, nem muito menos uma semana de férias durante todo o ano.³⁹⁷

Veremos que o cotidiano da família com a qual a preceptora Marie Lassius vivia era bem mais movimentado e fluído. Não faltavam momentos de lazer e ócio que incluíam a educadora e quebravam a monotonia da rotina pedagógica. Ainda assim, o testemunho de Ina von Binzer possui elementos dignos de nota. De fato, as elites brasileiras nutriam verdadeira fixação pelo piano, o que elevou sobremaneira a comercialização desse “objeto de luxo”, bem como a demanda por professores de música, afinadores e restauradores³⁹⁸. Para Luiz Felipe de Alencastro,

Possuíam-se pianos de todo jeito. Comprados à vista, em segunda mão, por meio de crediário, no qual o vendedor aceitava o modelo antigo de entrada para a compra de um novo, ou alugados.
[...] comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar.³⁹⁹

Sobre essa prática cultural e com a ironia que lhe era peculiar, Ina von Binzer notou e anotou que o fato ocorria “[...] num país que apenas começa a civilizar-se, possuindo sòmente um conservatório! Ai das gerações futuras, se a epidemia pianística crescer em tais proporções!”⁴⁰⁰. Saturada de música e “pedagogicamente inutilizada” em 1881, a preceptora nos legou, ainda, os seguintes registros:

³⁹⁷ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 27-28 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1881).

³⁹⁸ Na Corte, nos principais centros e mesmo na periferia do Império, os jornais veicularam anúncios de venda de pianos, bem como de serviços prestados por professores, afinadores e restauradores desses bens. De forma sistemática consultei periódicos fluminenses e baianos na Hemeroteca Digital Brasileira no *site* da Fundação Biblioteca Nacional na *internet*. De forma sistemática, criando inclusive banco de dados, consultei os anúncios de jornais sergipanos do século XIX editados pelo pesquisador Marcos Aurelo Alves Santos em 2004 [SANTOS, Marcos Aurelo Alves. **Anúncios de serviços e mercadorias nos jornais sergipanos do século XIX**. São Cristóvão, 2004. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em História) – DHI, CECH, UFS].

³⁹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando de A. (Coordenação). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 3: Império. p. 47.

⁴⁰⁰ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 26 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1881).

Apanhei uma detestável febre palúdica que, aliada ao cansaço excessivo que me causa este emprêgo principalmente devido às lições de música, me deixou pedagogicamente inutilizada.⁴⁰¹

O médico mostra-se muito descontente com o estado de meus nervos esgotados pelo trabalho, o barulho, as dores nevralgias e me aconselhou insistentemente a não retomar meus encargos em S. Francisco, mas, a me despedir da inquisição, dos papagaios, das cinco aulas de piano diárias [...].⁴⁰²

Desfrutando de uma rotina mais amena que a de Ina von Binzer, Marie Lassius, porém, não desgrudava das meninas que viu nascer e crescer no Engenho Escurial, em Sergipe. Acompanhava-as, inclusive, quando aproveitavam o tempo livre para explorar os “mistérios” dos jardins da casa, espaços que serviam de cenário para muitas brincadeiras e, também, para o ócio.

Naquele pequeno feudo, uma zona era expressamente proibida às meninas: as janelas. Na verdade, sagazmente o Barão da Estância reproduzia uma regra que, seguida fielmente pelas filhas, podia evitar um precoce ou indesejado enlace amoroso. Longe das janelas, Aurélia e Anna estariam protegidas do cortejo de jovens e senhores que transitavam pelas ruas, espaços públicos por eles dominados.

Tratando das tardes de domingo em Botafogo, Aurélia registrou: “[...] nos sentávamos na sala de jantar ou no caramanchão do jardim, pois meu pai não queria que nos fosemos para as janelas da sala de visitas por ter defronte um armazém mto concorrido e nós obedecíamos mto”⁴⁰³. De volta ao Rio em 1882, ela atentou para o comportamento de suas novas vizinhas e, posteriormente, anotou em tom de crítica:

Moravam na outra [casa] um Deputado Pernambucano conhecido de meu pai, tinha 3 filhas insuportáveis; nós só ficávamos n’um caramanchão do outro lado da casa, pois ellas não saíam das janellas. Felizmente depois mudaram se. Tbem no Rio não usava se as moças nas janelas.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ Ibid., p. 52 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1881).

⁴⁰² Ibid., p. 54-55 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1881).

⁴⁰³ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 43 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 70.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 62 ou Ibid., p. 79.

De mal com o *modus vivend* dos brasileiros, a nevrálgica Ina von Binzer também era inimiga das janelas e, certamente, sua postura teria agradado ao barão sergipano. Referindo-se ao Rio de princípios da década de 1880, a educadora germânica concluiu:

Essa vida plebéia de rua exerce uma terrível influência sôbre a vida na intimidade. Numa boa sala brasileira, fica-se como numa vitrine, com tôdas as janelas escancaradas, porque os nacionais são de opinião que mantendo-as assim [...] a casa se torna mais fresca. Concorro com a última parte, que serve para remediar à custa das correntes de ar, a primeira tolice; – mas por que não procuram melhorar a temperatura protegendo as janelas contra o sol abrasador, durante o dia?.⁴⁰⁵

Grosso modo, a vida da “menina brasileira de sobrado” era bastante regrada. Segundo Gilberto Freyre, aos onze anos (ou “desde idade ainda mais verde”) a iaiazinha era “obrigada a um bom comportamento tão rigoroso, que lhe tirava, ainda mais que ao menino, toda a liberdade de brincar, de pular, de saltar, de subir nas mangueiras, de viver no fundo do sitio, de correr no quintal e ao ar livre”.⁴⁰⁶

Não podemos avaliar até que ponto a preceptoria contribuiu para reforçar essas práticas repressivas, pois, mesmo sendo uma modalidade da educação doméstica, ela preparava e estimulava as jovens ao convívio social. Decerto, a presença da preceptora e a experiência no ambiente cortesão acabaram por refinar, ainda mais, os hábitos da família do Barão da Estância. A etiqueta à mesa, por exemplo, era acompanhada atentamente pela educadora de Aurélia e Anna.

Segundo Silva, mudanças de costumes se processaram com maior nitidez nas cidades maiores e no ambiente doméstico desde a década de 1810, quando “começou-se a desviar o olhar de quem, à mesa, levava a faca à boca, e as mães repreendiam os filhos e, com ainda maior rigor, as filhas que amassassem com os dedos um bolinho de comida em vez de usar o garfo”⁴⁰⁷. Entretanto, segundo o mesmo autor, “[...] eram poucas as mudanças que

⁴⁰⁵ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 54 (carta escrita no Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1881). Estudos desenvolvidos, por exemplo, pela historiadora Mary Del Priore discutem a questão das janelas no imaginário da sociedade brasileira do século XIX [DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005].

⁴⁰⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 142 (Bibliotheca Pedagógica Brasileira, série 5ª – Brasileira, volume 64).

⁴⁰⁷ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 52 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

passavam do salão, da sala de jantar e da alcova do casal para os quartos das crianças, a copa, a cozinha e o quintal, ou que não eram, no percurso, acabocladadas ou amulatadas”.⁴⁰⁸

Alguns hábitos à mesa, caracteristicamente brasileiros, podem ter surpreendido Marie Lassius, como, por exemplo, a forma de se servir. Sua compatriota Ina von Binzer, nesse sentido, disparou o seguinte comentário: “[...] aqui não se passam as travessas, mas coloca-se tudo ao mesmo tempo sobre a mesa, para ser oferecido e servido pela pessoa que se encontra diante do prato, mesmo que seja um dos convidados”.⁴⁰⁹

Ao que tudo indica, comia-se bem na casa do Barão da Estância. Sua mesa era, habitualmente, frequentada por estudantes sergipanos e famílias de aliados políticos que residiam ou estavam de passagem pelo Rio. Aurélia fez menção as muitas visitas e aos jantares oferecidos.

A variedade na oferta de gêneros alimentícios, incrementada pela intensa atividade comercial no porto do Rio de Janeiro, era indiscutivelmente superior a da Província de Sergipe. Assim, é possível que a dieta alimentar do grupo proveniente da zona açucareira sergipana tenha se ampliado. Segundo Schwarcz, o Rio era o “[...] grande entreposto brasileiro e pelo seu porto passava uma enormidade de produtos”⁴¹⁰. Ressalta, ainda, que “[...] já em meados de 1810 ofereciam-se, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, [...] diversos tipos de pão, vinhos variados, presuntos de Portugal, salames da Itália, doces europeus, frutas, aguardentes e licores”.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Ibid., p. 53.

⁴⁰⁹ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 24 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1881).

⁴¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenação). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 234 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴¹¹ Ibid., p. 222, grifos da autora. Gilberto Freyre, referindo-se aos principais centros Brasil oitocentista, afirma: “Os anúncios de jornais da época indicam ter sido grande, nos meados do século XIX, a importação, para aqueles brasileiros mais sofisticados [...], da Inglaterra, da França, de Hamburgo, de artigos elegantes de uso pessoal, de móveis e espelhos para as salas aristocráticas ou burguesas, de alimentos, vinhos, cervejas e licores considerados finos e capazes de dar prestígio às mesas de casas de família que os ostentassem [...]”. (FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 78). Em *Sobrados e mucambos*, Freyre registrou que: “o chá e a cerveja dos ingleses se propagaram rapidamente entre a fidalguia dos sobrados. Também as massas e os pastéis dos italianos. O queijo flamengo ou suíço. A própria doçaria das casas-grandes, das iaíás solteironas dos sobrados, das freiras dos conventos, dos negros de tabuleiro, foi desaparecendo, perdendo o encanto até para os meninos. E os doces e os doceiros elegantes tornaram-se os franceses e os italianos, como indicam os anúncios de jornais” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 461 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

Mas, apesar das novidades importadas da Europa, a dieta alimentar dos brasileiros possuía peculiaridades que se mostravam vigorosas e não perdiam espaço à mesa. Gilberto Freyre, em estudo publicado, originalmente, em 1822, destacou que:

Era nas mesas, nos grandes pratos cheios de gorda carne de porco com feijão preto, de pirão [...] de canjica, de pães doces, de doces, de bolos e de sobremesas frias, que os brasileiros mostravam sua melhor hospitalidade patriarcal. Os estrangeiros regalavam-se nas iguarias com que os patriarcas enchiam as mesas, especialmente doces e cremes de frutas nativas, como laranjeiras, maracujás, goiabas e mangas.
[...] Em muitas casas, as sobremesas eram preparadas pela própria sinhá-dona que, também com as próprias mãos, servia os pratos.⁴¹²

A mesa farta e variada dos patrões brasileiros também foi tema das missivas da preceptora alemã Ina von Binzer, documentos que não foram explorados por Freyre, mas que atestam a validade das reflexões do antropólogo pernambucano. Vejamos:

Então combinei o melhor que pude um almoço homogêneo, escolhendo-o entre assado de porco, filé, feijão preto, galinha, arroz, angu e batata doce.
[...] Uma coisa importante aqui é a sobremesa – os doces – em cuja preparação os brasileiros têm fama de mestres, como também na sua consumação, o que se patenteou ontem plenamente para mim: senhores e senhoras absorveram quantidades incríveis de frutas em compota, balas de chocolate e de ovos, comendo-os junto com grandes pedaços de queijo. Preciso confessar – eu também!⁴¹³

Nas tardes de domingo, o som das palmas e o “ô de casa”, vindos do portão, anunciavam as visitas. Algumas delas eram habituais e aguardadas com ansiedade, outras nem tanto. Quase sempre acabavam ficando para o jantar e, alongando a prosa, demoravam-se na casa do Barão da Estância.

“Meu pai recebia mtas visitas, quazi todas da Bahia [...]”⁴¹⁴, registrou Aurélia, referindo-se a famílias de políticos baianos vinculados ao Partido Liberal. Entre os visitantes mais assíduos, estavam Manuel Pinto de Sousa Dantas (o Conselheiro Dantas) e José Antonio

⁴¹² FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 112-113.

⁴¹³ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 24-25 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1881).

⁴¹⁴ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 50 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 73.

Saraiva (o Conselheiro Saraiva), influentes senadores e ministros. Um memorável gaúcho, o general Manuel Luis Osório (o Marquês de Erval), que, assim como os conselheiros Dantas e Saraiva, era senador e ministro do Império, também integrava a numerosa lista⁴¹⁵. Esses ilustres visitantes chegavam acompanhados de seus familiares ao casarão de Botafogo, movimentando a vida doméstica dos sergipanos⁴¹⁶.

Para além da literatura romântica, Gilberto Freyre é um dos autores que melhor descreve esses encontros no interior dos lares patriarcais do Brasil oitocentista. Segundo ele:

Quando as visitas chegavam, realizavam-se às vezes jogos de salão como *pilha-três*. Também, uma sonata ou uma polca era executada ao piano por uma senhora, da casa ou visitante. Acompanhados ao piano, recitavam os rapazes poemas de poetas favoritos da época. Algumas vezes, o dono da casa, virtuoso da flauta ou do violino, regalava as visitas com a sua arte.⁴¹⁷

Estudando as transformações na vida doméstica da sociedade brasileira do século XIX, Maria Ângela D’Incao interpretou as salas de visita e os salões de casas ricas enquanto típicos “espaços intermediários entre o lar e a rua”, percebendo que estes “se abriam para uma espécie de apreciação pública por parte de um círculo restrito de familiares, parentes e amigos”, quando da realização de saraus noturnos, jantares e festas.⁴¹⁸

Nas casas, domínios privados e públicos estavam presentes. Nos públicos, como as salas de jantar e os salões, lugar das máscaras sociais, impunham-se regras para bem-receber e bem-representar diante das visitas. As salas abriam-se freqüentemente para reuniões mais fechadas ou saraus, em que

⁴¹⁵ Sobre a participação dos referidos hóspedes do Barão da Estância na vida política brasileira, consultar: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial & Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴¹⁶ Aurélia também menciona a presença dos filhos do Conselheiro Dantas, referindo-se, provavelmente, aos jovens políticos: Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, deputado geral e renomado jornalista; e Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho, então presidente da Província do Paraná. É provável que, em alguma ocasião, a preceptora alemã ou alguma das escravas tenha entretido o pequeno Luiz Martins de Sousa Dantas, de apenas três anos. No futuro, aquele neto do Conselheiro Dantas viveria uma experiência notável. Enquanto embaixador do Brasil na França durante a Segunda Guerra Mundial, Sousa Dantas concedeu vistos diplomáticos a centenas de refugiados judeus, comunistas e homossexuais, contrariando os interesses dos invasores nazistas e do governo que ele próprio representava (KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002).

⁴¹⁷ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 112.

⁴¹⁸ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (organizadora). **História das mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004. p. 228.

se liam trechos de poesias e romances em voz alta, ou uma voz acompanhava os sons do piano ou harpa (p. 228).⁴¹⁹

A preceptora alemã Marie Lassius tomava parte nesses eventos familiares, fosse acompanhando o desempenho de suas pupilas ao piano ou, simplesmente, observado a desenvoltura das meninas no salão. Vez por outra, com Aurélia ou Ana, tocava uma peça a quatro mãos, enchendo de orgulho o pai das meninas e seu patrão. Dessa forma, a prática da preceptoria estava diretamente ligada, como observou June Hahner, a “honra e distinção das famílias” de elite no Brasil do século XIX. Segundo a historiadora norte-americana,

Esperava-se que as mulheres de classe alta demonstrassem habilidades sociais adequadas e talentos que promovessem o nome da família – como entreter os convidados, conversar polidamente, tocar instrumentos, cantar de modo agradável, demonstrar maneiras refinadas, falar línguas. Até mesmo exibir joias e vestidos elaborados e decotados, cheios de laçarotes e babados, nos bailes e nas festas, assinalava a posição de suas famílias.⁴²⁰

Ina von Binzer não guardou boas lembranças dessas típicas recepções. Perturbava-se com a ignorância da maioria dos brasileiros para com a cultura germânica e desdenhava do afrancesamento da cultura brasileira.

Toquei uma valsa de Chopin que agradou muito e cantei “Pequena Ana Katarin” que não compreenderam de maneira alguma. Nunca mais hei de cantar uma canção alemã diante de ouvintes brasileiros; mas sòmente estudos italianos, pois estou convencida de que êstes serão apreciados.⁴²¹

Em se tratando de vizinhos, apenas uma jovem apelidada de Nini, filha da Viscondessa de Uruguaiana, frequentava a casa do Barão da Estância⁴²². Ao que tudo indica,

⁴¹⁹ Ibid., Ibid.

⁴²⁰ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 55.

⁴²¹ BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 26 (carta escrita na Fazenda São Francisco, no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1881).

⁴²² Luiza Muniz da Silva Ferraz era o nome de batismo de Nini. Segundo fontes analisadas por Carlos Eduardo de Almeida Barata, do Colégio Brasileiro de Genealogia, José Manuel Duarte de Lima, moço da Imperial Câmara, nomeado em 1841, foi casado com Luiza. Ela era filha de Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) e de Francisca Eulália de Lima. Assim como os seus pais, Luiza era natural da Província da Bahia e faleceu em 1892, no Rio. Tais dados podem ser consultados em: BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Moços da Real e**

a viscondessa era uma viúva rica e seu estilo de vida sofisticado acabava melindrando as recatadas vizinhas sergipanas. Nesse sentido, ela foi caracterizada como uma mulher “[...] orgulhosa, [que] só sahia a carro, com bonitos cavallos e [que] só vestia seda”⁴²³. A filha, contudo, foi descrita como uma menina amável e sempre presente nos encontros de domingo.

Além da mãe de Nini, outra figura feminina que desagrava era dona Amélia, esposa do Conselheiro Dantas. A memorialista sergipana sugere que o início da indisposição resultou de um ato de deselegância atribuído a senhora baiana. Por educação, frente ao manifesto interesse de Amélia por uma escrivaninha e uma jarra japonesa, o Barão da Estância retrucou que os dois objetos estariam à sua disposição. Sem pestanejar, a oferta foi aceita pela visitante, que, no dia seguinte, tratou de mandar buscar os “presentes”, ganhando, assim, a discreta antipatia das anfitriãs.

Entre os frequentadores mais assíduos do casarão de Botafogo estavam dois estudantes da Faculdade de Medicina da Corte, os sergipanos Gonçalo de Faro Rollemberg e José Corrêa de Mello Bittencourt. Em seu texto de memórias, Aurélia registrou as constantes visitas da dupla. Segundo ela, “no domingo seguinte [à mudança] Gonçalinho foi nos visitar na nossa nova morada; foi tbem n’este dia José Corrêa Bittencourt, neto de um irmão de meu pai, Domingos Dias C Mello [...]”.⁴²⁴

Gonçalo e José Corrêa eram, de fato, muito bem-vindos. Além de sergipanos, vínculos familiares os ligavam à família do Barão da Estância. Gonçalinho, como era carinhosamente chamado por Aurélia, tinha 18 anos, era órfão de pai e único filho varão de Maria de Faro Rollemberg, uma viúva afortunada do vale do Japaratuba, conhecida pela alcunha de Maria do Topo. O estudante era, por via materna, neto do Barão de Japaratuba e sobrinho do Coronel José de Faro. Dessa forma, o anfitrião de Botafogo recebia em sua casa um jovem promissor que, além de futuro médico e principal herdeiro de uma das mulheres mais ricas

⁴²³ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 41 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 69.

⁴²⁴ Ibid., p. 39-40 ou Ibid., p. 68.

de Sergipe, era “primo carnal” de parte de seus netos – os filhos de Amélia e José de Faro Rollemberg, que se multiplicavam no engenho São Joaquim, em Divina Pastora.⁴²⁵

José Corrêa, por sua vez, tinha 19 anos e era sobrinho-neto do Barão da Estância. Não era herdeiro de grandes fortunas, mas nas suas veias corria o sangue dos Coelho e Mello, família que valorizava a formação intelectual dos seus membros e que, certamente, assistiu com entusiasmo a publicação, naquele mesmo ano de 1879, da obra *Elementos de Geographia Physica*, escrita pelo jovem estudante, que, nas horas vagas, dedicava-se ao ensino de Geografia e História na Corte.⁴²⁶

Longe de suas famílias, Gonçalo e José Corrêa se sentiam acolhidos naquela casa sergipana trasladada para o Rio de Janeiro. No mais, a branda política matrimonial costurada pelo Barão da Estância e por José de Faro, caracterizada pela sutil aproximação entre os jovens “bem nascidos”, surtiu o efeito desejado. A amizade entre Aurélia e Gonçalo e entre Anna e José Corrêa evoluiria para breves namoros/noivados e longos casamentos.⁴²⁷

Movimentada, sobretudo, aos domingos, a casa do Barão da Estância estava encravada em uma zona, por vários motivos, privilegiada. No século XIX, com a expansão da malha urbana do Rio, os bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo se tornaram redutos das elites. Fugindo da agitação e da desordem do centro da cidade, políticos, aristocratas e comerciantes de várias nacionalidades se transferiram com suas famílias para os arredores da bucólica praia de Botafogo⁴²⁸. Aquele era o lugar perfeito para uma família provinciana e

⁴²⁵ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 138-139.

⁴²⁶ GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C, 1925. p. 162-163.

⁴²⁷ Alguns anos depois, em 1887, quando o Barão da Estância já ocupava uma cadeira no Senado, as irmãs Aurélia e Anna voltariam a se encontrar no Rio de Janeiro. Na ocasião, contudo, já eram mães de família e casadas com os antigos hóspedes domingueiros do casarão de Botafogo. É preciso assinalar que a postura do Barão da Estância não era uma exceção nas esferas mais elevadas da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Conforme concluiu June Hahner, “Nas costumeiras reuniões familiares, em que moças ‘bem-nascidas’, das ‘melhores famílias’, recitavam poemas ou cantavam trechos do repertório operístico francês ou italiano, os primos já podiam conversar entre si com mais liberdade que antes, o que aumentava a possibilidade tanto de romance quanto de casamentos endogâmicos. Sem dúvida, mudanças nos costumes do galanteio, do ‘fazer a corte’ e do namoro refletiam a influência da literatura sentimental vinda da Europa. No fim do século XIX, poucas mulheres de classe alta pareciam admitir que pais pudessem ‘arranjar’ casamentos sem consultar a noiva. Havia, então, espaço para o amor romântico e o sentimento no matrimônio, e as convenções do namoro e do casamento arranjado podiam misturar-se” [HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 56].

⁴²⁸ Sobre Botafogo no processo de evolução urbana do Rio de Janeiro, consultar, dentre outros títulos: ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; J. Zahar, 1997; BERGER, Paulo. **Dicionário histórico das ruas de Botafogo**: (IV Região Administrativa). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui

rica, como a de Aurélia, estabelecer-se⁴²⁹. Aliás, Botafogo se destaca entre lugares do Rio capazes de desarmar a preceptora Ina von Binzer e arrancar-lhe um elogio.

Botafogo é adorável com suas vivendas dispostas como uma grinalda em torno da baía do mesmo nome, seus jardins dominados ao fundo pelo imponente “Corcovado” e na frente pelo “Pão de Açúcar” dentro da enseada.

A magnificência das flores neste bairro onde só mora gente rica e distinta, é fascinantemente admirável!

As mais viçosas trepadeiras, de um verde intenso, cobrem os muros ostentando grandes e deslumbrantes flores vermelho escuro, roxas, amarelas, brancas....⁴³⁰

Barbosa, 1987; SANTOS, Sergio Robert Lordello dos. **Expansão urbana e estrutura de bairros do Rio de Janeiro**: o caso de Botafogo. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado em Engenharia) – UFRJ.

⁴²⁹ Atualmente, o recanto de Botafogo onde, em 1879, viveu a família do Barão da Estância em nada lembra o ambiente aristocrático descrito por Aurélia. Segundo ela, a casa ficava “[...] na Rua da Passagem, perto da Praia [de] Botafogo, defronte da Rua General Polidoro [...]” [ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 35 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 66]. Na tarde de 17 de março de 2012, estivemos no canteiro que marca o encontro das ruas da Passagem e General Polidoro. O seu entorno é uma área residencial, com prédios de apartamentos, e comercial, dotada de lojas que oferecem os mais variados produtos e serviços – mecânica, peças e acessórios de automóveis, alimentação, ensino de línguas estrangeiras e artes gráficas, cirurgia dentária etc. Uma pálida sombra da arquitetura oitocentista pode ainda ser observada no conjunto de três sobrados existentes no início da Rua General Polidoro (lado direito) e que hoje abrigam pontos comerciais. Nos espaços físicos onde, provavelmente, a casa do Barão da Estância existiu, deparamo-nos com uma loja de materiais de construção e com um estacionamento para automóveis. Não fosse pelas referências do seu patrimônio natural, dificilmente um viajante do tempo reconheceria Botafogo. Restou muito pouco do tranquilo e charmoso bairro de outrora. Na Rua São Clemente, contudo, é menos espessa a neblina que oculta o passado aristocrático do bairro. Lá os barões do café do Vale do Paraíba fluminense construíram suas mansões e muitas delas, mesmo que dotadas de novos usos, foram preservadas. É nessa rua que está localizada, por exemplo, a Casa de Rui Barbosa, fundação do Ministério da Cultura estabelecida naquela que foi a residência do célebre jurista. Contudo, as demais vias denunciam a heterogeneidade de Botafogo, um misto de bairro residencial e comercial, um centro de serviços voltado para as demandas interna e dos vizinhos Humaitá e Urca. Há quem o classifique, pejorativamente, como “bairro da passagem”, por fazer a ligação entre o centro da cidade e o restante da zona sul, já que é ligado por túneis a Copacabana e pelas pistas do Aterro do Flamengo ao Centro.

⁴³⁰ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 61 (carta escrita no Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1882).

Imagem 6 – Vista do bairro e da enseada de Botafogo, Rio de Janeiro, 1865⁴³¹



Não muito longe da casa do Barão da Estância, seguindo pela Rua General Polidoro no sentido sul, encontramos a explicação para um fato registrado no texto de memórias da pupila de Marie Lassius. Justificando os enterros que, com muita frequência, tomavam as ruas do bairro, no último trecho General Polidoro havia sido inaugurado, em princípios da década de 1850, o Cemitério de São João Baptista.⁴³²

Autores como João José Reis e Alberto da Costa e Silva descrevem os tradicionais cortejos fúnebres do Brasil oitocentista. Esses eram realizados, quase sempre, ao cair da noite e suas proporções variavam conforme o prestígio do morto.

[...] À frente, vinha a cruz, ladeada por grandes tocheiros. Depois, o pároco e outros sacerdotes, cada qual com sua vela ou tocha. Finalmente, o defunto, num caixão aberto, carregado aos ombros, a família e os demais acompanhantes. Se o falecido fosse membro de uma irmandade religiosa, seus confrades o acompanhariam com a opa que os distinguia e com suas

⁴³¹ LEUZINGER, George. **Botafogo, Hotel Capelle**. 1865. 1 fotografia, 31 cm x 40 cm. Disponível em <<http://www.van-ham.com/datenbank-archiv/datenbank/georges-leuzinger/rio-de-janeiro.html>> Acesso em: 4 maio 2012.

⁴³² Os trechos finais da General Polidoro são, sem dúvida, os mais agradáveis daquela movimentada via. Do seu lado esquerdo, o Cemitério de São João Baptista é emoldurado pelos morros de São João e da Saudade. Do lado direito, as construções térreas permitem avistar o Morro do Corcovado e o Cristo Redentor. No mais, um passeio pela histórica necrópole é bastante recomendável. Afinal, se já incluímos uma ida ao *Cimetière du Père Lachaise* quando visitamos Paris, onde corremos os túmulos de Allan Kardec, Oscar Wilde, Édith Piaf, Pierre Bourdieu e outros, por que não explorar o potencial turístico dos nossos cemitérios? No São João Baptista, por exemplo, estão sepultados Machado de Assis, Heitor Villa-Lobos, Santos Dumont e José Honório Rodrigues, apenas para citar alguns nomes significativos das letras, das artes e da ciência do nosso país.

tochas. Em alguns casos, havia uma banda de música. Noutros, um séquito de mendigos, que, finda a cerimônia, recebiam uma paga ou esmola predeterminada. No caminho [...], o cortejo podia parar várias vezes, a fim de que as pessoas da redondeza pudessem ver o morto e lhe dar adeus.⁴³³

Com o passar do tempo, entre as classes abastadas os cortejos se modernizaram, dando espaço ao uso de carros à tração animal. Mas, entre a população pobre e escrava persistiu a antiga prática e, além disso, muitos mortos eram levados a enterrar em redes.

Para além do casarão da Rua da Passagem, de onde avistavam os enterros que seguiam pela General Polidoro até o Cemitério São João Baptista, o grupo capitaneado pelo Barão da Estância explorou outros espaços públicos e privados do Rio oitocentista.

Em fins da década de 1870, as transformações pelas quais a sociedade brasileira vinha passando podiam ser claramente observadas no comportamento feminino. Aos poucos, as ruas deixavam de ser lugares incomuns às mulheres e surgiam, nas principais cidades brasileiras, espaços públicos adequados para que elas circulassem – teatros, museus, passeios públicos, jardins botânicos e zoológicos, ruas dotadas de ateliês e lojas especializadas em artigos de luxo etc.

O Rio de Janeiro, sabemos, ampliou os espaços de sociabilidade nos quais as mulheres eram bem-vindas. O Imperial Teatro de São João, a Academia Imperial de Belas Artes, o Passeio Público, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, a Rua do Ouvidor com seus inúmeros cafés, confeitarias, ateliês de modistas francesas, chapelarias e tantas outras lojas, ilustram a ambiência que impregnava o Rio de ares “civilizados”. Nesse sentido, autores como Alberto da Costa e Silva, atentos à circularidade cultural no Brasil oitocentista, concluem que o Rio era um centro receptor e irradiador de tendências.

[...] a cidade tornou-se, de certo modo, mestra do resto do Brasil. Morada da família real e, depois, do imperador, não só as transformações urbanísticas, mas principalmente as mudanças de gosto, valores e comportamentos, que nela se davam, tanto em casa quando na rua, não tardaram em ser imitadas por toda parte. O que fora uma colônia fechada ao resto do mundo passou a receber da Europa, sobretudo da Inglaterra e

⁴³³ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 65 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1). Consultar também: REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

da França, as mais variadas influências, que conviviam ou conflitavam com os costumes tidos por tradicionais.⁴³⁴

Em companhia da preceptora Marie Lassius, as filhas do Barão da Estância passaram a frequentar, por exemplo, a Praia de Botafogo, espaço de lazer predileto das meninas sergipanas. Nas preguiçosas caminhadas de fim de tarde, o clima ameno, a brisa fresca, a limpidez das águas da enseada e a vista deslumbrante estimulavam as conversas, quase sempre em francês.

A tranquilidade do bairro e a curta distância entre o casarão e a praia dispensavam preocupações habituais. O deslocamento, por exemplo, era feito a pé, tornando mais saudável o passeio. Pena que o vestuário característico da época não era adequado ao clima dos trópicos. Vestidas à francesa, as “mulheres de elite” desfilavam elegância e naturalizavam o desconforto⁴³⁵. As meninas, destaca Gilberto Freyre, desde os treze anos eram obrigadas a se vestirem como moças, “abafada[s] em sedas, babados e rendas”. Essa “re-europeisara exagerada” do traje da “moça de sobrado” fazia do seu vestuário “verdadeiras estufas”.⁴³⁶

As fontes que perscrutamos sugerem que, em fins de década de 1870, o banho de mar ainda não era um hábito entre as brasileiras da elite. Na maioria das vezes era uma prática indicada em alguns tratamentos de saúde, mas não representava uma opção de lazer como ocorre hoje⁴³⁷. Portanto, não imaginemos as sinhazinhas sergipanas, em suas idas à Praia de Botafogo, usando comportados e “pesados trajes de baeta escura” e banhando-se nas águas da enseada.⁴³⁸

⁴³⁴ SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 30 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴³⁵ Sobre o vestuário feminino no Brasil do século XIX, consultamos: FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987; SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴³⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 142 e 146 (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª – Brasileira, volume 64).

⁴³⁷ Ao contrário de Freyre, não temos como atestar que “a moda dos banhos de mar” teve início no Rio de Janeiro “ainda na primeira metade do século XIX”, generalizando-se na segunda metade da referida centúria [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 512 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

⁴³⁸ Passados mais de cem anos, a bucólica praia das memórias de Aurélia continua sendo um dos espaços de lazer mais requisitados no Rio de Janeiro. Os concorridos bancos do calçadão, a movimentada ciclovia, as areias tomadas por competições de futebol e outras atividades esportivas são marcas do seu cotidiano. A paisagem natural encanta e o Pão de Açúcar prende o nosso olhar. Entretanto, a poluição da Baía de Guanabara desautoriza o contato direto com as suas águas. Também é comum esbarrarmos com entulho e lixo acumulados na área, o que indicia a má educação de alguns frequentadores do local.

Também em Botafogo, a família do Barão da Estância e a preceptora Marie Lassius eram assíduos frequentadores da Igreja de São João Baptista, que ficava a cerca de um quilômetro da casa onde viviam.⁴³⁹

Indícios constantes no texto de memórias de Aurélia nos levam a concluir que o deslocamento para a igreja era feito, habitualmente, a pé. Vestidos com elegância, o Barão e sua família percorriam as pacatas ruas de Botafogo, esbarrando com outros moradores que, assim como eles, iam assistir a primeira missa do domingo. O trajeto durava pouco mais de dez minutos.

Eventualmente, quando optavam por alçar um voo mais longo e irem à missa na Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado, alugava-se um carro⁴⁴⁰. Segundo Schwarcz, além dos bondes, a cidade contava com uma grande variedade de meios de transporte desde a década de 1810. Variados tipos de carros, carruagens e seges à tração animal podiam ser adquiridos ou alugados. “Na época, havia cocheiras que alugavam seges ‘muito asseadas e com boas parelhas’ [...]. Alugavam-se, ainda, criados ‘com toda decência’ para conduzir os veículos velozes e evitar acidentes causados por condutores inexperientes”, informa a estudiosa.⁴⁴¹

Ao contrário de Ina von Binzer, a preceptora Marie Lassius era uma alemã católica, fato que, certamente, aproximou-a ainda mais da família do Barão da Estância⁴⁴².

⁴³⁹ A igreja matriz da Paróquia de São João Batista da Lagoa está localizada na Rua Voluntários da Pátria, defronte à Rua da Matriz. A epigrafia da igreja informa que, em 2009, foram celebrados os “duzentos anos de eucaristia” da paróquia. A sede, contudo, só ficou pronta em princípios da década de 1860, passando, posteriormente, por várias reformas, até adquirir as feições neoclássicas de hoje. Ainda assim, trata-se da mais antiga igreja da zona sul do Rio de Janeiro. Sobre as antigas freguesias do Rio de Janeiro, consultar: SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. **As freguesias do Rio antigo [...]**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. Além disso, o *site* da Comunidade Católica São João Batista da Lagoa disponibiliza alguns dados importantes. Lá, por exemplo, encontramos referências ao religioso que esteve à frente da paróquia entre 1862 e 1909 (período que compreende o ano no qual a família do Barão da Estância frequentava as missas dominicais), o monsenhor Francisco Martins do Monte, renomado intelectual que integrou o grupo de sócios titulares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB [<http://www.comunidadesjb.com.br/>].

⁴⁴⁰ Para uma família que apenas passava temporadas na capital do Império, alugar era mais prático e menos oneroso que manter um veículo à tração animal.

⁴⁴¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 223 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1). Tratando das principais cidades brasileiras, Gilberto Freyre registra que, a partir de fins do século XVIII, começaram a circular carruagens: “a princípio coches, seges, traquitanas; depois *cabriolets*, *cabs*, *tilburys*, *balancés*, todos aos solavancos pelas pedras e pelos buracos” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 35 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)].

⁴⁴² Concluímos que Marie Lassius era católica, inicialmente, pela inexistência de referências ao seu possível protestantismo no texto de memórias legado por sua pupila Aurélia. Reforçou nossa hipótese o fato de não existir registro algum daquela educadora nos arquivos do British Burial Fund, o popular Cemitério dos

Acompanhando suas pupilas em missas e procissões, Lassius matinha uma postura diametralmente oposta a da que teria, anos depois, Ina von Binzer em sua passagem pelo Brasil. Para essa última, por exemplo, as vetustas igrejas do Rio eram todas parecidas e “nenhuma se destaca[va] pelos seus tesouros artísticos”⁴⁴³, além disso as práticas católicas cultivadas pelas famílias brasileiras lhe pareciam demasiado estranhas.

Gilberto Freyre nos ajuda a compreender melhor essas práticas religiosas que envolveram Lassius e repeliram Binzer. Em sua *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, obra surgida em 1922, antes dos clássicos *Casa-grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, Freyre registrou:

A religião – a Católica é claro – exercia função importante na vida de família do Brasil nos meados do século XIX. A educação doméstica, isto é, a tarefa não só de educar como de instruir meninos e meninas nas casas patriarcais, tinha profundo cunho Católico. As crianças aprendiam com as mães a ser piedosas, tementes a Deus Todo-Poderoso: um Deus que via tudo o que se fazia entre os homens e registrava em enorme caderno, para futuro castigo, todos os pecados de adultos e de meninos. Ouviam de mães, de avós, de mestres histórias da Virgem Maria e de seu filhinho – o Menino Deus – que se tornara Homem e Salvador dos Homens. Aprendiam a rezar o Padre Nosso, o Credo, a Ave-Maria, a Salve-Rainha e o catecismo. Fazia cada um orações ao levantar-se, pela manhã, e à noite, ao recolher-se. Quanto iam dormir, aproximavam-se dos pais e de tôdas as pessoas mais velhas para receber a bênção. Pelo menos uma vez por ano, os pais levavam os filhos para o altar da Sagrada Comunhão e para a confissão. [...] Quase tôda casa de cidade tinha o seu oratório, com imagens, em redomas de vidro; e diante do qual a família se reunia para o culto, numa atmosfera perfumada de incenso e de essência de rosas.⁴⁴⁴

Abramos, neste momento, um parêntese para refletir sobre a preocupação de Aurélia em registrar a presença da preceptora Marie Lassius no cotidiano de sua família. Tal preocupação pode, de certa forma, refletir o interesse da memorialista em sutilmente indicar o *status* dos Dias Coelho e Mello nos tempos do Império. Nesse sentido, Chartier

Inglês do Rio de Janeiro. Como veremos adiante, Lassius morreu na Corte, em 1879. Sendo uma protestante, é quase certo que estivesse sepultada na necrópole que recebia reformados europeus vítimas da febre amarela na capital do Império. A pesquisa nos arquivos do British Burial Fund foi feita com a ajuda do administrador Adolfo J. Cappelli em 20 de fevereiro de 2013, no escritório da Rua Real Grandeza, em Botafogo.

⁴⁴³ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 61 (carta escrita no Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1882).

⁴⁴⁴ FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964. p. 114-115.

(dialogando com Pascal) concluiu que “a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata [...]”. No mais, o autor nos faz lembrar que a *representações* legadas são “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição.”⁴⁴⁵. Fechemos aspas e parênteses.

Distante da tranquilidade de Botafogo, um destino habitual da família do Barão da Estância era a famosa Rua do Ouvidor⁴⁴⁶. Ao menos duas vezes por semana, a esposa Lourença, as filhas Aurélia e Anna e a preceptora Marie Lassius iam à concorrida rua do centro do Rio de Janeiro. Lá passeavam, olhavam vitrines, gastavam pequenas fortunas em compras e passavam horas no ateliê da modista francesa que as vestia. Nesse sentido, June Hahner observou que, no Brasil da segunda metade do século XIX:

[...] o caráter do consumismo burguês ajudou a tirar de casa algumas mulheres da elite, introduzindo-as em seus novos papéis de consumidoras no fim do século. As senhoras não tinham mais que mandar suas criadas às compras ou esperar que um vendedor ambulante as visitasse. As compras, assim como agradáveis passeios à tarde ou o chá em cafés elegantes, passaram a fazer parte do lazer das mulheres privilegiadas nos meios urbanos.⁴⁴⁷

A Ouvidor também era um dos principais espaços de socialização das elites na capital do Império. Entre o Barão da Estância e seus familiares, por exemplo, aquela rua se tornou uma referência para encontros com parentes e amigos da Província de Sergipe. A

⁴⁴⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade). p. 22 e 23.

⁴⁴⁶ O surgimento dessa via remete aos primórdios da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVI. Do seu berço, o Monte de São Januário (depois conhecido como Morro do Castelo), a cidade logo se espalhou pela planície e, antes de 1572, apareceu o embrião da Rua do Ouvidor. Denominações anteriores, como Desvio do Mar, Rua de Aleixo Manoel e Rua Padre Homem da Costa, sucederam-se até que, em 1780, “enfim exaltou-se, mostrando-se com a toga da magistratura em sua nova e última denominação de *rua do Ouvidor*” [MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. p. 81]. Nesse sentido, o fato do ouvidor Francisco Berquó da Silveira ter passado a residir em imóvel daquela rua explica a denominação que caiu no gosto popular e, depois, nos papéis do poder público.

⁴⁴⁷ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 57.

memorável Confeitaria Paschoal, localizada em uma das quinas do cruzamento com a Rua Gonçalves Dias, era a predileta da família para tais encontros.

Obviamente, as experiências da família sergipana e da preceptora alemã são melhor compreendidas quando interpretamos os registros legados por Aurélia à luz de outros testemunhos de época. Nesse sentido, poucos meses antes da chegada daquele grupo ao Rio, um dos mais celebrados escritores brasileiros, Joaquim Manoel de Macedo, havia publicado suas *Memorias da Rua do Ouvidor*, crônicas reveladoras do cotidiano daquela pulsante artéria urbana.⁴⁴⁸

Macedo registrou, por exemplo, um dado que ilumina nossa compreensão sobre o trânsito entre Botafogo e o centro do Rio. Segundo o autor, as linhas de bondes de Botafogo e das Laranjeiras tinham o “[...] seu ponto de partida inicial e de chegada terminal na rua de Gonçalves Dias quina da do Ouvidor [...]”⁴⁴⁹. Por sua vez, Aurélia registrou a existência de um ponto de bondes bem próximo à casa de sua família, o que nos leva a concluir que o acesso fácil ao transporte público estimulava as idas do grupo teuto-sergipano à Rua do Ouvidor.

Recorrendo a figuras de linguagem, Macedo caracterizou a Ouvidor como “[...] a mais passeiada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, futil, novelleira, polyglotta e encyclopedica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro [...]”.⁴⁵⁰ Considerando-a “rainha da moda, da elegância e do luxo”, o cronista descreve uma Ouvidor repleta de ateliês de moda, alfaiatarias, rouparias, sapatarias, chapelarias, ourivesarias, perfumarias, confeitarias, cafés, charutarias, armazéns de secos e molhados, floriculturas, estúdios fotográficos, livrarias, editoras, dentre outros estabelecimentos vinculados ao comércio de bens e a prestação de serviços⁴⁵¹. Uma verdadeira Babel.⁴⁵²

⁴⁴⁸ Consagrado no campo literário após a publicação, em 1844, do romance *A Moreninha*, Macedo também atuou no campo da História e da Geografia, fosse como professor do Atheneu Pedro II, fosse como sócio e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Daí figurar, no conjunto de sua obra, os títulos *Lições de Historia do Brazil* (1861) e de *Noções de Corographia do Brasil* (1873), reeditadas durante décadas e publicadas em inglês, francês e alemão. Suas *Memorias da Rua do Ouvidor* foram publicadas, originalmente, em 1878, pela Typographia Perseverança, no Rio de Janeiro.

⁴⁴⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memorias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. p. 242.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 5.

⁴⁵¹ Ibid., p. 7 e 82-83.

⁴⁵² Como no passado, a Rua do Ouvidor continua estreita e abarrotada de gente. Sua paisagem física e humana são bastante heterogêneas. O antigo e o moderno, por exemplo, convivem na arquitetura da via. Os usos (e abusos) do espaço também são múltiplos. Grosso modo, não fosse por seu passado singular, a Ouvidor seria apenas mais uma rua do centro do Rio, dotada de alguns prédios antigos e eminentemente comercial. Na tarde de 16 de março de 2012, percorremo-la sem pressa. O passeio começou pelo extremo sul da rua, onde ela finda e deságua no Largo de São Francisco de Paula. Do charmoso largo das fotografias antigas, apenas os

Contudo, a Rua do Ouvidor refletia o processo que, nos grandes centros brasileiros do século XIX, transformou as “maneiras de vestir-se, de estar à mesa, de sair à rua, de comportar-se socialmente”⁴⁵³. E nesse sentido, a presença das preceptoras entre as elites brasileiras contribuiu para o processo de europeização da sociedade.

A preceptora Marie Lassius, como já havia assinalado, influiu diretamente no *modus vivendi* da família do Barão da Estância, orientando-a no comportamento à mesa, nos salões, nos grandes eventos públicos etc. E não foi diferente no que diz respeito à moda. Segundo Aurélia, após chegarem ao Rio, “a allemã foi logo entender se com uma franceza conhecida d’ella, costureira de 1ª Me Laurant q tinha Atelier em cima da Confeitaria Paschoal”⁴⁵⁴. Não demorou muito, dona Lourença e suas filhas se tornaram fidelíssimas clientes daquela modista.

Conduzidas ao ateliê pela preceptora, as tímidas sergipanas foram “[...] ser apresentadas, tomar medidas, escolher as fazendas [...]”. “[...] não escolhíamos os moldes,

bens materiais preservados o identificam. A monumental Igreja de São Francisco de Paula e o prédio da antiga Escola Politécnica (que, desde fins da década de 1960, abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e o Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro) marcam a paisagem do local. Contudo, as damas e cavalheiros que, elegantemente vestidos, passeavam pelo largo deram espaço a um numeroso exército de vendedores ambulantes, consumidores de baixo poder aquisitivo e pedintes. De costas para o Instituto e voltado para a Rua do Ouvidor, avista-se a estátua em homenagem a José Bonifácio de Andrade e Silva, inaugurada em setembro de 1872, durante as comemorações do cinquentenário da Independência do Brasil. O célebre estadista foi representado pelo escultor francês Augusto Rochet em tamanho natural, de pé, vestido à inglesa e em posição de discurso. Entre o Largo de São Francisco de Paula e a Avenida Alfredo Agache, locais que marcam, respectivamente, o fim e o início da Rua do Ouvidor, foram cerca de 800 metros percorridos a passos muito lentos, cruzando com outras famosas vias do centro do Rio de Janeiro – ruas Uruguaiana e Gonçalves Dias, Avenida Rio Branco, Travessa do Ouvidor, ruas da Quitanda, do Carmo e Primeiro de Março, Travessa do Comércio e Rua do Mercado, respectivamente. Os trechos que ficam entre os cruzamentos com a Rua Primeiro de Março e a Avenida Alfredo Agache são os mais agradáveis na atualidade. Penetramos em um cenário que, somado a uma pequena dose de imaginação, transporta-nos ao Rio oitocentista. O belo e preservado casario hoje abriga, sobretudo, típicos botecos cariocas e bons restaurantes, espécies de herdeiros dos antigos armazéns de carne seca mencionados nas crônicas de Joaquim Manoel de Macedo. O visitante atento ao patrimônio religioso notará, inicialmente e ao seu lado esquerdo, a Igreja da Santa Cruz dos Militares e, depois, ao seu lado direito, a Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (ou dos Mascates, como era conhecida no século XIX), na esquina com a pitoresca Travessa do Comércio. O perfil social dos frequentadores daquele pedaço da Ouvidor também é diferenciado. Os frenéticos consumidores característicos dos trechos anteriores dão espaço a grupos menos apressados e de melhor aparência. Pelo que pudemos perceber são trabalhadores da classe média e que atuam no setor financeiro, muito bem representado na região por dezenas de escritórios e agências bancárias. Enfim, é uma zona tomada pelo burburinho das rodas de amigos que, no tradicional *happy hour* de sexta-feira, amontoam-se envolta de mesas espalhadas pelas calçadas. Pena que, em seu desfecho, a bela paisagem esbarra em um dos pilares do já mencionado Viaduto da Perimetral, que desfigura o cenário.

⁴⁵³ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 61 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴⁵⁴ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 37 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 67.

por sermos pouco entendidas. Ella era uma franceza q fallava portuguez, delicada e optima modista”, registrou Aurélia.⁴⁵⁵

Silva, tratando da população e da sociedade brasileira oitocentista, assinalou a presença de imigrantes franceses nos grandes centros, destacadamente no Rio de Janeiro:

Num país cujas principais cidades, no fluir do século, se afrancesariam, eram comerciantes de produtos de luxo, alfaiates, modistas, chapeleiros e cabeleireiros, livreiros, professores e governantas, cozinheiros, padeiros e confeitadores, serralheiros, marceneiros e estofadores.⁴⁵⁶

Sobre “os profissionais da moda franceses”, concluiu que:

Até então, os vendedores de tecidos, botões, linhas e fitas batiam à porta das freguesas, que escolhiam o que queriam, sem sair de suas salas de visitas. E as costureiras iam provar os vestidos na moradia das clientes. Depois que se abriram no centro da cidade as lojas francesas de tecidos, com suas montras e amplos estoques, e as modistas, os chapeleiros e os cabeleireiros estrangeiros ganharam fama, tornou-se de bom-tom ir às compras nas ruas Direita e do Ouvidor e elegante frequentar as confeitarias e casas de chá. Algumas senhoras passaram a pentear-se nos salões da moda para ir ao teatro, que se tornava um hábito elegante [...].⁴⁵⁷

Voltando ao nosso cicerone oitocentista, Macedo interpretou de forma singular a presença de modistas francesas na Rua do Ouvidor. Referindo-se as frustradas tentativas estrangeiras de estabelecimento na Baía de Guanabara durante o período colonial, concluiu que, a sombra das modistas francesas é que os demais franceses conseguiram se firmar no Rio.

No decimo sexto seculo Villegagnon, e após elle Bois-le-Comte com centenas de soldados, e com o apoio mal dissimulado do governo francez não puderão manter a conquista da bahia do Rio de Janeiro, de suas ilhas e pontos do continente, e verem realizar a aspiração da *França Antarctica*. No seculo decimo nono, em um ou dous annos, em 1822, emfim, uma duzia (nem tanto) de *Francezas* sem peças de artilharia, nem espingardas, nem espadas, e apenas com tesoura e agulhas fundarão suave e naturalmente, e

⁴⁵⁵ Ibid., p. 38 ou Ibid., p. 67.

⁴⁵⁶ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 42 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴⁵⁷ Ibid., p. 51.

sem oposição nem protestos, a *França Antártica* na cidade do Rio de Janeiro.⁴⁵⁸

A França Antártica era a Rua do Ouvidor, concluiu.

Originalmente dispersas em importantes ruas do centro comercial, a partir de 1820 teria ocorrido uma inexplicável “hégira” das modistas para a Rua do Ouvidor. Sem chegar a nenhuma conclusão, Macedo questiona:

Que razão levou as modistas francezas a desertar, a fugir (*hegira*) da *rua Direita*, então a principal e mais rica do commercio, e da dos *Ourives*, nesse tempo e ainda muitos annos além toda de prata, de ouro, de esmeraldas e de brilhantes, para a *rua do Ouvidor* ainda relativamente obscura?...⁴⁵⁹

É provável que a especulação imobiliária nas ruas de intenso comércio tenha empurrado as modistas para ruas menos concorridas do centro. “O facto é que no fim de tres ou quatro annos quem queria entender-se com alguma *modista franceza* ia á *rua do Ouvidor* [...]”, concluiu Macedo.⁴⁶⁰

Em tom de crítica, o autor chama a moda parisiense de “rainha despótica”, indicando que, no Rio de Janeiro, o seu trono estava na Rua do Ouvidor. Para ele, a rainha

[...] governa e floresce decretando, modificando, reformando e mudando suas leis em cada estação do anno, e sublimando seu governo pelo encanto da novidade, pela graça do capricho, pelas surpresas da inconstancia, pelo delirio da extravagancia, e até pelo absurdo, quando traz para o rigido verão do nosso Brazil as modas do *inverno* de Pariz.⁴⁶¹

Tratando das influências culturais que circularam entre as elites do Brasil oitocentista, Leslie Bethell concluiu que “[...] a influência externa dominante, em termos sociais, culturais e intelectuais, era francesa”. Para o brasilianista, “A moda francesa era a mais procurada na rua do Ouvidor, no centro do Rio, onde se costumava dizer que as pessoas se vestiam, comiam, liam e pensavam como franceses”.⁴⁶²

⁴⁵⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memorias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. p. 165-166.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 154.

⁴⁶⁰ Ibid., loc. cit.

⁴⁶¹ Ibid., p. 163.

⁴⁶² BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coordenação). **A construção nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 153 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 2).

Mas, se as damas se vestiam à francesa, no Rio de Janeiro e nas principais cidades brasileiras do século XIX “os homens trajavam rigorosamente à inglesa, com lãs pesadas [...], e, além de não dispensarem os anéis, gostavam de ostentar suas condecorações e uma grossa corrente de ouro a atravessar o colete”.⁴⁶³

Poucos anos após passagem da família do Barão da Estância ao Rio, a preceptora Ina von Binzer, observando o comércio de produtos importados naquela cidade e registrou com muito acerto:

Mas o que se compra é quase sem exceção mercadoria européia; fora disso, ou das matérias-primas do país, não há nas lojas objetos que já não tenham atravessado o Oceano Atlântico: tecidos, sapatos, roupas brancas, artigos de lã, móveis, aparelhos de iluminação, baterias de cozinha, livros, tudo, até papel e alfinêtes, vêm da Europa. Mesmo os tecidos de algodão, chegam à terra do algodão, enviados pela Alemanha e França, para onde é remetida a matéria-prima, porque nas raras e deficientes fábricas daqui, não existe pessoal habilitado.⁴⁶⁴

Sobre a Rua do Ouvidor, em específico, notamos em Binzer, primeiro, o deslumbramento com aquele recanto tão parisiense do Rio e, em seguida, a indignação perante o consumo desregrado de produtos de luxo pelas brasileiras.

Certas coisas nesta terra são porém maravilhosas. Na rua do Ouvidor, espécie de artéria do comércio fino e de passeio, há algumas lojas com elegantes “toilettes” para senhoras. Chegam de Paris diretamente e custam terrivelmente caro; mas as brasileiras ricas compram-nas de “mão beijada” por preços altíssimos [...].⁴⁶⁵

Aguçada a vaidade e ampliada a oferta de produtos de luxo, as jovens provincianas foram tomando gosto pela vida cortesã. Sem muitos rodeios, Aurélia registrou: “Dias depois nós já estávamos bem vestidas, passeiando na Rua Ouvidor”⁴⁶⁶. Em poucas visitas à modista, centenas de sacas de açúcar do engenho Escurial haviam se transformado em baús repletos

⁴⁶³ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 52 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴⁶⁴ BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 60 (carta escrita no Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1882).

⁴⁶⁵ Ibid., p. 61.

⁴⁶⁶ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. p. 39 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 68.

de vestidos de inspiração parisiense. Um truque que a sedutora Ouvidor fazia como nenhuma outra rua da capital do Império.

Macedo, vendo naquela artéria um “abismo de fortunas”, destacou que as senhoras da Corte foram intransigentes na exclusiva adoção da tesoura francesa. Segundo ele, “nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saráos, a casamentos, a baptizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista franceza da *rua do Ouvidor*”⁴⁶⁷. Como vimos, as sergipanas não fugiram à regra.

Nesse “jogo de sedução”, as “vidraças” da Rua do Ouvidor, como eram chamadas as vitrines de então, tinham um papel importantíssimo, enquanto estratégia de estímulo ao consumo. Macedo assinalou que as lojas tinham “[...] uma unica porta livre para a entrada das freguezas e freguezes, e outra porta ou duas portas cerradas de alto abaixo por grosso, mas transparente anteparo de vidro, e atrás desse anteparo a loja expunha ao publico os seus encantadores thesouros”⁴⁶⁸. Em sua perspicaz análise, registrou:

Explorando o concurso favoravel do vidro, a variedade e a combinação das côres, e os effeitos da luz, os *artistas sui generis* arranjadores dos objectos expostos nas vidraças os dispoem e apresentação com habilidade magistral, de modo a produzir illusões de optica perigosas para a bolsa do respeitavel, que, prevenido pelo que lhe enlevára os olhos, muitas vezes compra gato por lebre.⁴⁶⁹

A afamada loja Notre Dame de Paris, descrita em detalhes por Macedo, é uma digna representante dos estabelecimentos que, na Ouvidor, comercializavam produtos de luxo importados, sobretudo, da Europa⁴⁷⁰. Segundo o autor,

⁴⁶⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memorias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. p. 165.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 163-164.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 164.

⁴⁷⁰ Joaquim Manoel de Macedo caracterizou os primeiros trechos da Rua do Ouvidor atentando ao predomínio de “armarinhos vulgares, carne secca, lombo de porco e toucinho, tudo emfim *plebeu*”. Para o escritor, a “legítima” Rua do Ouvidor tinha início após o encontro com a Rua Primeiro de Março. Nesse sentido, os trechos melhor preservados na atualidade representavam, no passado, uma espécie de “anexo” da Ouvidor, desprovidos do *glamour* que impregnava o restante da rua [MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memorias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878. P. 169].

[...] em cada córte de seda, em cada *toilette*, em cada chaile, chapéo, gravatinha, etc., a compradora paga e deve pagar no seu tanto proporcional, além do valor e lucro do objecto que adquire o aluguel da casa, e os honorarios dos empregados de escriptorio, dos caixeiros, das modistas, das costureiras, dos serventes e dos criados, e antes de tudo isso os tributos da alfandega, que na verdade são de arrazar!....⁴⁷¹

Sempre à espera de Aurélia e sua família na Confeitaria Paschoal estava o estudante Gonçalo de Faro Rollemberg, o Gonçalinho dos ternos registros de sua esposa. Querido por toda a família e cada vez mais próximo ao Barão da Estância, a presença daquele jovem sergipano era uma constante. Aurélia deixa subentendido que Marie Lassius gostava do estudante e, sutilmente, incentivava o namoro dos dois, cumprindo o papel de confidente da pupila e alcoviteira dos encontros na concorrida confeitaria.

Ao rememorar a Carceller, uma antiga e requintada confeitaria da Rua do Ouvidor, Macedo descreveu a ambiência desses estabelecimentos, que “refrigeravam seus numerosos freguezes com *agua imperial* e outras aguas gazosas, com óptimas cajuadas e outros refrescos, e satisfazendo-lhes o apetite com empadas, pasteis, golodices e doces”.⁴⁷²

Outra assídua frequentadora da Rua Ouvidor era jovem Nini, vizinha da família do Barão da Estância em Botafogo. Em tom de crítica, Aurélia registrou que a amiga, na companhia de uma prima “solteirona e mto antipathica”, ia todas as tardes à Ouvidor⁴⁷³. Segundo o relato, as vizinhas empenharam-se para que ela e sua irmã Anna as acompanhassem nos bordejos diários. Contudo, Dona Lourença não via o excesso de passeios com bons olhos e não cedia aos simpáticos pedidos.⁴⁷⁴

⁴⁷¹ Ibid., p. 287.

⁴⁷² Ibid., p. 175.

⁴⁷³ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 41-42 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 69.

⁴⁷⁴ Segundo discursos forjados, principalmente, pelos homens, as esposas e mães eram consideradas a base moral da sociedade (ou ao menos era isso o que os homens gostariam que elas acreditassem) e, por isso mesmo, essas dignas senhoras deveriam “vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole” [D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (organizadora). **História das mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004. p. 230]. A esposa do Barão da Estância parece ter assimilado bem esses discursos. No mais, as reservas da família do Barão da Estância para com a família da Viscondessa de Uruguaiana, Francisca Eulália de Lima, podem estar relacionadas ao fato da viscondessa, até certo ponto, transgredir as regras sociais vigentes. Viúva de Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão da Uruguaiana), uma das figuras políticas mais influentes do Império, ela não contraiu segundas núpcias, mesmo sendo uma mulher jovem e afortunada. Em pleno século XIX, converteu-se em chefe de família, fato que não era uma novidade na sociedade brasileira, mas que ainda era alvo de velados preconceitos. Maiores dados sobre a viscondessa podem ser consultados no sítio do Colégio Brasileiro de Genealogia na *internet* (<http://www.cbg.org.br/>). Quanto ao seu marido, o Barão da Uruguaiana,

A mãe vigilante era, de fato, a timoneira dos passeios pela Ouvidor, onde o principal destino era o ateliê da modista francesa, que ficava sobre a Confeitaria Paschoal, em uma das quatro quinas do cruzamento com a Gonçalves Dias. Não encontramos referências precisas à localização da famosa confeitaria⁴⁷⁵. De certo, sabemos que, em um mesmo edifício da concorrida artéria, a sinhá e as sinhazinhas do Escurial, acompanhadas pela preceptora alemã, encontravam um típico refúgio da alma feminina oitocentista. No andar de cima estudavam moldes, deixavam-se medir e experimentavam os luxuosos vestidos feitos sob encomenda para elas. No andar de baixo, desfilavam elegância, encontravam parentes e amigos queridos, experimentavam os sabores da Paschoal e se perdiam “no tempo frágil das horas”.

sabemos que foi vinculado ao Partido Liberal da Bahia e senador do Império, tendo ocupado importantes cargos políticos, como os de ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros do Império, entre 1859-1861, e ministro da Guerra, entre 1865 e 1866. Inimigos também poderosos não lhe faltaram, a exemplo do General Osório e do Duque de Caxias. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroII024.asp> Acesso em: 4 maio 2012.

⁴⁷⁵ Atualmente, no sentido Largo de São Francisco de Paula/Avenida Alfredo Agache e ao lado direito, existe: o shopping center denominado Paço do Ouvidor, estabelecido em um prédio moderno e de muitos andares; e um sobrado antigo de três pavimentos que, no andar térreo, abriga a loja de roupas Mercatto. Nas outras quinas do cruzamento, existe: um prédio de três pavimentos que abriga a loja Riachuelo; e um prédio moderno, de vários pavimentos e que abriga, no andar térreo, uma agência do banco Bradesco.

5 No reino encantado de Pedro II

A frequência à Rua do Ouvidor aumentava e o cotidiano da família do Barão da Estância ficava ainda mais movimentado quando eventos importantes ganhavam espaço na agenda daquele político. As recepções no Paço de São Cristóvão e as solenidades de abertura e encerramento da Assembleia Nacional estão entre esses eventos.

Cumprindo uma espécie de ritual, comum entre os membros da elite política do Império, o deputado sergipano, acompanhado de sua esposa e filhas, era recebido pelo imperador D. Pedro II e pela imperatriz Teresa Cristina no Paço de São Cristóvão, residência da família imperial brasileira.

As recepções na morada do augusto casal foram descritas com detalhes por Aurélia, desde os preparativos até os rigores do cerimonial que aturdiam a acanhada jovem. Nesse sentido, registrou:

Agora [meu pai] quiz nos levar ao Paço, beijar a mão do Imperador e Imperatriz, minha mãe mandou fazer uns vestidos bonitos e no dia veio um carro com cavallos de luxo e fômos. As 3 eram acanhadas e preferiam não ir, mas fazia se a vontade. Chegamos, fallamos com o Imperador e depois fomos conduzidos ao salão da Imperatriz, demoro se um pouco conversando e depois voltamos satisfeitas, repetindo a mesma scena de beija mãos.⁴⁷⁶

A leitura integral do texto de memórias de Aurélia leva-nos a concluir que as recepções oferecidas pela família imperial ocorriam, grosso modo, no Paço de São Cristóvão e não do Paço da Cidade⁴⁷⁷. Da mesma forma, esclarece que a família do Barão da Estância

⁴⁷⁶ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 44-45 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 70-71.

⁴⁷⁷ Localizado na Praça 15 de Novembro (antiga Praça D. Pedro II), no centro do Rio de Janeiro, o monumento tem feições coloniais, mas preserva marcas e formas de vários momentos históricos. Tombado em 1938, desde 1985 abriga o Centro Cultural Paço Imperial, que é vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Ministério da Cultura. Para além do seu valor arquitetônico, o Paço é um “lugar de memória” dos mais relevantes para a História do Brasil. Basta mencionar que ele foi palco de eventos como: o Dia do Fico, em 09 de janeiro de 1822; a aclamação dos imperadores D. Pedro I, em 12 de outubro de 1822, e D. Pedro II, em 09 de abril de 1831; e a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Na ocasião da nossa última visita, o prédio estava passando por obras de restauração e, por isso, não tivemos acesso às exposições permanentes. Contudo, a biblioteca, as lojas e os restaurantes do Paço permaneciam abertos ao público.

comparecia a essas recepções no início e ao final do ano legislativo, após chegarem ao Rio e pouco antes de retornarem a Sergipe.

Estudando “as residências de D. Pedro II”, Schwarcz concluiu que:

[...] O Paço da Cidade continuou sendo a sede oficial da corte, local de despachos, de recepções oficiais, dos acontecimentos solenes, sempre de acordo com rígido protocolo. Dali saía o soberano para os atos públicos a que tivesse de comparecer: a instalação do Parlamento, as revistas de tropas, as inaugurações pomposas. Os momentos em que a monarquia se mostrava com todos os seus símbolos de poder e prestígio tinham como cenário inevitável o Paço da Cidade.⁴⁷⁸

Contudo, baseada em documentos preservados na Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, Schwarcz concluiu que, aos poucos, D. Pedro II transferiu para o Paço de São Cristóvão muitas das atividades que antes aconteciam no Paço da Cidade.

Em 1º de janeiro de 1857, um impresso divulgava as tabelas dos dias de grande gala em que o imperador receberia apenas para cumprimentos e não mais na cidade, mas na Quinta da Boa Vista. Ainda assim as pessoas deveriam trajar-se de acordo com as normas estabelecidas em 1840 e apresentar-se das cinco às sete da tarde. No ano de 1864, das 35 cerimônias previstas, 24 deveriam acontecer na Boa Vista, nove no Paço da Cidade e duas no Convento da Ajuda.⁴⁷⁹

Dessa forma, os membros da elite política que privavam da intimidade da família imperial passaram a fazê-lo na Quinta da Boa Vista, onde nasceu e cresceu D. Pedro II. Essa tese ganhou reforço quando Schwarcz, perscrutando as *Reminiscencias do palacio de São Christovam*, de Escragnolle Dória⁴⁸⁰, afirmou: “[...] d. Pedro II transportou para o Paço da Boa Vista muitos de seus afazeres de monarca, atraindo para lá setores selecionadas da vida política e social do país [...]. Praticava, pois, o seu ofício tanto no reduto público oficial – o Paço da Cidade – como nos salões de sua própria casa”.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 211.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 212.

⁴⁸⁰ DÓRIA. Escragnolle. *Reminiscencias do palacio de São Christovam*. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 98, vol. 152, p. 99-103, 1925.

⁴⁸¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 217.

Não há indícios da presença da preceptora acompanhando a família do Barão da Estância nos “dias de grande gala”. Ao que tudo indica, sua participação esteve restrita aos preparativos que contribuiriam para que dona Lourença, Aurélia e Anna se portassem com elegância e desenvoltura no mais cobiçado salão da Corte. Segundo Silva, “participar da vida da corte era o máximo a que podiam aspirar os grandes proprietários rurais e os grandes negociantes urbanos. Pisavam eles o degrau mais alto da escada social [...]”.⁴⁸²

A argúcia de Maria Ângela D’Incao a fez perceber que, na sociedade brasileira do século XIX, “os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio”. Os chefes de “boas famílias”, intuitivamente ou não, faziam uso do capital simbólico reservado nas mulheres a ele ligadas.

Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.⁴⁸³

Como já havíamos assinalado, Marie Lassius conduziu a senhora e as senhazinhas sergipanas ao universo da moda francesa e as preparou para tomar parte na “boa sociedade” cortesã, dando-lhes aulas de etiqueta, “conversação para damas”, língua estrangeira e música, contribuindo decisivamente para que superassem o acanhamento provinciano declarado por Aurélia em suas memórias.

Mas, apesar do confortante apoio da preceptora, a ansiedade que acometia a família do Barão da Estância às vésperas das recepções na Quinta da Boa Vista apenas começava a se dissipar quando a carruagem deixava para trás o burburinho do centro do Rio e alcançava a estrada rumo a São Cristóvão.

Certamente, a exuberância da natureza e a sucessão de paisagens tão distintas daquelas com as quais estavam familiarizadas na zona açucareira sergipana prendiam a atenção de Aurélia, sua mãe Lourença e sua irmã Anna. Ao avistarem o Paço de São Cristóvão, deslumbravam-se com um cenário que as conduzia às estórias de príncipes e

⁴⁸² SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 59 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴⁸³ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (organizadora). **História das mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004. p. 229-230.

princesas, reis e rainhas, contadas e recontadas pelo amoroso pai em noites de lua no engenho Escurial.

Segundo Schwarcz, “na década de [18]70, um belo e organizado parque substituiu a variedade de mata selvagem que brotava naturalmente e crescia por todos os lados” na Quinta da Boa Vista. Anteriormente, o acesso aos portões do palácio dava-se por um caminho irregular e estreito. Mas, à época da primeira visita de Aurélia, “uma alameda imponente de frondosas sapucaias rigorosamente alinhadas conduzia o visitante rumo ao imperador”.⁴⁸⁴

Vestidas à francesa, deixavam-se guiar pelo patriarca, que aproveitava a ocasião para exhibir suas comendas das imperiais ordens de Cristo e da Rosa. A monumentalidade do palácio e a beleza dos jardins projetados pelo afamado paisagista francês Auguste François Marie Glaziou e pelo major Gomes Archer prendiam a atenção do grupo que se dirigia à porta principal.⁴⁸⁵

É bem verdade que o cenário que, aos olhos da menina sergipana parecia tão encantador, gerou outras impressões e outros visitantes. A preceptora Ina von Binzer, por exemplo, achou tudo em São Cristóvão desprezível, desde o palácio ao seu entorno, levando-a a anotar:

⁴⁸⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 218.

⁴⁸⁵ Seguindo as pegadas da família do Barão da Estância, estivemos na Quinta da Boa Vista em 16 de março de 2012. A chuva fina que caía naquela tarde impediu-nos de explorar melhor a beleza do local, que conta atualmente com uma área de aproximadamente 600 mil metros quadrados. Apressadamente, avistamos a entrada do Jardim Zoológico e passamos pelo mirante e pelo lago. Enfim, chegamos ao vistoso palácio que hoje abriga o Museu Nacional, entidade vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O antigo anfitrião estava ali representado por uma estátua em bronze, fixada sobre uma base de aproximadamente três metros no centro do largo que antecede as escadarias de acesso aos jardins do museu. Atentos a epigrafia do monumento, observamos que a estátua foi uma “homenagem dos amigos e admiradores do senhor Dom Pedro II, o magnânimo, por ocasião do primeiro centenário natalício de Sua Magestade”. Mais adiante, constatamos que os visitantes do século XIX não mais reconheceriam os maltratados jardins do palácio. O legado de Glaziou parece dar os últimos suspiros e faz lembrar os arredores de uma casa abandonada. No centro desse jardim, de costas para o palácio, está outro monumento em bronze, representando, desta vez, a imperatriz D. Leopoldina, acompanhada dos filhos Maria da Glória (Maria II de Portugal) e Pedro (D. Pedro II do Brasil). Evidentemente, o que nos levou a Quinta da Boa Vista não foi o acervo do Museu Nacional, um museu de ciência, voltado, sobretudo, para os campos da Zoologia, Arqueologia, Etnologia, Geologia, Paleontologia e Antropologia Biológica. Naquela ocasião, importava-nos bem mais o invólucro que o conteúdo da instituição. A monumentalidade do prédio-sede do museu, tombado pelo governo federal desde 1938, prende a atenção dos visitantes. Contudo, mesmo os mais desatentos concluirão que aquele bem carece de cuidados especiais. Observamos e fotografamos dezenas de infiltrações, gradis enferrujados, janelas com madeira apodrecida, paredes com reboco arruinado...

O grande palácio imperial de S. Cristóvão, bairro do Rio, é um casarão imenso, sem nenhum interesse, apesar dos seus salões interiores, que, segundo dizem, são suntuosamente decorados. Mas a situação da casa é muito feia. Se eu fosse imperador do Brasil, mandaria construir para mim uma vila encantadora em Botafogo, pitoresco bairro do Rio, do lado oposto e abandonaria S. Cristóvão e sua vizinhança de matadouros e de milhares de urubus.⁴⁸⁶

Na exposição permanente do Museu Nacional (antigo Paço de São Cristóvão), há um tímido módulo intitulado *Redescobrimos a casa do imperador*. Nele é possível colher dados esclarecedores, como, por exemplo, o de que:

O Museu Nacional dispõe de uma área útil de 13.616, 79 m², distribuída pelos seus três pavimentos, contendo um total de 122 salas, assim distribuídas: 63 salas no primeiro pavimento, 36 no segundo e 23 no terceiro. Após as reformas de adaptação do palácio ocorridas em 1910, muitas salas foram modificadas. Esse processo de transformação ocorre até os dias de hoje e infelizmente não se tem atualmente uma perspectiva detalhada do uso de todos os ambientes deste edifício à época do Império.⁴⁸⁷

O módulo informa, ainda, que a moradia do imperador era dividida em três pavimentos: “o primeiro era destinado a serviços gerais e primeiras recepções; o segundo era um pavimento mais ornamentado, que tinha como função receber os visitantes; e o terceiro era constituído de dormitórios e demais áreas da família”.

O cruzamento dos dados constantes no texto de memórias de Aurélia com aqueles coletados na exposição do Museu Nacional indiciam os espaços percorridos pela família do Barão da Estância no Paço de São Cristóvão. É bem provável que toda a movimentação ocorresse no segundo pavimento, local que hoje abriga a maior parte das exposições do museu e que, em fins da década de 1870, abrigava a *Sala do Trono* e *Ante-Sala da Imperatriz*, dentre outras.

Antes de ser recebida pelo imperador, a família sergipana encontrava na Sala do Corpo Diplomático (espécie de grande salão de espera) o cenário adequado para ostentar os “ornamentos” que a distinguiam de uma família de súditos comuns. Naquele espaço de

⁴⁸⁶ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 61 (carta escrita do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1882).

⁴⁸⁷ O módulo *Redescobrimos a casa do imperador*, da exposição permanente do Museu Nacional da UFRJ, está baseado em: DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social). PPMS/UNIRIO.

sociabilidade, as famílias dos políticos se autoafirmavam enquanto membros de um estamento superior da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, usavam de todos os artifícios para se destacarem entre os seus pares.

Convidados à Sala do Trono, a maior parte dos visitantes insistia em reproduzir o ritual do beija-mão, que parecia desagradar o monarca. O diálogo com o anfitrião certamente era breve, considerando a demanda por sua atenção e a preocupação em não ignorar nenhum dos súditos presentes naquelas ocasiões.⁴⁸⁸

A Sala da Imperatriz, por sua vez, era frequentada principalmente pelas consortes e filhas dos políticos. Após beijarem a mão do imperador, muitos deles permaneciam na Sala do Corpo Diplomático, enquanto as damas eram levadas ao encontro da imperatriz.⁴⁸⁹

Schwarcz cotejou documentos que descrevem, materialmente, o interior do antigo Paço. Tais descrições oscilam entre o luxo e o decoro, o requinte e a simplicidade. Contudo, concluiu que parece ter havido um nítido esforço em preservar a memória de um palácio sóbrio e de um “imperador modesto e desligado dos confortos e riquezas materiais”. Mas, segundo a autora, “[...] é impossível negar a riqueza do mobiliário e dos objetos que se acumulavam dentro dele, relacionados pontualmente em inventários da Casa Imperial e nas listagens dos leilões do Paço de São Cristóvão, realizados após o banimento da família imperial”⁴⁹⁰. Aos espaços prediletos do monarca, como a biblioteca, o observatório do terraço, o museu (gabinete de curiosidades) e o herbário (gabinete de botânica), a maior parte dos visitantes, certamente, não tinha acesso.

Disfarçando certa impaciência, amenizada pela curiosidade do olhar que fitava as pinturas nas paredes, os vestidos, ornamentos e penteados das outras damas, Lourença, Aurélia e Anna esperavam que o Barão da Estância se despedisse dos demais líderes políticos. Cuidadosamente, acomodavam-se na carruagem e, após um percurso de quase duas horas e muitos sacolejos, chegavam à tranquila Botafogo, onde reencontravam a preceptora e a escravaria, sedentos de curiosidade e prontos para ouvir das sinhazinhas suas impressões sobre o palácio e o casal imperante.

⁴⁸⁸ A sala é hoje um espaço aproveitado, sobretudo, para as exposições temporárias do museu. Bem preservada, prende a nossa atenção pelas pinturas do artista italiano Mario Bragaldi (nas paredes e no teto), que reproduzem a ambiência do interior de um templo grego, em técnica *trompe l'oeil* (ilusão de alto relevo).

⁴⁸⁹ O referido espaço, hoje ocupado por parte do acervo de objetos ditos “pré-colombianos”, é pequeno, porém bem preservado e rico em detalhes (pinturas e apliques de madeira com motivos angelicais).

⁴⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 219.

Sob o olhar vigilante de dona Lourença, os luxuosos vestidos usados na Quinta da Boa Vista eram lavados, engomados e cuidadosamente guardados pelo escravo Joaquim. Em poucos dias, as mulheres do casarão de Botafogo estariam usando vestidos negros que haviam sido encomendados à modista na Rua do Ouvidor. Era a Semana Santa que se avizinhava.

Para as famílias católicas do Império do Brasil, aquele era um período de grandes celebrações. Entre o Domingo de Ramos e o Domingo de Páscoa, importantes eventos rememoravam a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

Valéria Mendonça de Macedo, em seu “calendário das festas religiosas do Rio de Janeiro do século XIX”, apresentou-nos um inventário baseado em documentos existentes no Museu Imperial, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Nele, o Domingo de Ramos, a Quarta-Feira Santa, a Quinta-Feira Santa, a Sexta-Feira da Paixão (quando se realizava a Procissão do Enterro), o Sábado de Aleluia (marcado pela Malhação do Judas) e o Domingo de Páscoa se destacam enquanto “festas oficiais” do Império.⁴⁹¹

Sobre esse assoberbado calendário católico, Aurélia anotou: “(...) fômos aos Actos da Semana Sancta, mto bonitos na Cathedral”⁴⁹². Trata-se de um registro revelador de práticas religiosas comuns às famílias católicas do Brasil oitocentista, quando “faziam-se promessas a troco de tudo e rezava-se muito. Na missa. Nas novenas. Nas procissões. Em casa”.⁴⁹³

O templo católico ao qual Aurélia se referiu é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que acumulava as funções de capela imperial e catedral, localizada à Rua Primeiro de Março e voltada para o Largo do Paço⁴⁹⁴. Segundo Joaquim Manoel de Macedo⁴⁹⁵, as tratativas para

⁴⁹¹ MACEDO, Valéria Mendonça de. Calendário das festas religiosas no Rio de Janeiro durante o século XIX. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 292.

⁴⁹² ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 47 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 72.

⁴⁹³ SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____. (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 68 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

⁴⁹⁴ No antigo largo, hoje é denominado de Praça 15 de Novembro, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo está na esquina com a Rua Sete de Setembro. Ela abrigou a Sé até a década de 1970, quando foi inaugurada a Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile. Eventos como as cerimônias de coroação e casamento dos dois imperadores do Brasil ornaram a coroa simbólica da antiga Sé. Além disso, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi o abrigo no qual a sede episcopal da diocese (atualmente, arquidiocese) do Rio de Janeiro mais se deteve, lá permanecendo por aproximadamente 180 anos.

⁴⁹⁵ Novamente, para interpretar os registros legados por Aurélia, elegemos Macedo como principal interlocutor. Há nessa escolha duas vantagens: o envolvente estilo narrativo do autor; e o valor documental

a criação do bispado do Rio de Janeiro avançaram no último quartel do século XVII. Naquele contexto,

[...] o príncipe regente [de Portugal] D. Pedro, a quem o Brasil deveu não poucos cuidados, conseguiu do papa Innocencio XI a bulla *Romani pontificis pastoralis sollicitudo*, de 16 de Novembro de 1676, determinando a elevação do bispado da Bahia a arcebispado, e das prelazias do Rio de Janeiro e Pernambuco a bispados.⁴⁹⁶

Entretanto, o templo referido nas memórias de Aurélia não foi a primeira morada do novo bispado. Macedo registrou os caminhos (e descaminhos) percorridos pela Sé até princípios da década de 1860, explicando que, antes de se estabelecer na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em 1808, ela encontrou abrigo nas igrejas de São Sebastião, no Morro do Castelo; de Santa Cruz dos Militares, na Rua Primeiro de Março; e de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na Rua Uruguaiana.

Tres mezes e alguns dias tinham apenas corrido [da sua chegada ao Rio], quando o príncipe regente [D. João], pelo alvará de 15 de Junho de 1808, elevou á primazia de capella real a igreja de Nossa Senhora do Carmo, e a creou parochia do seu real paço, ordenando outrosim que o cabido da cathedral fosse logo com a possivel brevidade transferido para ella [...]. Descansou enfim o cabido na capella real, que se tornára e é ainda hoje a cathedral do Rio de Janeiro.⁴⁹⁷

Ligado ao antigo Convento do Carmo e ao Paço Imperial através de passadiços, o centenário templo carmelita foi descrito em detalhes por Macedo. Vejamos:

[...] em primeiro lugar levanta-se a torre, cuja entrada [...] é precedida por um alpendre sustentado por columnas de pedra. A torre é quadrangular e terminada superiormente por uma aboboda pontaguda, em cujo cimo se observa um globo que serve de apoio ao symbolo da redempção: um gallo metallico que é atravessado pelo pé da cruz, gyra horisontalmente obedecendo á acção dos ventos, e indica a direção destes. Segue-se á torre uma capellinha dedicada ao Senhor dos Passos.

de suas crônicas, publicadas na segunda metade do século XIX. Os dois volumes da primeira edição de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* passaram a circular, respectivamente, em 1862 e 1863, publicados pela Typographia Imparcial de J. M. Nunes Garcia e pela Typographia de Candido Augusto de Mello, no Rio de Janeiro.

⁴⁹⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863. p. 238.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 312-313.

Tres portas dão entrada para o templo: sobre o pavimento desta levanta-se um outro com pilastras, entre as quais abrem-se tres janellas de peitoril: acima deste pavimento ainda um terceiro sobre o qual está montada a empena que remata em seu apice pela cruz, e lateralmente por vasos de pedra que corôão as pillastras externas. Entre as pillastras que sustentão a empena estavam as armas reas, como hoje estão as imperiaes.⁴⁹⁸

Imagem 7 – Largo do Paço e Rua Primeiro de Março, em fins de século XIX⁴⁹⁹



Na extrema esquerda, parte do antigo Convento do Carmo, seguido do passadiço sobre a Rua Sete de Setembro (ou do Cano), que o ligava a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (então Catedral do Rio de Janeiro). Logo após o passadiço, a torre, a capela do Senhor dos Passos e a Catedral, seguida da imponente Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

⁴⁹⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1862. p. 35.

⁴⁹⁹ FERREZ, Marc. **[Largo do Paço e Rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro]**. [ca. 1890]. 1 fotografia, p&b. Disponível em <<http://de1748a1901.blogspot.com.br/p/6-geracao-luciana.html>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

É provável que Aurélia, seus familiares e a preceptora alemã, mesmo a certa distância, tenham observado a representação de Nossa Senhora do Carmo na pintura do forro da capela-mor, além das 12 telas com pinturas a óleo que retratam os apóstolos. Nosso cicerone oitocentista registrou dados mais precisos sobre o interior e a iconografia daquela igreja.⁵⁰⁰

[...] tres altares de cada lado, e entre estes e o altar-mór duas capellinhas fronteiras: na da esquerda é onde se expõe o Santissimo Sacramento, e onde a familia real vinha ouvir missa, tendo para isso duas tribunas. No lado direito da capella-mór está a tribuna da familia imperial. O tecto da capella-mór da igreja dos carmelitas foi decorado por José de Oliveira, o mais antigo dos pintores fluminenses: a Virgem do Monte Carmello que nelle está representada, era uma obra de mestre; diz o Sr. Porto-Alegre, em uma memoria apresentada ao nosso Instituto Historico, o seguinte: “Na reforma do convento os mais habéis artistas da capital se escusarão de retocar aquella obra; mas os carmelitas descobrirão um caiador que a destruiu completamente; seu estado actual é uma restauração feita pelo Raymundo, que antes se escusára, mas que no tempo de el-rei fôra obrigado a fazê-la”.⁵⁰¹

Macedo também notou que “todos os quadros da capela”, inclusive os que representam os apóstolos, são de autoria do afamado José Leandro de Carvalho. Ressaltou, ainda, que:

Em 1817 o Sr. D. João VI mandou pintar de novo e dourar a capella real, obra que se executou com tanta presteza como feliz desempenho, e para a qual concorrêrão os melhores artistas que então possuía a capital, e notavelmente o nosso habilissimo José Leandro de Carvalho, pintor historico e o mais fiel retratista da época [...].⁵⁰²

⁵⁰⁰ Atualmente, as feições da antiga fachada não são as mesmas fitadas por Aurélia e Macedo. Intervenções significativas foram realizadas, sobretudo, no início do século XX, descaracterizando-a parcialmente. A nave única e as capelas do seu interior, contudo, foram bem preservadas e se constituem em um verdadeiro espetáculo rococó.

⁵⁰¹ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1862. p. 38.

⁵⁰² Ibid., p. 39.

A tradição da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no que diz respeito à excelência dos seus oradores e musicistas, também foi evocada pelo cronista. Segundo ele, desde os tempos joaninos, fizeram-se sentir “grandes e brilhantes inteligências” nos púlpitos e no coro daquela igreja. O legado desses “gênios” iluminou e deu fama ao templo que, em 1879, era frequentado pela família sergipana.

Nos púlpitos apparecêrão entre outros muito notavelmente S. Carlos, Sampaio, e Mont’Alverne, tres franciscanos, tres frades da ordem que professa a pobreza e que erão a immensa riqueza da nossa tribuna sagrada. No côro avultava não menos o padre José Mauricio Nunes Garcia, indisputavelmente um desses homens privilegiados em cujo espirito de Deos acende a flamma do genio.⁵⁰³

E arrematou: “Tratando de descrever, devo dizer o que vejo, e ao estudar a capella imperial, não me é possivel deixar de ver nos púlpitos e no coro os vultos venerandos desses homens illustres que são glorias nacionaes”.⁵⁰⁴

A descrição de Macedo chega aos pormenores observados nos documentos que perscrutou. Apresenta-nos, por exemplo, o quadro da corporação catedral e dos empregados da capela imperial nos idos da década de 1860⁵⁰⁵, registrando, inclusive os seus vencimentos.

Mas voltando ao texto de memórias de Aurélia, em suas entrelinhas é possível identificar um fato que, revestido de grande valor simbólico, distinguia a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. As celebrações da Semana Santa naquele templo contavam com a presença do imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina, além dos estratos mais elevados da sociedade cortesã. Na Quinta-Feira Santa, por exemplo, a “maratona” do augusto casal, que naquela noite percorria sete igrejas, iniciava-se na Capela Imperial, onde participavam da cerimônia do Lava-Pés.

Conhecido enquanto teórico da eugenia e do racismo, o diplomata francês Joseph Arthur de Gobineau, em carta encaminhada à esposa em 1869, registrou:

⁵⁰³ Ibid., p. 40-41.

⁵⁰⁴ Ibid., p. 45.

⁵⁰⁵ 6 monsenhores, 16 cônegos, 14 capelães, 2 mestres de cerimônias, 1 dito, 2 tesoureiros de sacristia, 3 organistas, 12 sacristães, 3 moços de maça.

Quando nos dirigíamos de uma igreja para outra, deparamos com o cortejo imperial. Nessa tarde, suas Majestades visitam sete igrejas; vão a pé, o Imperador de grande de gala, e a Imperatriz trajando de preto, com diamantes; segue-se a Corte, bem como os camaristas e os generais. Os alabardeiros, trajando em ouro, chapéus de gendarme, alabarda em punho e cigarro atrás da orelha, cercavam os soberanos⁵⁰⁶

Também Mello Moraes Filho, atento estudioso das “festas e tradições populares” do Brasil antigo, observou que, no Rio de Janeiro oitocentista, durante a Semana Santa os templos católicos “transbordavam de devotos que iam desobrigar-se”. Na Antiga Sé,

[...] o pontifical do bispo, o comparecimento do Imperador e dos seus ministros, do mundo official enfim, adquiriam mais deslumbramento ao faiscar das gemmas brilhantes sobre o reflexo negro dos velludos e sedas das ricas damas que, das tribunas e do interior das grades lateraes, aguardavam, piedosas e bellas, a[s] cerimônia[s].⁵⁰⁷

Dessa forma, em momentos aproximados, Macedo, Gobineau, Moraes Filho e Aurélia vivenciaram o período áureo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, espaço para o qual convergiam, durante as celebrações da Semana Santa, os estratos mais elevados da antiga elite política brasileira.⁵⁰⁸

Mas não poderíamos tratar da Semana Santa de 1879 e não registrar que a família do Barão da Estância subiu o Morro do Castelo. O que os levou, em plena Sexta-Feira da Paixão, ao local que era considerado o berço da antiga cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro? É a própria Aurélia quem nos dá a resposta: “Na 6ª feira Sancta meu pai quiz nos levar a Igreja do Morro do Castelo, depois do Acto ficamos esperando a Procissão do Senhor Morto”.⁵⁰⁹

⁵⁰⁶ RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**: documentação inédita. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. p. 60 (Ensaio, 87).

⁵⁰⁷ MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 257 [Desdobramento da obra: MORAES FILHO, Mello. **Festas populares do Brasil**. Tradicionalismos. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888. 174 p.].

⁵⁰⁸ Para além dos registros históricos e do monumento que (com alguns arranhões) vem sobrevivendo à incúria do tempo e dos homens, resta-nos um consolo. O espetáculo de som e luz intitulado “De tudo fica um pouco” conta a história do templo através de variados recursos áudios-visuais e encanta os visitantes que chegam a Antiga Sé, na Praça 15 de Novembro.

⁵⁰⁹ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927 e 1952]. p. 47 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 72.

O Morro do Castelo, que foi varrido da paisagem urbana carioca na década de 1920, existiu na área hoje denominada de Esplanada no Castelo, no centro do Rio de Janeiro⁵¹⁰. A principal via de acesso à região era Ladeira da Misericórdia⁵¹¹. Na verdade, a presença da Santa Casa de Misericórdia, no sopé do morro, foi determinante para a denominação da rua e da ladeira que, unidas por um largo, ligavam o Morro do Castelo à Praça D. Pedro II (atual Praça 15 de Novembro).

Fato digno de nota, o Castelo era a morada de um grupo de jovens sergipanos que estudavam na tradicional Faculdade de Medicina da Corte, entre eles Gonçalo de Faro Rollemberg, futuro esposo de Aurélia. A exemplo de muitos estudantes originários das províncias do Império, Gonçalo estava habituado a descer a Ladeira da Misericórdia e, em poucos minutos, chegar à vetusta faculdade, que estava abrigada na Santa Casa de Misericórdia.

Evidenciando a modéstia do que hoje chamaríamos de uma “república de estudantes”, a filha do Barão da Estância registrou:

[...] a casa q morava Gonçalinho e os companheiros era perto da Igreja, e a Procissão passou na porta, meu pai nos levou para assistir da calçada, mas elle nos vendo, vieram convidar para entrarmos, depois de mtos convites entrarmos, mas todos ficaram atrapalhados, pois não havia mobílias direito[...].⁵¹²

⁵¹⁰ A esplanada é cortada por importantes avenidas no centro do Rio, como a Presidente Antonio Carlos, Almirante Barroso, Graça Aranha, Presidente Wilson, Presidente Franklin Roosevelt, Churchill, Marechal Câmara, dentre outras. O “desmonte” do Morro do Castelo ocorreu em duas etapas: a primeira em 1905, na administração de Francisco Pereira Passos; e a segunda, entre 1920 e 1922, na administração de Carlos Sampaio. São os engenheiros-prefeitos que capitanearam as reformas que transformaram a paisagem urbana do Rio. O patrimônio arquitetônico do Morro do Castelo misturou-se ao entulho que serviu para aterrar áreas que, tomadas ao mar, prolongam-se da antiga região portuária (nas imediações do Museu Histórico Nacional) até o Aterro da Glória. Sobre o tema, consultar: ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; J. Zahar, 1997; NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia Melhen (Organizadores). **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000; KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001 (Memória Carioca, 2); dentre outras referências.

⁵¹¹ Continuação da Rua da Misericórdia, que, em seus trechos iniciais, corresponderia a Avenida Presidente Antônio Carlos.

⁵¹² ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 47-48 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 72.

Registre-se que, já no século XIX, o “arrasamento” do morro no qual viviam os estudantes sergipanos era um tema em voga. Em obra de 1862, Joaquim Manoel de Macedo assinalou que:

[...] o morro do Castello, firmado em sua immensa base, tem até hoje zombado de não sei quantos projectos e planos de arrasamento com que o ameação desde muitos annos; e apenas vai soffrendo excavações parciaes determinadas pela conveniencia de alguns particulares que se utilisão do seu barro, ou cedendo ao impeto das tempestades e das aguas, desmorona porções de sua terra com espanto e bem fundado susto dos habitantes da cidade.⁵¹³

Segundo o autor, o receio de novos e mais terríveis desmoronamentos, e o empenho de dar mais beleza à cidade e de libertá-la de uma colossal muralha “[...] que não a deixa ser francamente banhada pelos ventos do mar, tem feito com que por vezes se haja projectado e tratado de organizar empresas destinadas a demolir o morro do Castello”⁵¹⁴. Contudo,

A magnitude da empresa, a necessidade de estudos completos sobre a utilidade e condições da obra, e sobretudo a falta de dinheiro, tem impedido a demolição do morro historico. E até hoje não me consta que alguém se tenha posto em campo, defendendo o morro do Castello, senão o Sr. Warnhagen, que, na sua *Historia Geral do Brasil* mostrou-se armado de ponto em branco e de lança em riste, declarando e sustentando que a demolição do morro do Castello tornaria a cidade do Rio de Janeiro mais monotona e menos fresca do que se em suas encostas se plantassem arvores, destinando-as para passeio publico da cidade.⁵¹⁵

Ao mencionar a “Igreja do Morro do Castelo”, Aurélia se referia, certamente, a Igreja de São Sebastião. Trata-se da mais antiga Sé do Rio de Janeiro, criminosamente demolida em princípios da década de 1920, quando do “desmonte” do morro, durante as grandes reformas urbanísticas que marcaram a administração do prefeito Carlos Sampaio.⁵¹⁶

⁵¹³ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863. p. 228.

⁵¹⁴ Ibid., p. 233.

⁵¹⁵ Ibid., p. 233.

⁵¹⁶ No mesmo contexto, também foi ao chão a lendária igreja dos jesuítas, localizada no topo da Ladeira da Misericórdia. Contudo, nos idos de 1879, o antigo templo dos inacianos já havia sido destituído de sua função original e abrigava um hospital militar. Referindo-se aos usos dessa igreja e do colégio, Macedo enfatizou que as numerosas salas e os seus corredores, sucessivamente, “[...] têm ouvido orações e mysteriosos conselhos de jesuitas, gemidos de doentes e moribundos, lições de respeitaveis lentes e cantos e risadas de estudantes de medicina, e outra vez lamentos de enfermos e suspiros de agonisantes”. Ainda mais enfático, afirmou:

Tomando como referência a última grande reforma da qual se tem notícia, Macedo descreveu a Igreja de São Sebastião do Castelo antes e depois de 1861. Portanto, alguns anos antes da visita da família do Barão da Estância⁵¹⁷. Para o autor, um elemento que distinguia a Igreja de São Sebastião do Castelo era o fato de, desde 1583, ela abrigar a sepultura do capitão-mor Estácio de Sá, considerado o heroico fundador da cidade do Rio de Janeiro⁵¹⁸. Referindo-se aos cuidados dispensados pelos frades capuchinhos ao referido túmulo, Macedo concluiu que:

[...] a sepultura de Estacio de Sá é objeto dos mais sollicitos desvelos dos frades barbadinhos que se achão de posse da igreja de S. Sebastião do Castello, porque estes religiosos quererão provavelmente pagar, ao menos, com um tão louvável cuidado, as innocentes e civilisadoras conquistas que vão effectuando no morro onde se foram asylar.⁵¹⁹

A procissão a qual Aurélia se refere é, provavelmente, a Procissão do Enterro que partia da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Rua Primeiro de Março. Mello Moraes Filho, em *Festas e tradições populares do Brazil*, registrou suas memórias e descreveu com riqueza de detalhes a referida procissão, um concorrido espetáculo barroco que se arrastava pelas ruas do Rio oitocentista, na noite de Sexta-Feira da Paixão.⁵²⁰

Em suas *Antiquilhas e memorias do Rio de Janeiro*, publicadas postumamente, entre 1921 e 1924, na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, José Vieira Fazenda também registrou suas reminiscências sobre a Procissão do Enterro, assinalando que “além

“Que casa! depois de ter sido collegio dos padres da companhia, esteve a ponto de ser palacio, foi reduzido a hospital, passou a ser escola de medicina, e é de novo hospital e observatorio astronômico: foi theatro de travessuras de padres, escapou de sê-lo de travessuras de governos, e o foi de traquinadas de estudantes, e o será ás vezes de soldados; que casa! se suas paredes podessem falar!” (MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863. p. 226).

⁵¹⁷ No Apêndice A, ao final deste trabalho, transcrevemos a referida descrição do templo.

⁵¹⁸ Segundo Macedo, antes de 1583, a sepultura de Estácio de Sá encontrava-se no primeiro templo dedicado a São Sebastião no Rio de Janeiro, uma capela localizada na chamada Vila Velha, na várzea entre o Pão de Açúcar e o Morro Cara de Cão (atual Praia Vermelha).

⁵¹⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863. p. 212.

⁵²⁰ Transcrevemos, no Apêndice B deste trabalho, o referido texto de Mello Moraes Filho, descrição que converge para a ideia de que as procissões eram “momentos de confraternização entre os extremos sociaes” e que contribuíram para marcar o “prestígio da rua” no nosso sistema de relações sociais [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcho rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 16-17 (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª – Brasileira, volume 64)].

da procissão do Carmo, a qual era a cerimonia mais importante da Semana Sancta do Rio de Janeiro, o enterro do Senhor era celebrado em muitas capellas e egrejas, limitando o gyro ao interior dos templos e às ruas circunvizinhas”⁵²¹. Contudo, as fontes consultadas não indiciam essa prática em templos existentes no Morro do Castelo. Daí a hipótese de que a procissão mencionada por Aurélia era aquela que partia da Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

No mais, a leitura das memórias de Mello Moraes Filho e José Vieira Fazenda nos ajuda a compreender o cotidiano de uma família católica durante a Semana Santa, no Rio de Janeiro de outrora. Segundo Moraes Filho,

O que se passava na Quinta e na Sexta-feira Santa no seio das familias era de uma simplicidade primitiva e tocante. “Porque o Nosso Senhor estava doente”, a casa não se varria, os escravos não trabalhavam, os meninos não faziam bulha. Não se cantava, não se dansava, não se tocava. As correcções corporaes eram abolidas: fallava-se baixinho, jejuava-se, rezava-se...⁵²²

Referindo-se à Sexta-Feira Santa, Vieira Fazenda registra:

Em geral, era um dia triste: cessados o trafego commercial e o transito de vehiculos, pois o proprio bispo vinha a pé da Conceição, e o imperador permanecia do Paço da cidade desde a Quarta-feira de trevas, o Rio de Janeiro apresentava face *sui generis*: os navios, vergas em funeral, bandeiras a meio-páo, a tropa com as boccas das espingardas inclinadas para o chão, os moleques sem poderem assoviar, e as proprias crianças prohibidas de chorar ou brincar, porque “Nosso Senhor estava doente”. Respirava-se, até de tarde, uma atmospherá saturada dos aromas dos quitutes de peixe, bacalhau, camarões, mulato velho, palmito e sardinhas, desprendidos das cozinhas das casas ricas e da dos proletarios. Comer carne, em Sexta-feira sancta, só era permittido aos convalescentes, e os açougueiros somnolentos descansavam nesse dia, para elles, de férias.⁵²³

Para além dos atos da Semana Santa na Sé e das recepções na Quinta da Boa Vista, a família do Barão da Estância reverenciou o imperador D. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina em um tradicional evento político do Império: a Abertura da Assembleia Nacional,

⁵²¹ FAZENDA, José Vieira. Procissão do Enterro. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, vol. 140, p. 190, 1919 (1921).

⁵²² MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brazil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 256.

⁵²³ FAZENDA, José Vieira. Procissão do Enterro. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, vol. 140, p. 186, 1919 (1921).

cerimônia realizada anualmente e que reunia a elite política brasileira, notadamente deputados gerais, senadores e ministros.

Nesse sentido, o dia 3 de maio de 1879 ficou guardado nas memórias de Aurélia e, décadas depois, ela registrou:

[...] meu pai quiz nos levar [para a abertura das Camaras]; minha mãe mandou fazer novos vestidos [...]. Meu pai mandou buscar um carro bonito, ficamos admirados do cortejo do Imperador e Imperatriz, tantos guardas, tanto luxo. Subimos para as tribunas [...]. Depois passou a Imperatriz com suas damas de honra para a tribuna Imperial. Meu pai com sua casaca nova e suas commendas. Depois de tudo terminado voltamos”.⁵²⁴

O evento descrito pela memorialista representava uma das mais importantes estratégias de legitimação da monarquia no imaginário social brasileiro. Aquela era, por exemplo, a aparição pública na qual o imperador, em trajes majestáticos, aparecia portando coroa, cetro e espada. Através dela buscava-se reafirmar, com pompa e circunstância, a ordem política vigente e reforçar os laços entre a realeza e as elites políticas.⁵²⁵

O Museu Imperial, em Petrópolis, preserva obras emblemáticas da iconografia brasileira sobre o Império. Uma delas é popularmente conhecida como *Fala do Trono* e retrata D. Pedro II, secundado por membros da elite política e da realeza, na abertura da Assembleia Nacional, em 3 de maio de 1872. Os discursos registrados no texto de memórias de Aurélia e no mencionado óleo sobre tela de Pedro Américo são convergentes e reveladores do que Lilia Schwarcz denominou de invenção da monarquia nos trópicos.

⁵²⁴ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 45-47 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 71-72.

⁵²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 293.

Imagem 8 – Sala do Senado, no Museu Imperial, em Petrópolis⁵²⁶



Em destaque, o óleo sobre tela de Pedro Américo que retrata a Abertura da Assembleia Nacional, em 1872

O Paço da Câmara dos Deputados, onde a cerimônia de Abertura da Assembleia Nacional ocorria, era popularmente conhecido como Cadeia Velha e estava localizado à Rua da Misericórdia, entre o Paço Imperial e a Igreja de São José⁵²⁷. Considerando os usos da “Cadeia Velha”, Vieira Fazenda registrou a trajetória do prédio que, à época da visita de Aurélia, era a sede da Câmara dos Deputados. Segundo ele:

⁵²⁶ Disponível em <<http://vejabrasil.abril.com.br/galeria/rio-de-janeiro/petropolis/index.php#img/21.jpg>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

⁵²⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1862. p. 14. Poderíamos concluir que o Paço da Câmara seria o atual Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. Mas, entre os prédios-sede dessas duas casas legislativas só há em comum a localização. Na verdade, o prédio que abrigava o Paço da Câmara dos Deputados e que, popularmente, era conhecido como Cadeia Velha foi demolido em 1922, no bojo das comemorações do centenário da Independência do Brasil. Em seu lugar foi erguido o monumental Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926 e passando à sede do Congresso Nacional Brasileiro. Esse e outros dados podem ser colhidos na exposição permanente intitulada *Palácio Tiradentes: Lugar de Memória do Parlamento Brasileiro*, aberta ao público que visita a ALERJ.

Grande foi o susto soffrido pelo principe regente [D. João] quando na Bahia soube que se *preparava* tambem a Cadeia para receber aqui a Familia Real. É que o feio, pesado e pouco esthetico casarão da rua da Misericordia, onde estava a prisão publica, tinha sido destinado a hospedar a criadagem do Paço, ligando-se para esse fim por ordem do conde dos Arcos ao palacio dos vice-reis, por um passadiço, que destruido em 1822 [...].

Além dos *toma largura* a casa da Cadeia hospedou em tempos anteriores o Senado da Camara [Municipal], a Relação e, em annos mais recentes o Correio, a Typographia Nacional, a Caixa Economica, o Monte do Socorro e a Inspectoria de Hygiene, no intervallo em que os deputados fizeram depois de proclamada a Republica, suas sessões no palacio de São Christovam. De novo voltaram os augustos representantes para a sua antiga casa, a qual ufana poderia dizer *de deputados fui, de deputados sou* [...].⁵²⁸

Referindo-se aos trabalhos da primeira Assembleia Legislativa do Brasil no “velho casarão da Cadeia”, Vieira Fazendo assinalou que:

[...] o antigo edificio soffrera grandes modificações internas e externas, no intuito de torna-lo apto para tão importante mistér: foi demolido o passadiço que o ligava ao palacio; rasgaram-se janellas, construíram-se nova escadaria, tribunas, galerias e grande salão [...]. Em poucos mezes estava tudo concluido; de sorte que, celebradas as sessões preparatorias, se effectuou a sessão imperial como estava marcada, em 3 de maio de 1823.⁵²⁹

⁵²⁸ FAZENDA, José Vieira. A Cadeia Velha. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, vol. 140, p. 38, 1919 (1921). Baseado em documentos oficiais, informa que, desde 1672, a cadeia já havia descido o Morro do Castelo e se estabelecido na Rua da Misericórdia: “Com a leitura dos autos de correição dos antigos ouvidores, publicados no *interessante e utilissimo* Archivo Municipal, vi com grande satisfação que já em 1624 se tractava da mudança da Cadeia, do morro do Castelo para a varzea da cidade, que ella em 1636 ahi se construiu aos poucos, que se reforçaram com grades as janellas da banda do mar, se creou uma prisão para mulheres, se fez nova sala para sessões da Camara e tambem uma escada na frente em 1641. Essa *frente* foi sempre considerada o lado da rua da Misericordia, onde ainda se vê, transformada em janella, a porta por onde, seguido do carrasco, saiu para o patibulo o Tiradentes (Fazenda, 1919 [1921], p. 38-39).

⁵²⁹ _____. 3 de maio de 1823. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 88, vol. 142, p. 350, 1920.

Imagem 9 – Rua da Misericórdia em princípios da década de 1890⁵³⁰



De baixo para cima e à esquerda da Rua da Misericórdia: o Paço Imperial, o Paço da Câmara dos Deputados e a Igreja de São José

O cortejo e a cerimônia que tanto impressionaram Aurélia causavam efeitos similares em outros súditos, provincianos ou não, e até em estrangeiros habituados à pompa das cortes europeias. O ministro francês Joseph Arthur de Gobineau, dez anos antes da família do Barão da Estância e da preceptora Marie Lassius, assistiu ao “espetáculo” que, saindo do Paço de São Cristóvão, era ansiosamente aguardado pelo povo, que tomava as ruas pelas quais o cortejo passava, e pelos políticos e seus familiares, no Paço da Câmara. Entusiasmado com o que vira, Gobineau escreveu à esposa em maio de 1869, registrando:

[...] O corpo diplomático, num camarote ornado de veludo vermelho, com um tapete encantador, poltronas douradas e uma vista magnífica para a baía. Lá fora, a multidão. De repente, um esquadrão de cavalaria de linha, quatro carruagens de gala, puxadas por quatro cavalos e cheias de dignitários, não de “barbatanas e colarinho”, como dizia o excelente comandante Vignaud, mas de cordões, condecorações e bordados, e, a seguir, outra carruagem de gala com as damas de honra (minha amiga, dona Josefina da Fonseca, a poder de diamantes, estava ainda mais cor de chocolate com leite); depois, uma carruagem tirada a seis cavalos ajazados, carregados de bossas e de orlas de prata, – criados a pé, de verde e prata – um cocheiro soberbo sobre uma grande gualdrapa, de chapéu, lampeão com glandes bimbalhantes nas três quinas; a Imperatriz brilhante como um sol [...]. Eis que, de repente, levanta-se o pano; duas

⁵³⁰ GUTIERREZ, Juan. [Rua da Misericórdia]. [ca. 1890]. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/rioantigo/mh-g3a024.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

linhas de alabardeiros, escudeiros de verde e ouro, a cavalo; escudeiros a pé, oito cavalos de tiro montados à Daumont, sem prejuízo de um enorme cocheiro com um chapéu ainda mais à lampeão e borlas ainda mais bimbahantes do que para a Imperatriz, – os cavalos cobertos de enfeites de veludo vermelho sobrecarregados de ouro em saliências, cinzeladuras, figuras ao redor, em círculo, em curvas, e, na cabeça dos cavalos, penachos verdes e brancos de dois pés de altura, e tudo isto puxando o carro mais maravilhoso que já se viu, desde Luís XIV, porque é dessa época, admiravelmente pintado com o docel de veludo vermelho; é o que realmente há de mais belo e, lá dentro, o Imperador exclusivamente em trajes do século XVI, de cetim branco, colar, com a coroa Imperial sobre a cabeça, um grande manto de veludo violeta semeado de estrelas de ouro e um grande cetro de ouro na mão, com grifo na extremidade. O Imperador é, alto, tem a barba toda; estava muito belo. Aí está o que eu vi”.⁵³¹

Evidentemente, é preciso empregar a devida crítica ao escrito de Gobineau, considerando os exageros que, certamente, serviram para estimular a imaginação de sua esposa do outro lado do Atlântico.

Passada a cerimônia de Abertura da Assembleia Nacional, a família do Barão da Estância e a preceptora Marie Lassius seguiram explorando as principais opções de lazer do Rio oitocentista. A experiência na Academia Imperial de Belas Artes, por exemplo, causou grande inquietação aos visitantes sergipanos. Aurélia registrou em seu texto de memórias: “Corremos todas as salas, mas não gostamos de uma de estatuas indecentes, meu pai arrependeu se [de] ter ido [...]”.⁵³²

É muitíssimo provável que as estátuas “indecentes” as quais Aurélia se referiu sejam as reproduções de obras clássicas da arte greco-romana que serviam de modelo para os aprendizes da Academia Imperial de Belas Artes. Eram dezenas de moldagens em gesso,

⁵³¹ RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**: documentação inédita. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. p. 122 (Ensaio, 87).

⁵³² ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 49 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 73. Ao percorrer todas as salas da Academia Imperial de Belas Artes em 1879, o grupo o fez no prédio à Travessa do Sacramento (atual Travessa das Belas Artes), também no centro do Rio de Janeiro [SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenação). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 205-247 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1)]. Daquela antiga sede, quase nada resta além do acervo preservado no monumental edifício da Avenida Rio Branco, onde está estabelecido o Museu Nacional de Belas Artes. Apenas o pórtico de feições clássicas, projetado pelo renomado arquiteto francês Grandjean de Montigny (1777-1816) e transferido para o Jardim Botânico (ao final da Aléia Barbosa Rodrigues) em 1938, sobreviveu à incúria dos homens. No mais, ao norte da Praça Tiradentes está a Imperatriz Leopoldina, uma ruela mal cheirosa e de calçadas quase intransitáveis, tomadas por mesas e cadeiras de bares, vendedores ambulantes etc. Ao final daquela rua, está a Travessa Belas Artes, local que abrigou a sede da Academia Imperial de Belas Artes e que hoje cedeu espaço a um grande estacionamento.

representando figuras da história e da mitologia greco-romana, em sua maioria nus ou seminus.⁵³³

Não é difícil imaginar o desconforto do grupo ao se deparar com aquelas obras. Nesse sentido, ao estudar a “honra e distinção das famílias” do Brasil oitocentista June E. Hahner concluiu que “os constrangimentos que, de fato, cercavam as mulheres da elite refletiam considerações da época a respeito da honra feminina (baseada em sinais de pureza sexual e recato), que permanecia estreitamente ligada à honra familiar [...]”⁵³⁴. No mais, a família do Barão da Estância era uma família católica praticante e, na ocasião, além dos pais, das duas filhas e da preceptora alemã, estavam presentes Gonçalo de Faro Rollemberg e José Corrêa Bittencourt, rapazes sergipanos que estudavam no Rio, fato que, certamente, concentrou o constrangimento.

É provável que a preceptora Marie Lassius, mulher de formação europeia e que exercia o seu ofício há décadas, não tenha estranhado ou repudiado as moldagens cuja exposição tanto incomodou ao Barão da Estância. Entretanto, não devemos considerar o registro de Aurélia como uma manifestação de provincianismo. O fato é que, na “boa sociedade” brasileira do século XIX, a educação feminina se caracteriza, dentre outras coisas, por ações que reprimiam a sexualidade. Só após o matrimônio, as jovens sinhás deveriam possuir vida sexual. Antes disso, elas deveriam ignorar toda e qualquer “prática libidinosa”.⁵³⁵

Entretanto, antes de baterem em retirada, é provável que os visitantes de 1879 tenham apreciado obras de artistas brasileiros de renome. Ali já estavam expostas, por exemplo: “Primeira Missa no Brasil” e “Batalha de Guararapes”, de Victor Meirelles de Lima; “Batalha do Avaí”, de Pedro Américo; dentre outras telas consagradas à história do Brasil.

Em 1882, a preceptora Ina von Binzer também visitou a Academia Imperial de Belas Artes. O testemunho dessa alemã é sugestivo e nos dá uma ideia clara de como europeia instruída reagiria diante da exposição causadora de tanto desconforto no íntimo da família do Barão da Estância.

⁵³³ Essas moldagens em gesso estão expostas nas galerias *Moldagens I* e *Moldagens II*, no primeiro andar do prédio do Museu Nacional de Belas Artes.

⁵³⁴ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 46.

⁵³⁵ DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005; _____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

A Academia de Arte possui uma galeria de quadros e estátuas; quanto a estas últimas, acham-se ainda em cueiros; mas há quadros muito interessantes, de artistas nacionais, que me agradaram muito por suas côres vivas e sua composição. Junto uma fotografia de um dêles, representando a primeira missa no Brasil, lastimando não ter podido obter outras, especialmente a de um quadro colossal, de Meirelles, sôbre uma batalha.⁵³⁶

Como já havíamos observado, indícios no seu texto de memórias sugerem que, entre as opções de lazer no Rio, Aurélia tinha predileção pelos passeios vespertinos na Praia de Botafogo e pelas andanças (e compras) na Rua do Ouvidor.

Sem muito entusiasmo, a viúva do senador Rollemberg registrou “outros passeios”, feitos sempre na companhia dos pais e da preceptora alemã. Visitas ao Jardim Botânico⁵³⁷, ao Jardim Zoológico e à Floresta da Tijuca⁵³⁸, por exemplo, são mencionadas.⁵³⁹

Mas, parafraseando a própria Aurélia, sua experiência na capital do Império não foi um mar de “rosas sem espinhos”. Alguns momentos de tristeza foram vivenciados e guardados na memória daquela menina/mulher. O encantamento com a vida cortesã dividia espaço com a saudade da vida simples na Província de Sergipe. O burburinho da Rua do Ouvidor não silenciou em sua mente os murmúrios do Riacho Pitanga, que corria próximo a casa-grande do Escurial.

Ao registrar suas reminiscências, Aurélia enfatizou o apego que tinha ao engenho onde nasceu e cresceu cercada de carinhos e cuidados. “Ao sahir do Escurial tive mtas saudades e chorei muito”, anotou⁵⁴⁰. “Não me esquecia da minha casa tão boa do Escurial e tinha muitas saudades”, destaca mais adiante, referindo-se aos momentos iniciais de sua estada no Rio. Contudo, o mês de junho de 1879 foi o mais sofrido para ela.

⁵³⁶ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 62 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1882).

⁵³⁷ Ina von Binzer, assim como Marie Lassius e a família do Barão da Estância, visitou o Jardim Botânico. Suas expectativas, contudo, parecem não ter sido atingidas. Vejamos: “[...] grandiosamente traçado, no extremo da cidade e “last but not least” ao famoso Jardim Botânico com sua célebre avenida de palmeiras [...], [que] para os estrangeiros é sempre uma alameda notável e interessante; mas não posso achar assim tão lindos êsses caules compridos e nus dessa famosa e tão pouco sombreada avenida” [BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 62 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1882).

⁵³⁸ Acreditamos que estivesse se referindo ao mirante conhecido como Vista Chinesa, no Alto da Boa Vista.

⁵³⁹ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 48 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 72.

⁵⁴⁰ Ibid., p. 29 ou p. 63.

Apartada de sua “doce província”, Aurélia viu passar, quase em brancas nuvens, dois eventos que sempre ganharam relevo no calendário familiar: o seu aniversário e as comemorações da véspera de São João.

Sobre o dia 16 de junho de 1879, ela registrou: “(...) completei 16 anos, que idade bonita, recebi abraços e presentes de meu pai, minha mãe e [minha irmã] Annita. Não tivemos hospedes para jantar, foi dia de semana. Não houve convites”⁵⁴¹. De certa forma, a memorialista parece ressentir-se e, ao mesmo tempo, justificar a ausência de Gonçalo, o estudante sergipano que, assiduamente, frequentava o casarão de Botafogo e pelo qual ela nutria um carinho especial.

A véspera de São João, festejada em todo o Império, foi outro momento de tristeza para Aurélia naquele ano. A pequena festa organizada por seus pais e a presença de convidados, entre eles o querido Gonçalinho, não foram suficientes para abafar a saudade que a menina sentia de Sergipe e, principalmente, do Escurial. Rememorando o seu desconsolo, ela registrou:

No dia 23, vespera de S João, tive saudades da minha casa no Escurial. Meu pai comprou uns fogos de salão, minha mãe mandou comprar milhoes verdes, fez cangica, manauê, doces da confeitaria [...]. Jantamos e fômos para a sala de visitas, toquei piano e tbem Annita [tocou]; fômos soltar os fogos, sortes etc. Que S. João tão differente da fazenda.⁵⁴²

Nesses momentos de angustia, a preceptora estava sempre a consolar sua pupila e, em um português com sotaque alemão, dedicava-lhe palavras confortantes. Marie Lassius, a quem Aurélia e Anna chamavam de vovó, tornara-se uma confidente e conselheira muito requisitada pelas meninas. Além disso, a educadora tomava parte nos principais eventos familiares, a exemplo daquela festa de São João. Mas, ao contrário de Aurélia, ela esteve muito entusiasmada com tudo: deliciou-se com os pratos típicos do período, que já não eram mais estranhos ao seu paladar germânico; acompanhou com atenção e habitual seriedade o bom desempenho de suas alunas ao piano; e, com zelo quase materno, observou as sinhazinhas soltarem fogos de salão.⁵⁴³

⁵⁴¹ Ibid., p. 51 ou p. 74.

⁵⁴² Ibid., p. 52 ou p. 74.

⁵⁴³ Aclimatada aos trópicos, Marie Lassius já não estranhava mais as peculiaridades dos festejos juninos no Brasil. A preceptora Ina von Binzer, por sua vez, teria uma percepção bastante diversa da sua. Escrevendo em 25 de junho de 1882, sobre os festejos em São Paulo e no Rio de Janeiro, ela foi enfática: “O Santo [Batista] já

O quadro junino pintado por Aurélia ganha novos contornos quando dialogamos com as memórias de Mello Moraes Filho. Segundo ele, no Rio de Janeiro do século XIX, “[...] viam-se nas ruas pretos de ganho com cestos carregados de foguetes e fogos de todo genero, de cannas e batatas doces, de carás e milhos verdes, de gallinhas, ovos e perús; de tudo, emfim, que dizia respeito á folia da noite e aos lautos jantares e ceias que então se davam”⁵⁴⁴. Na véspera de São João, mesmo as ruas da aristocrática Botafogo eram percorridas por essas figuras pitorescas, atentas às demandas das aquinhoadas famílias que ali residiam.

O fato de dona Lourença, mãe de Aurélia, tomar parte na feitura dos manjares juninos representava uma tradição, mesmo entre as senhoras da “boa sociedade”. Mello de Moraes Filho explica que, naquela ocasião “[...] as donas de casa atropellavam as escravas, arrumando as provisões, ralando o milho verde e o côco para a canjica, fazendo os deliciosos bolos de S. João”.⁵⁴⁵

Percebendo o empenho dos pais, Aurélia tentava disfarçar a saudade que sentia das festas de São João no Escurial. Infelizmente, ela não se preocupou em descrever as noites consagradas ao santo Batista nos engenhos de sua província. Mas, guardadas as devidas

apareceu há alguns dias, pois tôdas as noites queimavam-se fogos e mesmo à claridade do sol, estouravam os foguetes./[...] No Rio de Janeiro, em lindas noites, éramos obrigadas a fugir do jardim para dentro de casa, porque a vizinhança brincava com fogos, pouco se importando o pirotécnico brasileiro em saber a direção em que solta seus foguetes nem em que cabeças irão cair as fagulhas de suas bombas, contato que chispem, crepitem e estourem./Na penúltima e última noite não consegui fechar os olhos: tôdas as ruas, todos os pátios, todos os jardins da circunvizinhança crepitavam, estouravam, explodiam, estalavam e silvavam em tais proporções e com tamanha insistência, que estou certa de conhecer agora a sensação exata que domina uma pessoa quando ela se encontra em meio de um cerrado tiroteio/A cidade inteira está cheirando a pólvora e meu dormitório, que é de novo uma alcova sem ventilação direta, acha-se tão impregnado de fumaça que durante muitas noites ainda, S. João não correrá o risco de ser esquecido por mim/Ontem era realmente um perigo sair-se à rua./Êsse esporte começou logo de manhã cedo e não é preciso dizer que os estudantes foram os mais temíveis; êles sentem um especial prazer em aparentar um ar inofensivo quando vão passando, mas de repente, ao cruzar com qualquer pessoa, principalmente se é um estrangeiro fàcilmente reconhecível, atiram-lhe uma dúzia de buscapés, ou queimam-lhe junto ao nariz bastões com chuvas de estrelinhas./A cena observada a sangue frio apresentava um aspecto infinitamente cômico: tôdas aquelas beldades, com vestidos de diversas côres, cobertas de jóias de ouro e empunhando os canudos fumarentos, com o rosto virado e os olhos apertados... divertiam-se na fumarada dos fogos; os meninos, excitados e barulhentos, com a cabeça quente, pulando na sala como loucos, atirando “crackers” pelas janelas uns após os outros sem que ninguém os percebesse senão pelo estrondo com que rebentavam no calçamento de pedras do pátio; juntando-se ao mais, a imperturbável seriedade do dono da casa, distribuindo os fogos, tudo dentro de uma espessa e irrespirável atmosfera de pólvora – confesso, isso representava para mim um divertimento ainda desconhecido”. BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 89, 90 e 92 (carta escrita em São Paulo, em 25 de junho de 1882).

⁵⁴⁴ MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 102-103.

⁵⁴⁵ Ibid., p. 103.

peculiaridades regionais, as memórias de Mello Moraes Filho nos colocam diante de uma típica festa de véspera de São João, em uma fazenda do Brasil oitocentista. Vejamos:

Á porteira das fazendas e esclarecendo a entrada, as *cabeças de alcatrão* queimavam toda a noite. Os fazendeiros, de rodaque de brim e de chapéu do Chile, folgavam no terreiro, obsequiando os hóspedes, que atacavam fogos á discrição, que faziam guerra a busca-pés facheados na mão calçada de luva de couro, e cujas bombas eram lançadas aos arraiaes contrários.

A fazendeira, attenciosa e distincta, mandava servir aos convidados pires de cangica, manjar, roletes de canna assada e bolos de S. João.

As moças, na elegante varanda, suspendiam acima da fronte pistolas de lagrimas, craveiros de chuva de ouro, que illuminavam, com os seus projectis e faiscas, os tectos longinquos das senzalas vasias. Outras, agrupadas á mesa de jantar, deitavam dados, liam as quadrinhas da sorte, prorompiam em gargalhadas, ás predicções do destino [...].

É ocioso dizer que n'essas occasiões confraternisavam-se os coroneis e tenentes-coroneis do lugar, todas as forças dos partidos, desde o mais influente chefe eleitoral [...] até o mestre-escola [...].

E as fogueiras do terreiro vomitavam grossas labaredas; as machinas sumiam-se na noite ou desfaziam-se em gottas de fogo; e as girandolas, as bombas, as roqueiras estrugiam aos – Viva S. João! – cujos echos iam morrer na floresta.

Os negros despejavam nos brazeiros carros de milho e carás, verdes cannas e tenras espigas; e os moços e moleques, pulando as fogueiras, appareciam no alto d'aquella atmosphaera ignea, abrindo a boca e gritando:

– Acorda, João!...

Ao que muitos festejantes respondiam cantando [...].

N'essa noite [...], um pouco antes da meia noite, resvalava, aos clarões das fogueiras, o carro silencioso das superstições nacionaes.⁵⁴⁶

Até certo ponto, a descrição de Moraes Filho ainda representa o que, anualmente, ocorre em muitas propriedades rurais espalhadas pelo interior de Sergipe e do Brasil e, certamente, está bem próxima das experiências vividas por Aurélia no engenho Escurial.⁵⁴⁷

Findo o melancólico mês de junho, a rotina da família do Barão da Estância foi restaurada. Nos meses seguintes, o coração de Aurélia ganharia um novo ânimo. Avizinhava-

⁵⁴⁶ Ibid., p. 108-109.

⁵⁴⁷ Amâncio Cardoso, ao estudar os festejos juninos nas cidades sergipanas do século XIX, notadamente Aracaju e Maruim; e Mário Cabral, ao rememorar o São João aracajuano de princípios do século XX, deram demonstrações claras do desaparecimento de muitas das nossas tradições juninas. Para Cabral, resta aos mais velhos, com “olhos cheios de névoa, recordar, comovidamente, o São João do passado” [CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Livraria Regina, 1948 [fazendo uso da seguinte edição: CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3 ed. Aracaju: Banese, 2002]; CARDOSO, Amâncio. ‘Acorda, São João!’: festejos juninos em Sergipe no século XIX. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 23 jun. 2004, B-6 (Cidades)].

se o momento da volta a Sergipe. Logo as saudades do Escurial cederiam espaço às lembranças do Rio de Janeiro.

Antes da partida e sempre na companhia de preceptora alemã, muitas idas à Rua do Ouvidor. Dona Lourença, Aurélia e Anna, pensando nas festas de Natal e Ano Bom, movimentaram o ateliê da modista francesa com suas encomendas. Pacientemente, olhavam as sedutoras “vidraças” e seguiam escolhendo presentes para os parentes e os amigos próximos que os aguardavam saudosos.

A estada daquela família na Corte chegaria ao fim em setembro de 1879, logo após a cerimônia de Encerramento do Assembleia Nacional, no Paço da Câmara, e a tradicional visita de despedida ao imperador e à imperatriz, no Paço de São Cristóvão. Era o fim do ano legislativo e os deputados e senadores já podiam regressar às suas províncias de origem.

Após um concorrido embarque, a família do Barão da Estância observou o vapor deixar para trás a Baía de Guanabara. Aurélia estava confusa. Sentia-se feliz por regressar a Sergipe e, ao mesmo tempo, estava triste. No Cais Pharoux, acenando para a família do Barão da Estância, permaneceram o estudante Gonçalo de Faro Rollemberg e a preceptora Marie Lassius, figuras que possuíam lugar cativo no coração da jovem.

Sobre o rapaz, Aurélia registrou: “Gonçalinho ficou triste e eu tbem senti qualquer cousa. Já nos gostavamos, porem sem dar demonstrações, ambos mto acanhados”⁵⁴⁸. Na companhia de outros colegas sergipanos, ele permaneceria no Rio até o final do ano letivo da Faculdade de Medicina, quando seria sua vez de tomar um vapor rumo ao norte.

Rememorando momentos de alegria e tristeza, Aurélia anotou em sua caderneta: “[...] pelo Natal, Gonçalinho veio nos visitar e, em Março, despedir se, para ir continuar os estudos”⁵⁴⁹. Essas visitas se repetiriam até fevereiro de 1883, quando, já formado e vivendo em Sergipe, Gonçalo chegou ao Escurial para pedir a filha do Barão da Estância em casamento. Daí por diante, a presença do jovem médico na casa dos Coelho e Mello se tornaria mais frequente.

Quanto à preceptora alemã, Aurélia jamais apagaria de sua memória a imagem da senhora que, emocionada, acenava para ela do Cais Pharoux. Aquela tarde de setembro de 1879 foi, realmente, uma despedida. Elas jamais voltariam a se encontrar.

⁵⁴⁸ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 54 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 75.

⁵⁴⁹ Ibid., p. 56 ou p. 76.

As vésperas do retorno da família do Barão da Estância, Marie Lassius recebera uma correspondência dando conta do passamento de um parente seu na Europa. Para além da má notícia, a carta também informava sobre uma providencial herança a qual a preceptora teria direito. Assim, com o apoio da amiga modista, Lassius decidiu encerrar sua missão junto à família sergipana, permanecer na Corte e tomar as providências necessárias para que pudesse receber a herança. Sobre essa decisão, Aurélia registrou: “Fiquei mto triste e saudosa, pois queria mto bem a ella. Ma mãi fez todas as compras, pagou caro a modista e deixou algum dinheiro [com] a Allemã para as despesas”.⁵⁵⁰

Tristes com a decisão, mas agradecidos pelos anos de dedicados à educação de suas filhas, o Barão da Estância e dona Lourença sabiam que Aurélia e Anna, sob a batuta de Marie Lassius, já haviam vencido a maior parte do percurso que as conduziria ao altar. Afinal, o investimento familiar na educação das meninas, como ocorria em outras casas aristocráticas, visava ornar as sinhazinhas com elementos apreciados e que despertariam o interesse dos “bons pretendentes”⁵⁵¹, possibilitando alianças consideradas adequadas e que preservassem “a posição financeira e social das famílias dos noivos”.⁵⁵²

⁵⁵⁰ Ibid., p. 54 ou p. 75.

⁵⁵¹ Como bem observou June Hahner, “e educação para mulheres de classe alta era centrada na preparação para seu ‘destino final’ de esposa e mãe”. Segundo a historiadora, “apesar das transformações ocorridas [na segunda metade do século XIX] em relação à idade ao casar e à natureza dos arranjos matrimoniais, o casamento em si manteve um papel central na vida da grande maioria das mulheres da elite”, que “eram vistas como as guardiãs do lar e da família e mantenedoras da ‘base moral’ da sociedade” [HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 57 e 62]. Silvia Fávero Arend também está entre os estudiosos que perceberam a relação entre a educação feminina e o casamento, na sociedade brasileira oitocentista. Segundo a autora, “ao longo do século XIX, saber tocar um instrumento musical, em especial o piano, tornou-se um imperativo para as meninas bem situadas socialmente. Além de introduzir certa disciplina corporal e ajudar a passar o tempo, saber tocar piano seria considerado, na vida adulta, sinônimo de refinamento cultural. Nas cidades, a aprendizagem da escrita e da leitura do vernáculo ocorria com o auxílio de um preceptor, que ensinava as crianças da família e, raras vezes, também com o auxílio da mãe. Algumas noções de um segundo idioma, quase sempre o francês, eram também sinal de *status*. Era ideia corrente que tais saberes e habilidades proporcionariam à moça um ‘casamento melhor’, ou seja, com um partido de mais posses”. Arend também atentou para o notório fato de que “a chegada das ‘regras’ (menstruação)” indicava que a *menina* já havia se tornado *moça* e, portanto, já podia se casar. Nesse contexto, “a necessidade da virgindade da noiva era condição fundamental para que [uma] aliança se concretizasse”, pois, “através das futuras gestações, não só *filhos*, mas *herdeiros* seriam produzidos, assegurando a ‘continuidade do sangue’ e do patrimônio das famílias envolvidas” [AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 67].

⁵⁵² Como bem assinalou June Hahner, “as famílias buscavam evitar casamentos com ‘mistura racial’, assim como aqueles com desigualdade em ‘berço’, honra ou fortuna entre os noivos” [HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 48].

Mas o destino reservava surpresas à preceptora alemã. A feliz herdeira viu os seus sonhos de velhice tranquila se dissiparem. O último registro sobre Marie Lassius no texto de memórias de Aurélia é dramático. Ela informa que, um mês após a chegada da família do Barão da Estância a Sergipe, todos teriam ficado desolados com a notícia da morte da preceptora: “Não disse q no anno de 1879 quando voltamos, um mez depois q chegamos, falleceu no Rio a minha vovó a Allemã de febre, todos sentimos mto, principalmente eu, q queria lhe mto bem [...]”.⁵⁵³

É muito provável que a preceptora tenha sido vítima da epidemia de febre amarela que se alastrou pelo Rio entre fins de 1879 e princípios de 1880. Aliás, desde fins da década de 1840, sobretudo na “estação chuvosa”, as epidemias de febre amarela se apossavam da cidade e ceifavam milhares de vidas⁵⁵⁴. Não por acaso, foi na segunda metade do século XIX que a capital do Império assistiu à ascensão das ideias higienistas, que pretendiam livrar a cidade de suas mazelas, combatendo os cortiços, as epidemias e as práticas populares vacinofóbicas.⁵⁵⁵

O que foi feito da herança de Marie Lassius? Não sabemos ainda. Contudo, assim como outras preceptoras europeias que viveram e morreram no Brasil, ela deixou o seu legado. Figuras quase invisíveis aos olhos da historiografia brasileira, essas educadoras ajudaram, como constatamos, a dar os contornos de um fenômeno muito estudado atualmente: a circularidade da cultura.⁵⁵⁶

⁵⁵³ ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. p. 54 (Acervo do IHGSE); ou _____. O documento. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 57-58 ou p. 77.

⁵⁵⁴ Segundo Ina von Binzer, “os europeus e principalmente os ingleses e alemães são os seus preferidos [da febre amarela], estando em último lugar os pretos” [BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 71 (carta escrita no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1882)]. O testemunho da preceptora alemã corrobora a tese de que “sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu”. Segundo seu autor, a febre amarela representou uma “acção violentamente anti-européa”. A “febre terrível” era inclemente com o estrangeiro, “principalmente o louro, de olhos azues [e] sardas pelo rosto” [FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 259-260 (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, série 5ª – Brasiliana, volume 64)].

⁵⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵⁵⁶ No Brasil, um marco nos debates sobre a circularidade da cultura foi a publicação, em fins da década de 1980, da obra *o queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg (GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

De forma análoga à *circularidade* estudada por Ginzburg (entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas na Europa pré-industrial), percebemos uma circularidade entre a cultura europeia (dita civilizada), intencionalmente difundida pelas preceptoras contratadas, e a cultura “mestiça” brasileira, tida como sinônimo de atraso por grande parte das nossas elites.⁵⁵⁷

Vivendo o cotidiano da família do Barão da Estância e de muitas famílias brasileiras do século XIX e princípios do século XX, essas mulheres contribuíram para que o universo cultural brasileiro e o universo cultural europeu se entrecruzassem, ajudando a escrever a história desse híbrido cultural que é o nosso país.⁵⁵⁸

Suas pupilas, Aurélia e Anna, voltariam ao Rio muitas outras vezes, a primeira delas em 1882, quando o Barão da Estância cumpria o terceiro mandato de deputado geral. Contudo, a experiência vivida em 1879 não seria superada por nenhuma outra descrita no texto de memórias de Aurélia. O Rio de Janeiro continuava lindo, mas foi representado com cores frias em um quadro onde estavam ausentes a preceptora alemã e o amigo Gonçalo, que regressara a Sergipe no ano anterior.

Após uma vida bastante movimentada, Aurélia deu seu último suspiro na noite de 1º de setembro de 1952. A viúva do senador Rollemberg contava 89 anos e, cercada por familiares e amigos, vivia no memorável casarão da Rua Boquim, centro de Aracaju⁵⁵⁹. Na ocasião ela já havia se despedido de sua mãe, falecida prematuramente em 1890; do pai, falecido em 1904; do esposo, falecido em 1923; e de metade dos seus dez filhos. Contudo, suas doces e amargas memórias resistiram ao tempo e hoje se constituem em singular testemunho histórico. Exatamente por isso, Aurélia permanece viva entre leitores que, guiados por suas memórias, viajam no tempo e no espaço, achando “alimento agradável para o espírito e o coração”.

⁵⁵⁷ A ideia de superioridade da cultura europeia pode ser interpretada como uma “concepção aristocrática de cultura”, pois “com muita frequência idéias ou crenças originais são consideradas, por definição, produto das classes superiores, e sua difusão entre as classes subalternas um fato mecânico de escasso ou mesmo de nenhum interesse; como se não bastasse, enfatizava-se presunçosamente a ‘deterioração’, a ‘deformação’, que tais idéias ou crenças sofreram durante o processo de transmissão”. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

⁵⁵⁸ CANEN, Ana; XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história da educação brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Organizadoras). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 63-79.

⁵⁵⁹ Demolido, em princípios do século XXI, para dar espaço ao Conselho Regional de Medicina de Sergipe.

Finalizando

Buscando, “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa e não experimentável diretamente”⁵⁶⁰, analisamos dois documentos plenos de dados sobre a preceptoria no Brasil do século XIX: a carta escrita pela Condessa de Barral em 15 de abril de 1879, tendo como destinatário o senador Antonio Diniz de Siqueira e Mello⁵⁶¹; e o texto de memórias escrito por Aurélia Dias Rollemberg em princípios da década de 1950, registrando experiências vividas na segunda metade do século XIX.⁵⁶²

As conclusões às quais chegamos ao longo dos cinco capítulos desta tese convergem para uma certeza: as preceptoras representaram um importante elo entre o mundo dito civilizado (o europeu) e o mundo por civilizar (o brasileiro), sendo, nesse sentido, agentes da *circularidade da cultura* entre o Velho e o Novo Mundo no século XIX.

Apoiados, sobretudo, em um conceito difundido por Carlo Ginzburg, perscrutamos um fenômeno cultural há tempos percebido por estudiosos como Gilberto Freyre, que destacou a “revolução” promovida pela presença das preceptoras europeias no Brasil oitocentista, sobretudo nas províncias “ortodoxamente patriarcais” no Norte do império.

Na introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1951, Freyre tratou das transformações nos “estilos de convivência e de cultura”, ocorridas no Brasil, desde princípios do século XIX. Segundo o autor, governantas e *institutrices*, “na primeira metade do século passado talvez mais numerosas nas casas-grandes e nos sobrados patriarcais do norte do que nos do sul, exerceram uma ação revolucionária que não deve de modo nenhum ser esquecida ou desprezada”.⁵⁶³

⁵⁶⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 152.

⁵⁶¹ BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. 2 f. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

⁵⁶² ROLLEMBERG, Aurélia Dias. **[Texto de memórias]**. Aracaju, [entre 1927e 1952]. Acervo do IHGSE. Documento editado em: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 49-123.

⁵⁶³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano** (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil II). 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951 (Coleção Documentos Brasileiros, 66). A citação, contudo, remete à: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2).

Acertadamente, o discípulo de Franz Boas percebeu que a influência dessas europeias não esteve restrita à instrução das crianças e jovens de “boas famílias” e, nesse sentido, registrou que:

Também elas alteraram a culinária patriarcal da região, acrescentando-lhe delicados sabores do norte da Europa. Também elas alteraram o sistema de relações entre senhores e servos sendo, como eram, inglesas, alemãs ou francesas bem instruídas, superiores, sob vários aspectos, às matronas da terra. De modo que não se deve imaginar um norte ou nordeste de todo fechados, durante o meio século que se seguiu à independência, a influências européias que lhe alterassem a ortodoxia de socialidade e de cultura.⁵⁶⁴

Para Gilberto Freyre, mesmo não sendo significativamente alcançadas pelas grandes ondas imigratórias, as províncias do norte receberam, em número muito menor que as do sul do Brasil, europeus que “vieram reeuropeizar a vida e a paisagem da região através de novas técnicas de ensino (...), de culinária, de confeitaria, de arquitetura, de engenharia, de marcenaria, de jardinagem, de medicina, de cirurgia, de alfaiataria”⁵⁶⁵. Em grande medida, nosso estudo atesta e amplia a interpretação de Freyre sobre a contribuição das preceptoras europeias à cultura brasileira.

Segundo os estudiosos da educação doméstica no Brasil, a preceptoria começou a soçobrar nas primeiras décadas do século XX, período marcado pela paulatina difusão de colégios internos dirigidos por congregações e ordens religiosas femininas, que passaram a atrair as “moças bem nascidas” da Primeira República. Um dos mais famosos, o Collège de Sion, havia surgido ainda sob o Império e se estabelecido na região serrana do Rio de Janeiro, em Petrópolis.

No fim da década de 1880, algumas mulheres da alta sociedade, especialmente titulares do Império lideradas pela condessa Monteiro de Barros, quiseram dar às suas filhas uma ‘educação católica apropriada’, aos moldes franceses, mas em terras brasileiras, ao invés de enfrentar as dificuldades de mandarem-nas estudar nos internatos de freiras na Europa. Assim, em 1888, a ordem educacional da Congregação das Religiosas Nossa Senhora de Sion iniciou sua missão no Rio de Janeiro e logo estabeleceu a reputação de administrar a melhor e mais cara escola para meninas da

⁵⁶⁴ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2003. p. 76 (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 2).

⁵⁶⁵ Ibid., Ibid.

‘nata da sociedade’. Estudantes do Collège de Sion eram famosas por seu francês impecável, seus modos refinados e conhecimentos em literatura clássica, tanto quanto por sua atitude apropriada de submissão à autoridade.⁵⁶⁶

Em fins de agosto de 1952, dias antes do seu passamento, Aurélia Dias Rollemberg deteve-se por alguns instantes no gabinete do casarão da Rua Boquim. Aquele era o seu principal refúgio na movimentada vivenda, uma espécie de espaço sagrado que costumava frequentar nos finais de tarde.⁵⁶⁷

Com passos lentos e mãos trêmulas, a viúva do senador Rollemberg alcançou uma das pesadas e escuras estantes talhadas em vinhático e, puxando do bolso uma pequena chave, abriu a gaveta na qual guardava escritos preciosos para ela. Verificou se tudo estava em ordem, cerrou novamente a gaveta, deu-lhe as costas e, lentamente, deixou a sala. Meses depois, as mãos firmes e ágeis da filha Clarice retiravam daquela gaveta vários documentos, entre eles a pequena caderneta na qual Aurélia registrou suas memórias e as cartinhas que, entre fins da década de 1930 e meados da década de 1940, recebera das netas internas no Colégio Notre Dame de Sion, em Petrópolis.⁵⁶⁸

As cartas escritas pelas irmãs Ruth e Maria Aurélia Rollemberg da Fonseca⁵⁶⁹ dividiam espaço com o texto de memórias da avó e davam conta, dentre outras coisas, do modelo de educação feminina que acabou suplantando aquele experimentado pela matriarca da família, no longínquo século XIX.⁵⁷⁰

⁵⁶⁶ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 58.

⁵⁶⁷ O atestado de óbito incorporado ao inventário *post-mortem* registra que Aurélia Dias Rollemberg faleceu aos 89 anos, vítima de uma hemorragia cerebral, na noite de 1º de setembro de 1852, em sua casa de residência, na Rua Boquim, 589, Centro de Aracaju (INVENTÁRIO *post-mortem* de Aurélia Dias Rollemberg. Aracaju, 1952. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Aracaju/Cartório do 3º Ofício, caixa 68, número geral 2173). A localização e a descrição da casa de residência da inventariada também constam no documento (fl. 17). Contudo, interessantes descrições do interior e do cotidiano do casarão podem ser apreendidas nos depoimentos que colhemos com suas netas em 2003 e 2004 (ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 26 e 163).

⁵⁶⁸ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 26-27.

⁵⁶⁹ Ruth e Maria Aurélia (Lia), netas da memorialista Aurélia por via materna, eram as filhas mais velhas de Clara Rollemberg da Fonseca e do empresário João Quintiliano da Fonseca. A primeira havia nascido em 1926 e a segunda em 1929 (ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005. p. 138, 139, 142 e 145).

⁵⁷⁰ As cartas em questão estão preservadas no acervo particular de Ruth Rollemberg da Fonseca Mandarin, em Aracaju/SE. Possuímos cópias xerográficas e digitais desses documentos.

Preceptoras europeias educando filhas de barões do açúcar, aulas de piano e francês em salões de palacetes neoclássicos erguidos em antigos engenhos ou em bairros aristocráticos, recepções em palácios, imperadores, imperatrizes, princesas, condessas.... Aquelas narrativas pareciam estórias de contos de fada, contadas e recontadas por Dona Sinhá às netas que aproveitavam as férias do Sion para reencontrar os familiares em Sergipe.

Naquela varanda da Rua Boquim, além de avó e netas, dois mundos se encontravam. Na verdade, o testemunho de um mundo desfeito e as evidências de um mundo refeito. A preceptoria, claramente, havia dado os seus últimos suspiros, sobrevivendo, somente, em documentos empoeirados e nas reminiscências de antigas sinhazinhas.⁵⁷¹

⁵⁷¹ Coincidentemente, no ano em que findou a missão da preceptora Marie Lassius junto à família do Barão Estância surgiu a Lei Leônicio de Carvalho, garantindo às mulheres o direito de estudar em instituições brasileiras de ensino superior [ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 337]. Contudo, é bem verdade que, “mesmo depois que a educação superior passou a ser uma possibilidade legal, com a abertura das faculdades de Direito e Medicina para as mulheres em 1879, foram bem poucas as que conseguiram ingressar nelas nas últimas décadas do século XIX” [HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (organizadoras). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 59]. Ainda assim, as pupilas sergipanas da preceptora alemã foram, indiretamente, beneficiadas com a nova legislação educacional. Ao menos uma delas pôde, já no fim da vida, ver suas netas chegarem à universidade. Em princípios da década de 1950, as netas de Aurélia egressas do Sion, Ruth e Maria Aurélia Rollemberg da Fonseca, diplomaram-se, respectivamente, em Serviço Social e Línguas Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É bem verdade que, assim como a avó, Ruth e Lia fizeram “bons casamentos” e não exerceram plenamente suas profissões. Entre os “papeis de família” dos Fonseca Porto, localizei o diploma de Maria Aurélia (conhecida, na intimidade, como Lia), que, em 1957, casou-se com o médico sergipano Lauro de Britto Porto (1911-2011). Desse diploma, fiz a seguinte transcrição: “PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA/DO RIO DE JANEIRO/FACULDADE DE FILOSOFIA/Eu, Pe. Augusto Magne, S. J., Diretor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo presente o termo de colação de grau de Licenciado em Letras Neolatinas conferido no dia 7 de maio de 1952, a **Maria Aurelia Rollemberg da Fonseca**, natural de **Aracajú - Estado de Sergipe** filha de **João Quintiliano da Fonseca** e de **Clara Rollemberg da Fonseca**, nascida a 21 de agosto de 1929, e usando das atribuições que me incumbem por lei e pelo Regimento desta Faculdade, mandei passar-lhe o presente diploma de **Licenciado em Letras Neolatinas**, para que possa gozar de todas as prerrogativas e direitos concedidos a este título pelas leis da República./**Secretaria da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 9 de março de 1953**”. O reitor e o secretário geral universidade, o diretor e o secretário da faculdade, o inspetor federal e a licenciada assinaram o documento, em cujo verso constam dados de registro junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (registro número 470, na folha 48, do 1º livro da Faculdade de Filosofia e que remete ao dia 22 de abril de 1953) e ao Ministério da Educação e Saúde (registro número 7.224, livro ? - 9, folha 33, processo 49.278/53 da Diretoria de Ensino Superior e que remete ao dia 17 de julho de 1953).

Apêndice A

Igreja de São Sebastião do Morro Castelo por Joaquim Manoel de Macedo⁵⁷²

[...] Simples em seu aspecto exterior, a igreja de S. Sebastião do Castello apresentava na frente uma porta principal e duas lateraes: sobre a primeira uma janella e um óuulo davão luz ao côro; duas torres formavão os angulos da frente da igreja; das portas lateraes uma olhava para o Castello, a outra para a barra do Rio de Janeiro [...].

Em seu interior o templo pertencia em sua architectura á ordem toscana; havia tres naves, no meio elevavão-se cinco pilares octangulares, de cada lado com as suas bases forradas de madeira, as paredes lateraes erão de trinta palmos, as do meio, que erão sustidas por arcos assentados sobre os pilares, tinhão quarenta palmos. Corria em todo o corpo da igreja uma pequena cimalha de madeira.

Os altares erão cinco, dous de cada lado e o principal. Do lado do Evangelho, no primeiro havia um painel de Nossa Senhora de Belém que representava a adoração dos Reis Magos; no segundo estava S. André Avelino, que, por muito estragado, frei Fidelis fez substituir por outro painel em que se vião S. Francisco de Assis, Santo Antonio e S. Affonso de Ligorí. Os altares do outro lado pertencião a S. João Baptista e S. Januario. Os altares erão singelos e sem obra de talha [...].

O arco cruzeiro da igreja era de extrema singeleza, tendo apenas algum trabalho de talha; no altar-mór, o retabulo era em parte dourado e em parte pintado de amarello; pouco trabalho de talha nelle havia, e apenas se notavão dous anjos de seis palmos de altura. Sobre o throno do altar-mór estava um nicho onde se via o padroeiro S. Sebastião, tendo a imagem quatro palmos de altura.

No meio do arco cruzeiro da capella-mór vião-se a corôa de Portugal e as armas e o escudo do Brasil.

No presbyterio da capella-mór, ao pé dos degráos, que são tres e erão de pedra do paiz, estava (e estará) a sepultura de Estacio de Sá, da qual já em outro *passeio* dei conta, e por consequencia julgo-me dispensado de tornar a fazê-lo neste.

Fóra da grade do altar-mór havia algumas pedras sepulcrais, umas tendo inscrição e outras não [...].

[...] descrevi a igreja de S. Sebastião como ella era em 1842 e se conservou até o fim do anno de 1861: agora vou descrevê-la como hoje se acha, e como deve mostrar-se em breve praso, quando se terminarem todas as suas obras.

O templo não mudou em relação á ordem architectonica; soffreu, porém, modificação em algumas de suas disposições.

A igreja antiga era muito baixa e escura, e, encontrando-se nella paredes rachadas e desaprumadas, que tiverão de levantar-se de novo, houve occasião de se corrigir esses defeitos.

⁵⁷² Em segundo tomo de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, que passou a circular em 1863, Joaquim Manoel de Macedo descreveu a Igreja de São Sebastião do Morro do Castelo, tomando como referência a reforma pela qual o templo passou em 1861 (MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863. p. 326-327, 332-335).

As paredes lateraes têm trinta palmos, e têm agora quarenta de altura; as do meio têm quarenta, e se elevão hoje a mais de cinquenta; as da capella-mór são de trinta palmos, e passarão a ter quarenta e oito; a da frente da igreja não excedia a quarenta e cinco, e se excede agora a sessenta.

O templo era, como disse, escuro: o côro recebia luz por uma janella e um oculo, e as naves dos altares lateraes por cinco clara-boias collocadas no telhado uma sobre cada arco. A maior altura que as novas obras derão ás paredes permittio que se rasgassem quatro janellas de cada lado do corpo da igreja, duas de cada lado da capella-mór, e mais duas aos lados do camarim; ao todo quatorze janellas, e todas de cantaria.

A torre do lado direito estava rachada desde cima até os alicerces; foi concertada, ficando sem obelisco, para não aggravar mais os alicerces, e ajuntando-se-lhe um gigante do lado do mar, para dar-lhe mais segurança, e sobre o gigante construiu-se uma escada, por onde se sóbre ao côro e á mesma torre. A outra do lado esquerdo, tambem concertada e caiada, perdeu um gallo que pousava sobre ella, e que teve de ceder o poleiro a um S. Miguel de cobre [...].

Na frente da igreja corre uma cimalha, e por cima do telhado, entre as duas torres, levantou-se uma cruz de cantaria que tem nove palmos de altura; por baixo dessa mesma cimalha ha um oculo de dezaseis palmos de circumferencia, e conservou-se metade da janella do côro.

No interior da igreja levantou-se o côro á altura de trinta palmos, poz-se-lhe uma grade de balaustres, deu-se-lhe uma fórma mais graciosa e alguns ornamentos de obra de talha.

A igreja tem, como dantes, tres naves; mas os pilares, que em duas ordens se erguião e que são octangulares, são agora redondos, fingindo columnas de marmore.

Os altares elevarão-se ao numero de nove, tres de cada lado, mais dous em duas capellas aos lados do altar-mór e este: cada um dos primeiros tem um arco singelo, as capellas e os seus zimbórios.

Na altura de trinta palmos corre uma cimalha de madeira de ambos os lados da capella-mór, e chega até o fundo da igreja: por baixo da cimalha daquella a parede é forrada até o chão com taboas de cedro, tendo columnas que descem até o soalho e correspondem ao risco do forro: entre estas devem mostrar-se quatro paineis cercados de obra de talha; os paineis serão de Nossa Senhora de Belém, de S. João Baptista, de S. Januario e de S. André Avelino, que conservarão a memoria dos antigos que estavam nos altares.

O arco cruzeiro recebeu ornamentos de obra de talha, e por cima delle vê-se a arca santa, na parte superior da qual se mostra Nossa Senhora, sendo este grupo cercado de nuvens, no meio das quaes apparecem cabeças de cherubins, e os dous anjos da antiga igreja, ajoelhados aos lados da arca.

As portas lateraes e os dous portões da principal são novos e aquellas mais altas que as antigas.

A igreja será dividida por grades com balaustres, que fecharão os altares, a capella-mór e as capellas lateraes.

Opportunamente a igreja terá um pátio cercado de grades de ferro e com dous portões tambem de ferro.

Apêndice B

A Procissão do Enterro por Mello Moraes Filho⁵⁷³

[...] De ha tantos annos passados, fallemos do prestito, revivendo recordações.

Rompendo a marcha e levando adiante de si a multidão que se atropellava, seis soldados da cavallaria da policia, com espadas desembainhadas, alinhavam o povo.

As mulheres suspendiam nos braços as criancinhas somnolentas, o chefe de familia dispunha, segundo a idade e o tamanho, os filhos e as senhoras, para que bem vissem; e nas portas escuras, trepados em mochos, os escravos procuravam, da melhor fórma, espiar o que se passava.

O reboço e os arremessos eram infalliveis, como se póde deduzir.

E a matraca, batida por um individuo vestido de balandrão, troava...

Equilibrado por um irmão do Carmo, o *Labaro* romano campeava nas alturas com a vistosa inscripção em letras de ouro: S. P. Q. R.

A sua sombra, o Farricôco, envergando uma tunica escura, com capuz sobre a cabeça, e mascara aberta para os olhos e boca, symbolisando os Novissimos do Homem, tocava uma trombeta, sustendo na mão esquerda uma comprida e fina vela de cêra, da qual a instantes sacudia os pingos.

Com este personagem bizarro começavam a passar os Terceiros da confraria, com seus habitos proprios, empunhando grossas e pesadas tochas, conduzindo alguns, pela mão, um anginho, cada qual com um instrumento da Paixão.

N'essa procissão, como nas demais, os commerciantes portuguezes, que representavam as riquissimas irmandades, adornavam-se de suas condecorações nacionaes, cravejadas de finissimas pedras e de brilhantes de raro valor.

Póde-se dizer que a confraria do Carmo comparecia toda, preenchendo os irmãos os grandes claros, os intervallos prolongados, entre a apparição dos personagens que a crença d'aquella época suppunha haverem acompanhado o enterro do Christo.

O prestito parava a miudo; os anginhos, fatigados, iam quase de rastos; e o *guião*, com o seu séquito de irmãos da Misericordia, com castiças de páo e velas accesas, obscurecia os ares, azuladamente transparentes pelos brilhos da lua cheia.

E nem mais se ouvia a matraca... O Farricôco perdera-se de vista.

A este, porém, vinte minutos mais tarde, seguiam-se os quatro Prophetas maiores, em costumes de mouros, perfilando ao hombro escadinhas de pinho, marchando imperturbaveis.

Este grupo, barbado e de cabellos cacheados, não passava isento de motejso.

E os irmãos proseguiram, os anginhos mais desenvolvidos marchavam, balançando a perninha, e os Prophetas lá iam...

⁵⁷³ Em *Festas e tradições populares do Brazil*, obra que passou a circular em 1901, Mello Moraes Filho descreveu a Procissão do Enterro que, saindo da Igreja da Ordem Terceira de Nossa senhora do Monte do Carmo, tomava as ruas do Rio de Janeiro oitocentista, na Sexta-Feira da Paixão [MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brazil**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901. p. 266-270].

Um destacamento da guarda romana, com alabardas, lanças e escudos raiantes, assomava após, capitaneado por um Centurião, homem colossal e resoluto.

De viseira e capacete de couraceiro, com sua banda de seda franjada de ouro, levantava o passo graduado, deixando assentar a pesada e enorme alabarda nas pedras, que estrondavam á pancada.

Os rapazes gostavam d'esta figura e applaudiam o desgarre.

Os anjinhos, portadores da *columna*, da *canna* e da *corôa de espinhos*, indicavam que o sarcophago do Senhor passaria em breve.

Então, as tres Marias, que eram musicos vestidos de *dominós* pretos e de mascara, avizinham-se, com as suas aureolas em volta da cabeça, fazendo leves mesuras, e murmurando lugubrememente: – *Behú! Behú!*

A estes figurantes, que tornavam-se ás vezes ridiculos a espiritos imprudentes e pouco reflectidos, succedia o côro dos musicos da Capella e o Anjo-cantor.

O Anjo-cantor era uma belleza de dezeseis a dezoito annos, ricamente vestida e cingindo um diadema de ouro e brilhantes.

Subindo n'uma escada de degraus largos, quando entoava, desenrolando o sudario ensanguentado, a antphona – *O vos omnes qui transitis per viam* – sentia-se que por alli ia passar alguma cousa de divino.

As flôres, atiradas das janellas, forravam-lhe o caminho; o esquife do Senhor apparecia.

Á semelhança de um lago de estrellas frias, o sarcophago de prata massiça oscillava ao hombro de frades do Carmo, de alva e estola atravessada, coroados de espinhos.

O religioso silencio que dominava as multidões era apenas quebrado pelos rufos abafados de tambores, e pela marcha funebre que se executava longínqua.

Em seguida, vinha o andor de Nossa Senhora, carregado por irmãos do Carmo. Como o esquife, este andor era todo de prata esculpida, mas guarnecido nas quatro faces por estreitas cortinas côm de violeta e douradas, que terminavam em ricas franjas de ouro. A sagrada imagem no seu pedestal rodeado de cyprestes, impunha-se como santa, como virgem e como mãe!

Este cortejo era fechado pelo batalhão, cuja musica tocava, durante o trajeto, marchas funebres.

Só depois das onze horas a procissão recolhia-se á igreja de onde sahira, ficando por mais algum tempo as imagens expostas á adoração do publico [...].

Fontes e bibliografia

FONTES MANUSCRITAS:

BARRAL, Condessa de. **[Carta manuscrita a pessoa não identificada]**. Paris, 15 abr. 1879. 2 f. (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Fundo IHGSE, caixa 144).

INVENTÁRIO *post-mortem* de Lourença Dantas e Mello. São Cristóvão, 1861. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 2º Ofício, caixa 22, número geral 180.

INVENTÁRIO *post-mortem* de José Rodrigues Coelho e Mello. Aracaju, 1871. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Aracaju/Cartório do 2º Ofício, caixa 19, número geral 2326.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Raimundo de Valois Galvão. Santo Amaro das Brotas, 1876. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 1º Ofício, caixa 12, número geral 818.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Antonio Diniz de Siqueira e Mello. Santo Amato das Brotas, 1884. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Maruim/Cartório do 2º Ofício, caixa 13, número geral 819.

INVENTÁRIO *post-mortem* da Baronesa da Estância. São Cristóvão, 1891. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo São Cristóvão/Cartório do 1º Ofício, caixa 16, número geral 29.

INVENTÁRIO *post-mortem* de Aurélia Dias Rollemberg. Aracaju, 1952. Arquivo Geral do Judiciário, Fundo Aracaju/Cartório do 3º Ofício, caixa 68, número geral 2173.

NOTA de batismo de Anna. Engenho Escurial, Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda, 1869. In: **Livro de Batizados 1** [sic.] – **1864/1878**, batismo número 2046, folha 106 (reverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d'Ajuda, Itaporanga/SE.

NOTA de batismo de Raimundo, branco. Santo Amaro das Brotas, 1873. Arquivo da igreja matriz da Paróquia Santo Amaro. Livro de Batizados 3 – 1872/1880, folha 23 (reverso).

REGISTRO do casamento de José de Faro Rolemberg com Dona Amelia Dias Dantas e Mello. Itaporanga d'Ajuda, 1869. In: **Livro de registro de casamentos – 1845/1877**, casamento número 1258, folha 130 (reverso). Arquivo da Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora d'Ajuda, Itaporanga/SE

REGISTROS de saída de embarcações no porto de Aracaju em 1879. Arquivo Público Estadual de Sergipe, Fundo SP⁸ - Inspetoria da Polícia (Marítima e Aérea), volume 21, p. 197 (reverso).

ROLLEMBERG, Aurélia Dias. [Texto de memórias]. Aracaju, [entre 1927e 1952]. Acervo do IHGSE.

SAHIDA [de embarcações no] dia 2 de Abril. Aracaju, 1880. Arquivo Público Estadual de Sergipe, Fundo SP⁸ - Inspetoria da Polícia (Marítima e Aérea), volume 25, p. 10.

FONTES IMPRESSAS:

ANDRADE, Mário de. **Amar, verbo intransitivo**: Idílio. 16ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, s/d (Biblioteca de Literatura Brasileira, 2).

BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83).

BINZER, Ina von. **Os meus romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRONTË, Anne. **A preceptora**. São Paulo: Clube do Livro, 1977.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3 ed. Aracaju: Banese, 2002.

FAZENDA, José Vieira. Procissão do Enterro. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, vol. 140, 1919 (1921).

_____. A Cadeia Velha. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 86, vol. 140, 1919 (1921)

_____. 3 de maio de 1823. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 88, vol. 142, 1920.

GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925.

HADFIELD, William. **Brazil and the River Plate**, 1870-1876. Londres: Edward Stanford, 1877.

LACOMBE, Lourenço Luís. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, s/n, p. 250-257, 1946.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. Nunes Garcia, 1862.

_____. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typ. de Candido Augusto de Mello, 1863.

_____. **Memorias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

MACHADO, Antonio Candido da Cruz. **Falla com que o Exm. Sr. Commendador Antonio Candido da Cruz Machado abriu a 1ª sessão da vigesima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de Março de 1874.** Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1874.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. D. **Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada.** Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956.

MENDONÇA, Joaquim Jacintho de. **Boletim do expediente do presidente da Provincia de Sergipe doutor Joaquim Jacintho de Mendonça, contendo medidas e providencias em soccorro da população da mesma provincia affectada do cholera morbus desde 1862 até 1863.** Sergipe: Typ. Provincial, 1863.

MONTEIRO, Mozart. **A vida amorosa de D. Pedro II.** [Rio de Janeiro]: O Cruzeiro [1962] (Brasílica, 5).

MORAES FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brazil.** Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

PORTO ALEGRE, Achylles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil:** documentação inédita. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976 (Ensaio, 87).

RELATÓRIO de Genealogia para Pe. Agnaldo Galvão Leal. My Heritage, 2012 (Arquivo do IHGSE).

SANTIAGO, Serafim. **Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão.** São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SANTOS, Luiz Álvares dos. **Viagem Imperial á Provincia de Sergipe, ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiverão logar por ocasião da visita que fizerão á mesma provincia Suas Magestades Imperiaes em janeiro de 1860.** Bahia: Typographia do Diario, 1860.

SANTOS, Marcos Aurelo Alves. **Anúncios de serviços e mercadorias nos jornais sergipanos do século XIX.** São Cristóvão, 2004. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em História) – DHI, CECH, UFS.

SCHNURBEIN, Christiane. **As fräuleins esquecidas**: preceptoras alemãs nos Açores. Zusmarshausen: SKG, 2003.

SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Trad. José Edgar da Mota Freitas. Aracaju: Núcleo de Cultura Alemã de Sergipe/UFS, 1991.

SODRÉ, Alcindo. **Abrindo um cofre**. Cartas de dom Pedro II à condessa de Barral. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956.

TAUNAY, Visconde. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948 (Coleção Espelhos, 1).

TRAVASSOS, Antonio José da Silva. **Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe...** Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

FONTES IMPRESSAS EM PERIÓDICOS:

ATENÇÃO. **O Monitor**, Salvador, 24 nov. 1876, p. 2.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Excursão à província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 21, n. 26, 1961.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 31 dez. 1855, p. 1.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 13 dez. 1858, p. 4.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 6 jun. 1859, p. 1.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 11 jul. 1859, p. 1.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 14 mar. 1860, p. 1.

CORREIO Mercantil, Rio de Janeiro, 27 ago. 1860, p. 1.

CORREIO Sergipense, O, São Cristóvão, 21 set. 1850, p. 1.

CORREIO Sergipense, O, São Cristóvão, 26 abr. 1851, p. 3

CORREIO Sergipense, Aracaju, 1º dez. 1855, p. 2.

CORREIO Sergipense, Aracaju, 5 jan. 1856, p. 4.

CORREIO Sergipense, Aracaju, 5 abr. 1860, p. 4.

CORREIO Sergipense, Aracaju, 5 maio 1860, p. 1.

CORREIO Sergipense, Aracaju, 1 abr. 1862.

CORREIO Sergipense, Aracaju, 11 jan. 1866, p. 3.

DESCRIDO, O, Aracaju, 28 abr. 1882, p. 1.

DIÁRIO do imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 26, p. 64-78, [1965].

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 10 fev. 1851, p. 1.

DÓRIA, Escragnolle. Reminiscencias do palacio de São Christovam. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 98, vol. 152, p. 99-103, 1925.

FOLHA Nova, A, Rio de Janeiro, 11 jul. 1883, p. 1.

GAZETA de Noticias, Rio de Janeiro, 10 dez. 1879, p. 1.

GAZETA de Noticias, Rio de Janeiro, 8 abr. 1880, p. 1.

GAZETA de Noticias, Rio de Janeiro, 10 maio 1883, p. 1.

GAZETA da Tarde, Rio de Janeiro, 4 jul. 1884, p. 3.

GLOBO, O, Rio de Janeiro, 21 mar. 1875, p. 2.

GLOBO, O, Rio de Janeiro, 27 jul. 1875, p. 2.

GLOBO, O, Rio de Janeiro, 22 fev. 1876, p. 1.

JORNAL do Aracaju, Aracaju, 14 set. 1872, p. 2.

JORNAL do Aracaju, Aracaju, 3 mar. 1874, p. 2.

JORNAL do Aracaju, Aracaju, 6 mar. 1875, p. 2.

LEILÕES. **O Monitor**, Salvador, 11 e 12 jan. 1879, p. 2.

LIBERTADOR, O, Aracaju, 30 mar. 1883, p. 4.

MOVIMENTO do porto. **Correio da Tarde**, Rio de Janeiro, terça-feira, 3 maio 1859. p. 3.

NAÇÃO, A, Rio de Janeiro, 11 dez. 1872, p. 2.

NOTÍCIAS diversas. **O Monitor**, Bahia, 16 mar. 1879, p. 1.

PACOTILHA, Maranhão, 17 ago. 1903, p. 2.

PACOTILHA, Maranhão, 18 ago. 1903, p. 2.

PINHO, Wanderley de. Presidente da Provincia de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 21, p. 33, 1955.

PUBLICADOR Maranhense, São Luiz, 27 jan. 1865, p. 3.

ICONOGRÁFICAS:

[**FAMÍLIA imperial do Brasil e família Barral**]. 1890. 1 fotografia, p&b. Reprodução de 14,5 X 11 centímetros. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. **D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da**

correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956. p. 424^a.

FERREZ, Marc. **[Largo do Paço e Rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro]**. [ca. 1890]. 1 fotografia, p&b. Disponível em <<http://de1748a1901.blogspot.com.br/p/6-geracao-luciana.html>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FERRIER & LECADRE. **[Condessa de Barral]**. Paris, 1882. 1 fotografia, p&b. Acervo do IHGB. In: DEL PRIORE, Mary. **Condessa de Barral: a paixão do imperador.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 177.

FRÈRES, Thierry. **Vue de la Place du Palais, à Rio de Janeiro.** Paris, 1839. 1 litografia, color., 20,5 cm x 37,4 cm. In: DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil [...]**. Tomo III. Paris: Firmin Didot Frères, 1839. Gravura 1. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326378/icon326378_138.jpg>. Acesso em: 19 set. 2012.

GUTIERREZ, Juan. **[Rua da Misericórdia]**. [ca. 1890]. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria03/rioantigo/mh-g3a024.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

INSLEY PACHECO. **[Senador Diniz]**. Rio de Janeiro, 1880. 1 fotografia, p&b. Acervo do IHGSE, I-031.

[INSTITUTO Histórico e Geográfico Sergipe]. [198-]. 1 fotografia, p&b, 22,26 cm x 15 cm. Acervo do IHGSE.

LEUZINGER, George. **Botafogo, Hotel Capelle.** 1865. 1 fotografia, 31 cm x 40 cm. Disponível em <<http://www.van-ham.com/datenbank-archiv/datenbank/georges-leuzinger/rio-de-janeiro.html>> Acesso em: 4 maio 2012.

PACHECO. **[Família Imperial do Brasil]**. [186-]. 1 fotografia, p&b, 20,6 X 12,42 centímetros (Coleção de Fotografias do Museu Imperial, Petrópolis/RJ). Disponível em: **FAMÍLIA imperial:** álbum de retratos. Rio de Janeiro: Sociedade Amigos do Museu Imperial, c. 2002. 1 CD-ROM.

FONTES ORAIS:

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. **Entrevista concedida ao autor.** Aracaju, 15 jun. 2011.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; J. Zahar, 1997.

AGUIAR, Joel. **Traços da história de Maroim**. 2 ed. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe. 2004.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Lembranças: o livro de assentos de José Antonio de Mello Cabral (1851-1928). **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão/SE, n. 5, p. 125-145, 2004.

_____. **As memórias de Dona Sinhá**. São Cristóvão, 2004. 135 p. TCC (Licenciatura em História) – DHI/UFS.

_____. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial, 2005.

_____. **A preceptora**: representações em *Amar, verbo intransitivo* de Mário de Andrade. São Cristóvão/SE, 2007, 94 p. Dissertação (Mestrado em Educação), NPGED/UFS.

_____. **Preceptoras alemãs na Bahia e em Sergipe (1860-1920)**. Salvador, 2007, 20 p. Projeto de Pesquisa (Doutorado em História), PPGH/UFBA.

_____. Nas trilhas da Condessa. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 1º e 2 maio 2011. Caderno A, p. 7.

_____. Ibarê Dantas e a História da Província de Sergipe. **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 42, p. 209-217, 2012.

_____. De passagem pelo Camaçari. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 16 de março de 2013, Caderno B. 6.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando de A. (Coordenação). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 3: Império.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Nordeste açucareiro**. Desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ARAÚJO, Emanuel. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1985 (Publicações Técnicas, 43).

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. **Moços da Real e Imperial Câmara – 1808-1866.** Subsídios biográficos. Disponível em:

<http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_04.html>. Acesso em: 4 maio 2012.

BARREIRA, Luiz Carlos. **História e Historiografia:** as escritas recentes da História da Educação Brasileira (1971-1988). Campinas, 1995. 258 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação/UNICAMP.

BARRETO, Luiz Antônio. O Visconde de Maracaju e seus irmãos sergipanos. In: ____.

Personalidades Sergipanas. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Luiz Antonio. **O médico das canetas.** Disponível em:

<<http://www.infonet.com.br/noticias/colunistas.htm>>. Acesso em: 18 maio 2004.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira; e POYARES, Ramon. **Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1987.

BERGER, Paulo. **Dicionário histórico das ruas de Botafogo:** (IV Região Administrativa). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 2. ed. Santa Maria: UFSM, 1995.

BESOUCHET, Lúcia. **Exílio e morte do Imperador.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 288B/19 (Grandes Vidas).

BETHELL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de (Coordenação). **A construção nacional:** 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 2).

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 107-132.

CALASANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,** Aracaju, n. 20, p. 96-120, 1949/1951.

CARDOSO, Amâncio. Barão de Maruim, o administrador do cólera (I). **Jornal da Cidade,** Aracaju, 23 maio 2000, Caderno B, p. 6.

_____. Barão de Maruim, o administrador do cólera (II). **Jornal da Cidade,** Aracaju, 24 maio 2000, Caderno B, p. 6.

_____. 'Acorda, São João!': festejos juninos em Sergipe no século XIX. **Jornal da Cidade,** Aracaju, 23 jun. 2004, B-6 (Cidades).

_____. Uma geografia da peste: epidemia de cólera em Sergipe, 1855-1856. **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão, n. 6, p. 97, 2004.

_____. As filhas da peste: fome, morte e orfandade – Sergipe, 1855-1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 38, p. 25-48, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial & **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A guerra do vintém. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, ago. 2007.

CAVENDISH, Márcia. Anne Brontë: a voz esquecida da Literatura Inglesa. Niterói, **Revista Gênero**, v. 6, n. 1, p. 173-199, 2 sem. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990 (Memória e Sociedade).

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

_____. CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999 (Prismas).

_____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. (Organização). **La correspondance**: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris: Fayard, 1991.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da Conceição. História dos internatos: caminho para uma “zona silenciosa”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 40, p. 209-234, 2010;

_____. **Internar para educar**: Colégios-Internatos no Brasil (1840-1950). Salvador, 2012. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFBA.

CUNHA, Lygia da F. Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 304 (jul./set. 1974), p. 219-220, 1975.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

_____. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE, 1912-2012. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

DANTAS, Orlando Vieira Dantas. **Vida patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 47).

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social). PPMS/UNIRIO.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Condessa de Barral**: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coordenação). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

DÓRIA, Epifânio. **Efemérides sergipanas**. Aracaju: J. Andrade, 2009. vol. I.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIGUEIREDO, Cláudio; SANTOS, Núbia Melhem; e LENZI, Maria Izabel Ribeiro (Organizadores). **O porto e a cidade**: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coordenadoras). **Atlas Sergipe**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007. p. 37-45, 84-87.

FRANCO, Emmanuel. Jureminha. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, n. 28, p. 191-208, 1981.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **Historia de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891 (Livro III, capítulos I a V).

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913/1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002 (Coleção Nordestina).

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil II). 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951 (Coleção Documentos Brasileiros, 66).

_____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

_____. **Modos de homem e modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LIMA, Zózimo. O rapto da Jureminha. **Revista da Associação Sergipana de Imprensa**, Aracaju, n. 3, p. 3, 4 e 36, 1960.

HARDDACH-PINKE, Irene. **Die Gouvernante**: Geschichte eines Frauenberufs. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 1993.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001 (Memória Carioca, 2).

LEFFA, Vilson. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Revista Contexturas**, São Paulo, n. 4, p. 13-24, 1999.

LEJEUNE, Philippe. **Le Moi des Demoiselles**. Paris: Du Seuil, 1993;

_____. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9. p. 99-114, 1997.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003 (Educação é História, 1).

_____. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, p. 151-177, 2006.

_____. Embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel (Organização). **A pesquisa educacional e as questões da Educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia Melhen (Organizadores). **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. **Cadernos da ANPED**, Porto Alegre, n. 5, set., p. 7-64, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe, a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe/UFS, 1984. (Educação e Comunicação, 13).

_____. **Sergipe Provincial I: 1820-1840**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses. **A instituição do ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonathas de. Rapto de D. Joanna Ladislau de Faro Jurema - 1864. **Registo de fatos históricos de Laranjeiras**. Aracaju: Casa Avila, 1942. p. 140-142.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

_____. Comércio de escravos na província de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 39, p. 39-61, 2009.

QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3: da Renascença ao Século das Luzes.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RITZKAT, Marly Gonçalves Bicalho. **A vida privada no Segundo Império**: pelas cartas de Ina von Binzer (1881-1883). São Paulo: Atual, 1999. p. 25 (O olhar estrangeiro).

_____. Preceptoras alemãs no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organização). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 269-290 (Coleção Historial, 6).

RODDEWIG, Wolfgang. **Alemães em Sergipe**. Salvador. No prelo.

_____. **Os Munck**. Salvador. No prelo.

_____. **Os Hagenbeck**. Salvador. No prelo.

_____. **Os Löeser**. Salvador. No prelo.

ROMBO, Giorgio. A família Rombo pelo mundo. **João do Rio** – Revista Internética, Rio de Janeiro, n. 21, out./nov. 2006. Disponível em: <<http://www.joaodorio.com/Arquivo/2006/10,11/genealogia.htm>> Acesso em: 09 jun. 2011.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **Sob o signo da peste**: Sergipe no tempo do *cholera* (1855-1856). Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Olhares de Clio sobre o universo educacional**: um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS, 1996-2002. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2003 (Educação é História, 2).

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. **As freguesias do Rio antigo [...]**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Maria Nely. **A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**. Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997.

SANTOS, Sergio Robert Lordello dos. **Expansão urbana e estrutura de bairros do Rio de Janeiro**: o caso de Botafogo. Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado em Engenharia) – UFRJ.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1990.

SEBRÃO SOBRINHO. **Laudas da História do Aracaju**. Sergipe: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955.

SILVA, Alberto da Costa e. População e Sociedade. In: _____ (Coordenação). **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 (História do Brasil Nação: 1808-2010, 1).

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário cultural de Maruim**. Aracaju: Secretaria Especial de Cultura, 1994.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio.

_____. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

_____. Vozes femininas do oitocentos: o papel das preceptoras nas casas brasileiras. In: LÔBO, Yolanda; FARIA, Lia (organizadoras). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008. p. 19-45.

_____. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SÁ, Nicanor Palhares (organizadores). **Gênero, etnia e movimentos sociais na história educação**. Vitória-ES: EDUFES, 2011 (Coleção Horizontes da pesquisa em História da Educação no Brasil, 9). p. 1-25.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WARDE, Mirian Jorge. Anotações para uma Historiografia Brasileira. **Em Aberto**, Brasília, ano 3, n. 23, set./out. 1984, p. 1-6.

Além da biografia escrita por Mary Del Priore, outras *representações* da Condessa de Barral circulam nos seguintes trabalhos:

LORETO, Barão de (Franklin Américo de Meneses Dória). **Noticia Biographica da Condessa de Barral e de Pedra Branca**. Rio de Janeiro: Typografia de G Leuzinger & Filhos, 1891;

LACOMBE, Américo Jacobina. A condessa de Barral. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, v. 5, p. 5-24, 1944;

CERQUEIRA, Carlindo. **D. Pedro II e a condessa de Barral não foram amantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963 (General Benício, 20);

GOTLIB, Nádia Battella. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 227-239;

SIMÕES, Ricardo Japiassu. **O escândalo do roubo das jóias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Secundariamente, consultar também:

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1942;

LACOMBE, Lourenço Luiz. A educação das princesas. **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, v. 7, p. 242-257, 1946;

Bahia de outrora: damas do 1º e 2º Império, mucamas das casas-grandes, sinhás e sinhazinhas. Salvador: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Salvador, 1972;

SOUZA, Antonio Loureiro de. **Baianos ilustres, 1567-1925**. 3 ed. São Paulo/Brasília: IBRASA/INL, 1979;

SANTOS, Matildes Demétrio dos. **Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas**. São Paulo: Annablume, 1998. p. 98-101;

CONDESSA DE BARRAL. In: SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital (Organização).

Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 166.

É preciso, também, registrar as obras de edição de fontes sobre o tema. São elas:

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada**. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956;

SODRÉ, Alcindo. **Abrindo um cofre**. Cartas de dom Pedro II à condessa de Barral. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956;

MONTEIRO, Mozart. **A vida amorosa de D. Pedro II**. [Rio de Janeiro]: O Cruzeiro [1962] (Brasílica, 5);

BARRAL, Condessa (Luísa Margarida Portugal de Barros). **Cartas as Suas Majestades, 1859-1890**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977 (Publicações Históricas, 1ª Série, 83);

CERQUEIRA, Paulo de Matos Pedreira. D. Pedro II e a condessa de Barral. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 326, p. 377-394, jan./mar. 1980.

Além disso, os principais estudos biográficos sobre D. Pedro II, a princesa Isabel e a imperatriz Teresa Cristina também apresentam interessantes representações da Condessa de Barral.